**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

**Caiu na rede:
mulheres, tecnologias e direitos entre nudes e (possíveis)
vazamentos**

Beatriz Accioly Lins

Versão Corrigida

**São Paulo
2019**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

Caiu na rede:
mulheres, tecnologias e direitos entre nudes
e (possíveis) vazamentos

Versão Corrigida

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Antropologia Social da Universidade de São
Paulo, como parte dos requisitos para obtenção
do título de Doutora em Antropologia Social
(Ciências Sociais).

Orientadora: Profa. Dra. Heloisa Buarque de Almeida

São Paulo
2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo ou pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

L759c Lins, Beatriz Accioly
 Caiu na rede: mulheres, tecnologias e direitos
 entre nudes e (possíveis) vazamentos / Beatriz
 Accioly Lins ; orientadora Heloísa Buarque de
 Almeida. - São Paulo, 2019.
 218 f.

 Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
 e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
 Departamento de Antropologia. Área de concentração:
 Antropologia Social.

 1. gênero. 2. sexualidade. 3. violência. 4.
 internet. 5. direitos. I. Almeida, Heloísa Buarque
 de, orient. II. Título.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E
CIÊNCIAS HUMANAS

**ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA
DISSERTAÇÃO/TESE**

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Beatriz Accioly Lins de Almeida

Data da defesa: 06/12/2019

Nome do Prof. (a) orientador (a): Heloísa Buarque de Almeida

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 05/02/2020.

Assinatura do (a) orientador (a)

Folha de Aprovação

LINS, Beatriz Accioly. **Caiu na rede: mulheres, tecnologias e direitos entre nudes e (possíveis) vazamentos** Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutora em Antropologia Social.

Aprovado/a em: 06/12/2019

Banca Examinadora

Prof(a). Dr(a): Heloísa Buarque de Almeida (USP) – **presidente**

Prof(a). Dr(a): Maria Filomena Gregori (UNICAMP)

Prof(a). Dr(a): Jair Ramos (UFF)

Prof(a). Dr(a): Carolina Parreiras (USP/Columbia University)

Para meu pai (*in memoriam*)

Resumo

Essa pesquisa se propõe a acompanhar as maneiras pelas quais a temática da disseminação não autorizada de imagens eróticas de mulheres pela internet – ou *vazamentos de nudes* – vem sendo definida nos diferentes contextos em que é acionada, atentando para as disputas simbólicas e classificatórias em jogo em sua construção como, simultaneamente, um problema dos tempos da internet e nas tentativas de associá-la à violência contra as mulheres. Enredam-se, aqui, sistemas classificatórios, na forma de disputas por categorias, tentativas de ampliação e modificações de noções de violência e crime, debates controversos acerca de moralidades e práticas sexuais generificadas, distintos manuseios e significados das novas tecnologias de comunicação, o papel das leis e dos profissionais de justiça nas discussões sobre direitos e mulheres bem como as potencialidades político-erótico transgressoras dos *nudes*. *Nudes* descreve a prática mais ou menos comum de registro e envio de imagens eróticas possibilitada pela recente popularização de tecnologias digitais de comunicação, como os smartphones conectáveis à internet, as câmeras frontais e as *redes sociais*. *Vazamentos* entrelaçam essas imagens em múltiplos sentidos de satisfação e fruição, assim como evidenciam que, inerentes a eles, está o risco (bastante real) de sua propagação indesejada. Resultado das potencialidades interacionais e comunicativas das novas tecnologias, é também por meio delas que os *nudes* podem facilmente ser esparramados e *vazados*, isto é, sair do controle de quem os produziu e circular vertiginosamente em velocidades, escalas e permanências inéditas, com possíveis consequências virulentas de condenação moral, perseguição e ataques à reputação. Transitando por entre variados (e, por vezes, contraditórios) discursos, construções e percepções acerca de gênero e sexualidade, os *nudes* pleiteiam a ampliação do que é considerado permitido e desejável, disputando complexas, fluídas e moralizantes percepções de gênero e sexualidade que hierarquizam comportamentos, desejos sexuais e moralidades atribuídos a homens e mulheres.

palavras-chave: gênero; sexualidade; violência; internet; nudez; direitos.

Abstract

This research aims to follow the ways in which the theme of unauthorized dissemination of erotic images of women online - or *nude leaks* - has been defined in the different contexts in which it is triggered, paying attention to the symbolic and classificatory disputes at stake in its construction as, simultaneously, a problem of internet times and in attempts to associate it with violence against women. Classification systems, in the form of category disputes, attempts to broaden and modify notions of violence and crime, controversial debates about gendered sexual morals and practices, different handling and meanings of new communication technologies, the role of laws and justice professionals in discussions about rights and women as well as the transgressive political-erotic potentialities of nudes, are involved in this project. *Nudes* describes the more or less common practice of recording and sending erotic images made possible by the recent popularization of digital communication technologies such as internet-connected smartphones, front-facing cameras and social networks. A result of the interactional and communicative potentialities of new technologies, it is also because of them that *nudes* can easily be spread and leaked out of the control of those who produced them, skyrocketing at unprecedented speeds and scales, with possible virulent consequences of moral condemnation, persecution and attacks to reputations. *Leakages* intertwine these images in multiple senses of satisfaction and enjoyment, as well as show that inherent in them is the (very real) risk of their unwanted propagation. Moving across varied (and sometimes contradictory) discourses, constructions, and perceptions about gender and sexuality, *nudes* plead for the expansion of what is considered permitted and desirable, disputing complex, fluid, and moralizing perceptions of gender and sexuality that hierarchize behaviors, sexual desires and moralities attributed to men and women.

Keywords: gender; sexuality; violence; internet; nudity; rights.

AGRADECIMENTOS

Não é raro no meio acadêmico – pelo menos nas humanidades – depararmos-nos com a analogia entre produzir uma tese e o parto: uma longa, intrigante e complexa gestação (a pesquisa) seguida de um doloroso momento de expulsão (o nascimento). Parir é uma experiência permeada por medo, dor e alumbramento, assim me contam. Uma tese, pelo menos essa, parece obedecer ao requisito análogo de expectativa dor.

A todas e todos que aguentaram meu recolhimento e mau humor – sobretudo na última etapa –, minha mais sincera gratidão. Eis aqui o resultado.

Esta pesquisa, nos moldes em que foi realizada, só se fez possível com o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), cujos recursos permitiram a dedicação exclusiva e intensiva. Além da “bolsa” mensal (Processo n. 2015/03866-4), através da experiência no Estágio de Pesquisa no Exterior (BEPE Processo n. 2017/18386-3) e dos recursos de reserva técnica, a FAPESP também viabilizou que eu circulasse nacional e internacionalmente, articulando redes e compartilhando indagações, experiências, reflexões e bibliografias entre diferentes públicos e espaços.

À FAPESP, sou grata pela oportunidade de conduzir esta fase com tranquilidade e intensa oxigenação de ideias. Embora eu deseje que todos/as aquele/as que contemplem uma jornada acadêmica possam usufruir deste direito, sei que a realidade e o futuro apontam para horizontes pessimistas e injustos.

O trabalho aqui apresentado foi conduzido durante um período de muita angústia individual e coletiva decorrentes de perseguições à empreitada acadêmico-científica em nosso país, bem como de atentados político-morais à agenda de pesquisas dedicadas à temática de gênero e sexualidade. Neste contexto sombrio, minha trajetória acadêmica pessoal se fez inteiramente resultante da autonomia da universidade pública, espaço de resistência e contestação.

Foi a Universidade de São Paulo que me abriu as portas para saberes, lugares, pessoas e lutas que eu jamais conheceria sem uma educação pública e gratuita de qualidade. Juntamente à CAPES (financiadora parcial de meu mestrado), ao MEC e ao CNPq (que financiaram minha pesquisa de iniciação científica no PET Ciências Sociais), a USP me disponibilizou recursos e estrutura para a realização da graduação, do mestrado e do doutorado. Defender, com afínco, esse projeto faz-se tanto condição de sobrevivência quanto responsabilidade cívica e democrática.

Isso posto, vamos aos agradecimentos mais íntimos e pessoais.

Para Heloísa Buarque de Almeida, orientadora, amiga e inspiração, deixo públicas admiração e gratidão pela generosidade, paciência e competência. Obrigada pelo cuidado, pela presença balsâmica, pela atenção, pelos conselhos (não somente acadêmicos) e pelas leituras de diferentes versões que me deram segurança e determinação para fazer deste trabalho o melhor possível.

Às interlocutoras desta pesquisa, que generosamente me deram a possibilidade de acompanhar momentos e situações tão diversos quanto delicados, gostaria de deixar explícita minha gratidão. Espero que as interpretações, análises, elaborações e criações textuais que fiz a partir de suas histórias sirvam para reflexões que provoquem avanços em sentidos de maior justiça e igualdade em relação a direitos e prazeres.

Agradeço ao professor Daniel Miller e ao departamento de Antropologia da University College London (UCL) por me receberem com tanta boa vontade, apesar de obstáculos burocráticos binacionais quase intransponíveis. Ao Danny, e também a sua rede de pesquisadores associados – especialmente o querido Julianano Spyer –, deixo meus mais sinceros reconhecimentos e agradecimentos. Thank you for making me a better ethnographer, Danny. Or at least trying to...

A todos aqueles que me acompanharam na jornada londrina. A família Sellen (tia Leila, Uncle Steve, Gabby, Tom e Liz), obrigada por tornarem a estadia na ilha uma experiência mais acolhedora e carinhosa. À Gabriela Loureiro, salvadora de vidas, acadêmicas, políticas e sociais. Muito obrigada.

And Jita, thank you for being family.

À extensa e amorosa rede de profissionais do Direito que tanto me ensina, pacientemente, sobre os meandros das leis e do sistema de justiça. Às “doutoras” Marina Ganzarolli, Maíra Zapater, Silvinha Chakian, Teresa Cabral, Ana Rita Prata, Gabi Mansur, Valéria Scarance, Fabíola Sucasas, Fabiana Dal Paes, Gisele Truzzi, Jacqueline Valadares, Luciana Terra, Juliana Gentil Tocunduva e demais participantes da Rede Feminista de Juristas (a DeFEMde), muito obrigada.

A Ana Vitoriano, por ser toda feita de afeto, generosidade e doçura, conseguindo reunir tantas mulheres maravilhosas a seu redor. E, também, por ser dona de um dos melhores abraços do mundo.

A Juliana de Faria, inspiração não só minha, mas de tantas mulheres que se sentiram compreendidas e acalentadas pela sua forma sempre tão esperta de nomear as

coisas. A Jacira de Melo e Marisa Sanematsu, agradeço a oportunidade de lutar e aprender com o “Instituto Patrícia Galvão”.

Ao pessoal do “InternetLab”, em especial Mariana Valente, Natália Nérís e Lucas Bulgarelli, agradeço a parceria e a inspiração para tantas reflexões, ideias e experiências.

À Michele Escoura Bueno, obrigada por ser tão brilhante, colaborativa, compreensiva e cuidadosa. Suas mãos delicadas direcionaram tanto as ideias quanto a minha paz de espírito nesta escrita. Eu não teria conseguido sem você, Mi.

Ao Bernardo Fonseca Machado, amigo-irmão-parceiro, coautor da vida, de sala de aula e de tantas ideias. Nem sem você, Bê. Obrigada por me ouvir, puxar minha orelha e ser honesto, sempre.

A Carolina Parreiras, minha bibliografia tornada amiga e, por que não, espécie de co-orientadora, obrigada pela genialidade carinhosa e compartilhada em experiências tão inusitadas quanto prazerosas, desde conversas cancerianas sobre afilhados, textos e livros trocados, a hambúrgueres bostonianos caprichados e buscas pelo monstro do Lago Ness. Cada página escrita aqui transborda pedaços de você. Espero que goste.

A Francirosy Campos Barbosa, obrigada por me ensinar e ajudar a pensar bonito. Sempre.

Ao Camilo Schaden, por me lembrar de ter fé. E por trazer doces de Cosme e Damião.

A Milena Estorniolo, hub da intelectualidade brasileira em Paris, merci pelo sofá, pelas comidinhas, pelo sofá e pelo carinho em terras gaulesas. Et merci à toi aussi, Rémy, bien sur, pour la sympathie et pour les divers liens d'actualités et de réflexions.

Aproveito o ensejo para agradecer a todos aqueles que me receberam e me acompanharam em estadias durante congressos, encontros e outras atividades longe de casa. Bruno Cesar Barbosa, com seu charmoso canto na Cally Road; Mylene Mizhari e Roberto Marques, por aceitarem dividir o quarto basebolístico; à família Trindade (Ção, Quim, Mafalda e Madalena), que tão carinhosamente me hospedou duas vezes em Portugal; aos colegas da Universidade de Princeton, em especial Mauricio Acuña, Matheus Gato, Benjamin Fogarty, Ingrid Briosio Rieumont e Miguel Domínguez Rohán, pela troca incomensurável nos pântanos do sul.

A professora Maria José Magalhães (Universidade do Porto), por permitir que eu participasse de uma de suas aulas e me convidar para ser membro do conselho científico do International Conference on Sexual harassment and Sexual Violence: victims, perpetrators and bystanders.

Ao NUMAS (Núcleo de Estudos Sobre os Marcadores Sociais da Diferença), obrigada por fazer da antropologia um esporte de combate. Márcio Zamboni, Gibran Teixeira Braga, Marisol Marini, Gustavo Saggese, Rocío Alonzo Lorenzo, Laís Miwa Higa, Pedro Lopes, Mariane Pisani, Luiza Ferreira Lima, Renata Guedes Mourão de Macedo e Marcella Betti (Má), vocês talvez nem saibam, mas estão em tudo o que faço.

Aos colegas da turma de doutorado PPGAS 2015, obrigada pela companhia e pela inspiração, Luisa Valentini, Bruna Triana, Marcelo Muscari, Guilherme Menezes, Natália Lago, Valéria Alves, Caio Csermak. Obrigada.

Às amigas e colegas de PPGAS, Julia Goyatá (Julinha), Denise Pimenta (Dê) e Ana Letícia Fiori, Jaqueline Moraes Teixeira, agradeço pelas constantes palavras de compreensão, estímulo e apoio.

Aos colegas do “grupo da Helô”, Sônia Hotimsky, Guilherme Aderaldo, Ana Carolina Braga de Azevedo, Clara Coelho, Laís Marachini, Nicole Baumgarten, Felipe Piva, agradeço o compartilhamento de textos, leituras, ideias e afetos.

Ao José Miguel Nieto Olivar (Zé), pela instigante disciplina oferecida como pesquisador de pós-doutoramento (“Etnografias urbanas: fronteiras, economias e afetos”, organizada pela Silvana Nascimento), pelas ideias trocadas e a amizade construída, muito obrigada.

Àqueles e àqueles que leram e comentaram diferentes versões dessa pesquisa, em especial Débora Diniz, Debóra Leitão, Graziela Gomes, Jorge Leite Jr., María Elvira Díaz-Benítez, Lara Facioli, Marcele Jacinto, Larissa Pelúcio, Iara Beleli, Carolina Branco Ferreira, Isabela Venturosa, Thiago Falcão, Juliana do Prado, deixo aqui minha gratidão.

Agradeço aos docentes do Departamento de Antropologia Social da Universidade de São Paulo, em especial aqueles e aquelas que estiveram e se mantêm presentes em como penso e vejo o mundo: Lilia Moritz Schwarcz, Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer, Júlio Assis Simões, Heitor Frúgoli Jr., Silvana Nascimento, Sylvia Caiuby, Dominique Tilkin Gallois, Fernanda Arêas Peixoto e Laura Moutinho.

O fim de um doutoramento é um momento simbólico em um sempre aberto processo de formação. Por isso, agradeço, também, aos meus professores dos departamentos de Sociologia e Ciência Política da USP.

Aos membros da banca de qualificação, Profa. Dra. Maria Filomena Gregori (UNICAMP) e Prof. Dr. Jair Ramos (UFF), agradeço pelas contribuições rigorosas, instigantes e sagazes. Fico muito feliz, também, com o aceite para participarem da banca de defesa deste doutoramento.

A prof. Dra. Adriana Piscitelli (PAGU/Unicamp), agradeço à oportunidade de cursar como ouvinte a disciplina “Economias Sexuais: afetos, normatizações, regulações”, ministrada também por Susanne Hoffman e organizada por Laura Lowenkron.

A Edilara Pacheco, minha Lara Dee, a mulher mais incrível que já conheci, obrigada por (re)existir e me dar tanta força e inspiração nos mais tortuosos caminhos da vida.

A Mayra Lourenço e Vany Amorim, muchas gracias. Sin ellas, mis hermanas de carretera, frontera, pirambeira y cordillera, os últimos quatro anos não teriam tido metade do brilho.

A Rachel Rua, irmã de família trocada, obrigada por partilhar a maior generosidade e a melhor moqueca capixaba do mundo. Você, Rá, é condição de existência desta pesquisa, deste texto e desta amiga.

A Bia Krieger, obrigada por ser assim uma versão tão melhorada, por lembrar de tudo (tudo, tudo) e por me acompanhar nessa fome de mundo. Obrigada pelos akwen, também.

A Luciana Guedes, obrigada pela força, pelos cafunés e pelas cartas tiradas.

A Veridiana, pela delicadeza inenarrável, obrigada pela paciência com meu jeito meio estabanado.

A Bia Bellintani, por ser tão querida e ter lido algumas versões desta tese para me acalmar.

Amiga é casa, o resto é barulho. Amo vocês.

Rene Guedes, Katia Tavares, Hugo (Chusyd) e Hugo (Neri), os melhores amigos que eu poderia ter, agradecida. Ao Denys Yamamoto e à Roberta Salles, obrigada por serem os melhores cunhados. Ao João Prado, por ser um amigo tão bacana e me levar até à Rússia.

Ao Janjão, ao Sebá e a Aninha, agradeço por terem vindo ao mundo assim tão perto de mim. Tem sido uma delícia.

Obrigada a Nica e ao Nathan (bem como ao resto da família Follmann) por terem chegado e ficado.

A tia Nadia, obrigada por ser assim tão feita de amor. Você está em cada passo que dou. Às mulheres que me criaram ou com quem cresci, vó Débora, Debinha, Luíza, Érika, Jéssica, obrigada por serem ancestralidade, carinho e garra.

Ao meu companheiro de vida, mente e luta, Steevens Beringhs (“Zé”). Obrigada pela inspiração de viver todos os dias ao seu lado, pela parceria irrestrita, pelo encontro quase metafísico, pelas trocas infinitas, e por me desafiar, sempre.

E ao Monty, obrigada pela companhia.

SUMÁRIO

Introdução	19
“Você viu que vazaram nudes da Sabrina?”	19
“Daqui a pouco vai ter delegacia de celular e você vai ter que estudá-las”	28
Sobre <i>nudes</i> e <i>vazamentos</i> : a potência das categorias êmicas	31
Em tempo, um parêntese conceitual	34
Uma breve e necessária reflexão sobre métodos e pesquisa de campo	36
Campo minado: adendo sobre o “internetês”	43
Dos capítulos	43
 Cap. 1. “A internet é o celular”: pesquisando em meio a smartphones, câmeras frontais e redes sociais	46
Nem ciberotimista nem ciberpessimista: sobre tecnologias e ambivalências	52
“Meu celular faz parte de mim”	58
Câmeras de selfies: “o mais importante é a câmera”	64
<i>Redes Sociais</i> : complicando as noções de público(s) e intimidade	68
“Como assim de verdade?”	77
 Cap. 2. “Nenhum nome serve”: das dificuldades em nomear	81
“O que aconteceu comigo não tem nem nome”	81
O que há em um nome?	87
2013, um ano-chave	89
Uma pauta transnacional	94
“Eu dei azar”: o caso de Maria	98
Nem <i>pornografia</i> , nem <i>vingança</i> : entre limites e recusas	100
Exposição de intimidade?	108
Mudando o vetor: outros sentidos de <i>exposição</i>	113
 Cap. 3. “Sem crime não tem violência”: os caminhos dos encapsulamentos legislativos, jurídicos e penais	117
“O PL do João Arruda virou lei”	118
Por uma Lei Maria da Penha Virtual?	123
“É um crime, mas não é”: críticas ao PL 5555/2013	127
A aprovação do “PL de João Arruda” na Câmara dos Deputados	132
<i>Vazou</i> : até 2018, o que dava para fazer?	134
“Ai...”: O artigo 21 do Marco Civil e algumas tentativas	137
Na Lei Maria da Penha e no Código Penal: as <i>tipificações</i> criadas em 2018	140
Uma nova gramática dos direitos das mulheres?	145

Alguns pitacos sobre violência(s).....	153
Cap. 4. Manda Nudes: torções morais, prazeres e perigos na produção e troca de imagens eróticas.....	155
<i>Nude</i> no museu, <i>nude</i> na internet.....	155
Quem aponta a câmera	164
Toda nudez será castigada: por que os <i>nudes</i> incomodam?	170
“O maior problema é a família”	174
O direito aos <i>nudes</i>	177
É possível uma prática de <i>nudes</i> 100% segura?	188
Epílogo. Consentimento é sexy?	193
Quem pode dizer não?	193
O que os <i>vazamentos de nudes</i> têm a ver com isso?	200
Referências	203
Projetos de Lei	216
Legislação	218

TABELA DE IMAGENS

Imagem 1.1 “Sabrina Sato cai na rede” I.....	20
Imagem 1.2 “Sabrina Sato cai na rede” II	20
Imagem 1.3 #JuntasContraVazamentos I	23
Imagem 1.4 #JuntasContraVazamentos II.....	24
Imagem 1.4 #JuntasContraVazamentos III	25
Imagem 1.6 Reações a campanhas I.....	26
Imagem 1.6 Reações a campanhas II.....	26
Imagem 2.1 – Charge de Lila Cruz sobre revenge porn.....	92
Imagem 3.1 – Campanha da “Safernet” contra a “sextorsão”	121
Imagem 3.2 – Informativo “Compromisso e Atitude”	128
Imagem 3.3 – Capa da revista “Época”	148
Imagem 3.4 – Capa da revista “Isto é”	148
Imagem 3.5 – “Vamos falar sobre assédio sexual”	150
Imagem 4.1 Guerilla Girls para o MASP	157
Imagem 4.2. Reportagem Jornal USP	162
Imagem 4.3 Últimos <i>tweets</i> de Júlia Rebeca	175
Imagem 4.4 – Princípios Feministas da Internet	180
Imagem 4.5 – Cartilha “Safer Nudes” I.....	182
Imagem 4.6 – Cartilha “Safer Nudes” II	183
Imagem 4.7 – Iniciativa #sextingseguro I	184
Imagem 4.8 – Iniciativa #sextingseguro II	189
Imagem 4.8 – Iniciativa #sextingseguro III.....	190

Uma das obras mais marcantes da literatura, “Ulysses” de James Joyce, termina com uma declaração afirmativa de desejo de Molly Bloom (considerada tão erótica que foi banida por mais de uma década após a publicação do livro): “e então eu pedi a ele com os olhos para pedir outra vez sim e então ele me perguntou se eu queria sim dizer sim minha flor da montanha e primeiro eu passei o meu braço sim e o puxei para mim para que sentisse meus seios perfumadíssimos sim e o coração dele batia feito um louco e sim eu disse sim eu quero muito sim”.

‘Sim significa Sim’ é claramente mais são - e mais sexy. E isso é verdade tanto para Leopold e Molly Bloom, assim como para o resto de nós.

(Gloria Steinem e Michael Kimmel.

‘Sim’ é melhor do que ‘não’¹).

¹ Artigo publicado pelo jornal estadunidense “The New York Times” no dia 05 de setembro de 2014.

Introdução. “Você viu que vazaram nudes da Sabrina?”

Acordei com uma série de notificações insistentes no celular. Era março de 2015. Na tela, o nome de Mariana aparecia seguido de curtas frases em letras maiúsculas, uma torrente de pontos de exclamação, *emojis*² lacrimejantes e alguns *links*. Tudo parecia denotar urgência. “Você já viu? ‘Vazaram nudes’ da Sabrina”³.

Sem pensar muito e ainda atordoada pelo sono, cliquei. Fui imediatamente levada à plataforma de vídeos online mais popular naquele momento, o *Youtube*. De nome “Sabrina Sato cai na web”, a cena se desenrola em meros dezessete segundos. Na penumbra, uma mão masculina se movimenta em meio a lençóis impecavelmente brancos. Um corpo parcialmente coberto se remexe. A bela mulher (Sabrina?) olha de soslaio e esboça algo entre um sorriso e um muxoxo.

Com enquadramento fechado em close e ângulo trêmulo, a câmera está posicionada de modo a reproduzir, conscientemente ou não, o olhar daquele que filma – de quem nada sabemos – como se estivéssemos, tal qual voyeurs, acompanhando. O vídeo claramente obedece a certa estética “caseira”, lugar comum em conteúdos *vazados*⁴ na internet: espontaneidade nos comportamentos, tom de intimidade revelada, baixa resolução bem como qualidade de imagem, pouca iluminação e movimentos tortos ou incomuns.

A protagonista do vídeo se levanta calmamente e, em seu meio espreguiçar, reparo em sua quase imperceptível calcinha fio dental de cor semelhante à de sua pele. Ao caminhar em direção ao banheiro iluminado, levemente balançando os longos cabelos lisos e soltos, a mulher veste um sutiã. Podemos ver, novamente, parte daquele que filma: uma perna enrolada nos lençóis. Tudo muito natural, aparentemente.

² *Emojis* são imagens que transmitem a ideia de uma palavra, frase ou sensação. Esses pictogramas têm se tornado cada vez mais comuns em comunicações digitalizadas, de tal modo que, em 2015, o *emoji* “face com lágrimas de riso” (😄) recebeu o título de “palavra do ano” pelo conceituado dicionário britânico Oxford.

Emoji é eleito pela 1ª vez a 'palavra do ano' pelo Dicionário Oxford: Universidade elege todo ano a palavra com maior 'significância cultural'. Imagem venceu palavras como 'refugiado' e 'economia compartilhada'. G1. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/11/emoji-e-eleito-pela-1-vez-palavra-do-ano-pelo-dicionario-oxford.html>>. Acesso em: 09 set. 2019.

³ Sabrina Sato é uma conhecida apresentadora de programas de variedades e humor na televisão brasileira.

⁴ Utilizo itálico para termos êmicos da pesquisa. Em empreitadas antropológicas, denominamos como tais palavras e expressões caras às situações, aos contextos e aos sujeitos com quem interagimos durante a pesquisa e que se tornam, de alguma forma, analiticamente rentáveis. No caso desta tese, muitos destes termos são comuns à certa sociabilidade mediada pela internet.

Sabrina Sato cai na net

Imagem 1.1 – Captura de tela do vídeo “Sabrina Sato cai na rede”.

Fonte: YouTube.

Imagem 1.2 – Captura de tela de outras divulgações do vídeo. Fonte: YouTube.

Trazendo-me de volta à conversa no celular, Mariana⁵ me chamou agitada: “Já viu? Será que é mesmo ela?”. Fiz uma rápida busca na rede e logo encontrei menções ao ocorrido tanto em notícias jornalísticas quanto em *perfis* de *redes sociais*. Menos de vinte e quatro horas após ser inicialmente inserido na plataforma, o vídeo já circulava “polimidiaticamente⁶” (Medianou & Miller, 2013), tornando-se um dos assuntos mais comentados no *Twitter*, com centenas de milhares de *visualizações* e muitos comentários. Canais de televisão também o noticiavam, em tom espalhafatoso, nas chamadas de seus programas de fofoca.

⁵ Os nomes que cito nesta tese são pseudônimos criados com o intuito de preservar o anonimato de todas as pessoas envolvidas.

⁶ Medianou & Miller (2013) argumentam que plataformas comunicacionais digitais têm caráter interativo e fluído, sendo constante a circulação constante entre conteúdos e plataformas.

Rapidamente, a irmã de Sabrina, também sua empresária, respondeu a jornalistas alvoroçados que desconhecia a existência do material, por isso não poderia confirmar tratar-se da apresentadora, uma vez que esta estaria em um longo voo internacional. Nos comentários que seguiam o vídeo, todavia, a identidade de Sabrina era dada como certa. Alguns reconheciam tatuagens, outros lembravam da fisionomia particular da artista, descendente de japoneses, cujo rosto traz uma distinta pinta na testa.

Junto à charada da verdadeira identidade da protagonista do vídeo, já se podia notar a vertiginosa cacofonia comum aos comentadores de internet. A maioria das reações esboçava surpresa, reconhecendo o potencial bombástico do ocorrido. Alguns comentários ressaltavam o caráter excitante das imagens, fazendo referências sexuais bastante explícitas. Outros traziam uma série de ofensas à Sabrina, atribuindo à moça a pecha de mulher moralmente ambígua, portanto passível de julgamentos e reprovações.

Uma parte das opiniões, ainda que numericamente minoritária, parecia compadecer-se da moça, preocupando-se com os possíveis efeitos nocivos do *vazamento* para seu bem-estar. Sabrina, fosse ela ou não, já estava sujeita ao incontável e irascível *tribunal da internet*.

Ao longo do dia, alguns *blogs* e *perfis* de mulheres e iniciativas feministas se manifestaram em textos que traziam orientações para que o material não fosse ainda mais propagado (ou *compartilhado*, jargão utilizado nesses espaços que significa distribuir ou passar adiante), questionando tanto as origens do vídeo quanto os ataques morais feitos ao comportamento de Sabrina, a mais recente “vítima”, diziam, do potencial violento e “machista” da internet.

O vídeo *vazado* impactou Mariana. Fora uma situação parecida que havia nos levado uma à outra. Eu, uma pesquisadora que havia acabado de iniciar uma pesquisa de doutorado dedicada à reflexões acerca da disseminação não autorizada – e potencialmente danosa – de imagens eróticas de mulheres pela internet, e ela, uma jovem universitária que, via uma complexa rede de acadêmicas e militantes feministas, procurara-me para “pedir conselhos” após, em seus próprios termos, o “episódio das fotos”. Desde então, encontramos-nos algumas vezes e mantivemos contato através de *redes sociais*.

Preocupada com a tristeza da moça, marquei de encontrá-la naquele mesmo dia. A nosso favor, tínhamos a proximidade entre minha casa e a faculdade onde ela cursava Medicina. Na lanchonete, conversamos muito a respeito do suposto vídeo de Sabrina e mais ainda sobre as fotos de Mariana.

O caso de Mariana tinha ocorrido algumas semanas antes e se deu após uma festa em que ela, tendo bebido bastante, aceitara o convite de um amigo para descansar em seu apartamento, localizado próximo ao evento. Ela não se lembrava exatamente do que havia acontecido naquela situação, mas alguns meses depois, descobriu que, enquanto dormia, o rapaz a fotografara. Nua. Alguns dias depois da festa, ele enviou as imagens para um grupo de *WhatsApp* que reunia parte dos colegas de classe de ambos.

“Agora eu já estava me acostumando, mas vai que por causa disso resolvem *compartilhar* de novo?”, perguntou Mariana enquanto bebericava o café. O receio recorrente em relação à possibilidade do ressurgimento das fotos não era exclusivo dela. Só na por ocasião do vídeo de Sabrina, por exemplo, recebi mais três ou quatro mensagens, todas com a mesma aflição. Assim como outras mulheres com quem conversei naquele dia, Mariana se sentia amedrontada e receosa de que seu pai e o atual namorado tomassem conhecimento do que lhe acontecera. Sua imagem, digital, social e moral – ela sentia – estava em constante perigo.

Dois dias depois, veio a surpresa anticlimática. O vídeo de Sabrina (sim, era Sabrina!) não passava de uma campanha publicitária de uma marca de absorventes menstruais⁷.

Aproximando-se tanto da estética dos vídeos que “caem na rede” quanto de iniciativas de cunho feminista que, naquele período, movimentavam a internet com a popularização da ferramenta da *hashtag*⁸ para denúncias e mobilizações⁹, a campanha

⁷ **Suposto vídeo íntimo de Sabrina é uma estratégia publicitária - do bem!** A apresentadora é a embaixadora do projeto #JuntasContraVazamentos, que quer reduzir o vazamento de informações na internet.

Disponível em: <<https://revistaglamour.globo.com/Celebridades/Hot-news/noticia/2015/03/suposto-video-intimo-de-sabrina-e-campanha-publicitaria.html>>. Acesso em: 11 set. 2019.

⁸ Revestindo-se de significados múltiplos a partir de variados manuseios cotidianos de ferramentas digitais de comunicação, quando acionadas em mobilizações ativistas, as *hashtags* podem funcionar como organizadoras panfletárias, capazes de localizar e espalhar rapidamente conteúdos que foram marcados com o símbolo da cercilha (#), também chamado de “jogo da velha”. Seu uso (estratégico ou não) costuma ser especialmente eficiente e populares no *Twitter* (Cf. Feixa, 2014). Tem-se chamado atenção para a possibilidade das *hashtags* criarem ativismos políticos e sociais, o “*hashtivism*” (Keating & Murphy, 2015) seria caracterizado pelo uso da ferramenta como forma de reunir e mobilizar pessoas em torno de causas. Esses protestos, criados em rede e intensamente articulados pela internet, seriam uma forma de comunicação, sensibilização e engajamento possibilitados pelos adventos das tecnologias digitais. Nos últimos anos, popularizaram-se diversas *hashtags* com pautas de violência contra mulheres.

⁹ Durante a primeira década dos anos 2010, algumas *tags* feministas alçaram grande visibilidade, articulando contextos, iniciativas, resultados e sujeitos ativistas, midiáticos e jurídico-políticos. Entre muitas, destaca-se a campanha #meuprimeiroassedio. Popularizada em 2014, ela surgiu do apoio coletivo oferecido por mulheres a uma menina de 12 anos que havia sido alvo de comentários sexuais na internet após participar de um “reality show” de culinária. A campanha convidava as usuárias da rede a *compartilhar* suas histórias pessoais. As respostas foram posteriormente tabuladas, organizadas e divulgadas. Segundo as responsáveis, constatou-se que a idade média do “primeiro assédio” corresponderia

#JuntasContraVazamentos fazia um trocadilho (ainda que duvidoso) entre os constrangimentos advindos da propagação não autorizada de imagens eróticas e os incômodos trazidos por escapes da menstruação. Problemas de mulheres, ambos *vazamentos* poderiam e deveriam ser evitados. Disse Sabrina, em um dos vídeos produzidos e circulados pela campanha:

Esse vídeo que vocês acabaram de ver poderia ser um **vazamento da minha intimidade**, mas ele foi feito para chamar a atenção para um problema muito sério. Muitas meninas e mulheres têm sua **intimidade vazada** sem seu **consentimento**. E nós mulheres não podemos deixar um **vazamento** tirar o nosso sono e a nossa autoconfiança. Somos donas da nossa **intimidade** e nós é que decidimos o que queremos ou não mostrar. Mostrem seu apoio **postando uma selfie** em suas **redes sociais** com o símbolo da causa e a **hashtag** #JuntasContraVazamentos. (Grifo próprio)

Imagem 1.3 – Captura de tela #JuntasContraVazamentos. Fonte: Youtube.

aos 9 anos de idade, sendo a maior parte das abordagens assediadoras cometidas por conhecidos (65%).
Meu Primeiro Assédio: by Think Olga.

Disponível em: <<https://olga-project.herokuapp.com/2018/01/31/primeiro-assedio/>> Acesso em 09. set. 2019.

#MeuPrimeiroAssédio inspira campanhas semelhantes pelo mundo: Milhares de latino-americanas usam a hashtag #MiPrimerAcoso para denunciar no Twitter a primeira vez em que foram assediadas.

Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/meuprimeiroass%C3%A9dio-inspira-campanhas-selhantes-pelo-mundo/a-19215855>>. Acesso em: 20 set. 2019.

Imagem 1.4 – Campanha #JuntasContraVazamentos. Fonte: Facebook da Marca Always.

Além do esclarecimento sobre a polêmica deliberadamente fabricada, a campanha do absorvente, uma parceria entre a marca “Always”, a agência “Leo Burnett” e a “Safernet”, trazia informativos em números e relatos de jovens mulheres que narravam suas experiências pessoais de *vazamentos* na internet, “quando aconteceu comigo, eu não tinha nenhuma forma de obter informação ou saber o que fazer, com essa campanha, você tem”. Sabrina explica em outro vídeo¹⁰:

96% das meninas têm medo de que seus **vídeos e fotos íntimas vazem na internet** e, só no último ano, 226 meninas buscaram ajuda da Safernet porque tiveram **conteúdos íntimos vazados** nas redes sociais ou no celular. (Grifo próprio)

O material incluía uma série de instruções para aquelas se vissem nessa situação. A iniciativa reconhecia a popularidade da prática de registrar e enviar imagens eróticas – *nudes* ou *fotos íntimas* –, mas a tratava em tom consideravelmente alarmista e proibitivo: “se você não quer que suas fotos e vídeos **sejam expostos**, evite enviá-los para outras pessoas” (grifo próprio).

¹⁰ Todo o material ficou disponível na página da campanha (www.juntascontravazamentos.com.br). Não posso precisar o momento em que o conteúdo foi descontinuado e tirado oficialmente do ar. Atualmente, restam apenas alguns vídeos que não tão facilmente encontráveis a partir de mecanismos de busca. Como há de ser na internet, entretanto, faz-se mais fácil encontrar prints e links do vídeo supostamente vazado.

Imagem 1.5 – Recomendação. Fonte: Página www.juntascontravazamentos.com.br.

Embora bem-intencionada, a iniciativa gerou reações negativas que a acusaram de insensibilidade frente um assunto delicado e sério¹¹. Não as manchas de sangue em roupas, mas os *vazamentos de nudes*¹². Não obstante a maior parte das críticas tenha feito mais barulho em certa *bolha* formada por pessoas com simpatias feministas¹³, especialmente entre aquelas que utilizam suas páginas pessoais em *redes sociais* como plataformas de militância e circulação de temas, problematizações e discursos ativistas, reações à campanha pipocaram em diferentes *redes sociais*.

Foi especialmente mal recebida, também, a orientação considerada moralista e restritiva às usuárias da rede. O corriqueiro conselho “melhor não fazer” traz implícitas convenções de gênero e sexualidade que associam o desejo e comportamento sexual masculino à predação, ao passo que às mulheres caberiam freios, precaução e controle.

¹¹ **Três campanhas publicitárias que irritaram mulheres às vésperas do Dia Internacional da Mulher:** Propagandas de cerveja, de absorvente e até do Ministério da Justiça foram alvo de polêmica. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2015/03/tres-campanhas-publicitarias-que-irritaram-mulheres-as-vesperas-do-dia-internacional-da-mulher-4713842.html>>. Acesso em: 09 set. 2019.

Por que a campanha da Always não é tão legal quanto parece: A aproximação forçada dos significados de “vazamento” e o uso de imagens da Sabrina com cara de “vazadas” arruinaram um debate que podia ser bom. Disponível em: <<https://www.buzzfeed.com/br/clarissapassos/a-campanha-da-always-nao-e-legal-quanto-parece>>. Acesso em: 09 set. 2019.

¹² Em junho de 2016, outra campanha publicitária arcaria ainda mais alto com os custos de uma tentativa de piada com o tema. A empresa farmacêutica “Bayer”, juntamente com a agência brasileira “AlmapBBDO”, inscreveu no Festival de Cannes uma peça com a frase ‘Calma amor, não estou filmando isso.mov’ como propaganda para uma medicação para dores de cabeça. A criação levou o cobiçado prêmio “Leão de Ouro” na categoria “outdoor”. Após reações críticas e negativas, segundo as quais um assunto grave – a gravação de imagens de mulheres sem autorização – estaria sendo tratado como de forma leve e jocosa, a agência retirou a campanha do ar e, posteriormente, devolveu as cobiçadas estatuetas.

Após crise, chefe de agência manda devolver prêmio de Cannes: O chefe de criação global da BBDO mandou a filial brasileira devolver os prêmios de Cannes após a polêmica campanha para a Bayer, que sofreu duras críticas. Exame. São Paulo, 24 jun. 2016.

Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/marketing/apos-crise-chefe-de-agencia-manda-devolver-premio-de-cannes/>>. Acesso em: 09 set. 2019.

¹³ *Bolha* descreve certos elementos escusos do funcionamento das *redes sociais*, cujas programações algorítmicas não conhecidas e/ou controláveis por usuários/as tenderiam a aproximar pessoas que pensam e se expressam de maneira semelhante, afastando posicionamentos conflitantes. A *bolha* também pode ser criada pelos próprios usuários de maneira deliberada, selecionando opções de limitação e organização no acesso a conteúdos (Cf. Parisier, 2012).

Sugestões dessa natureza, embora não condenem o exercício da sexualidade feminina, parecem relegar o sexo à esfera da intimidade, enfatizando o papel das mulheres como antecipadoras ao risco dos *vazamentos*.

Imagens 1.6 e 1.7 – Reações à campanha. Fonte: Twitter.

Até mesmo Mariana, que tratava sua experiência pessoal com sigilo e vergonha, deu vazão ao seu profundo descontentamento em seu *perfil* no *Facebook*, Mariana. Em um texto acompanhado por *emojis* de faces irritadas e chorosas, Mariana *compartilhou* a seguinte mensagem em seu *perfil* no *Facebook*:

Do que adianta falar com as mulheres? Tem que falar com os homens. A culpa nunca é das mulheres. É preciso conscientizar as pessoas de que **publicar fotos íntimas sem o consentimento** é errado e de que o **homem não tem direito de expor intimidades alheias**. A Always poderia ter feito uma campanha muito melhor. Imagina uma menina que viveu isso vendo essa chacota... E depois lendo que **não é para mandar nudes**... Sendo julgada por uma marca e por uma mulher que posa pelada. Lamentável.

O burburinho causado pelo vídeo de Sabrina, a campanha do absorvente e suas repercussões se inserem em determinado cenário social, tecnológico e político em que, nos últimos anos, têm-se buscado chamar a atenção para os perigos de um problema supostamente oriundo dos tempos da internet: a disseminação não autorizada de imagens eróticas através de plataformas online de comunicação digital.

Vazamentos de nudes, pornografia de vingança ou revanche, exposição de intimidade, divulgação não consentida de fotos íntimas. Essas são algumas, talvez as

principais, tentativas de nomear e apresentar a prática possibilitada e facilitada pela popularização de certas tecnologias interacionais¹⁴.

Em iniciativas e problematizações feitas por ativistas feministas, Projetos de Lei levados ao Congresso Nacional brasileiro, estatísticas e notícias veiculadas em diferentes mídias, campanhas e mobilizações articuladas por entes do Estado, coletivos e empresas de internet, o assunto ganhou fôlego e importância social e política ao ser entendido como uma nova faceta da violência contra mulheres¹⁵, uma vez que seus efeitos nocivos resultariam da atribuição de valores morais que condenam e limitam os comportamentos sexuais de corpos generificados.

“É uma mistura de machismo velho com machismo novo”, explicou-me Dra. Graziela, advogada especializada em crimes digitais e uma das principais interlocutoras desta pesquisa: “na internet existe um mercado de humilhação pública em que a vergonha é o lucro e as mulheres são a mercadoria”.

Se escândalos de ordem sexuais não são invenção recente, eles ganharam outra dimensão, escala e velocidade diante das novas tecnologias. De maneiras variadas, é na e por causa da internet – em seus *aplicativos*, plataformas e dispositivos – que a produção, a troca e os *vazamentos* de *nudes* tomam vida. São nesses espaços de sociabilidade que circulam imagens, julgamentos, acusações e perseguições.

Ao mesmo tempo, neles também transitam campanhas de conscientização, mobilização e questionamentos de valores morais restritivos. Evidenciando explicitamente sua ambivalência constitutiva, a internet atua, simultaneamente, como espaço de perpetuação de preconceitos, ataques e violências bem como lugar privilegiado de disputas por mudanças de comportamentos e reivindicação de direitos.

A internet é um espaço de múltiplas contendidas, que comporta posições contrárias, ambíguas, contrastantes e conflitivas. Se, por ela se perpetuam convenções de gênero e sexualidade condenatórias, por ela também se movimentam vozes dissidentes e contra hegemônicas.

Espécie de “campo de batalha para a sexualidade” (Ramos, 2013), a internet reúne embates políticos acerca de significados e restrições sobre os corpos, comportamentos e usos dos prazeres; produzindo diferentes “tecnologias de gênero” (Lauretis, 1994) que

¹⁴ Em especial, a difusão dos celulares em seu modelo *smartphone* conectáveis à internet e dotados de câmeras fotográficas frontais.

¹⁵ Opto pelo plural por entender que mulher-singular pode relegar diferenças e desigualdades à penumbra, não concedendo importância à pluralidade de cor, classe, orientação sexual, identidade de gênero, geração, escolaridade, origem, religião, entre outros entre as próprias mulheres.

atribuem significados, valores e lugares a indivíduos, instituições, ações e objetos associados a ideais de feminilidade e masculinidade.

Dentro deste contexto, dão-se esforços sociais, ativistas, políticos e jurídico-legislativos que visam a criação de mecanismos que possam punir e quiçá impedir os usos indevidos, danosos e mal-intencionados de materiais considerados “íntimos”. Em meio a estratégias, iniciativas e debates, estão percepções, moralidades e noções relativas a direitos, violações, sujeitos e sexualidades generificadas.

“Daqui a pouco vai ter delegacia de celular e você vai ter que estudá-las”

Quando primeiro me deparei com denúncias de abusos envolvendo imagens eróticas de mulheres na internet, aparelhos celulares e *redes sociais* levadas a Delegacias de Defesa da Mulher, tais situações eram encaradas como inusitadas e inclassificáveis, ganhando inclusive, por parte das policiais, a alcunha jocosa de “brigas de celular”. Entre 2012 e 2013, conduzi minha pesquisa de campo de mestrado acompanhando o expediente policial de duas delegacias especializadas na cidade de São Paulo. Meu propósito, naquele momento, era indagar os sentidos e significados acionados pelos manuseios da Lei Maria da Penha¹⁶ (Lins, 2014).

Durante os plantões, entrelaçadas a narrativas de espancamentos, ameaças e ofensas ocorridas em meio a relações de afeto e intimidade, uma outra modalidade de fala começou a se repetir com alguma constância, trazendo espanto e desafio prático para as profissionais daquele espaço. “Ele controla minhas senhas e não me deixa conversar com outros homens”, “ele jogou meu telefone na linha do trem”, “ele não deixa que eu tenha um celular” se tornaram reclamações cada vez mais comuns em tentativas de lavramento de Boletins de Ocorrência.

No final de 2013, começaram a ser avolumar situações em que mulheres reclamantes (“vítimas”¹⁷, na linguagem policial) traziam “queixas” envolvendo aparelhos celulares, objetos que, rapidamente, converteram-se em estopins de cenas de conflitos. Uma conversa considerada privada lida sem permissão, um *perfil de rede social* acessado

¹⁶ Promulgada em 2006, a Lei nº 11.340/2006, apelidada de Lei Maria da Penha é uma norma jurídica que visa coibir e punir mais rigorosamente crimes de violência doméstica e familiar contra mulheres.

¹⁷ Entendo “vítima” como um termo carregado de significados atrelados a valores morais, a percepções e a disputas sobre quem poderia legitimamente demandar o status de *vítima*. Mapeei parte das disputas sobre quais vítimas seriam consideradas social e moralmente merecedoras do epíteto na prática policial em minha dissertação de mestrado, em especial, no capítulo sobre a “vítima de verdade”, alguém com pouca ou nenhuma possibilidade de (re)ação, em situação de vulnerabilidade quase absoluta (Cf. Lins, 2014).

sorrateiramente, senhas roubadas ou trocadas, chamadas incessantes e indesejáveis de números desconhecidos, comentários ofensivos ou duvidosos, dúvidas sobre traições, *compartilhamento* de fotos trocadas em segredo.

Algumas vezes, as reclamações mencionavam situações em os próprios aparelhos haviam sido destruídos pelos acusados (“autores”, em termos policiais), causando, além de prejuízo, intensa revolta e tristeza nas mulheres. A quantidade de vezes em que os celulares apareciam nas falas daquelas que compareciam às delegacias não passou despercebida nem por mim nem pelas policiais. Uma delas, inclusive, chegou a profetizar de maneira exasperada: “as pessoas arrumam mais motivos para brigarem, daqui a pouco vai ter delegacia de celular e você vai ter que estudá-las”.

A maior parte destas narrativas, em especial derivações de “ele disse que vai vazar as minhas fotos”, não encontrava enquadramento policial, gerando mal-estar, descontentamento e reclamações mútuas entre as profissionais das delegacias e as mulheres que as procuravam. Apelidados pelas policiais de “brigas de celular”, esses relatos não eram entendidos como crimes encapsulados nem pela Lei Maria da Penha nem pelas *tipificações penais* do Código Penal brasileiro.

Se, em 2013, não havia sequer um nome para descrever esses cenários, ao longo do período que compreendeu esta pesquisa – entre 2014 e 2019 –, o assunto galvanizou atenções midiáticas e feministas; figurou em projetos de lei; ganhou nomes e definições (ainda que porosos, provisórios e constantemente em disputa); mereceu inclusão em estatísticas, estudos e campanhas; foi sancionado como *tipificação penal* dentro do rol de crimes contra a dignidade sexual e incluído na Lei Maria da Penha como forma de violência doméstica e familiar contra mulheres. Também virou *meme*¹⁸, chiste e reivindicação política, pleiteando significados criativos, bem-humorados e questionadores.

¹⁸ Imagem, texto ou vídeo, geralmente em tom humorístico, que se espalha rapidamente pela internet, *memes* podem ter intuito crítico, ofensivo, mobilizador, pedagógico ou contestador, caracterizando-se, portanto, pela sua variabilidade de sentidos e usos (Cf. Shifman, 2014).

Em 2017, a Universidade Federal Fluminense (UFF) criou uma plataforma online dedicada ao armazenamento de *memes*. O “#MuseudeMemes” se apresenta como uma iniciativa provocadora, metalinguística e bem-humorada cujo acervo traz descrições, explicações e contextualizações de *memes* populares, dentre os quais está o popular “Manda Nudes”, frase que expressa um pedido de envio imagens eróticas. Disponível em: <<http://www.museudememes.com.br/sermons/nudes/>> Acesso em: 09 set. 2019. Segundo o *Google Trends*, ferramenta que apresenta, em forma de gráficos, os mais populares termos de busca acionados no *Google*, a expressão “Manda Nudes” passou a gozar de especial popularidade a partir de 2015.

Esta pesquisa teve como objetivo acompanhar algumas das maneiras pelas quais a disseminação não autorizada de imagens eróticas de mulheres pela internet foi sendo apresentada, nomeada, entendida, problematizada e disputada nos últimos anos.

Interconectam-se, nesta empreitada, tentativas de ampliações e modificações de noções de abuso, violação e violência; disputas acerca de valores e avaliações morais atribuídos a práticas e comportamentos eróticos-sexuais; indagações relativas às especificidades de sociabilidades e interações tecnologicamente mediadas; intrincados e metafóricos sentidos de imagens; complexas interações de mulheres com dispositivos sociotécnicos e seus corpos; bem como acirrados debates sobre o papel das leis, dos profissionais de justiça, das mídias e dos ativismos no contexto da defesa dos direitos das mulheres.

O assunto suscita reflexões que trafegam vertiginosamente entre fluxos tecnológico-comunicacionais, práticas eróticas contemporâneas e ordenamentos morais generificados. Atentei-me, em especial, para as disputas classificatórias e discursivas (semânticas, políticas, midiáticas, ativistas e jurídicas) em jogo na construção social da questão tanto como um problema dos tempos da internet quanto como forma de violência moral reguladora da sexualidade feminina. Tal cenário é investido de polissemia, uma vez que sentidos e moralidades são postos em embate a partir da articulação de múltiplas, ambíguas e, por vezes, contraditórias percepções de gênero e sexualidade.

Durante a condução da pesquisa, fui interpelada por sujeitos que tencionaram algumas de minhas premissas iniciais. Inspirada por mudanças de trajetória e indagações advindas da potencialidade da prática etnográfica, passei a dedicar, também, considerável atenção às dinâmicas e aos significados heterogêneos e polissêmicos presentes na produção e no envio de imagens eróticas digitais. Oxigenando meus entendimentos, estas interlocuções investiam os *nudes* de sentidos ousados, jocosos e prazerosos. Dizendo de outra forma, então, esta é também uma pesquisa sobre *nudes*, os processos e sentidos envolvidos em sua produção e troca.

Por isso, voltei-me tanto para a análise das demandas pela criminalização e pelo reconhecimento do status violento de seu uso mal-intencionado, irresponsável ou indevido, quanto para as reivindicações por transformações nas sensibilidades morais coletivas em direção a aceitação da prática como forma legítima de exercício do direito ao prazer e à fruição sexual. Esses processos possuem desenvolvimentos e ritmos paralelos, mas coexistem na medida em que se apoiam e se entrelaçam mutuamente.

Sobre *nudes* e vazamentos: a potência de categorias êmicas

Parte integral do vocabulário social atual, entre os diferentes termos êmicos em disputa, *nudes* ganhou centralidade como um dos fios heurísticos da pesquisa ao descrever a prática mais ou menos comum¹⁹ de registro e envio de imagens eróticas facilitada pela recente popularização de tecnologias digitais de comunicação, em especial, os smartphones conectáveis à internet e as câmeras frontais.

Trazendo premissas de reciprocidade, flerte, sedução, humor e fruição, sua rentabilidade analítico-metafórica gerou instigantes reflexões bem como possibilitou uma maior movimentação pela heterogeneidade e multiplicidade de situações, significados e sentidos que encontrei em campo²⁰.

Embora aludem à nudez, estas imagens podem comportar um gradiente elástico de revelação corporal, englobando desde corpos parcial ou totalmente nus, a registros explícitos de performances sexuais, ou mesmo poses, expressões faciais, vestimentas e situações consideradas sensualmente sugestivas. Ao optar por descrever tais imagens como eróticas, pretendo argumentar, ao longo da tese, que os significados de corpos nus, noções de desejo, sedução e sensualidade (e também obscenidade e imoralidade) bem como de comportamentos e práticas sexuais são contextuais, disputáveis, plurais e não pré-determinados.

Em seu uso tecnológico e figurado, *vazamento* indica uma espécie de derramamento informacional, espalhamento ou *viralização*²¹. Uma frase em um vernáculo, *vazar* traz à tona algumas das peculiaridades de um mundo marcado pela frenética produção e circulação de informações colocadas tanto em quanto na rede. Embora não intrinsecamente dotado de valor, *vazamento* parece indicar, de maneira geral,

¹⁹ Iniciativas encabeçadas por institutos de pesquisa de mercado e opinião se propuseram a quantificar a prática. Segundo pesquisa do “QualiBest”, de 2015, 46% dos brasileiros entre 16 e 30 anos admitem terem enviados *nudes*. O *WhatsApp* foi a ferramenta mais utilizada (87%) pelos pesquisados. Reconheço, contudo, a dificuldade em aferir abrangência, rigor e meticulosidade de empreitadas desta natureza.

Quase metade dos usuários da internet já mandou *nudes*, diz pesquisa: 46% dos entrevistados afirmaram já ter compartilhado fotos ou vídeos da própria nudez na internet. Correio Braziliense. 2015. Disponível

em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/tecnologia/2015/12/17/interna_tecnologia,510979/manda-nudes-pesquisa-consulta-jovens-de-16-a-30-anos-para-saber-opini.shtml>. Acesso em: 09 set. 2019.

²⁰ A potencialidade dos *nudes* como forma de flerte e outras possibilidades de comunicação, em especial entre jovens já socializados em ambientes digitais, é abordada no trabalho de Petrosillo (2016). Encarando os *nudes* de maneira ambígua, a também autora reconhece a possibilidade premente de exposições vexatórias dessas imagens.

²¹ O termo descreve a rápida circulação – geralmente em grande escala – de conteúdos que se espalham entre vários usuários da rede, alcançando muita popularidade, tal qual o *modus operandi* de um vírus.

algo positivo: o conhecimento de uma informação indebitamente ocultada (para não dizer ilegalmente encoberta) e que, quase sempre, importa para a coletividade.

Empréstimo do inglês, o termo é utilizado pelo jornalismo desde o século XIX para se referir a informações sigilosas que, de alguma forma, revelaram-se. Aludindo à publicização de fatos obscuros sobre homens poderosos; maquinções e conspirações políticas que chegaram, por métodos escusos, ao conhecimento de veículos de comunicação de massa²², conteúdos *vazados*, sempre em voz passiva, habitam a polêmica fronteira entre público e privado. No início do século XXI, emaranhado em novos e variados significados – libertários, perversos, subversivos, resistentes ou simplesmente caóticos – os *vazamentos* escoam pelas brechas digitais, transformando o mundo on e offline.

Permitindo produção/circulação de conteúdos e conectividade quase incessante, em sua arquitetura presente, marcada por potências de escala e velocidade, a internet facilita o esparramar de informações. Com uma velocidade alucinante, são derramadas na rede informações, arquivos e imagens de pessoas, governos, empresas, movimentos e grupos; muitas vezes, com consequências imprevisíveis. Neste novo cenário sócio técnico, os *vazamentos* se tornaram ordem do dia. Sua centralidade é evidenciada pelo grande símbolo dos novos tempos: o “WikiLeaks”.

Organização transnacional sem fins lucrativos fundada, em 2006, pelo ativista autoproclamado anarquista Julian Assange²³, a entidade se apresenta como uma biblioteca compartilhada de arquivos e dados censurados ou restritos que envolvem guerra, espionagem e corrupção. Na última década, os *vazamentos* do “WikiLeaks” impactaram relações entre Estados-nação, líderes mundiais, empresas e organismos internacionais²⁴.

²² Ao analisarem o uso figurado e político da metáfora do *vazamento*, os responsáveis pelo prestigioso dicionário estadunidense Merriam-Webster citam um artigo de jornal, datado de 1855, como um de seus primeiros registros. Mencionando um “vazamento de informação” ocorrido na administração presidencial de Franklin Pierce (14º presidente dos Estados Unidos), o “caso Ostende” envolveu a interceptação de correspondências privadas que chegaram ao conhecimento do Congresso, gerando importantes rebuliços. **Spreading the Word on 'Leak':** If anyone asks, you didn't hear it from us. 2019. Disponível em: <<https://www.merriam-webster.com/words-at-play/history-and-figurative-meaning-of-leak-information>>. Acesso em: 09 set. 2019.

²³ Uma das figuras mais emblemáticas desses tempos, Assange transita de maneira ambígua entre herói e bandido. Recipiente de diversos prêmios de Direitos Humanos, Assange é considerado criminoso em diferentes países. Ele também foi acusado e condenado por estupro e abuso sexual na Suécia, tendo fugido do país para não responder às acusações.

²⁴ Em 2010, o “Wikileaks” *vazou* imagens de soldados estadunidenses atirando em civis desarmados no Afeganistão. No mesmo ano, a entidade organizou, juntamente com alguns dos maiores jornais do mundo, a publicização de documentos secretos que devassaram práticas moralmente questionáveis conduzidas por autoridades da política externa dos Estados Unidos.

Segundo seus defensores, os *vazamentos* digitais, ao colocarem em prática a máxima *hacker* de que “a informação quer ser livre” (Assange, 2015), engendriam uma nova forma de ativismo político, em que o jornalismo investigativo, auxiliado por importantes fontes internas (“denunciantes” ou “whistleblowers”), revelaria a má conduta de governos, empresas e instituições, contribuindo, assim, na promoção de uma sociedade mais justa (Assange et al, 2013).

Não obstante, os *vazamentos* atuais podem esparramar tanto os grandes segredos políticos de homens poderosos quanto as informações mais íntimas e delicadas de gente comum. Como explicitado pela fala de uma militante hacker em um evento sobre privacidade e internet, “se você é mulher, *vazar* não significa a mesma coisa”²⁵. Da internet como forma máscula de ataque e defesa frente ao Estado, a empresas e a grupos poderosos, os *vazamentos de nudes* violam e danificam corpos e reputações, transportam-nos para um cenário em que a intimidade sexual (majoritariamente de mulheres) pode violentamente ganhar escalas e consequências tão inimagináveis quanto trágicas.

Quando imagens eróticas digitais – os *nudes* – saem do controle e *vazam*, elas adquirem sentidos e significados múltiplos, sejam políticos, estéticos, sociais ou morais. Esta é, também, uma pesquisa sobre imagens, seja em sentido denotativo, isto é, fotografias e vídeos que se propõem reproduções sociotécnicas da realidade, seja em seus sentidos metafóricos e sociais.

Seguindo a inspiração de Lilia Schwarcz, para quem “imagens têm autoria, tempo e agência” (2014, p. 394), diferentes sentidos de imagem atravessam o texto: aquelas que produzimos de nós, as que produzem sobre nós, as que permitimos que outros vejam, as tornadas visíveis à nossa revelia, as que guardamos para nós, as que gostaríamos que certas pessoas façam de nós, as que produzem prazer e desejo, as que causam sofrimento e conflitos, as que reproduzem desigualdades e restrições, as que permitem subversões e criatividade, as que são usadas contra nós, aquelas que incidem sobre e dialogam com nossa reputação... Imagens são polissêmicas, figurativas, contextuais, perigosas, poderosas e cheias de potência.

Imersa em debates conduzidos por ativistas, gestores públicos, políticos, juristas, pesquisadores e jornalistas, a discussão sobre *nudes* e *vazamentos* habita o cenário de

A história por trás da publicação dos documentos sobre o Afeganistão no WikiLeaks. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/a-historia-por-tras-da-publicacao-dos-documentos-sobre-afeganistao-no-wikileaks-2971488>>. Acesso em: 09 set. 2019.

²⁵ Tratei, em outra ocasião, de forma mais detalhada alguns elementos das discussões sobre hackers, *vazamentos* e gênero (Cf. Lins, 2018b).

reivindicação de certa “cidadania sexual” em que a linguagem dos direitos tem sido manuseada para se falar de sexo, erotismos e moralidades generificadas (Carrara, 2015). Nesse sentido, entendendo o registro, a produção, a troca e a circulação não autorizada de *nudes* como articuladores dos “limites da sexualidade” (Gregori, 2008, 2016): “zona fronteira onde habitam norma e transgressão, consentimento e abuso, prazer e dor” (2016, p.22).

Transitando na fronteira entre o saudável e o perigoso, a produção e a troca de *nudes* incorre em um prazer arriscado, comportando, de maneira intrínseca e ambivalente, possibilidades de satisfação e risco. Ao mesmo tempo em que corresponderiam a novas formas de erotismo possibilitadas pelos avanços das tecnologias da informação, os *nudes* estariam (especialmente para as mulheres) na tênue zona de segurança entre prazeres e perigos, uma vez que a possibilidade dos *vazamentos* estaria sempre presente.

Nudes permitem reflexões sobre desejos, ousadias, rótulos, valores morais, relações, afetos e potencialidades, evidenciando negociações e torções de complexos arranjos sociais de ampliação e restrição de normatividades sexuais, questionando fronteiras entre nocivo e desejado bem como articulando convenções e normas de gênero e sexualidade, dado que seus sentidos resultam da hierarquização de comportamentos, desejos sexuais e moralidades atribuídos a homens e mulheres.

Em tempo, um parêntese conceitual.

Evocando reflexões sobre direitos, violências, moralidades, ativismos e novas tecnologias em meio a sujeitos e corpos sexualizados e generificados, esta pesquisa se insere na profícua produção acadêmico-científica brasileira dos estudos que operacionalizam analítica e conceitualmente gênero e sexualidade.

Ganhando fôlego, sobretudo, a partir da segunda metade do século XX, as formulações teórico-políticas sobre gênero e sexualidade buscam retirar do domínio da natureza as explicações sobre as de assimetrias baseadas em diferenças sexuais, trazendo contribuições, tensões, embaraços e controvérsias resultantes da politização, desestabilização e dessencialização tanto da universalidade quanto da estabilidade das categorias homem e mulher²⁶.

²⁶ A Antropologia tem uma afinidade histórica com preocupações a respeito de aspectos veiculados ao que chamamos hoje de sexualidade e gênero, tendo se debruçado sobre temas como parentesco, reprodução, práticas e papéis sexuais (Malinowski [1929], Mead [1935], Lévi-Strauss [1949]). Duarte (2004) argumenta

Entendo “gênero” como a construção social, histórica e cultural de formas de classificação, hierarquização e normatização de corpos, sujeitos, comportamentos e esferas sociais associados à feminilidade e à masculinidade (Scott, 1995) bem como um ideal regulatório que estipula expectativas e ideais de normalização (Butler, 1990, 1993).

Sexualidade, por sua vez, enquanto ferramenta analítico-conceitual, relaciona-se com as construções sociais acerca do desejo, de valores sexuais, de condutas eróticas (Rubin, 1985), da produção do prazer e da fruição entre parceiros (Gregori, 2003; Duarte, 2004). Dito de outra forma, a sexualidade diz respeito às diferentes formas de conceber os desejos associados a corpos generificados, hierarquizando-os entre práticas, desejos e sujeitos considerados normais e aqueles socialmente desvalorizados²⁷.

Gênero e sexualidade, enquanto categorias “biopsicossociais” (Fausto-Sterling, 2002), articulam-se na medida em que desejos, prazeres e interdições são socialmente atribuídos a corpos e comportamentos inseridos em relações desiguais de poder. Embora relacionada a significados, concepções e normativas de masculinidade e feminilidade²⁸, a sexualidade tem suas próprias inquietações internas, colocando em xeque a naturalização da heterossexualidade e do sexo reprodutivo bem como incitando a reflexão acerca das múltiplas formas de conceber e utilizar os corpos e prazeres, absolvendo sexualidades divergentes do terreno exclusivo da suspeita e da condenação.

que, embora as obras de Malinowski e Mead tenham sido precursoras em delinear aspectos referentes à interioridade do desejo e do prazer, elas também traziam consigo certa tensão ao tratar um assunto tão envolto a restrições morais, acabando por dar mais atenção à construção social dos “gêneros” (conceito não utilizado à época) do que às práticas sexuais e seus significados, ou à sexualidade como uma “categoria do pensamento”.

²⁷ Na produção do “sistema de estigma erótico” (Rubin, 1985) que separaria o bom e o mau sexo, estariam formas de julgamento sexual presentes na religião, na família, no senso comum, no direito, nos saberes médicos e em grupos políticos. A sexualidade, assim, também seria um dispositivo de poder que normaliza e disciplina corpos (Foucault, [1978]), administrando o sexo, e criando discursos, saberes, normas que classificam o mundo em sexualidades desejadas e “sexualidades periféricas”.

²⁸ Penso gênero e sexualidade como “marcadores sociais da diferença”, isto é, categorias relacionais articuladas e articuladoras de diferenciações e hierarquizações sociais que atribuem posições desiguais a sujeitos (Moutinho, 2014; Simões et al., 2010).

Uma breve e necessária reflexão sobre métodos e pesquisa de campo

É quase praxe em pesquisas antropológicas que o desenrolar do trabalho de campo, a etnografia, nosso método particular e preferido, aponte para direções diferentes daquelas que circunscrevemos tão meticulosamente ao redigir o projeto de pesquisa. De certa forma, até contamos com isso, o momento mágico em que o campo “aconteceria”, e planejamos nos surpreender, antevendo o inesperado como espécie de atestado de qualidade e batismo de fogo. Essa situação faz parte de narrativas antropológicas clássicas sobre uma grande “sacada”.

Também já escrevemos, enquanto área de múltiplos saberes, muitas linhas sobre a não-neutralidade do/a pesquisador/a, as subjetividades e as marcas sociais que atravessam as relações etnográficas, fazendo com que cada pesquisa só exista em seu desenho final e original (assim esperamos), porque foi conduzida por aquelas pessoas, naquelas circunstâncias e naquele momento.

Esta pesquisa, da forma em que foi conduzida, só se fez possível a partir de minhas cadeias de referência, isto é, de meus contatos pessoais. Nem de longe um autoelogio. Trata-se aqui de reconhecer subjetividades, possibilidades e limites das construções dessa trama atravessada pelas minhas inserções e meus próprios marcadores sociais da diferença. Ser uma mulher jovem, pesquisadora e militante envolvida com demandas de direitos para mulheres, ter traquejo com a linguagem jurídica, dispor-me a falar em público e estar vinculada à Universidade de São Paulo estão intrinsecamente ligados aos caminhos da pesquisa.

A repercussão das reflexões oriundas de meu mestrado, a saber, um estudo sobre práticas policiais e o manuseio da Lei Maria da Penha em Delegacias de Defesa da Mulher (Lins, 2014), trouxe uma série de convites para debates e discussões com profissionais do sistema de justiça e militantes feministas, categorias não mutuamente excludentes. Essa circulação por espaços de diálogos entre pessoas interessadas na temática de violência contra mulheres possibilitou que eu criasse uma rede pessoal de afeto, ativismo e de status. Foi grande parte via essa rede extremamente ativa, sobretudo em *redes sociais*, que fui sendo identificada, ainda que a contragosto, como uma “especialista em violência contra mulheres”. A pecha, embora inicialmente tenha me causado bastante incômodo, abriu portas e possibilitou acessos que, como eu havia aprendido durante a pesquisa de mestrado, poderiam ser bastante restritos.

Há uma significativa demanda entre profissionais de justiça e jornalistas por “especialistas acadêmicas” que dialoguem acerca de questões referentes a feminismos²⁹, gênero, sexualidade e direitos. Sem que eu me desse conta de início, comecei a desempenhar essa função, sendo chamada para ministrar cursos de formação, provendo citações um tanto quanto genéricas (*mea culpa*) para matérias jornalísticas, discutindo temáticas de violência contra mulheres em escolas, faculdades ou coletivos de diferentes ativismos. E, para minha surpresa, até em empresas. Essa teia relacional, de alguns vínculos mais fortes, outros mais contextuais, certamente estabeleceu relações que permitiram, facilitaram, cancelaram e enviesaram o campo.

Toda troca pressupõe uma contrapartida dadivosa, claro. Se, devido a minha inclusão nessa rede de advogadas, militantes e, em menor número, jornalistas, passei a ter acesso, por exemplo, a pessoas envolvidas diretamente na elaboração de leis e em tentativas de definições de crime e violência; meu papel, por sua vez, era o de legitimar, com a chancela conferida pelo rótulo de pesquisadora da Universidade de São Paulo, as diferentes iniciativas para as quais eu era convidada.

Essa entrada em campo via contatos estratégicos implicou-me diretamente no assunto que eu pretendia estudar, colocando-me política e profissionalmente de um certo lado: o de pessoas envolvidas na construção pública desse mesmo fenômeno, com o dúvida papel de pesquisadora-militante-autoridade. Tal circunstância também me posicionou na como espécie de “autoridade”, uma peculiaridade desconfortável que me tornou sujeito público dos debates sobre direitos e mulheres, ainda que uma autoridade cheia de dúvidas, inquietações e perguntas, mas de quem são demandadas constantemente respostas, saídas, diagnósticos e convicções.

Em diversas situações nas quais me chamaram a opinar, salientei (ou tentei) o caráter processual de minhas impressões e o viés antropológico do trabalho, que, embora não seja contraditório a posicionamentos políticos, exige que eu me avenha com discussões próprias da Antropologia e coloque em xeque certos essencialismos jurídicos e ativistas. Invariavelmente, contudo, fui tratada como alguém que poderia ajudar a resolver situações de conflito e violência, e me via tendo que ter posicionamentos mais

²⁹ É importante salientar que o feminismo não deve ser compreendido no singular, como entidade monolítica e sem divergências internas. Pelo contrário, há diferentes vertentes do pensamento e da militância feministas que utilizam conceitos, explicações e teorias distintas, e até mesmo contraditórias. O feminismo, então, seria mais bem compreendido como feminismos, por não se constituir em um todo unificado, mas fragmentado e dotado de múltiplas manifestações, objetivos e pretensões.

pragmáticos. Muitas vezes, acredito não ter respondido às demandas que me foram feitas. Frustrações mútuas, suponho.

Assim como a praxe dos inesperados achados de pesquisa, embebidos em relatos de “eureca”, “estar lá” é também um dos postulados aprendidos, internalizados e perseguidos por pesquisadores ligados à Antropologia. Eu não imaginava quão incorporada estava, em mim, certa noção clássica e, por vezes mistificada, de trabalho de campo que envolveria estar em um local para a realização da pesquisa etnográfica. “Estar lá”, no contexto desta pesquisa, mostrou-se uma enorme fonte de dores de cabeça, inquietações, inseguranças e agoniadas mudanças de direção.

No projeto, rascunhei uma pesquisa muito mais semelhante àquela que eu havia desenvolvido no mestrado: pretendia acompanhar as atividades policiais da delegacia paulista especializada no atendimento a crimes cibernéticos. Para além disso, imaginei analisar inquéritos policiais e refletir tanto sobre as categorias jurídicas e sociais ali presentes, quanto seguir os caminhos dos Projetos de Leis propostos. A realidade e as próprias consequências da pesquisa de mestrado delinearam outras circunstâncias.

Uma das primeiras grandes frustrações da empreitada foi a própria “Delegacia da Internet”. Eu viria a descobrir que a 4ª Delegacia de Delitos Cometidos por Meios Eletrônicos, também conhecida como “DIG”, não se ocupava de ocorrências dessa natureza, dedicando-se a crimes de estelionato e/ou contra o consumidor. Também tive que abrir mão da proposta de acompanhar inquéritos policiais e processos judiciais, uma vez que não encontrei casos que sequer tinham sido registrados por autoridades policiais ou levados ao sistema de justiça.

Com alguma frequência, pesquisas antropológicas sobre contextos e práticas contemporâneas apresentam como sua principal inspiração etnográfica a já clássica formulação de George Marcus a respeito da pesquisa “multi-situada” (1998). É com certo alívio que muitos de nós reproduzimos as palavras de Marcus acerca da possibilidade de condução de pesquisa de campo em tempo-espacos difusos e descontínuos, dentro de debates polifônicos e polissêmicos e em meio à constante circulação de pessoas e sentidos. Não farei diferente. Esta pesquisa envolve uma etnografia móvel, realizada em diferentes e dispersos espacos e contextos, a partir de distintas e complexas inserções em campo, inserindo-se nas iniciativas das etnografias “multi-situadas”.

Isso significa, na prática, que meu trabalho foi conduzido em diversos ambientes, com imersões e durações variáveis, por meio de diferentes formas de comunicação e transitando por uma multiplicidade de relações e escalas. *Redes sociais*, Projetos de Lei,

relatórios de ONGs, eventos feministas, “rodadas hackers”³⁰, debates relativos a direitos na internet, literatura jurídica, desabafos, pedido de orientações, conversas, reportagens, campanhas, iniciativas do sistema de justiça, manuseios de leis, noções de violência, violação, direitos, crime e reputação. Durante mais de quatro anos, estabeleci relações e trocas em diferentes contextos de interlocução que dizem muito sobre quem eu sou dentro do próprio campo bem como sobre as estratégias, conscientes ou não, que desenvolvi para seguir. Essa é a miríade de interações com que me avim – não sem muita dificuldade – ao longo da pesquisa.

A experiência aqui apresentada e analisada, reveste-se, em alguns momentos, de certo caráter panorâmico, constantemente transitando entre escalas macro e micro, seja de forma textual, empírica ou mesmo política. Acredito que tais nuances sejam constitutivas das “peripécias da pesquisa feita em casa” (Fonseca, 2000), que exigem extrema paciência em lidar com fragmentos de conversas entrecortadas, a sensação de tantas situações vividas “em vão” (ou assim percebidas no momento), relatos demasiadamente sincrônicos, bem como interações curtas e limitadas. Reconheço tais limites como inevitáveis as minhas escolhas.

Encontrei grande conforto nas reflexões de Ulf Hannerz (2003) sobre “estar lá... e lá... e lá”, de que a empreitada etnográfica, sobretudo em certos contextos contemporâneos e frente aos constrangimentos políticos, profissionais e práticos próprios destes, pode ser abordada como a “arte do possível”. A pesquisa “multi-situada”, segundo Hannerz, envolveria o manejo criativo, honesto e quase artesanal de múltiplos lugares de observação e de participação, levando em conta a variedade de interações espaciais e temporais e contatos contextuais, marcados por diferentes durações e níveis de envolvimento.

Tencionando o “modelo clássico de um local”, presente em contos tão canônicos quanto mágicos de arrebatamentos em campo, Hannerz propõe que pesquisadores em Antropologia reconheçam a centralidade, em suas incursões, de elementos de “escolha e de acaso”. Mais do que “estar lá”, ele sugere, devemos pensar nossas pesquisas em termos

³⁰ O termo *hacker* (decifrador, em português) designa pessoas que se dedicam a conhecer e transformar a arquitetura interna de aparelhos, sistemas operacionais, programas, aplicativos e toda sorte de plataformas informáticas digitais. Às vezes, *hackers* conseguem contornar barreiras que supostamente deveriam impedir o controle de certos sistemas e acesso a certos dados. A prática do *hacker* é embebida em um imaginário de impossibilidade de controle e antecipação que combina heroísmo transgressor, conhecimento tecnológico e atuações nas franjas da ilegalidade/legalidade (Cf. Coleman, 2014).

de “estar com” ou “estar entre”, postura altamente instigante para uma disciplina dedicada a pensar e complexificar relações (Carsten, 2014).

Gusterson (1997), em “Studying Up Revisited”, propõe que a etnografia em contextos contemporâneos seja pensada como uma questão de “engajamentos polimorfos”, em que o/ a pesquisador/a reconheça o caráter pragmaticamente amador de suas atividades, em que se interage com interlocutores em diferentes espaços e via meios variados, entendendo e apresentando a pesquisa a partir de arranjos ecléticos de situações e interações. Isso posto, na escrita desta tese, apresento e contextualizo meus “engajamentos polimorfos” em espaços e contextos sociais midiáticos, políticos, legislativos, acadêmicos e ativistas (alguns deles inesperados) com sinceridade e honestidade na descrição de caminhos, percalços e escolhas.

A escrita deste texto se deu como um percurso “rizomático”, às vezes reproduzindo a sensação de vertigem e multiplicidade que marcou a feitura da pesquisa, em meio a hiatos, fluxos, redes, digressões e deslocamentos constantes, fossem espaciais, de pressupostos, de categorias, de leituras, de perguntas, de contextos, de escalas. Só fiz as pazes com isso – se é que fiz – no momento da escrita, mas ainda sinto reflexos dessa experiência caleidoscópica.

Assim que percebi a dificuldade em abordar o *vazamento de nudes* pelo viés policial e pelo contato com situações levadas à justiça, adotei a estratégia de perseguir algumas pessoas envolvidas nos debates midiáticos, militantes e ativistas sobre o tema. Embora eu tivesse tentado me aproximar de algumas dessas interlocutoras pela pesquisa (me apresentando como antropóloga e pesquisadora da universidade), foi o dubio papel de pesquisadora-autoridade que tornou as aproximações factíveis. Levando em conta esse viés, o início de minha pesquisa foi muito marcado pelos debates sobre o caráter violento do fenômeno, os projetos de lei e as possibilidades – ou a ausência delas – jurídicas na condução dos casos de *vazamentos*³¹.

A maior parte das interlocutoras iniciais de pesquisa está ligada ao sistema de justiça e se identifica como feminista. Desse grupo também fazem parte ativistas *hackers*, jornalistas e alguns sujeitos envolvidos em debates sobre direitos e tecnologia dentro das empresas de internet, como *Facebook* e *Google*. Essas mulheres estavam, de uma forma

³¹ Quase todas essas mulheres com quem dialoguei, discuti e refleti, posicionam-se com frequência através de seus perfis em *redes sociais*. Advogadas, promotoras, defensoras, juízas, professoras. Criamos, ao longo dos anos, uma rede de amizade e troca de informações. Temos, inclusive, grupos no *Facebook* e no *WhatsApp*, este último com o simpático nome de “Liga da Justiça”.

ou de outra, envolvidas na construção de um argumento público sobre o tema, articulando a linguagem dos direitos na denúncia de algo considerado uma violência de gênero.

Dei alguma atenção, também, a casos que ganharam destaque em diferentes mídias (em especial jornais e *blogs* apresentados como feministas): narrativas trágicas e melodramáticas de situações limítrofes, como os dois suicídios de adolescentes ocorridos em 2013, que apresentam certa estratégia midiática de ressaltar a violência em sua faceta mais visível e brutal, visando construir estereótipos de vítimas e agressores (Efrem Filho, 2016).

Um efeito inesperado da minha imagem mais ou menos pública de “especialista” acabou sendo umas das circunstâncias que viriam a ampliar de maneira mais interessante minhas inserções em campo. Depois de falar em eventos, debates e entrevistas, comecei, paulatinamente, a ser abordada. Ao invés de dar o primeiro passo e pedir para estabelecer algum tipo de interação, como de costume, passei eu mesma a ser abordada por potenciais interlocutoras.

Fosse para pedir conselhos práticos pós-*vazamentos*, solicitar companhia em tentativas de resolução de problemas ou, simplesmente, para “desabafar”, essas mulheres, via espécie de efeito “bola de neve” involuntário, ajudaram-me a construir relações e reflexões mais complexas. Essas interlocutoras, diferentemente das especialistas e ativistas com quem eu estava dialogando, falavam de si e de suas experiências em primeira pessoa. Falar do outro e falar de si implicam narrativas, posicionamentos e formas de classificação bastante distintas.

As *redes sociais*, nesse sentido, além de categoria êmica da pesquisa, acabaram por se tornar uma ferramenta metodológica imprescindível. Elas permitiram que mulheres me abordassem voluntariamente, assim como possibilitavam encontros contínuos durante um espaço de tempo mais longo. Internet aqui é sujeito, tema, campo, repertório analítico. Ela é metonímia de trânsito por diferentes escalas, reconfigurando espaços e trazendo novas linguagens.

Estar nas e utilizar as *redes sociais* tornou-me mais visível, em diferentes sentidos. Minhas interlocutoras de pesquisa tiveram acesso aos meus *perfis* mais privados, leram o que escrevi sobre o tema, inclusive me procuram para dar opiniões a respeito daquilo que publiquei em artigos ou disse em entrevistas³². Tal circunstância não implica igualdade de poder entre mim e minhas interlocutoras. Na pesquisa acadêmica é o pesquisador quem

³² Cf. Lins (2018a, 2018b, 2016, 2015).

faz as perguntas, quem decide o momento de interpelação, quem produz resultados, quem, de certa forma, dita algumas regras desiguais dos termos de troca. No entanto, as *redes sociais* permitiram que eu fosse interpelada, de formas inusitadas, por minhas interlocutoras de pesquisa.

Durante esse período, fui constantemente abordada por menores de idade ou por responsáveis por menores que buscavam algum tipo de diálogo e orientação sobre como proceder em situações de *vazamentos de nudes*. Na medida em que foi possível, interagi e me envolvi, mas deixarei essas situações fora do texto final. Por diversas questões éticas, jurídicas e analíticas, sempre optei por ter como interlocutoras mulheres maiores de idade³³.

Na universidade conheci o “Internetlab”, centro de pesquisa em Direito e tecnologia. Naquele momento, os/as pesquisadores/as de lá realizaram uma vasta pesquisa jurídica sobre *revenge porn*. Ali, estabeleci relações que perdurariam e impactariam a minha própria pesquisa. A proximidade de idade, classe social, interesses, amigos em comum, atividades acadêmicas e militantes estreitaram meus laços com o “Internetlab” e seus pesquisadores.

Foi lá que aprendi termos, procedimentos e pormenores do direito digital e que tomei conhecimento dos eventos do IGF. Em 2015, 2016 e 2017, acompanhei os encontros do “Internet Governance Forum” (IGF), o “Fórum de Governança da Internet”. Iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU), o IGF ocorre anualmente e reúne representantes de Estados-nações, de ONGs, de iniciativas privadas e pesquisadores que lidem com políticas públicas, reinvidicação de direitos e legislação sobre as chamadas *TICs* (Tecnologias de Informação e Comunicação).

Em 2015, o IGF foi realizado na cidade de João Pessoa. Em 2016, acompanhei o evento novamente na cidade de Guadalajara, no México. Nessa ocasião, pude também fazer parte de reuniões e debates “off-IGF”, de coletivos feministas latino-americanos que propunham conversas mais privadas e orientadas para estratégias de defesa das mulheres na rede. Os IGFs, além de me levarem a sujeitos de pesquisa, permitiram-me uma experiência ainda mais alargada de fazer etnográfico multi-situado, difuso e

³³ A produção, a circulação ou mesmo a posse de imagens de nudez (parcial ou total) de menores de idade, na legislação brasileira, são consideradas crime de “pornografia infantil” (Cf. Art. 218-B do Estatuto da Criança e do Adolescente). Desde o início da pesquisa, defini que escolheria interlocutoras adultas. Entretanto, ser procurada por adolescentes que registravam, enviavam e recebiam imagens eróticas foi mais comum do que jamais esperei.

ampliado. Pude conhecer preocupações das mais diversas sobre a violência contra mulheres e meninas na internet. Em 2017, o IGF foi realizado em Genebra, na Suíça.

Em relatos de campo dispersos em uma dezena de cadernos de campo redigidos em quatro línguas, repletos de materiais de campanhas, adesivos, desenhos esquemáticos e indagações, vi-me em diálogo com pessoas que se interessam por questões semelhantes em diferentes partes do mundo, ampliando minha percepção e minhas reflexões sobre direitos, tecnologia, legislação, mídias, gênero e sexualidade. Nos IGFs, foi possível notar similitudes e distanciamentos para realidades que transitam no binômio global-local. Diferentes falas salientavam a recorrência – em contextos muito diferentes – do tratamento dado a violações na internet como algo que não seria parte do “mundo real”.

Campo minado: adendo sobre o “internetês”

A realização de pesquisas antropológicas, muitas vezes, implica a necessidade de aprender uma nova língua. Em certo modelo clássico, em que há deslocamentos geográficos e/ou culturais para contextos “outros”, espera-se que o pesquisador se dedique a conhecer, ainda que instrumentalmente, algumas ferramentas comunicacionais “nativas”, isto é, transite pelo idioma daqueles com quem deseja estabelecer vínculos e interações durante a pesquisa de campo. Dialogar diretamente com seus interlocutores é *sine qua non* para acessar os pormenores cotidianos, ou melhor, os “imponderáveis da vida real” (Malinowski, 1922).

Em pesquisas realizadas em contextos urbanos e, em alguns casos, bastante próximos da própria realidade do pesquisador, o aprendizado de uma outra língua nem sempre se coloca como condição para maior fluidez e inserção em campo. Isso não significa, entretanto, que não haja um considerável esforço de aprendizado de linguagem. Quando me dediquei a acompanhar policiais em delegacias, logo percebi que, para conseguir refletir melhor e compreender as dinâmicas que presenciava, eu teria de me inteirar de gírias, expressões, jargões e termos técnicos utilizados pela polícia em seu dia a dia. Na presente pesquisa, os desafios de linguagem foram de outra natureza.

Esforços etnográficos pressupõem envolvimento dedicado e interessado no contexto – ou contextos – que se intenta pesquisar, sendo necessário o duplo exercício de se aproximar daquilo que nos parece diferente ou exótico e estranhar aquilo que nos é demasiadamente familiar. Diferentemente de quando me vi em espaços policiais aprendendo sobre correições, apreensões e inquéritos, desta vez, encontrei-me em

conversas e interações cujas expressões e termos eram também muitas vezes utilizados por mim.

Como muitas de minhas interlocutoras, e fazendo jus a certo clichê acerca de pessoas de minha geração³⁴, sou uma entusiasta das novas tecnologias comunicacionais digitais. Salvaguardando algumas nuances, como o fato de não ter passado pessoalmente por situações de vazamentos de imagens ou de outras formas de violência propagadas pela rede, o uso que faço de ferramentas e plataformas digitais online é muito semelhante aos que encontrei em campo. *Postar, curtir, compartilhar, publicar, meme, print* são termos que utilizo com frequência no meu dia a dia.

Um dos principais desafios desta pesquisa, por assim dizer, envolveu justamente me afastar daquilo que me parecia demasiadamente familiar: o uso da internet e das redes sociais. A partir de um deliberado deslocamento analítico, passei a me preocupar em estranhar práticas, usos e expressões comuns no que chamo de “socialização digitalmente mediada”, interações sociais que utilizam ou interagem com ferramentas digitais de comunicação pela internet. Segui, nesse sentido, a célebre orientação de Magnani (2002) a respeito de pesquisas etnográficas conduzidas em “sociedades complexas”, munindo-me de ferramental etnográfico no olhar “de perto e de dentro”.

No texto que segue, tomo constante cuidado em não presumir que usos e expressões da “socialização digitalmente mediada” sejam imediatamente e inequivocamente compreensíveis. Uma das armadilhas de se pensar fenômenos culturais extremamente recentes pode envolver o esquecimento de que certos termos podem dizer muito a iniciados e muito pouco a adventícios. Tendo isso em mente, busquei imprimir na escrita dessa tese uma vigilância constante ao tratar desse cenário. Comprometi-me, então, sempre que apresentar tais situações e expressões, a descrevê-las, contextualizá-las e, quando necessário, problematizá-las.

Reconheço que tal opção tem efeitos na leitura desse material, sobretudo para aqueles mais familiarizados com essas tecnologias. Contudo, acredito que a atenção dedicada à explicação de certas práticas e palavras seja fundamental em um esforço analítico que não pressuponha que diferentes leitores tenham os mesmos níveis de conhecimento e inserção no assunto. Além do mais, considerando a velocidade em que

³⁴ Com alguma frequência, aqueles nascidos a partir do início dos anos 1980 são identificados como *nativos digitais*, expressão utilizada para descrever pessoas que teriam crescido tendo acesso a tecnologias digitais comunicacionais disponibilizadas pela internet. O uso termo é bastante comum na área do marketing, entretanto, ele é objeto de severas críticas que questionam seu tom generalizante e obliterador de desigualdades e diferenças das mais variadas matizes.

essas tecnologias se transformam e até mesmo desaparecem, tais registros podem vir a ser valiosos repositórios de memória.

Dos capítulos

No primeiro capítulo, descrevo e reflito sobre o cenário sociotécnico atual em que as experiências e discussões sobre *nudes* e *vazamentos* ganham vida. Abordo, em especial, a tríade tecnológico-comunicacional composta por smartphones, câmeras frontais e *redes sociais* que tornam possível a circulação de conteúdos em velocidades e escalas sem precedentes, torcendo entendimentos e distinções entre público e privado, bem como noções intimidade.

No segundo capítulo, dedico-me a apresentar criticamente certa taxonomia presente nos debates acerca de *nudes* e *vazamentos*, abordando as diferentes formas de nomear o fenômeno trazidas pelas mídias, por ativistas feministas, por incursões acadêmicas, bem como por minhas interlocutoras de pesquisa. Aqui, presto atenção especial às potencialidades e aos limites dos termos empregados e disputados, embebidos em conexões semânticas, políticas e morais generificadas.

No terceiro capítulo, busco enfrentar as tentativas de encapsulamento jurídico-legislativas do fenômeno, atentando para os debates e resultados desses processos. Para tanto, dediquei-me às maneiras pelas quais o tema da disseminação não autorizada de imagens eróticas de mulheres pela internet foi tratado de um ponto de vista jurídico e legislativo no Brasil, com especial atenção para as medidas tomadas na direção da definição desse “novo crime”, seja a criação de novos *tipos penais* ou sua inserção no texto da Lei Maria da Penha.

No quarto capítulo, reflito acerca da produção e da circulação dos *nudes* enquanto autorretratos eróticos que possibilitam disputas sobre prazeres, corpos e desejos, torcendo regimes de visualidade, enfrentando embates contemporâneos no concernente aos “direitos sexuais”, bem como questionando moralidades referentes à sexualidade das mulheres.

No epílogo, faço algumas considerações sobre o estatuto do *consentimento* enquanto categoria êmica, política e analítica desta pesquisa, trazendo contribuições a partir das reflexões sobre *nudes* e *vazamentos*.

Capítulo 1. “A internet é o celular”: uma pesquisa entre smartphones, câmeras frontais e *redes sociais*

A novidade, ela é velha como o mundo.

Jacques Prévert, 1945.

A tecnologia é essencialmente promíscua.

Feminista hacker, 2015.

“Não precisa ficar com medo, não é favela”, Lúcia me assegurou diversas vezes, meio constrangida, meio enfática. Até tentei argumentar que não seria um problema ainda que fosse de fato uma favela, mas ela jamais pareceu acreditar em mim. “Fica na estrada de Itapecerica da Serra. Se você vier para conversar com elas, seria muito bom, ninguém mais sabe o que fazer”.

Lúcia trabalhava como diarista na casa de uma das profissionais que conheci por meio da extensa rede de pessoas envolvidas, de alguma forma, com questões referentes a violências contra mulheres. Naquela tarde, sentada na varanda do apartamento da jornalista, eu respondia a uma série de perguntas genéricas acerca do tema da “exposição de mulheres na internet” – assunto de uma matéria que sairia em uma revista feminina –, quando Lúcia pediu licença e se dirigiu a mim. Entendendo que eu atuaria “ajudando pessoas com sacanagens³⁵ que o povo manda um para o outro pelo celular” (em suas próprias palavras), ela me julgou apta a tentar apaziguar os ânimos das mulheres de sua família em uma situação que envolvia imagens de cunho sexual, celulares e conflitos.

Segundo Lúcia me contara, sua irmã e sua cunhada – esposa de seu irmão – haviam encontrado vídeos e fotografias de mulheres nuas nos celulares de seus maridos. “Sacanagens”, dissera, “mas não pornografia”. As imagens não eram de desconhecidas, tratavam-se de vizinhas da vila onde moravam e também, para o verdadeiro terror das esposas, de algumas amigas. Ao “investigarem” mais, elas descobriram que seus companheiros trocavam frequentemente imagens eróticas de mulheres em grupos no

³⁵ Segundo Da Matta (1983), “sacanagem” seria uma categoria organizadora importante no domínio da sexualidade no Brasil, articulando noções ambíguas de brincadeira e trapaça bem como diversão e maldade, excitação e transgressão. Para o autor, “sacanagem” pode ser tanto um ato que dá prazer quanto algo que ludibria, humilha e machuca o outro, evidenciando coexistências e rapidez de trânsitos entre aspectos lúdicos e violadores.

*WhatsApp*³⁶. Em alguns casos, eram de fotos e vídeos delas próprias, “aquelas coisas que a gente faz para o marido”. Instaurou-se, então, a confusão.

Assim cheguei ao Valo Velho, região que se situa na tríplice fronteira entre o Capão Redondo e o Campo Limpo (distritos paulistanos) e a cidade Itapeverica da Serra (pertencente à região metropolitana de São Paulo). O longo caminho entre o centro expandido da cidade e bairro leva cerca de duas horas e meia. Na minha primeira ida ao local, apesar das orientações que Lúcia me enviara pelo *WhatsApp* sobre linhas específicas de micro-ônibus, vans e ruelas, optei por utilizar um *aplicativo* de movimentação urbana via transporte público que tenho instalado em meu aparelho celular³⁷.

Chegando lá, fui recebida pelas minhas anfitriãs – Lúcia, sua irmã Márcia, a cunhada Teresa e a sobrinha, Tainá, de 14 anos – com surpresa e congratulações tanto por não ter me perdido quanto por ter feito uma rota alternativa e desconhecida (e, ainda assim, eficiente) para chegar ao bairro. Entre sucos (“de fruta mesmo, nada de saquinho”) e bolos de fubá (“somos todas mineiras”), tão logo cheguei, fui incitada a instalar, em todos os aparelhos, o tal *aplicativo*, mostrando também algumas maneiras pelas quais ele poderia ser manuseado. Já estávamos com nossos celulares em mãos, como haveria de ser durante todas as nossas interações, que se estenderiam por mais de um ano.

A possibilidade de escolher rotas que privilegiam a utilização somente de ônibus, barateando o custo com passagens, ou de selecionar alternativas mais rápidas, útil em casos de pressa ou emergência, logo fizeram do aplicativo *MoveIt* um sucesso entre aquelas mulheres, que circulavam constantemente pela cidade para chegar aos mais longínquos locais de trabalho. Devidos aos “serviços”, todas se deslocavam diariamente para regiões próximas ao centro: Lúcia trabalhava como diarista, Teresa como babá e

³⁶ Lançado em 2009, o *WhatsApp* é uma plataforma de troca de mensagens multimídias instantâneas e que também permite a realização de chamadas de vídeo e de voz através de conexões com a internet. Vendido para o *Facebook* em 2014 por um montante de 19 bilhões de dólares. Segundo números de 2017, o aplicativo teria cerca de um bilhão e duzentos de usuários ativos, entre os quais estariam 120 milhões de brasileiros. Dez anos após seu lançamento, em 2019, o *WhatsApp* se tornou a plataforma online mais popular no mundo. **WhatsApp chega a 120 milhões de usuários no Brasil.** Disponível em: <<https://link.estadao.com.br/noticias/empresas,whatsapp-chega-a-120-milhoes-de-usuarios-no-brasil,70001817647>> Acesso em: 09 set. 2019

WhatsApp tira o posto do Facebook e é o aplicativo mais popular. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2019/01/17/whatsapp-tira-o-posto-do-facebook-e-e-o-aplicativo-mais-popular.htm>> Acesso em: 09 set. 2019.

³⁷ Parte constitutiva do jargão dos tempos de internet, *aplicativos* são programas que executam uma série de funções, tarefas e atividades em aparelhos móveis conectáveis à internet, como smartphones e tablets. As interlocutoras cariocas desta pesquisa também chamavam os *aplicativos* pelo epíteto “apepê”, referente à abreviação da língua inglesa “app” (de “application”).

Márcia como confeitadeira em uma loja de bolos. Rapidamente, elas se tornaram ávidas usuárias da plataforma. Por conta disso, eu recebi o apelido carinhoso de “especialista de internet”.

Tainá se aborreceu com a conversa sobre transporte público e distâncias entre regiões da cidade: “mas a gente não ia falar de celular?”. Às vésperas de completar quinze anos, a menina estava em meio a um sério impasse com seus pais. Teresa, sua mãe, queria dar para a filha um tradicional baile de debutante. Ela e o marido guardaram dinheiro durante anos em uma poupança, com muito custo, pois a festa era um desejo “desde que a menina nasceu”. Contrariando as projeções maternas, Tainá pedira de presente um novo celular, impreterivelmente, de última geração.

O valor poupado pelos seus pais, Tainá me contou, correspondia exatamente ao preço do aparelho que ela mais desejava, na época, cerca de cinco mil reais, uma quantia muito alta, ainda mais considerando a renda mensal familiar de dois mil reais. Além de Tainá, Teresa e o marido também tinham três filhos mais novos. Todos meninos. “Uma festa dura para sempre na memória, um celular caro desses pode ser roubado no dia seguinte. Ela é minha única filha”, repetia Teresa. “Eu já acho diferente. A festa acaba no mesmo dia e não serve para nada, o celular eu vou usar por anos e para tudo”, retrucava Tainá.

A importância dada pela jovem ao celular refletia o uso constante que fazia do aparelho que já tinha. Sem um computador na família, Tainá utilizava o celular para trabalhos escolares bem como para pesquisar toda sorte de informações. O que mais gostava de fazer, todavia, era tirar fotos e interagir no *Twitter*³⁸, *Instagram*³⁹ e *Facebook*⁴⁰. Tainá reclamava constantemente que seu aparelho atual não comportava a

³⁸ Lançado em 2006, o *Twitter* é uma plataforma de comunicação digital que permite produzir e receber atualizações de conteúdos em imagens, links ou textos de até 280 caracteres.

³⁹ Lançado em 2010, o *Instagram* é uma plataforma de *compartilhamento* de fotos e vídeos que popularizou a aplicação de variados filtros digitais que editam e alteram imagens. No *Instagram*, também é popular a ferramenta dos *stories* (vídeos de até quinze segundos disponíveis no *perfil* do usuário por vinte e quatro horas). Em 2012, O programa foi comprado pelo *Facebook* por aproximadamente um bilhão de dólares. Segundo dados de 2019, 66 milhões de brasileiros são usuários ativos da plataforma.

Estes são os dez países que mais usam o Instagram: O aplicativo de fotos é popular no Brasil, mas ainda está longe de alcançar os Estados Unidos. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/tecnologia/estes-sao-os-dez-paises-que-mais-usam-o-instagram/>>. Acesso em: 09 set. 2019.

⁴⁰ Criação do estudante tornado celebridade, o estadunidense Marc Zuckerberg, o *Facebook* é a maior plataforma de *rede social* em operação no mundo, tendo, em 2011, superado o “Google” como local mais acessado na internet (Cf. Miller, 2011). Segundo números divulgados em 2018, o *Facebook* conta com 125 milhões de usuários mensalmente ativos no Brasil, quase dois terços da população. **Brasil é o terceiro país com mais usuários no Facebook.** Disponível em: <<https://www.tecmundo.com.br/redes-sociais/139130-brasil-terceiro-pais-usuarios-facebook.htm>>. Acesso em: 09 set. 2019.

quantidade de *aplicativos*, imagens e funções que ela utilizava: “ele trava”. “Além disso, todo mundo tem que ter um iPhone na vida, né?”, comentou.

Para Tainá, o valor social do celular – seu uso prático atrelado ao status simbólico que a posse daquele modelo específico poderia conferir – claramente ultrapassava o custo elevado do aparelho. Ao longo das negociações com a mãe, algumas das quais fui chamada a contribuir, a menina argumentava que o “investimento” (em suas próprias palavras) também resultaria em vantagens escolares. Por fim, Tainá venceu a disputa e ganhou o tão desejado iPhone XR branco com 128 GB de memória, comprado no carnê em doze vezes⁴¹. Já a festa não aconteceu.

No processo de convencimento de seus pais, Tainá se voltara para mim como principal aliada na defesa do potencial pedagógico do aparelho, “vê, mãe? Ela faz pesquisa na USP com o celular dela”. A despeito da pouca diferença de idade entre mim, Lúcia, sua irmã e sua cunhada, as mulheres adultas sempre me trataram como alguém muito mais jovem. Ao passo em que Lúcia, Márcia e Teresa já tinham filhos “crescidos” ou até maiores de idade (uma delas, inclusive, era avó de uma criança de dois anos), eu era vista como uma estudante, sem filhos e tecnologicamente engajada. Quase uma adolescente.

Meu relativo traquejo com novidades tecnológicas – ao menos aos seus olhos – virou uma forma de estabelecer uma espécie de troca de favores. Não raras foram as vezes em que uma das quatro me pediu para auxiliá-las em atividades burocráticas que envolviam internet, celulares e computadores, como o preenchimento de formulários, manuseio de plataformas bancárias e, até mesmo, na elaboração de currículos profissionais.

Embora não tivessem as mesmas aspirações que Tainá em relação aos seus celulares, Lúcia, Márcia e Teresa enfatizavam a centralidade dos aparelhos em suas vidas. Como diarista, Lúcia dependia frequentemente do *WhastApp* tanto para organizar seus horários e conversar com empregadoras quanto para conseguir ampliar sua clientela a partir de indicações e contatos. Em seu aparelho, Lúcia também guardava as fotografias que registrava do filho mais novo, um menino de oito anos, e do neto, ainda bebê: “acho

⁴¹ iPhones são smartphones produzidos e comercializados pela Apple Inc., sendo o único a operar com o sistema operacional iOS. Lançado em 2007, o produto passa regularmente por mudanças, sendo relançado em novas versões. Popularmente apresentado como o melhor smartphone, o iPhone é certamente um dos dispositivos mais caros no mercado, em especial no Brasil. No momento da condução da pesquisa, o iPhone X era o mais novo modelo disponível e exercia certo “fetiche” entre muitas de minhas interlocutoras, em especial as mais jovens.

que nem tenho fotos deles de papel, eles já nasceram nessa época de celular”. Para Teresa e Márcia, os aparelhos funcionavam igualmente como agendas, mapas, relógios e estimados álbuns de família.

Na condução desta pesquisa, a centralidade dos aparelhos celulares não foi prerrogativa de minhas interações com as mulheres da família Rodrigues. Muito pelo contrário. A presença do aparelho foi fundamental ao longo de todo o percurso etnográfico e analítico do trabalho. Fosse utilizado como forma de me comunicar com minhas interlocutoras bem como alternativa aos gravadores tradicionais ou, até mesmo, a cadernos de anotações, o meu próprio celular esteve sistematicamente em minhas mãos – ou a uma distância próxima – durante quase todos os momentos da pesquisa. O mesmo se dava com minhas interlocutoras.

Constantemente em posse física de seus aparelhos, elas o utilizavam para os mais variados fins, relatando com frequência sentir que estes seriam espécie de extensões de seus próprios corpos. “Meu celular é tudo”, disse Teresa uma vez, quando teve que deixar o aparelho em uma assistência técnica. Variações dessa frase foram comuns entre tantas outras mulheres com as quais interagi. “Sem celular, me sinto sem roupa”, me contou uma delas.

Desde o projeto, eu tinha em mente que a tecnologia – em especial, a internet – seria um dos fios heurísticos da investigação, uma vez que o tema sobre o qual optei por me debruçar dialogava diretamente com as novas tecnologias de informação e comunicação (também chamadas de *TICs*⁴²), afinal, de diferentes maneiras, é na e por causa da internet que a disseminação não autorizada de imagens eróticas de mulheres toma vida. No entanto, eu não imaginava que tal cenário sociotécnico far-se-ia tão indissociável tanto das questões investigadas quanto do próprio processo de feitura da pesquisa.

Nos contextos aqui explicitados, os aparelhos celulares estabeleceram-se como principais articuladores das mais variadas interações. Com eles em mãos, minhas

⁴² Acrônimo para tecnologias da informação e comunicação, as TICs consistiriam em um amplo ecossistema sociotécnico relacionado à produção e circulação de conteúdos, envolvendo desde computadores pessoais à internet, bem como telefones celulares. A expressão foi cunhada pelo governo britânico no final dos anos 1990 e costuma ser utilizada por governos e organismos internacionais. No Brasil, por exemplo, deu-se o nome de “TIC Domicílios” à iniciativa conduzida pelo “Comitê Gestor da Internet” (CGI) no intuito de produzir indicadores e estatísticas oficiais relativas ao cenário sócio tecnológico informacional e comunicacional do país. A pesquisa é conduzida anualmente desde 2005. O “Comitê Gestor da Internet” é um organismo composto por representantes do governo, do setor empresarial, da comunidade científica e tecnológica e do terceiro com o intuito de coordenar e integrar as iniciativas de serviços da internet no Brasil.

interlocutoras me apresentavam fotografias de seus familiares, namorados e animais de estimação na mesma medida em que me mostravam *prints*⁴³ de brigas, conflitos e problemas. Muitos dos quais, decorrentes de *vazamentos* de seus *nudes*. As imagens digitais ilustravam situações sobre as quais discorriamos e nos forneciam materiais para novas e inesperadas conversas. Aqui, pesquisadora e interlocutoras se fazem sujeitos igualmente afetados por sociabilidades tecnologicamente atravessadas.

Pensar na disseminação não autorizada de imagens eróticas de mulheres implica, invariavelmente, falar de internet. São em espaços de sociabilidade online que *nudes* são produzidos, enviados e, porventura, *vazados*, acarretando uma gama considerável de escalas, alcances, permanências e repercussões.

Não obstante, o termo internet, embora pareça indicar algo quase universalmente cognoscível, pode ser um descritivo demasiadamente vago. A palavra traz consigo uma plethora de tecnologias, dispositivos, circunstâncias, relações, comportamentos, discursos, valores, pressupostos e práticas que engendram novas formas de ser e de estar no mundo. Ao longo da pesquisa, pude perceber que, no concernente às questões caras a esta investigação, falar de internet envolveria encarar alguns contextos, sentidos e manuseios específicos das possibilidades tecnológicas atuais.

Para além da internet em sentido mais amplo, a produção e o envio de *nudes* fazem-se fiduciários da recente popularização de um híbrido tecnológico socialmente transformador: aparelhos celulares em seu modelo *smartphone* dotados de câmeras fotográficas e conectáveis à rede.

“A internet é o celular”, anunciou Tainá, lembrando-me que, pelo menos no contexto aqui relevante, internet seria espécie de sinônimo do uso conjunto de aparelhos celulares com câmeras digitais (em especial, em sua função frontal) e do acesso a *redes sociais* online. Isso posto, abordar a rentabilidade analítica desses objetos e dessas plataformas fez-se mister na redação desta tese, partindo do princípio de que pessoas se relacionam tanto entre si quanto com aparatos tecnológicos, sendo ambos os processos entrelaçados e indissociáveis.

⁴³ O *printscreen* (ou simplesmente *print*) é uma ferramenta comum em computadores e aparelhos celulares *smartphones* que permite o registro e o arquivamento, via espécie de fotografia da imagem presente na tela de um computador, celular ou outro dispositivo eletrônico. Na maioria dos aparelhos, os *prints* são acionados a partir da combinação de um conjunto de teclas ou botões, que devem ser pressionados em uma ordem específica para que a “captura” seja feita com sucesso e, geralmente, mantenha-se arquivada no dispositivo.

Neste capítulo, proponho-me a abordar tal arranjo sociotécnico que possibilita, orienta, impacta, constrange e articula variadas interações sociais, dentre as quais estão os *nudes* e os *vazamentos*. Para isso, dediquei-me a refletir acerca de como minhas interlocutoras se deslocam por essa geografia tecnológica atual, pensando as maneiras pelas quais manuseiam dispositivos, quais plataformas usam e de que formas, como se conectam, percebem e pensam essa tríade tecnológica internet-celulares-*redes sociais*, com especial atenção às maneiras pelas quais elas atribuem diferentes sentidos e significados tanto às novas tecnologias digitais quanto às interações que a partir delas – e nelas – vivenciam.

Nem ciberotimista nem ciberpessimista: tecnologias e ambivalências

É lugar comum, nos dias de hoje, dizer que a internet teria alterado completamente a realidade como a conhecemos. Cotidianamente, percebemos, estranhamos, elogiamos, analisamos e comentamos os impactos da popularização da rede nas mais variadas esferas da vida social. Estaríamos, por suposto, diante de um novo e impressionante contexto sócio-tecnológico em que o acesso a informações e a possibilidades comunicacionais teriam chegado a patamares inéditos, ultrapassando relevantes barreiras físicas e materiais.

Descrita pelo sociólogo espanhol Manuel Castells (2003) de forma entusiástica como “o tecido de nossas vidas”, a internet certamente é parte fundamental do cotidiano de diversos grupos sociais contemporâneos enquanto uma ferramenta “que permite, pela primeira vez, a comunicação de muitos com muitos, num momento escolhido, em escala global” (Castells, 2003, p.8).

Resultado de avanços na computação e nas telecomunicações oriundos da microeletrônica, a internet é tema de uma miríade de textos, manifestos e estudos, muitas vezes otimistas frente a sua potencialidade comunicativa, informativa, organizativa e, supostamente, libertadora.

Especialmente a partir de meados dos anos 2000, com o advento da apelidada “Web 2.0”, que proporcionou aos usuários/as atuar, também, como produtores de conteúdo, a internet ganhou certo véu de idealismo, sendo comumente associada a maiores possibilidades de educação formal, de participação política e de reivindicação por direitos.

Envolto em divergências, o termo “Web 2.0” foi gestado na área do marketing para designar a segunda geração de serviços via internet que se distinguiria profundamente da primeira (a “Web 1.0”) ao ter como principal característica a existência interfaces colaborativas facilitadoras de interações. Grosso modo, isso significa que se tornou mais fácil manusear a rede. A consequência desse processo foi a proliferação de materiais amadores, como textos, vídeos e imagens que expressam e emitem opiniões, a partir de um processo incessante de alimentação e consumo de informações sobre si e os outros.

Há, entretanto, uma visão quase diametralmente oposta sobre a rede, segundo a qual a internet, em sua faceta colaborativa atual, implicaria possibilidades inéditas de dominação e subjugação, uma vez que informações e/ou dados privados dos cidadãos/usuários seriam sistematicamente coletados e requisitados tanto para vigilância governamental quanto por empresas e outros grupos interessados, por exemplo, em publicidades dirigidas, colocando em risco liberdades civis, políticas e sociais fundamentais para a vida democrática (Couldry & Meijas, 2018; Harcourt, 2015; Assange et al, 2013).

Diante das novidades informacionais, empresas e governos monitorariam as interações dos usuários da rede visando manipulações, perseguições e controles político-ideológicos de dissidentes, algo que implicaria o declínio geral da privacidade e da resistência política. Nesse cenário, dados pessoais e informações particulares se tornaram importante moeda de troca entre grupos desigualmente localizados em relação ao poder. Tal processo, embora quase invisível para a maior parte dos usuários da rede, acarretaria grandes riscos, uma vez que a internet estaria povoada de tocaias, emboscadas e ciladas.

Concordantes acerca do efeito acachapante da rede sobre a vida social, esses dois tropos costumam organizar as principais constatações sobre a internet. De um lado, potencialidades inéditas de acesso a informações, demandas por direitos e reivindicações das mais variadas liberdades; de outro, possibilidades extraordinárias de controle, dominação e vigilância. Não obstante concorrentes, essas duas interpretações não são essencialmente excludentes, podendo coexistir em entendimentos mais ambivalentes. Comum a ambos os diagnósticos, entretanto, seria a impossibilidade de sair incólume dessas transformações.

O aparecimento de ansiedades sociais decorrentes do surgimento e da popularização de novas tecnologias ou mídias não é privilégio dos tempos da internet. Preocupações com possíveis resultados nocivos da incorporação de adventos tecnológico-

mediáticos povoam o imaginário humano há mais tempo do que ousamos conceber. De modo geral, a tecnologia, como bem nos lembra Marilyn Strathern, é vista como “ubíqua, ameaçadora, potencializadora, empoderadora, o presságio de uma nova era” (1979, p. 298).

No intuito de desestabilizar algumas concepções demasiadamente pessimistas em relação a novidades tecnológicas, os antropólogos Miller & Sinanan (2014) trazem à baila o pavor do filósofo grego Sócrates ante o advento da escrita, considerada por ele uma forma artificial e arriscada de externalizar algo próprio à mente humana, danificando permanentemente a capacidade de construção e armazenamento de memórias.

Em sua obra sobre o desenvolvimento histórico da escrita e da leitura, o filósofo estadunidense Walter J. Ong (1984) também ilustrou receios semelhantes, hoje talvez risíveis, ocasionados por outras invenções. Nos tempos de Gutemberg, alguns acreditavam que a criação da prensa eclipsaria a sapiência humana em detrimento de produtos de máquinas. Medos ainda mais curiosos tiveram alguns contemporâneos ao surgimento da máquina de costura, que recearam que o movimento repetitivo das pernas pudesse afetar nocivamente a sexualidade das mulheres. O mesmo aconteceu com o rádio, o cinema e a televisão. Mais recentemente, foi a vez do “walkman⁴⁴” – aparelho portátil de reprodução de áudio, popularizado nos anos 1980 – levar a pecha de artefato maléfico e antissocial, posto que isolaria seus usuários em “bolhas sonoras” (boyd, 2014).

Podemos constatar, então, que diagnósticos assustados frente a inovações tecnológicas ou midiáticas são mais lugar-comum do que inicialmente suspeitamos. De certa forma, mudanças costumam ser interpretadas como uma adição problemática, artificial e potencialmente desagregadora. Ao criar possibilidades de relações supostamente menos autênticas, as tecnologias nos tornariam “menos humanos”. Não à toa, com frequência, encontramos elogios nostálgicos a uma idealização de um mundo essencialmente analógico, em tese mais genuinamente valioso.

Tão pessimista quanto comum é a retórica de que, frente aos avanços tecnológicos do mundo digital, os sujeitos estariam se isolando e se fragmentando, condenados a estarem permanentemente integrados, mas essencialmente solitários, vivenciando vínculos sociais e afetivos cada vez mais frágeis. Em campo, não foi isso que encontrei. Pelo contrário, percebi a internet como “potencializadora” de relações e “aproximadora” de sujeitos e relações.

⁴⁴ “Walkman” descreve diversos dispositivos semelhantes, contudo, foi patentado como marca pela empresa japonesa Sony.

Na redação deste texto, afastei-me, analítica e criticamente, tanto de retóricas distópicas quanto apologéticas, isto é, de posições que identificam nas novas tecnologias de informação e comunicação ora a panaceia de diversos problemas contemporâneos ora a origem de novas e poderosas formas de ruínas sociais. A experiência desta pesquisa me levou a considerar as tecnologias a partir de contrastes ambivalentes que não se resolvem nem se anulam, mas complexificam a realidade social.

O antropólogo britânico Daniel Miller acredita que essas lamentações saudosas trariam consigo um pressuposto sociológico contestável na forma de uma concepção simplista do humano, que fetichizaria a interação face a face como experiência mais “natural e desejável” de sociabilidade. Miller postula que a Antropologia, por definição, deveria rejeitar quaisquer ideais fundantes de comunicação e interação humana.

Em diversos de seus trabalhos, alguns escritos em coautoria com outros/as pesquisadores/as, Miller argumenta que hierarquizar interações sociais em termos da ausência ou presença de formas de mediação não levaria em conta que a própria comunicação corporal/verbal constituiria uma forma de mediação. Sua “theory of attainment” (“teoria do alcance⁴⁵”) defende que a mediação seja entendida como uma condição humana:

Na antropologia não existe algo como puro imediatismo humano; interagir face a face é tão culturalmente infligido quanto comunicações digitalmente mediadas, (...) nós falhamos em ver a natureza estruturada da interação face a face porque essas estruturas funcionam de maneira tão eficaz (2012, p. 12)⁴⁶.

Assim sendo, os habitantes dos tempos da internet não seriam mais mediados do que aqueles que os precederam historicamente, ou seja, a ideia de que duas pessoas conversando “face a face” estariam menos mediadas do que outras duas que discutiriam seu relacionamento no *Facebook* seria, segundo Miller, essencialmente equivocada.

Na mesma direção, a pesquisadora estadunidense danah boyd argumenta que superestimar mudanças advindas de inovações envolveria assumir o risco de incorrer em

⁴⁵ Miller e seus/suas colaboradores/as baseiam-se na obra do sociólogo Erwin Goffman para sustentar o pressuposto de que toda comunicação e sociabilidade aconteceriam dentro de convenções culturais, não existindo, portanto, interação não mediada.

⁴⁶ Tradução da autora. No original: “In anthropology there is no such thing as pure human immediacy; interacting face to face is just as culturally inflected as digitally mediated communication but, as Goffman (1959, 1975) pointed out again and again, we fail to see the framed nature of face-to-face interaction because these frames work so effectively” (2012, p. 12).

“determinismos tecnológicos” (boyd, 2014)⁴⁷, que não levariam em conta que tecnologias e mídias se investem de usos, sentidos e significados na medida em que são construídas, manuseadas e modificadas por grupos humanos.

Horst & Miller (2015) parecem concordar com boyd, ao assumirem que o “digital”⁴⁸, abstração que organiza interações sociais no mundo das novas tecnologias comunicacionais, seria essencialmente dialético, portanto não incompatível ou intrinsecamente diferente do analógico ou real: “o digital, assim como toda a cultura material, é mais do que um substrato; está constituindo-se como parte do que nos faz humanos” (2015, p. 92).

Constitutivo do que se convencionou chamar de “virtual”⁴⁹, o “digital”, por conseguinte, não seria hierarquicamente inferior ao suposto real. Da mesma forma, interações não seriam menos complexas ou genuínas posto que tecnologicamente mediadas. Em argumentações como as de Miller e seus colaboradores ou de danah boyd, os sentidos das tecnologias e mídias digitais não estariam em confronto com o humano, mas em relações de continuidade e ambivalência. Sujeitos transformam a tecnologia, dela se apropriando, modificando-a e com ela experimentando. Ao mesmo tempo, são por ela transformados.

Aproximando-me das constatações de Miller e boyd, as experiências que vivenciei na condução desta pesquisa parecem apontar para a necessidade de entender as interações tecnologicamente mediadas pela internet como tão genuínas e agregadoras quanto importantes. O “virtual” nada teria de menos real, uma vez que os usos efetivos do “digital” podem ser muito mais diversos do que aqueles inicialmente imaginados. Na internet, articulam-se relações, faz-se a manutenção de vínculos bem como são trocados

⁴⁷ Nancy Baym (2010) identifica quatro padrões interpretativos (ou correntes) comuns às análises sobre impactos da internet: (1) “determinismo tecnológico”, (2) “construção social da tecnologia”, (3) “social shaping” e (4) “domestificação tecnológica”. A primeira corrente entenderia que a tecnologia agiria ubiquamente sobre a sociedade, impondo seus formatos e suas predisposições arquitetônicas à vida social. A segunda, por sua vez, daria ênfase às formas pelas quais a tecnologia seria vivenciada por sujeitos através de complexos processos sociais, levando-se em consideração fatores econômicos, políticos e culturais. “Social shaping” consistiria em um meio termo analítico entre as correntes anteriores. Já a “domesticação da tecnologia” englobaria análises mais focadas na incorporação cotidiana criativa das tecnologias na vida dos sujeitos.

⁴⁸ Opto, analiticamente, pelo conceito de “digital”, como proposto por Horst & Miller (2015), como tudo aquilo que “pode, fundamentalmente, ser reduzido a código binário (bits de 0 e 1), mas produz um aprofundamento na proliferação das diferenças e particularidades” (2015, p.91).

⁴⁹ Processo semelhante acontece, por exemplo, com a utilização do termo “cyber” como forma de adjetivação de contextos que envolvem a internet, aludindo a certo caráter de novidade e de peculiaridade de interações mediadas pela rede (Cf. Lévy, 1999).

afetos e segredos. Os efeitos das experiências vivenciadas na rede repercutem de maneira impactante nas mais variadas esferas da vida.

Por esse motivo, sou econômica ao utilizar o termo “virtual”, posto que este muitas vezes parece designar algo da esfera de uma outra realidade, paralela, menos material, portanto, menos verdadeira. Os *vazamentos de nudes*, entrelaçando comportamentos, expectativas e moralidades entrecortadas por normas de gênero e sexualidade, são situações em que o “virtual” é violentamente materializável, fazendo com que mulheres e meninas tenham suas vidas, qualidades e valores questionados, dentro e fora da rede, com consequências duras e, por vezes, trágicas.

Concordemos, então, que toda comunicação humana seja mediada, como postulam Miller e seus associados. Isso não significa, em absoluto, que as inteirações mediadas pelas novas tecnologias digitais não seriam diferentes daquelas mediadas por outras formas de sociabilidade conformadas ou não por tecnologias. Mudanças tecnológicas ou midiáticas impactam e transformam profundamente o tecido social, formatando, guiando e modulando significados, interações e relações de poder.

As interações digitalmente conformadas, embora carreguem continuidades de outras formas de interação, também são modeladas por funcionalidades, circunstâncias e constrangimentos específicos dos instrumentos que realizam essa mediação. Sujeitos são criativos e subversivos nos manuseios dessas plataformas. No entanto, também dialogam com limitações e predeterminações das próprias interfaces. Por isso, acredito ser indispensável uma abordagem que leve em consideração tanto continuidades quanto rupturas, constrangimentos e transgressões. As novas tecnologias digitais formatam e orientam, mas não determinam significados e comportamentos.

Nesta pesquisa, são relevantes as diferentes formas de manuseio e interação entre sujeitos e tecnologias, entendidas como provenientes de uma complexa mistura entre arquitetura e possibilidades estruturais, de um lado, e manuseios criativos e contextos sociais e políticos, de outro. Filio-me, portanto, a abordagens sócio construtivistas sobre mídias e tecnologias⁵⁰, prestando especial atenção para as maneiras simultâneas pelas quais as pessoas tanto produzem e vivenciam a tecnologia, em suas potencialidades, limitações e constrangimentos, quanto são por ela produzidos e transformados.

⁵⁰ Sonia Livingstone (2008), em estudo com adolescentes, questiona a limitação binária da categoria “amizade” mobilizada por algumas dessas plataformas, algo não condizente com a percepção mais nuançada de seus interlocutores, que vivenciam e percebem “amizade” em gradientes de afeto, lealdade e confiança.

“Meu celular faz parte de mim”

Quando a conheci, a família Rodrigues correspondia a uma maioria estatística brasileira do início dos anos 2010: seus celulares, ainda que modelos mais baratos e menos potentes em funcionalidades do que os últimos lançamentos do mercado, eram estimadas aquisições bem como única fonte de acesso à internet e a câmeras fotográficas⁵¹. Lúcia, Márcia, Teresa e Tainá tinham pacotes pré-pagos de telefonia móvel com conexão 3G e discutiam frequentemente quais operadoras ofereceriam o melhor serviço de dados.

A popularização do celular em seu modelo smartphone teve impactos significativos na sociedade brasileira. Habitou-se a considerar o ano de 2013 como o momento chave da difusão desses aparelhos, marcando o momento histórico em que suas vendas dobraram no país. Em 2018, constatou-se haver mais celulares do que cidadãos, contando-se a existência de 230 milhões de smartphones⁵².

Os smartphones distinguem-se dos primeiros telefones celulares por trazerem consigo complexos sistemas operacionais em linguagem de programação – semelhantes aos computadores – que podem executar programas, funções e *aplicativos* bem como permitir a conexão à rede, seja por wi-fi⁵³ ou por pacotes de internet móvel (3G, 4G⁵⁴...). O uso dos smartphones está simbioticamente associado à popularização das *redes sociais*.

Atualmente, as possibilidades de acessos à internet são múltiplas, envolvendo tanto dispositivos tecnicamente bastante distintos (como computadores, celulares, tablets⁵⁵, televisões, videogames e, até mesmo, relógios) quanto formas e velocidades de conexão consideravelmente sortidas. A combinação entre esses fatores tem alta influência sobre a qualidade da internet disponível, e os arranjos dependem de possibilidades financeiras, uma vez que tanto os aparelhos conectáveis à rede quanto os serviços de

⁵¹ **Metade dos brasileiros online têm acesso só com celular:** O dado é da pesquisa TIC Domicílios 2017, divulgada nesta terça-feira pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br).

Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/tecnologia/celular-e-meio-de-acesso-exclusivo-a-internet-para-49-dos-brasileiros-online,3a059c2eac99e98227308f266eae3f53br4e1tms.html>>. Acesso em: 09 set. 2019.

⁵² Dados da 30ª Pesquisa Anual de Administração e Uso de Tecnologia da Informação nas Empresas, realizada pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV-SP). **Brasil tem 230 milhões de smartphones em uso:** Entre smartphones, computadores, notebooks e tablets, país tem dois dispositivos por habitante. Disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/Tecnologia/noticia/2019/04/brasil-tem-230-milhoes-de-smartphones-em-uso.html>>. Acesso em: 09 set. 2019.

⁵³ Wi-Fi refere-se a tecnologia de conexão em rede sem fio.

⁵⁴ Abreviaturas referentes à terceira e quarta gerações de padrões e tecnologias de telefonia móvel.

⁵⁵ Dispositivo eletrônico em formato de prancheta que pode ser usado para acesso à internet, manuseio de *aplicativos*, visualização de imagens, jogos, entre outros.

internet são custosos. Usuários de internet, nunca é bastante lembrar, também são consumidores.

Numericamente, a maior parte dos brasileiros tem acesso à rede via smartphones simples e baratos, planos de dados limitados e com sinais ruins ou instáveis⁵⁶. Segundo a pesquisa “TIC Domicílios”⁵⁷, de 2017, 89 % dos usuários brasileiros acessam a internet através de seus celulares e quase metade da população conectada (40%) têm no aparelho a única possibilidade de acesso. A dependência do celular torna-se ainda maior entre usuários de camadas mais baixas, em especial, nos segmentos nomeados pelo mercado como classes D e E⁵⁸.

Operadoras de telefonia oferecem serviços de conexão móvel à internet, comumente chamados de “pacotes de dados”. Em conexões de banda-larga ou alta velocidade, não costuma haver limite para quantidade de “dados” utilizáveis pelo usuário. Por outro lado, em planos pré-pagos (e alguns pós-pagos) há uma franquia diária, isto é, uma delimitação do uso do plano de dados por dia. Isso limita a utilização de *aplicativos* em tarefas que consomem mais dados, como assistir vídeos ou realizar ligações, sendo necessário o gerenciamento desse pacote.

No caso da família Rodrigues, os *aplicativos* utilizados com maior frequência estavam diretamente associados às limitações dos diferentes aparelhos e pacotes de dados que elas compravam. Todas viviam à caça de serviços em que o uso do *Facebook* e do *WhatsApp* fossem ilimitados, sendo comuns diferentes estratégias de poupança de dados, em especial o desligamento frequente do acesso móvel quando o celular não estivesse em uso. O *Youtube*⁵⁹, para chateação de Tainá, era extremamente raro no Valo Velho, visto que a plataforma seria “muito pesada” e “comedora de pacote”. O mesmo acontecia com o *Instagram*.

⁵⁶ Segundo a “TIC Domicílios”, 70% dos brasileiros utilizavam conexão móvel pré-paga, geralmente de pouca velocidade e qualidade, sendo a média nacional mais baixa do que a média mundial (16,4 GB frente a 21,3 GB).

⁵⁷ “TIC Domicílios: pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros”, organizada pelo Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto Br (Nic.br).

⁵⁸ A classificação econômica utilizada pela “TIC Domicílios” é baseada no “Critério de Classificação Econômica Brasil” criado pela Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP). Tal taxonomia associa a posse de determinados itens duráveis de consumo doméstico ao grau de instrução do “chefe declarado do domicílio” para hierarquizar grupos econômico-sociais com base em potencial de consumo. Almeida (2015) refletiu acerca das definições de classe presentes no meio publicitário e do marketing, problematizando tais categorias, instrumentais nos entendimentos sobre consumo e mídia no país.

⁵⁹ Lançado em 2005, o *Youtube* é uma plataforma de armazenamento de vídeos criados e/ou enviados por usuários que permite a disponibilização gratuita de conteúdos.

Como já mencionado, o aparelho celular em seu modelo smartphone costuma extrapolar os limites das tecnologias comunicacionais. Para além de sua função de dispositivo “conectável”, nele também são armazenadas imagens, músicas, anotações. O celular passa a ser agenda, diário, espelho, relógio, álbum de recordações, material escolar. Não raramente ouvi formulações e notei comportamentos que entendiam essas máquinas como uma extensão dos corpos. “Eu durmo com meu celular, como e faço tudo com ele, só não tomo banho porque estraga”, contou-me Teresa. “A melhor parte de acordar é me reencontrar com meu celular, ele é uma parte de mim”, contou Tainá.

Em pesquisa sobre usos de plataformas digitais na busca de parcerias amorosas/afetivas/sexuais entre mulheres brasileiras heterossexuais “de classe média” com idades entre 35 e 48 anos, a antropóloga Iara Beleli (2015) também encontrou narrativas semelhantes: “o celular – muitas vezes atado, ou confundido mesmo com o corpo – não é apenas uma tecnologia, mas é parte da constituição do corpo, de modo que sua ausência pode ser lida como a perda de algo nesse processo” (Beleli, 2015, p. 95). Em determinada situação, uma de suas interlocutoras chegou a associar estar sem o celular à nudez. Também ouvi relatos parecidos.

Beleli aponta que as possibilidades trazidas pelas tecnologias digitais – em especial, o celular – criaram possibilidades de comunicação antes inimagináveis, mediando relações sociais, acelerando o tempo e reconfigurando noções de espaço. O celular permite acesso a certa mobilidade sem restrições de horário ou distâncias, proporcionando outras formas de corporificação. Incorporado ao corpo, sons e vibrações do aparelho geram prazeres sinestésicos assim como novas percepções de vida e realidade.

Assimilado à vida cotidiana e emaranhado em afetos e emoções, os celulares smartphones, a partir de diversos e curiosos manuseios, tencionam percepções comuns sobre as relações sujeito-máquina. Investidos em sentimentos e significados, esses aparelhos são descritos e vivenciados de maneira naturalizada, íntima e intensa por suas usuárias/proprietárias. Exemplos de “tecnologias afetivas” (Lasen, 2004), os celulares do século XXI mediam experiências individuais e coletivas, entre pessoas e entre sujeitos consigo mesmos.

A socióloga Claudia Sciré (2014), em sua pesquisa de doutoramento, dedicou-se à investigação dos impactos materiais, simbólicos e sociais da popularização dos

celulares na sociedade brasileira a partir do início dos anos 2010⁶⁰. Analisando complexos processos de “apropriação”, Sciré prestou especial atenção à pluralidade de manuseios e práticas que enredavam sujeitos e máquinas: de que formas eram adquiridos, utilizados e incorporados às rotinas pessoais através de procedimentos inventivos de dissonância e negociação.

Responsáveis por inserir sujeitos em uma “cadeia de conectividade”, os celulares contemporâneos tornaram-se tanto imprescindíveis para a vida quanto definidores de formas de ser e estar no mundo (Sciré, 2016). Muito embora Sciré tenha conduzido sua pesquisa, em grande parte, durante um período em que a tecnologia das mensagens SMS era a principal forma de interação via aparelhos celulares, a pesquisadora também pôde notar as transformações advindas da capilarização de plataformas de mensagens instantâneas, como o *Messenger* e, posteriormente, o *WhatsApp*.

Sciré observou, em seu extenso trabalho de campo, que esses aparelhos estavam sendo utilizados essencialmente para comunicação interpessoal, fosse no fomento de novas relações ou na manutenção de vínculos já existentes. Fundamentais na procura por empregos, em interações entre amigos e familiares ou na organização de encontros sociais, os celulares estabelecer-se-iam como exigência prática da vida contemporânea.

Dotados de câmeras acopladas ao seu “hardware”⁶¹, os smartphones permitem o registro e o envio imediatos de imagens pela internet ou via bluetooth⁶². Com isso, ganham contornos, comenta Sciré, de “diário pessoal”, espécie de recipiente organizador de memórias, emoções e relações. O armazenamento digital, diz a pesquisadora, funcionaria como uma externalização das lembranças, possibilitando que sujeitos pensem em conteúdos registrados tanto em termos de circulação quanto para usos individuais de recordação. Nem tudo que se fotografa pelo celular é feito para ser enviado. Associados à memória, alguns registros são guardados para si.

Registro e troca de imagens, popularização de *redes sociais* e comunicação quase ininterrupta seriam, para a pesquisadora, definidores da conexão como propiciadora fundamental das relações sociais contemporâneas. Os aparelhos celulares converteram-se nos principais responsáveis pelo espriamento de certa percepção coletivamente

⁶⁰A pesquisa foi realizada em diversos municípios brasileiros e conduzida entre 2010 e 2012.

⁶¹ Smartphones, assim como computadores, são essencialmente compostos por duas partes: uma física e palpável (“hardware”), como o mouse, o teclado e o aparelho, e outra não física, como os sistemas operacionais (“software”), também chamados de programas ou *aplicativos*) que permitem a usabilidade dos aparelhos por sujeitos não letrados em linguagem de programação.

⁶² Tecnologia de comunicação sem fio de que permite transmissão de dados e arquivos a partir da utilização de frequências de ondas de rádio de curto alcance.

compartilhada de intensa proximidade/intimidade a despeito de distâncias físicas e geográficas, trazendo consigo a expansão do que Sciré chama de “lógica do compartilhamento”: entendimento social de que, a partir da simultaneidade digital, estaríamos “compartilhando” vivências, ou melhor, “vivendo juntos”.

Tendo em vista os conteúdos que os aparelhos “guardam” bem como as interações que eles permitem, com demasiada frequência, usuários/proprietários de smartphones descrevem-se em termos de imprescindibilidade e dependência e relação aos aparelhos. Sciré considera relevante, inclusive, a metáfora comumente adotada para ilustrar que esses aparelhos estariam sem bateria, “meu celular morreu”, como reveladora dos sentimentos que os dispositivos despertam⁶³.

Voltando à família Rodrigues e aos conflitos ocasionados por Tainá desejar o celular caro, Márcia me confidenciou: “não sei por que ela quer um celular desses, o pai dela vigia tudo o que ela faz na internet”. Lúcia e Márcia são irmãs de Antônio, marido de Teresa e pai de Tainá, portanto tias da menina. Descrito como ciumento, impulsivo e violento, Antônio tinha o hábito de controlar o uso do celular tanto da esposa quanto da filha, já havendo inclusive quebrado e escondido aparelhos bem como instalado programas que mostravam a localização e as conversas que elas tiveram nos *aplicativos*.

Antônio era o principal motivo pelo qual eu fora convidada por Lúcia a conhecer sua família. O irmão estava no centro de várias “brigas de celular” com a filha e a esposa. Teresa, inclusive, havia acabado de encontrar dois vídeos de “sacanagem” no celular do marido. Ela conhecia as duas remetentes, uma vizinha, “casada e safada”, e uma adolescente de 15 anos (“novinha”). Quando ela o indagou sobre os vídeos, Antônio “virou uma onça” e quebrou todos os celulares da casa, o dele próprio, o da esposa e o da filha. Tainá ganhara provisoriamente um aparelho usado do primo, filho de Lúcia, mas Antônio estava irredutível quanto à proibição. A regra só foi retirada depois do aniversário da menina.

Não poder utilizar o celular era vivido como um grande sofrimento tanto por Teresa quanto por Tainá: “é uma tortura”. Uma forma de impedi-las não somente de se comunicarem utilizando o *Facebook* e o *WhatsApp*, mas de registrar imagens e se entreterem com músicas e vídeos. Para ambas, o celular conectado à rede era uma forma barata e acessível de lazer, talvez a mais importante.

⁶³ Assim como minhas interlocutoras, os sujeitos com quem Sciré interagiu durante sua pesquisa também descreviam seus aparelhos como anexos de seus corpos. O mesmo encontrou a pesquisadora francesa Rivière (2006): a percepção do celular como espécie de uma prótese.

Ser proibida de usar o celular era uma censura que trazia considerável infelicidade. Ter o aparelho quebrado, nas palavras de ambas, era como ter uma parte de si agredida. A violência direcionada ao celular era entendida como uma violação à própria proprietária. “Meu celular é uma das coisas mais importantes da minha vida”, confessou-me Teresa, “quando a gente é pobre, a gente não pode fazer muita coisa porque não tem dinheiro. Eu acho que o celular fica ainda mais importante”. Sua cunhada Márcia, em muitas de suas falas, também enfatizava não só a importância prática quanto a centralidade afetiva do celular, descrito como uma parte de si: “se eu saio sem meu celular, mais do que sem bolsa, eu me sinto só”.

Inspirada por essas revelações em tons confessionais e pelas análises de outras pesquisadoras, passei a prestar atenção a como em tantas situações em campo tanto minhas interlocutoras quanto eu segurávamos nossos aparelhos como espécie de continuidades das nossas mãos, de nossas rotinas, de nossas memórias e, por que não, de nossas vidas. Foi via *redes sociais* (quase sempre nos celulares) que muitas de minhas interlocutoras e eu nos apresentamos, marcamos encontros e circulamos informações. Quando juntas presencialmente, utilizávamos os aparelhos para registrar fotos, fazer anotações e trocar conteúdos. Durante as conversas, os celulares estavam sempre na mesa, fosse o meu com o gravador ligado, fosse o delas, para me mostrar as fotos que tiravam, as mensagens que recebiam ou os *nudes* tirados/*vazados*.

Não raras foram as vezes em que o aparelho foi manuseado para invocar recordações (“deixa eu olhar quando isso aconteceu”), ilustrar situações (“olha, aqui é a minha casa) ou “provar” acontecidos (eu tenho print, eu tenho como dizer que aconteceu”). Em “rolos de câmera”⁶⁴, *nudes* e *selfies* me eram apresentados. Pelo celular, jornalistas e advogadas me mostravam notícias, casos e processos. Da mesma maneira, interlocutoras me interpelavam e eram por mim interpeladas. O celular é o protagonista desta tese.

Na feitura desta pesquisa, o celular apareceu tão entremeado ao cotidiano e às noções de si que seus significados tencionavam o dualismo “organismo x máquina”. Donna Haraway (1989), em um célebre ensaio, lançando mão, ironicamente, da figura científico-fictícia do “ciborgue”, criatura formada por fusões entre máquina e corpo; mistura de realidade social e ficção; e metáfora política de um mundo marcado pelo binômio ciência e tecnologia, onde as fronteiras entre humano e animal, físico e não-

⁶⁴ Nome dado por algumas interlocutoras aos arquivos de imagens armazenados nos aparelhos.

físico mostram-se fluídas. Para Haraway, os humanos produzidos pela sociedade capitalista pós-industrial científica e tecnológica seriam seres híbridos, posto que permanentemente inseridos em mediações tecnológicas. Portanto, “ciborgues”. Nesta mesma direção, minhas interlocutoras-ciborgues me lembram que o corpo não apenas composto por substrato biológico.

Dentro desse contexto sociotécnico, o celular smartphone configura-se como um item pessoal por excelência, ligado à construção da identidade daquele/a que o possui. A personalização da imagem de fundo, o acesso via senha bem como o entendimento do dos conteúdos guardados no aparelho como algo altamente privado são indicadores desses nexos. A existência da uma senha de acesso para os aparelhos, por exemplo, gerava inúmeros conflitos entre os membros da família Rodrigues, uma vez que Antônio exigia vigiar os celulares da esposa e da filha. Essas tensões lançavam luz sobre relações de poder e controle (entre casais, bem como entre pais e filhas) originadas e mediadas pelos celulares enquanto dispositivos extremamente pessoais.

O desejo de manter o próprio aparelho longe de olhos que bisbilhotam indicam que o celular ganha contornos de um repositório de materializações consideradas íntimas: as conversas salvas nos *aplicativos*, as mensagens enviadas e recebidas ou mesmo o *rolo da câmera*, espécie de arquivo fotográfico de momentos e informações que se quer guardar e *salvar*. Tal qual automóvel, espécie de símbolo-mor do século XX, o celular se aproximaria cada vez mais do papel de estandarte dos novos tempos. Propriedade privada, individual e móvel, capaz de articular complexos sentidos e interações sociais e subjetivas.

“O mais importante é a câmera⁶⁵”

Tão ou mais importante que a conectividade à internet dos celulares smartphones são suas câmeras digitais acopladas, de tal modo que o item é considerado por alguns pesquisadores como o principal definidor desse “novo híbrido tecnológico” (Colombo & Scifo, 2005).

Anterior tanto à criação quanto à popularização dos smartphones, entretanto, o registro de imagens digitais foi disseminado, nas últimas décadas, pela invenção das câmeras digitais, dispositivos que codificam vídeos e fotografias de forma eletrônica,

⁶⁵ Frase dita por várias interlocutoras ao descreverem seus smartphones.

dispensando a utilização de um “filme” (ou película fotossensível), bem como o procedimento de revelação e ampliação física do material, barateando, com isso, consideravelmente a prática da fotografia e da gravação de vídeos.

Embora populares desde o início dos anos 2000, as câmeras digitais não permitem a mesma conectividade e pluralidade de manuseios oriundos da difusão dos celulares smartphones conectados a diversas plataformas interativas na internet. Foi somente com a criação das câmeras acopladas aos celulares, inovações bastante recentes, que as imagens digitais ganharam novas velocidades, potências e alcances. As câmeras digitais acopladas a celulares geraram novos sentidos e significados dados às imagens, ao ato de registrá-las, bem como a sua circulação.

A câmera frontal, também chamada de *câmera de selfie* é um recurso disponibilizado por smartphones e outros dispositivos móveis (como tablets) que permitem registros de imagem em autorretrato, possibilitando que o sujeito “fotografante” visualize previamente a imagem a ser capturada na própria tela. O recurso foi introduzido em 2003 por aparelhos lançados pelas empresas Sony e Motorola⁶⁶.

De acordo com a socióloga francesa Carole Anne Rivière (2006), as câmeras de celulares teriam nos colocado diante de uma nova forma de comunicação “escrita-visual”, em que a fotografia passou a ocupar o centro das relações interpessoais, gerando nos sujeitos novas sensações de convivência e “realidade compartilhada”. Em seu potencial comunicativo através de imagens simultaneamente trocadas, salienta Rivière, o celular representaria a possibilidade da presença do Outro.

Para Gómez & Meyer (2012), as novas tecnologias de produção, processamento e distribuição/exibição de imagens fotográficas, ao criarem possibilidades inéditas de interações, seriam responsáveis pelo surgimento de novos “regimes visuais”. Em seu trabalho, os autores salientam que o iPhone seria responsável por uma profunda mudança nos sentidos e significados da fotografia.

O desenvolvimento e a popularização da fotografia digital tornaram a prática de registrar imagens um processo menos caro e difícil, aumentando a gama de situações, sujeitos e temas considerados fotografáveis. Historicamente, a fotografia sempre esteve ligada a certo ar de oficialidade. Em posse de um celular smartphone, todavia, pode-se registrar uma quantidade significativa de imagens, sem grandes preocupações com custos e recursos. Por isso, Rivière acredita que a função social da fotografia deixou de se limitar

⁶⁶ Já entre os dispositivos da Apple Inc., somente com o lançamento do iPhone 4, em 2010, a empresa passou a incluir um módulo de câmera frontal em seus aparelhos.

a momentos solenes (públicos ou familiares), aproximando-se de conteúdos mais fugidios e cotidianos⁶⁷.

Miller et al (2016) identificam na popularização das *selfies* – autorretratos individuais ou coletivos, um dos símbolos-mor das fotografias digitalmente conformadas e circuladas – a generalização da descontração no ato de fotografar, prática trazida para o dia a dia pelas novas plataformas digitais. Para os pesquisadores, as *selfies*, que costumam receber acusações críticas ao serem entendidas como exemplos de individualização e narcisismo exacerbados, seriam também formas de sociabilidade plurais, ao articular vínculos, afetos, memórias e outras vivências socialmente compartilhadas.

Analisando a disseminação de celulares smartphones na Itália, a pesquisadora Barbara Scifo (2004) afirma que o registro de imagens com câmeras de celular teria engendrado uma nova forma de vivenciar e experimentar a vida. Os contatos possibilitados pelos smartphones teriam como consequência o aumento exponencial de interações face a face. Para Scifo, as fotografias digitais articuladas a plataformas de comunicação via internet implicariam em transformações estéticas, relacionais e de significados, remodelando a geografia situacional da vida social.

De forma semelhante à Sciré e a Rivière, a pesquisadora italiana percebeu na articulação entre conectividade através de celulares e troca de imagens a disseminação de uma noção social segundo a qual, por meio do constante diálogo e da circulação de conteúdos, tornar-se-ia possível, ainda que em espacialidades distintas, ter a sensação de vivenciar conjuntamente situações. Para seus sujeitos de pesquisa, essa convivência não seria menos real, genuína ou importante. Muito pelo contrário. Celulares smartphones propiciariam novas formas de “estar junto”.

Scifo também atesta o papel do aparelho celular em aproximar e fortalecer relações de proximidade, por alimentar laços sentimentais e gerar códigos de experiência próprios. Nos diversos manuseios e sentidos articulados por jovens italianos, o dispositivo encarna seu potencial de produtor e mantenedor de vínculos e de intimidade. O envio e recebimento de imagens é uma interação social que invoca noções de lealdade e confiança. A pesquisadora chega a comentar, inclusive, sobre certa prática comum a

⁶⁷ Pierre Bourdieu (1965) entendia que a fotografia eternizava o solene e grandes momentos da vida familiar e coletiva, reforçando noções de integração e hierarquias. Para Rivière, tal sentido não teria sido totalmente renovado pelos celulares com câmeras. Os novos dispositivos teriam apenas alargado, diversificado e transformado o estatuto do “fotografável”, que teria passado a abarcar cada vez mais situações e contextos supostamente banais.

jovens rapazes de registrar e trocar fotos de mulheres e meninas, uma experiência voyeurística e competitiva integral à sociabilidade masculina, em seus termos.

Em pesquisa etnográfica conduzida na ilha caribenha de Trinidad acerca dos impactos sociais da propagação do uso das “webcams” – câmeras de vídeo que captam e transferem imagens para o computador, espécie de antepassadas das câmeras de smartphones – nas comunicações pessoais, Miller & Sinanan (2014) também associam as interações imagéticas simultâneas à manutenção de relações de proximidade para além de fronteiras físicas e geográficas. Impulsionadas pelo surgimento e pela difusão de plataformas como o *Skype* e, posteriormente, o *Facetime*⁶⁸, as “webcams” seriam cruciais para a conservação de vínculos sociais, permitindo contato constante entre pessoas espacialmente distanciadas.

Os pesquisadores chamam a atenção, também, para certa particularidade das “webcams”⁶⁹: o fato de serem operadas pelas próprias pessoas registradas. Tal elemento impactaria os significados de visibilidade. Frente às câmeras de seus computadores, as pessoas tornam-se mais cientes de sua própria imagem, podendo, pela primeira vez, acessar a forma pela qual são vistos por seus interlocutores.

Historicamente, contemplar a própria imagem constituiu-se um privilégio de grupos abastados que podiam encomendar representações artísticas em que sua identidade corporal era lida pelo olhar de outros, a saber, artistas. Parte fundamental do “olhar para si”, a difusão do espelho, por exemplo, data somente do final do século XIX (Corbin, 1987). Inicialmente, aliás, o objeto esteve restrito aos homens. Banhada em pudores moralistas, a apreciação do próprio corpo, quando realizada por mulheres, mesmo que apenas no reflexo da água de suas banheiras, era considerado um indesejável estímulo erótico⁷⁰.

Também oitocentista, o desenvolvimento e a difusão da fotografia⁷¹ estão intrinsecamente atrelados à tomada de consciência de si, sendo a afixação da própria imagem uma forma de demonstração da existência. Segundo o historiador francês Alain

⁶⁸ O *Skype*, plataforma online de chamadas de voz e áudio, foi lançado em 2003 e, em 2011, foi incorporado à *Microsoft*. Já o *Facetime*, lançado em 2010, é um software semelhante desenvolvido pela companhia *Apple*, funcionando apenas entre dispositivos da empresa.

⁶⁹ Como outras tecnologias, salientam Miller & Sinanan, a “webcam” logo foi encapsulada pela pornografia, criando o fenômeno das “camgirls”: termo utilizado para descrever, em geral, mulheres que realizam serviços sexuais via internet.

⁷⁰ A história da criação e do desenvolvimento de tecnologias de captação ótica e mecânica da realidade (“tecnologias do visível”) estão associadas ao sexo e à “vontade de saber” sobre o sexo (Cf. Abreu, 2006).

⁷¹ Aqui, não pretendo abordar a fotografia como arte ou técnica, mas em suas relações, sentidos e significados sociais nas interações interpessoais, bem como na vida cotidiana de sujeitos fotografados e “fotografantes”.

Corbin (1987), a popularização da fotografia – sobretudo de retratos pessoais – atestaria o desejo humano de assentar e deter a própria imagem, um processo tanto de construção de autoestima quanto de posse simbólica de outra pessoa.

Voltando à Miller & Sinanan, as “webcams”, bem como suas descendentes câmeras frontais de celulares (podemos supor), viraram a lente para o sujeito “fotografante”, possibilitando uma ampliação considerável de registros de autorretratos. Essa “rotinização da observação de si” gerou “autoconsciência da própria imagem” em escalas inéditas. Em posse de uma “webcam” ou de uma câmera de celular (especialmente em seu modelo frontal), o sujeito deixa de ser olhado/fotografado/registrado para olhar/fotografar/registrar a si⁷².

Tal mudança de vetor não é banal. Entre minhas interlocutoras, quando falávamos de *selfies* e *nudes*, estar no “comando” do registro de si revestia-se de grande importância, inclusive, como exercício de poder e prazer. Entendia-se, com frequência, que fotografar-se implicaria em ser visto – por si próprio ou por outros. Quando em posse de câmeras frontais, poder-se-ia definir a observação de si em seus próprios termos. “Eu comecei a fazer ‘nude’ porque era melhor eu mesma escolher o meu ângulo e a melhor foto do que a foto que alguém tirou de mim sem eu ver, pelo menos essa fui eu quem escolheu, eu que fiz”, revelou-me Ane, personagem central em outro capítulo desta tese.

Redes Sociais: complicando as noções de público(s) e intimidade

Tão comuns quanto os celulares smartphones, são os diagnósticos preocupados que a popularização desses dispositivos esteja gerando sujeitos deprimidos, ansiosos, antissociais e viciados em tecnologia. Os temores são ainda mais prementes em se tratando de análises consternadas com os supostos impactos das tecnologias em gerações mais jovens, os ditos “nativos digitais”⁷³. Atrela-se aos smartphones, em todo seu potencial interativo, um aumento nas tendências ao isolamento e à fragmentação, uma vez que a vida “real” seria preterida frente aos atrativos da existência “virtual”.

⁷² Deparei-me, na escrita desta tese, com certa dificuldade com a própria linguagem em se tratando de registros fotográficos. O descritor fotografia “de alguém” deixa explícitas ambivalências relevantes, uma vez que “de” pode indicar aquele que fez o registro, aquele que foi registrado ou aquele que detém a posse daquela imagem (em termos de direitos autorais, por exemplo).

⁷³ Termo comumente utilizado para descrever gerações que teriam nascido ou crescido em meios já familiarizados com as novas possibilidades comunicacionais digitais.

Um bom exemplo de pessimismo tecnológico analítico é a perspectiva da psicanalista estadunidense Sherry Turkle (2011), uma das precursoras dos estudos sobre a inserção social da tecnologia e seus impactos nas subjetividades. Seu livro “Alone together”, em tradução própria, “juntos sozinhos”, explora as relações entre tecnologia, conectividade e a solidão. Para ela, as novas tecnologias digitais permitiriam uma vida totalmente conectada à internet. Em contrapartida, sob a ilusão da convivência virtual, as pessoas estariam cada vez mais solitárias.

Em maio de 2019, a renomada revista de divulgação científica “Scientific American” lançou um número especial dedicado às crescentes ansiedades sociais direcionadas aos smartphones. Reunindo textos de diferentes áreas, a publicação visa dispersar certo pânico coletivo originado por uma percepção difusa de que o uso constante de novas tecnologias traria impactos negativos irreversíveis para a mente (e o cérebro) dos usuários de celulares.

No âmbito das ciências sociais, diversas pesquisas previamente mencionadas aqui apontam justamente para tendências contrárias. Chama-se a atenção, com frequência, para manuseios desses dispositivos tecnológicos que, ao invés de dispersar, avolumariam interações, reconfigurando noções de convivência, proximidade e intimidade. Muitos estudos apontam como central nesse panorama a popularização das *redes sociais*, plataformas que estimulariam o uso da internet, do celular e das imagens como facilitadores, propiciadores e mantenedores de vínculos sociais.

As *redes sociais* fazem parte de um complexo e vasto ecossistema tecnológico comunicacional e informacional gestado no início dos anos 2000. Combinando inovações técnicas e/ou digitais, *redes sociais* compreendem diversas plataformas que permitem aos usuários/participantes produzir e circular conteúdos, trazendo à baila transformações nas lógicas de colaboração, *compartilhamento* e socialização.

Existe certo senso comum de que brasileiros gostam, mais do que outras nacionalidades, de se comunicar. Sendo a internet e as *redes sociais* um terreno fértil para essa atividade, não se faz espantoso descobrir que o Brasil ocupa, por exemplo, o terceiro lugar em tempo “conectado à internet”⁷⁴. De forma semelhante, os brasileiros

⁷⁴ Segundo estimativa do Comitê Gestor da Internet (CGI), o brasileiro passaria em média nove horas conectados à internet, conforme dados de 2018.

estabeleceram-se como a segunda população mais ativa em *redes sociais* no mundo, sendo a terceira maior no *Facebook* (Spyer, 2018)⁷⁵.

Plataformas de *redes sociais* aparecem e desaparecem em velocidades atrozes. Tomemos, por exemplo, o caso do *Orkut*. Lançado em 2004, a plataforma tornou-se uma febre entre brasileiros⁷⁶, mas, com a mesma rapidez com que foi incorporado, foi abandonado após a migração em massa de usuários para o *Facebook*, por volta de 2009 (Parreiras, 2008)⁷⁷. Não obstante, as transformações e questões inauguradas ou afloradas pelas *redes sociais* tendem a permanecer. Como se expressar nesses espaços; que modos de interação e circulação de conteúdos eles engendram; quais seus impactos para a privacidade e a intimidade bem como quais suas consequências políticas, econômicas, morais e sociais são questões centrais na vida digitalmente atravessada.

danah boyd (2014) reconhece a popularidade de narrativas que superestimam os perigos da internet em termos de dissociação entre a vida “conectada” e o mundo considerado mais real, aquele “offline”. Ao mesmo tempo, em sua pesquisa sobre o impacto das novas tecnologias de informação na vida de adolescentes nos Estados Unidos, boyd afirma que os usos cotidianos da internet não são vividos como trânsitos entre espaços e contextos distintos ou excludentes. Muito pelo contrário. Os pesquisados de boyd utilizam a tecnologia, e em especial as *redes sociais*, como mais um lugar de interação e de manutenção de relacionamentos muitas vezes já existentes.

boyd (2014) aponta que, nos primórdios da internet, as pessoas movimentavam-se em torno de interesses comuns: em “chats”, por exemplo, em que desconhecidos habitavam comunidades online arquitetadas por tópicos e assuntos de interesse. Por volta de 2003, o cenário começou a se modificar. Novas plataformas transformaram o ecossistema comunicacional, fazendo da “amizade” o elemento organizador das principais atividades na rede, isto é, as interações digitais passaram a articular pessoas

⁷⁵ Juliano Spyer (2018) realizou um estudo etnográfico dos usos das “mídias sociais” entre brasileiros de baixa renda em que encontrou grande popularidade das *redes sociais*, sobretudo do *Facebook*. Segundo Spyer, a prevalência da comunicação digitalmente facilitada articula-se a discursos que reforçam valores e comportamentos conservadores.

⁷⁶ A relevância do *Orkut* entre brasileiros pode ser atestada, por exemplo, no site da “Safernet”, onde a plataforma ainda constava, em 2019, como o espaço online mais denunciado por violações.

⁷⁷ Durante a condução desta pesquisa, pude acompanhar, entre alguns círculos de interlocução, certa desvalorização do *Facebook* em detrimento do *Instagram*. Podemos nos perguntar, talvez, se o *Facebook* não estaria passando por um processo de “orkutização” (Scalco e Pinheiro-Machado, 2010), neologismo utilizado por brasileiros de classes altas para descrever a desqualificação da plataforma após sua popularização entre camadas populares. Spyer (2018) identifica um processo semelhante em sua pesquisa. **Com 50 milhões de usuários, Brasil é segundo no ranking do Instagram**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/10/1931057-com-50-milhoes-de-usuarios-brasil-e-segundo-no-ranking-do-instagram.shtml>> Acesso em: 09 set. 2019.

que se conhecem ou que são membros de redes relacionais em comum. Ao criarem novas possibilidades de interação, tais plataformas não determinam ou modelam situações, mas propiciam certas condições e dinâmicas específicas.

Deparei-me, em campo, com um cenário bastante semelhante ao de boyd. Entre minhas interlocutoras, com a exceção óbvia de hackers e ativistas digitais, a palavra internet parecia um sinônimo de utilização da rede para interações consideradas tão íntimas e valiosas como quaisquer outras entre conhecidos, familiares e amigos, ou seja, como ferramenta fundamental na manutenção de relações interpessoais. *Compartilhar* – termo êmico de muitas plataformas digitais para descrever circulação, envio e recebimento de conteúdos – indicava a tônica dos principais manuseios da rede⁷⁸.

Outra novidade desse cenário seria a centralidade das imagens. Nas redes sociais, trocam-se freneticamente fotos, *memes*, *emojis* bem como montagens com mensagens religiosas e inspiracionais. Para Miller et al (2016), *postar* em *redes sociais* seria uma atividade essencialmente visual, que faz com que o texto, muitas vezes, torne-se periférico. Menos dependente da linguagem escrita, o *WhatsApp*, por exemplo, entre algumas de minhas interlocutoras, era percebido como um facilitador inédito para certos relacionamentos⁷⁹: “dá para falar com os parentes do interior de Minas que não sabem ler. Meu pai, por exemplo, não consegue escrever o nome, mas já aprendeu a me enviar áudio”, explicou-me Lúcia.

Há uma interessante produção acadêmica, teórica e conceitual a respeito das *redes sociais*. Muitos pesquisadores utilizam o conceito analítico de “mídias digitais” ou “mídias sociais” para descrever esse universo de possibilidades comunicativas e interativas via internet (Spyer, 2018; Miller et al, 2016; Parreiras, 2015; Beleli, 2015, 2012; Baym, 2010).

No artigo escrito em coautoria com Nicole Ellison (2007), “Social Network Sites: definition, history, and scholarship”, hoje considerado um dos marcos na produção acadêmica sobre o assunto, danah boyd descreve os “sites de redes sociais” como sistemas

⁷⁸ A realidade que vivi em campo encontra respaldo estatístico. Nos números da última “TIC Domicílios” (2017), estipulou-se que dois terços dos 120 milhões de brasileiros usuários da internet (66%) utilizam a rede, via de regra, para *compartilhar* conteúdos. Segundo os responsáveis pela pesquisa, tal uso indicaria a prevalência de habilidades tecnológicas limitadas entre brasileiros. A sondagem estipula como “habilidades digitais”, a capacidade de manusear a internet a partir de seis dimensões: comunicação, busca de informação multimídia, educação/trabalho, criação/*compartilhamento* de conteúdo e downloads. Na pesquisa, tais habilidades são analisadas, organizadas e hierarquizadas em uma taxonomia de aptidões.

⁷⁹ O *WhatsApp* tem uma clara vantagem econômica ao funcionar como um substituto “gratuito” para ligações telefônicas de longa distância.

que permitem, simultaneamente, o desenvolvimento de uma “persona” a partir de *perfis*⁸⁰, comentários impulsionadores de interações e da possibilidade de “publicação” de conteúdos produzidos pelo usuário. Para elas, “mídias sociais” incluiriam “sites de redes sociais” (*Facebook, Instagram*) bem como outras plataformas online, como páginas de circulação de vídeos (*Youtube, Vimeo*), plataformas de blog⁸¹ e microblogging (*Twitter*) e aplicativos de mensagens instantâneas (*WhatsApp*).

Optei, no meu trabalho, por utilizar o termo *rede social* de forma a me aproximar do uso cotidiano e êmico nos contextos em que interagi. Nesta pesquisa, *rede social* comportava tanto o *Facebook* quanto o *WhatsApp*, apelidados carinhosamente de *feice* e *zap*. O uso do termo, muitas vezes confundido com a própria internet, descrevia um ambiente de conectividade e comunicação incessantes, marcados também por um caráter “polimidiático” (Miller et al, 2016) de constante interação entre as diferentes plataformas existentes, utilizadas em conjunto e diálogo.

Segundo boyd, as “mídias sociais” trariam consigo características que as distinguiriam de espaços físicos de interação, uma vez que sua arquitetura favoreceria a prevalência de alguns elementos, em especial, a durabilidade de conteúdos amplamente acessíveis a públicos amplos e não imediatamente discerníveis, tão facilmente replicados quanto encontráveis, sendo necessários esforços específicos para a garantia de certa privacidade⁸².

Permeada por audiências não explícitas ou controláveis, assim como por uma falta de clareza quanto à delimitação de fronteiras espaciais, sociais e temporais, a arquitetura dessas plataformas privilegiaria a ausência de controle das informações despejadas na rede. A consequência seria a colocação de informações em “networked publics” (“públicos em rede” ou “públicos conectados”), marcados pela diversidade de alcances estruturados, intencionalmente ou não, pela combinação entre as funcionalidades dessas plataformas e os manuseios de usuários (“público por padrão e privado via esforço”, nos termos de boyd⁸³).

⁸⁰ Um perfil é uma página pessoal que funciona como espécie de cadastro de dados, contatos e preferências de usuário/as. Tais informações podem ser abertas ou limitadas, a depender do tipo de *perfil*, plataforma, comunidade ou configurações pré-definidas.

⁸¹ Também chamados de “diários virtuais”, blogs são espaços pessoais online em que usuários/as circulam opiniões em formas de textos (ou, em termos êmicos, *posts*). Popularizados no final dos anos 1990, sua estrutura permite a criação de conteúdos sem exigir conhecimento prévio de linguagem de programação.

⁸² boyd denomina essas predisposições técnica de: (1) “persistência”; (2) “visibilidade/audiência potencial”; (3) “propagabilidade/replicabilidade”; e (4) “achabilidade”.

⁸³ Ou, nos termos de boyd, “audiências invisíveis”, “contextos colapsados” e “fluidez entre público e privado”.

Pode-se depreender daí que as *redes sociais* seriam feitas para serem “esparramáveis”, sendo disseminação, escala e velocidade suas grandes definidoras. Sua estruturação favorece a rápida e fácil circulação de conteúdos por vastos públicos sem grandes controles. Basta apenas um clique. Tal característica é tão poderosa quanto problemática. Se, de um lado, informações podem ser trocadas, grupos e demandas políticas podem ser organizadas, por outro, com a mesma agilidade, dão-se fluxos de boatos, fofocas, rumores, ataques à reputação, algo que minhas interlocutoras costumavam chamar de *tribunal da internet*.

Habitua-se a se atrelarem as novas tecnologias digitais a uma espécie de esfera pública, lugar de mobilização e organização política por onde circulam discursos, posicionamentos, opiniões e interesses. Em muitos contextos, inclusive referente aos debates sobre *nudes* e *vazamentos*, a internet realmente funciona como uma “esfera pública ampliada” (Ramos, 2013), espaço institucionalizado de interação discursiva que comporta múltiplas disputas, posições contrárias, ambíguas, contrastantes e em embate, dando voz a demandas e grupos diversos.

Não são raras, também, abordagens que associam a popularização das novas tecnologias digitais a um cenário pouco otimista no que tangeria o resguardo de informações e situações tanto íntimas quanto privadas. Intimidade e privacidade, muitas vezes confundidas e confundíveis, são apresentadas e entendidas como espaços que deveriam ser protegidos e apartados da vida pública, posto que sigilosos ou até mesmo secretos⁸⁴.

Em sua análise das transformações oriundas da popularização da internet, a socióloga argentina radicada no Brasil Paula Sibilia (2009) mapeia um cenário obscuro em que a “espetacularização do eu” possibilitada pela “escrita digital de si” (práticas confessionais, instantâneas e multimídias) implicariam constante derramamento de informações pessoais como modo legítimo de habitar e interagir com o mundo. Nesse contexto, a “exposição da intimidade” seria condição *sine qua non* da vida em meio a uma paisagem tecnologicamente mediada.

Para Sibilia, a internet teria transformado de tal modo a intimidade, que o mundo contemporâneo talvez fosse melhor compreendido a partir de um novo conceito: a “extimidade”. “Triunfo do exibicionismo”, a “extimidade” descreveria práticas e

⁸⁴ Como discutido em outro capítulo, intimidade e privacidade são termos cujos significados não são coesos, homogêneos ou autoevidentes. Categorias abstratas e que variam histórica, cultural e contextualmente, seus sentidos estão intrinsecamente atrelados à construção da Modernidade e dos direitos dos indivíduos.

comportamentos sociais de usuários da rede que, sem muitos pudores, estariam dispostos a “expor” publicamente desde rotinas tão corriqueiras quanto desimportantes a segredos delicados, que não deveriam estar disponíveis para a coletividade.

Detemo-nos um pouco sobre os sentidos de “público” em tempos de *redes sociais*. O pressuposto por trás do termo envolve a percepção de que os/as usuários/as da rede teriam seu alcance comunicacional exponenciado, passando a ter instrumentos para falar (ou escrever) e ser ouvido por um público muito maior do que aquele possibilitado por interações face a face. A internet, aqui, é apresentada e pensada enquanto aumento de alcance e propagação de falas. Não à toa, os termos utilizados para descrever a colocação de conteúdos em muitas dessas plataformas são *publicar* e o neologismo anglófilo *postar*. À primeira vista, tais palavras aludem a tornar público. Não obstante, colocar informações na rede seria, de fato, torná-las públicas?

Miller et al (2016) entendem por “mídias sociais” mais do que meros meios de comunicação, mas verdadeiros espaços de socialização que permitem escalas e combinações plurais de públicos e privacidade. Para articular seu argumento, os autores da pesquisa coletiva⁸⁵ apresentam um breve histórico simplificado da comunicação pré-internet. Antes das “mídias sociais”, sujeitos contariam com formas de comunicação essencialmente privadas (contato físico, telefones, cartas) ou invariavelmente públicas (rádio, jornal, televisão). O surgimento das tecnologias digitais complicou esse cenário ao criar espaços de socialização em que público e privado podem ser escalonáveis, via complexos arranjos de escolha de audiências.

Desse modo, interações em “mídias sociais” não seriam o mesmo que projeções públicas nem corresponderiam exatamente a conversas privadas. Navegar por esse público complexamente mediado requer novos mecanismos de controle e aptidões, exigindo que pessoas conciliem fronteiras borradas, audiências em múltiplos níveis, atributos individuais e as especificidades dos sistemas, assim como os contextos em que são utilizados.

Os autores chamam de “sociabilidades escalonáveis”, esses trânsitos por escalas de comunicação que permitem lidar com diferentes públicos, inclusive dentro de uma mesma plataforma: “as mesmas mídias sociais podem ser usadas para criar grupos

⁸⁵ “Why we post” (“Por que postamos”, em tradução própria) é um projeto antropológico de pesquisa “global” sobre os usos e as consequências das “mídias sociais” a partir de empreitadas etnográficas realizadas por vários/as antropólogos/as em nove localidades no mundo. A pesquisa foi realizada pela University College London (UCL) e organizada por Daniel Miller.

pequenos e discretos, com interesses particulares e, também, para reivindicar e criar um amplo consenso em torno de questões morais fundamentais” (Miller et al, 2016, p.224).

Plataformas são usadas e escolhidos em termos de públicos específicos que podem alcançar diferentes escalas, tamanhos e graus de privacidade. Ao “borrar audiências”, *redes sociais* complexificam a natureza da vida pública. A natureza daquilo que é público online é definida pela arquitetura e funcionalidade das plataformas atreladas ao manuseio dado a elas por sujeitos sociais, a partir da combinação entre configurações de “privacidade” e acordos mútuos entre pessoas sobre o que fazer com determinados conteúdos. Assim sendo, não é porque algo está na internet que ele deixa de ser delicado, sigiloso ou secreto.

No concernente a relações interpessoais, muito embora as interações sejam mediadas por plataformas, empresas, algoritmos e tantos outros complicadores, na prática, as pessoas entendem ser possível utilizar a internet em situações e contextos de privacidade e amorosidade em que se revelam informações como instrumento de manutenção de intimidade⁸⁶.

Nas pesquisas de Miller e sua equipe, sujeitos escolhiam determinados *aplicativos* para relações mais íntimas, fazendo do *compartilhamento* um símbolo de confiança. Exemplo disso era a prática encontrada entre jovens britânicos de envio de *selfies* feias (“uglies”), imagens que articulavam complexos arranjos de intimidade, humor e confiança entre quem as enviava e as recebia. Em jogo, estava a expectativa de que as imagens não seriam encaminhadas para fora do grupo que as trocou. Desse modo, “a intimidade nas comunicações das mídias sociais não é pré-determinada, mas sim aplicada de forma seletiva e intencional” (Miller et al, 2016, p. 87).

Os pesquisadores identificam no *WhatsApp* um importante complicador desse ambiente, uma vez que seus usos permitiram muita intimidade entre as partes em comunicação através da negociação acerca de circulações de conteúdos. Em minha experiência em campo, o *WhatsApp* também teve especial importância como facilitador, produtor e mantenedor de vínculos e sentidos de intimidade. Relações e expectativas enredam-se em tramas de emoções, confiança e lealdade em meio a uma intimidade

⁸⁶ Tal percepção impactou, inclusive, minhas estratégias de inserção em campo. A presença de minhas colaboradoras nos meus *perfis* em *redes sociais* aumentava a sensação de intimidade, os laços e a segurança que sentiam em mim. Não raro recebi longas mensagens de voz com o desabafo, “prefiro falar por aqui porque me sinto mais à vontade”.

mediada, constantemente negociada, reafirmada ou rompida por meio da díade revelar-controlar.

Possibilitando a troca de informações não necessariamente “publicamente visíveis”, o *WhatsApp* propicia interações entendidas como sigilosas e afetuosas (entre elas, inclusive, a troca de *nudes*), situações em que envio, recebimento e *compartilhamento* são investidos em sentidos de intimidade e confiança⁸⁷. Nesse contexto, o perigo inerente à internet não adviria de interesses de empresas e governos escusos ou de predeterminações arquitetônicas de plataformas digitais, mas justamente de condutas mal-intencionadas perpetradas por aqueles em quem se confia. Em se tratando de *nudes* e *vazamentos*, o inimigo/risco, muitas vezes, pode estar bem mais próximo.

Dito de outro modo, as *redes sociais* não excluem, necessariamente, a intimidade e a privacidade. boyd (2011) também acredita que, em tempos de *redes sociais*, a privacidade e intimidade estariam em amplo processo de reconfiguração, já que as pessoas buscariam incessantemente novas estratégias de significação e negociação, desafiando a capacidade de controle sobre informações reveladas⁸⁸.

Ao permitir que as relações se tornem cada vez mais contínuas, persistentes e pessoais, as “mídias sociais” também abrem possibilidades inéditas de provocação e humilhação, tornando intimidade e intimidação duas faces da mesma moeda. Tanto extensão da sociabilidade física quanto investida em potencialidades de alcance e velocidade, as “mídias sociais” facilitam e complicam tensões e atritos. Em um ambiente facilmente esparramável, o risco de reações e comentários hostis adquire novas facetas, alcances e velocidades.

Uma consequência das interações mediadas pelas tecnologias digitais é que a internet deixa rastros, resíduos e restos na forma de “cookies”, “históricos”, *prints*, registros). *Prints*, por exemplo, podem transformar uma troca íntima em algo duradouro e circulável para fora do controle, conferindo escala e velocidade inimagináveis, permitindo que algo seja disseminado de forma descontextualizada e assíncrona bem como perpetuando indefinidamente interações momentâneas. O *print* é um dos maiores exemplos da ambivalência da internet: rápido, fugidio, instantâneo, pessoal, mas paradoxalmente duradouro e potencialmente público.

⁸⁷ Barker, Gill & Harvey (2018) afirmam que novas tecnologias permitem novas formas de construir e fazer a manutenção de vínculos íntimos e privados, como o relacionamento e sexo à distância.

⁸⁸ Não se deve presumir, também, um sentido único para os termos intimidade e privacidade. Em sua pesquisa, Livingstone (2008) mostra diferenças geracionais no que tange a percepção da privacidade, ao passo que Spyer (2018) apresenta diferenças de entendimento entre camadas populares.

Minha pesquisa mostra que a internet permite vários públicos, entre eles, alguns bastante íntimos e pessoais. Na mesma medida, ela possibilita derramamentos em escalas e alcances inéditos. No entanto, como abordarei em outro capítulo, a audiência potencialmente problemática dos *vazamentos de nudes* costuma ser bastante específica. O medo em relação ao esparramar da intimidade é muito relacionado aos efeitos morais que estas disseminações podem trazer para a reputação das mulheres, em especial entre os homens de seus círculos familiares e amorosos. Na internet, pessoas são usuárias, produtoras, consumidoras, ativistas e cidadãs, mas também filhas, irmãs e namoradas. Falaremos mais sobre isso adiante.

“Como assim de verdade?”

“Como assim de verdade”, interpelou-me Carol, um tanto indignada com o descabimento de minha pergunta. Estávamos em um café no centro de São Paulo e já passava da meia-noite. Para afastar o frio, ela bebericava tremulamente doses de café expresso enquanto me contava o episódio pelo qual passava.

Carol conhecera sua ex-namorada em um aplicativo de paquera para mulheres lésbicas, o *Brenda*. Na época, com dezessete anos, ela nunca havia tido um relacionamento amoroso ou sexual. Entendendo-se como alguém demasiadamente tímida, Carol partiu para o aplicativo por acreditar que, mediada por ele, conseguiria conversar com pessoas sem “ter crises de ansiedade”. O *Brenda* lhe dava uma mão para lidar com as dúvidas e inseguranças que trazia consigo em relação ao desejo que sentia por mulheres.

A parceira que Carol conheceu era uma mulher mais velha, mais formalmente educada (uma professora universitária) e que morava em Florianópolis. Lentamente, elas iniciaram conversas, viraram amigas e começaram a namorar. Viveram uma grande paixão. Trocavam poemas e letras de músicas. Interagiam o dia inteiro. A namorada fora fundamental no ano que Carol prestou vestibular para Direito (“ela me entendia, me apoiava, me fazia me sentir bem”). Foi com ela que Carol viveu seu despertar erótico-sexual: o primeiro *nude* mandado e a primeira transa, ambos via *WhatsApp*.

O relacionamento, eventualmente, foi se tornando fonte de frustrações para Carol. A namorada começara a se mostrar possessiva, controladora e agressiva. Tinha muitos ciúmes da sociabilidade que Carol estava estabelecendo na faculdade, dos amigos que fazia e as das festas que frequentava. As interações face a face não se mostraram tão

prazerosas quanto aquelas vivenciadas pela internet. Carol confessou não se sentir atraída pelos atributos físicos da namorada; preferia viver o sexo sem contato físico, a partir das palavras e das imagens digitalmente trocadas.

Insatisfeita com o comportamento da namorada, Carol terminou a relação. Começaria aí um ciclo de mais de três anos de tentativas de rompimento recusadas pela parceira. A principal forma de dissuadir Carol de concretizar o término consistia em ameaças de mandar para seus familiares registros de *nudes* e *prints* de gravações das relações sexuais. Até aquele momento, Carol vivenciava seu desejo por mulheres de maneira muito confidencial e envergonhada.

Certa vez, depois de uma briga, a parceira enviou imagens para os e-mails dos pais de Carol (“não sei como ela achou, ela é sabida nessas coisas hackers”). As mensagens foram interceptadas pela irmã de Carol, para quem ela confidenciou o que vivia. Assustada e entristecida, ela manteve a relação. Contudo, ao ser contemplada com uma bolsa de estudos para um intercâmbio fora do país, Carol encarou a oportunidade como uma possível fuga: “ela não tem mais como aparecer de surpresa em Paris, então resolvi bater o pé”.

Diante desse cenário, a parceira enviou os *nudes* para o *WhatsApp* da mãe de Carol, juntamente com *prints* de mensagens sexualmente explícitas trocadas por ambas. O resultado foi devastador: “entrei em depressão, pensei em me matar, minha mãe falou que ia me expulsar de casa e, o pior de tudo, ela [namorada] não parou”. Foi nesse momento que Carol me procurou, acionando uma rede de conhecidas para quem ela contara o ocorrido.

A interpelação espantada de Carol que inicia essa cena se seguiu a minha pergunta sobre quando (ou se) elas teriam transado “de verdade”. Na minha fala, “de verdade” seria presencialmente/offline. Para Carol, tal distinção não fazia sentido. Pelo contrário, mostrava-se até ofensiva. A relação entre Carol e a parceira tinha sido quase totalmente vivenciada em *aplicativos* digitais. Entretanto, isso não tornara a experiência menos autêntica, íntima, real ou violenta.

Para além de debates acerca de potenciais politicamente arriscados da rede, dilemas éticos sobre liberdade de expressão, preocupações referentes a efeitos de novas formas de mobilização política, discussões a respeito de vieses implícitos em *bolhas* e

*algoritmos*⁸⁹ ou perigos decorrentes das *fake news*⁹⁰, busquei, nesse capítulo, abordar alguns aspectos pelos quais a internet lança luz sobre interações pessoais horizontais, estabelecendo-se como uma das principais mediadoras de informações íntimas, privadas e pessoais, torcendo pressuposições de que as relações na internet seriam fragmentadas e superficiais, posto que não fisicamente presenciais.

⁸⁹ Complexa equação matemática utilizada pela linguagem de programação para organizar, filtrar e apresentar as informações na internet. São essas programações que criam critérios de relevância ou popularidade, hierarquizando e disponibilizando, por exemplo, resultados de busca. Cercado em uma área exotérica, o “algoritmo” é mencionado por muitos usuários da rede como um obstáculo tão incompreensível quanto incontornável, principal responsável pelo indesejável “efeito bolha”, que aglutinaria pessoas que pensam de maneira semelhante e afastaria dissensos, enviesando a percepção da realidade.

⁹⁰ Em português, “notícias falsas”. O termo se popularizou, nos últimos anos, para identificar a capilarização da prática de circulação de informações enviesadas, descontextualizadas ou mesmo mentirosas através de plataformas de comunicação na internet.

Capítulo 2. “Nenhum nome serve”: das dificuldades em nomear

Foram usados repetidamente até se tomarem instrumentos eficientes para expressar o que pessoas experimentaram em comum e querem comunicar. Tornaram-se palavras da moda, conceitos de emprego comum no linguajar diário de uma dada sociedade. Este fato demonstra que não representam apenas necessidades individuais, mas coletivas, de expressão. A história coletiva neles se cristalizou e ressoa. O indivíduo encontra essa cristalização já em suas possibilidades de uso. Não sabe bem por que este significado e esta delimitação estão implicadas nas palavras, por que, exatamente, esta nuance e aquela possibilidade delas podem ser derivadas. Usa-as porque lhe parece uma coisa natural, porque desde a infância aprende a ver o mundo através da lente desses conceitos.

Norbert Elias, *O processo civilizador*, 1939.

Me sinto mal com esses termos, especialmente a tal pornografia de vingança. Parece que dá a tudo que eu vivi uma carga ainda mais negativa, estranha, de safadeza...

Maria, 2017.

“O que aconteceu comigo não tem nem nome”

“Será que você poderia ajudar minha colega do serviço que teve nudes vazados?”, dizia a mensagem que recebi no *Messenger*⁹¹. A remetente era uma antiga conhecida tornada *amiga* no *Facebook*⁹² que, ao ler algumas de minhas *postagens* sobre a pesquisa que eu acabar de iniciar, entrou em contato.

Era início de 2015. Eu ainda não sabia, mas essa viria a ser a primeira de muitas interpelações semelhantes que me fariam dali em diante. Invariavelmente, a partir de

⁹¹ *Aplicativo* de mensagens instantâneas associado e pertencente ao *Facebook*, o *Messenger* permite interações acessíveis somente para remetente(s) e destinatário(s).

⁹² Utilizo itálico para alguns termos e expressões êmicos comuns à socialização mediada por plataformas digitais de comunicação, tomando cuidado em apontar, sempre que possível, nuances e limites em seus significados. No *Facebook*, *amigo/as* são pessoas cujos *perfis* têm a permissão do/a usuário/a para fazer parte de sua rede.

redes sociais. Indicadas por toda sorte de amigas, conhecidas e colegas, diversas mulheres e meninas me procuraram, nos últimos cinco anos, com relatos que envolviam imagens eróticas, aparelhos celulares, conflitos e alguma angústia.

Gabriela foi a primeira delas. Munida da autorização fornecida por sua colega de trabalho, enviou-me uma mensagem. Quando nos conhecemos, via *WhatsApp*, ela contava vinte e quatro anos. Na época, trabalhava como vendedora numa loja de roupas de um shopping da zona sul de São Paulo. Apresentamo-nos, falando um pouco de nós mesmas e de nossa *amiga* em comum. Sem mais delongas, Gabriela me contou o motivo do contato: alguém estava *publicando* seus *nudes* no *Facebook*.

A história se desenrolara da seguinte maneira: certo dia, Gabriela recebeu diversas mensagens de um número de celular desconhecido. O remetente exigia que ela lhe enviasse uma quantia em dinheiro como contrapartida a não ter *expostas* fotos em que aparecia nua. Gabriela supunha que o responsável pelas mensagens estaria em posse de seu antigo celular (o aparelho havia sido furtado durante um bloco de Carnaval), acessando as imagens nele armazenadas. Entre elas, vários *nudes*.

Frente a abordagem intimidatória, ela se negou a enviar qualquer quantia, tanto “por princípios” quanto por não ter a garantia de que as fotos seriam posteriormente descartadas. Diante da recusa, o desconhecido – ela sempre o descrevia no masculino, pois pressupunha tratar-se de um homem – mudou os termos da ameaça, passando a pedir novos *nudes* como recompensa. Novamente, ela se recusou.

Então, o desconhecido criou um novo *perfil* no *Facebook*. Utilizando o nome de Gabriela, ele *adicionou* membros das redes de contato da moça e começou a *publicar* os *nudes*, em *postagens* acompanhadas por frases ofensivas de cunho sexual. Em pouco tempo, boa parte dos familiares, amigos e conhecidos de Gabriela já tinha visto suas fotos.

Como forma de tentar estancar as *publicações*, Gabriela e seus amigos mais próximos organizaram-se para *denunciar* o conteúdo à *administração* do *Facebook*, a saber, um espaço direcionado a usuários/as que desejam fazer pedidos e reclamações à plataforma⁹³. O *Facebook* tem uma restrita política interna, bastante conhecida, que supostamente interdita e deleta quaisquer imagens de nudez e sexo, decisão empresarial – e política – que já causou verdadeiros imbróglios públicos, como os casos de bloqueio

⁹³ A “Central de Ajuda do Facebook” apresenta-se como um espaço de denúncia para usuários que queiram reportar situações que lhes possam trazer danos e/ou infringiriam os “termos da comunidade”. Parece ser virtualmente impossível falar com um representante de “carne e osso” do *Facebook*. Até onde pude inferir, a plataforma não disponibiliza nenhum atendimento direto com funcionários.

de imagens de mulheres amamentando (Sibilia, 2015); o cerceamento de renomadas obras de arte e, até mesmo, um famoso quiproquó envolvendo a página do Ministério da Cultura brasileiro, quando uma fotografia de um casal de índios botocudos foi sumariamente apagada⁹⁴.

Apesar das denúncias feitas à *administração* do *Facebook* e da nudez presente nas fotos, nem os *nudes* de Gabriela nem o *perfil* falso foram removidos. Nesse momento, desabafou com a colega de trabalho, que sugeriu que ela me procurasse. Sendo a primeira vez que isto aconteceu, fiquei surpresa com o pedido de ajuda. Expliquei-lhe que não atuava diretamente na resolução de situações afins. Sensibilizada, entretanto, ofereci minha companhia na busca por possíveis soluções. Gabriela aceitou.

Acionei, então, a vasta rede de profissionais do Direito e do sistema de justiça que eu havia angariado ao longo dos anos em que me dediquei a pesquisas sobre violência doméstica e familiar contra mulheres. Consegui o contato de uma advogada especializada em delitos cometidos na internet. Telefonei. Seus serviços eram privados e o custo de uma reunião demasiadamente alto para Gabriela (cerca de quatrocentos reais). Apesar de não termos agendado uma visita, a advogada sugeriu que eu orientasse a moça a produzir *prints* das *publicações* vexatórias bem como das conversas em que fora coagida. Com esse material, mencionou a profissional, talvez fosse possível fazer um registro de ocorrência policial.

Decidimos ir juntas à Delegacia de Crimes Digitais paulista (também chamada de DIG), localizada na zona norte da cidade. Naquele estágio da pesquisa, eu ainda imaginava ser possível realizar uma etnografia daquele espaço policial, quiçá em moldes semelhantes ao trabalho que eu desenvolvera durante o mestrado. Eu acreditava ser este o local para onde as situações envolvendo violências cometidas pela internet pudessem

⁹⁴ Tratava-se de uma fotografia de 1909, feita por Walter Garbe, utilizada para anunciar o lançamento do “Portal Brasileira Fotográfica”, um espaço gratuito online que disponibiliza diversos acervos fotográficos históricos brasileiros digitalizados. O então ministro da cultura, Juca Ferreira, acusou a plataforma de censura e preconceito étnico, afirmando, inclusive, que o *Facebook* teria ferido a Constituição Federal. Inicialmente, o *Facebook* manteve a decisão de proibição da imagem, que traz uma mulher com os seios descobertos (podemos nos indagar, antropologicamente, se ela estaria, de fato, “nua”), mas recuou da decisão após o Minc anunciar a disposição de acionar o sistema de justiça. No momento de escrita desta tese, em julho de 2016, o *Facebook* trazia em seus “Padrões da Comunidade” o aviso de que, embora tivesse flexibilizado sua política em relação à nudez adulta, tornando-se mais tolerantes a propostas artísticas, pedagógicas, políticas e satíricas, ainda restringia rigorosamente conteúdos de corpos nus bem como imagens de atividades sexuais.

Facebook desbloqueia foto de índios botocudos: O Facebook anunciou que voltou atrás e desbloqueou a foto de índia com seios expostos no perfil do Ministério da Cultura. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/tecnologia/facebook-desbloqueia-foto-de-indios-botocudos/>>. Acesso em: 09 set. 2019.

ser jurídica e policialmente escoadas. A experiência com Gabriela logo me mostraria o contrário.

Gabriela e eu nos encontramos fisicamente pela primeira vez no dia da visita à delegacia, embora sequer tenhamos prestado atenção a isso. Ao longo da pesquisa, minha experiência em campo me direcionou, constantemente, no sentido de questionar a necessidade de enfatizar distinções descritivas entre interações ocorridas on e offline. O fato de nossas interações anteriores terem sido mediadas por plataformas tecnológicas não foi impeditivo para que nos sentíssemos à vontade uma com a outra.

Saímos de um local próximo ao trabalho de Gabriela. A DIG era relativamente longe, ficando a quase trinta quilômetros de distância de nosso ponto de partida. No longo caminho, que incluiu baldeações por ônibus, trens e metrô, conversamos a respeito dos mais diversos assuntos. Papeamos, por exemplo, sobre o curso universitário que ela cursava (Publicidade e Propaganda, em uma faculdade privada), as dificuldades que ela enfrentava para pagar as mensalidades, a distância entre sua residência e o shopping em que trabalhava, o tempo que ela “perdia” nesses trânsitos, a angústia ante a possibilidade de ter que interromper seus estudos bem como sua relação com o então namorado.

Diante de meus interesses de pesquisa, Gabriela se mostrava interessada, sobretudo, em falar sobre o fato de se considerar um entusiasta de *selfies* e *nudes*. Animada, ela me mostrava a quase infinda quantidade autorretratos que armazenava em seu celular. Gabriela tinha apreço especial por seu aparelho, cuja compra resultara de uma enorme economia para que ela pudesse arcar com o alto custo do modelo mais avançado possível (“o iPhone⁹⁵, com a melhor câmera frontal, o mais importante”), “meu celular custa quatro vezes o meu salário, mas eu não ligo, ele é meu tudo”.

Conforme deslizava os dedos sobre a tela e as imagens em que aparecia ornando diferentes poses, penteados e maquiagens, Gabriela discorria a respeito das técnicas que utilizava no registro de imagens de si própria. Para os *nudes*, “poses de lado, de cima para baixo”. Nas fotos de rosto, “duck face” e “fish gape”, dois truques que afinariam as bochechas, contribuindo para o sensual “carão”.

Verdadeira convenção estética gestual cara ao cenário de *selfies* e *nudes*, o “duck face” descreve uma forma de, ao se posar para fotografias, pressionar os lábios e as maçãs do rosto trazendo como resultado uma espécie de bico discreto. Já o “fish gape”, por sua

⁹⁵ *iPhone* é uma linha de smartphones desenvolvidos e comercializados pela empresa *Apple*.

vez, seria uma variação da pose anterior em que se mantém os lábios levemente abertos. “Uma cara de peixe morto, mas sexy”, brincava Gabriela.

Quando chegamos à delegacia, dois policiais – ambos homens – nos disseram que nada poderia ser feito, uma que vez que aquele espaço só atenderia crimes ao consumidor, “como quando você compra algo no site das Lojas Americanas e não chega”, explicou-nos o investigador que estava encostado do lado de fora do balcão de atendimento. Embora o local estivesse completamente vazio a não ser pelos profissionais, os policiais se mostraram bastante impacientes, reclamando em voz alta da quantidade de mulheres que procurava a DIG, em suas opiniões, equivocadamente. “Não aguento mais essa história de nudes... Vai na DDM, pede a Lei Carolina Dieckmann, não é aqui não!⁹⁶”.

Frustrada, mas determinada, Gabriela acatou a orientação policial. Na semana seguinte, pediu que eu a acompanhasse à Delegacia de Defesa da Mulher mais próxima de sua residência, localizada em um município vizinho à capital paulista. Compartilhei, com ela, minhas recordações acerca das situações de “brigas de celular” que eu presenciara, entre 2012 e 2013, em plantões de duas DDMs. No linguajar policial, o epíteto indicava certa desqualificação jocosa de tentativas de denúncias semelhantes às delas, consideradas não enquadráveis em tipificações criminais próprias ao repertório jurídico-penal disponível.

A ressalva que eu fiz não visava desanimar a moça. E, de fato, ela não se abalou. “Vamos pagar para ver”. Como as DDMs costumam funcionar em dias de semana e horário comercial, para poder se deslocar até lá, Gabriela negociou uma rara folga com seu supervisor na loja, com quem ela não tinha um bom relacionamento. As tensões haviam piorado ainda mais depois do episódio dos *nudes*.

Enquanto aguardávamos na recepção, ela me falou das diferentes reações de seus chefes ao ocorrido. O gerente, após uma conversa, tentou acalmá-la e lhe disse que “se fosse demitir todo mundo que faz nude, ia ter que mandar embora todos os funcionários”. Já o supervisor reagira de forma oposta: “ele me perguntou por que tirei as fotos, dizendo que eu meio que me expus a isso e que eu merecia. Agora ele fica fazendo piadas, me importunando e criando situações para me ofender”.

Semelhante ao que eu rezeira, quando chegou nossa vez de sermos atendidas na DDM, ouvimos da escritã em serviço que nada poderia ser feito, dado que não se tratava de um crime “de Lei Maria da Penha”. Tentei argumentar, sem sucesso, que havíamos

⁹⁶ Falarei mais detalhadamente a respeito de encapsulamentos e encaminhamentos jurídico-penais dados a situações de disseminação de imagens eróticas pela internet no capítulo seguinte.

sido encaminhadas pelos policiais da DIG. “Não tenho como registrar no meu sistema vazamento de foto pelada, não há essa opção”, comentou a profissional, que também sugeriu que, para evitar transtornos, Gabriela desativasse, por algum tempo, quaisquer perfis em *redes sociais*.

Gabriela considerou a recomendação estapafúrdia. “Eu deixei no meu celular, eu não postei no Instagram, nem enviei para ninguém, eu não me expus. Eu não vou deixar de tirar nude e selfie, então viver é se expor”.

Destacando, em sua reação indignada frente ao que considerava uma censura moralista e antiquada, que as interações digitais seriam tão ou mais importantes em sua vida que quaisquer outras formas de comunicação e relação social, Gabriela deixou a delegacia extremamente alvoroçada. “Ninguém existe sem rede social. Imagina. Sem WhatsApp e Facebook, como a gente vai falar com outras as pessoas?”.

Enquanto caminhávamos para o ponto de ônibus mais próximo, Gabriela me confidenciou que, apesar da decepção, ela já esperava por algo semelhante nas respostas policiais ao seu caso. Ela contou que, assim que os *nudes* foram *publicados* no *Facebook*, ela fez uma ligeira pesquisa em mecanismos de busca de internet tentando se informar sobre como proceder. Depois de ler algumas notícias e orientações de “páginas feministas” (em suas palavras), ela concluiu que:

No fundo, eu meio que imaginava que fosse acontecer isso de ninguém nos ajudar nem dar respostas, até porque **o que aconteceu comigo** é mais complicado, **não foi aquela coisa da pornografia de vingança**. Eu nem tenho ex querendo me humilhar. **O que aconteceu comigo não tem nem nome**. (Grifos próprios)

Reações semelhantes ao embaraço de Gabriela frente à dificuldade em encontrar uma forma suficientemente adequada para nomear sua experiência com os *vazamentos de nudes*, em especial no que dizia respeito ao tratamento jurídico-policial dessas situações, foram lugar comum na condução desta pesquisa.

Via de regra, aquelas que haviam passado por circunstâncias semelhantes (pelo menos aquelas com as quais interagi) recusavam a terminologia sugerida e popularizada tanto pela mídia quanto pela militância de mulheres. Expressando intensas insatisfações, suas falas questionavam alguns dos pressupostos semântico-político-morais implícitos aos termos, indagando, também, algumas normativas e convenções de gênero e sexualidade que palavras e expressões em trânsito por este cenário podem acionar.

Quando redigi o projeto de pesquisa, escolhi *pornografia de vingança* como a categoria que balizaria a pesquisa já ciente de diferentes nomenclaturas possíveis para situações idênticas ou muito semelhantes, mas persegui-la atrapalhou ainda mais do que eu imaginava.

Neste capítulo, resolvi fazer das angústias de muitas de minhas interlocutoras de pesquisa – em especial, aquelas cujas imagens haviam sido indevidamente disseminadas – inspiração para reflexões, inflexões e indagações acerca dos potenciais e limites semânticos, políticos, sociais e morais envolvidos no ato de nomear.

Para tanto, proponho-me pensar sobre os significados e sentidos acionados por algumas palavras e noções que ganharam centralidade em discussões concernentes ou paralelas ao tema; pormenorizando percepções, expectativas, classificações e moralidades que elas, por ventura, possam evocar. Inspirada, também, pelo trabalho de Mary Douglas (1976), aposto no potencial analítico e político das ambiguidades e anomalias presente em interstícios e fronteiras de sistemas classificatórios.

O que há em um nome?

No célebre ensaio “O processo civilizador” (1994 [1939]), o sociólogo alemão Norbert Elias elabora uma bela digressão a respeito do significado e da importância das palavras enquanto ferramentas que atribuem sentidos coletivamente partilhados a experiências particulares, associando experiências individuais a contextos sociais mais amplos. Conceitos, termos, nomenclaturas, terminologias e expressões funcionariam como cristalizações semânticas, verdadeiras corporificações de experiências, memórias e entendimentos sociais responsáveis por revestir vivências e circunstâncias em sentidos de pertença entre partes e todos.

Por isso, segundo Elias, indagar-se acerca das palavras implicaria necessidade de atenção rigorosa a situações históricas, atmosferas emocionais particulares bem como a valores sociais e morais contextualizáveis; envolvendo um elaborado jogo investigativo atento tanto às nuances do repertório coletivo com os quais as palavras se articulam, quanto às possíveis maneiras pelas quais certos termos e noções se investem de significados particulares e individuais.

Um dos postulados mais canônicos da Antropologia, presente na formulação escrita por Émile Durkheim e Marcel Mauss em um dos textos fundantes da disciplina, envolve a concepção de que, “a classificação das coisas reproduz a classificação dos

homens” (1990 [1903], p. 184). Isto é, a dinâmica classificatória das palavras estaria estritamente ligada a atribuições de lugares sociais na taxonomia do mundo.

Dito de outro modo, isso significa que, para além de um esforço em descrever algo suficientemente bem, criando uma generalização que seja capaz de dar conta, simultaneamente, tanto de características comuns quanto de particularidades, o ato de nomear implica classificar, enredar algo em sistemas de sentido e hierarquização que conferem ordem e inteligibilidade ao mundo social (Lévi-Strauss, 1989).

Nenhuma terminologia é despida de significados valorativos e avaliativos. *Pornografia*, *vingança*, *exposição*, *intimidade* e seus correlatos não são exceções. Esses termos, nos contextos de interesse desta pesquisa, aludem diretamente a sentidos, lugares e normas atribuídas à sexualidade de homens e mulheres, que indicam algumas maneiras pelas quais concebemos social e moralmente desejos, libidos, corpos, comportamentos, violências, crimes e direitos.

Nomenclaturas e terminologias não são neutras ou inertes; elas têm história, intencionalidade, sentidos e contextos; constituindo-se enquanto objetos e sujeitos de intensas pelepas semânticas. Noções e termos envolvidos em nomeações não são autoevidentes, tampouco possuem significados consensuais ou homogêneos, sendo constantemente disputados, rearranjados e tensionados por embates, discordâncias e entendimentos diversos, contextuais ou mesmo contraditórios.

No decorrer desta pesquisa, *pornografia de vingança* (ou *revenge porn*) e *exposição da intimidade* (ou termos afins) foram as nomenclaturas com as quais me deparei, com maior frequência, em tentativas de nomear, identificar, descrever e falar da disseminação não autorizada de imagens eróticas pela internet, popularizadas, em especial, por abordagens midiáticas, iniciativas legislativas e elaborações feministas⁹⁷.

Apresentada como uma nova faceta da violência contra mulheres, a *pornografia de vingança* é enunciada como resultado direto de avanços interativo-comunicacionais que arquitetonicamente facilitariam a *exposição* (revelação indesejada de informações pessoais) da *intimidade* (entendida como sinônimo de desejos eróticos, práticas sexuais ou mesmo corpos nus). Amalgamadas em sintagma tecnológico, *exposição* e *intimidade*

⁹⁷ Machado (2018) empreitou um levantamento matemático dos termos utilizados para descrever situações correlatadas em alguns dos jornais nacionais de maior circulação nacional. “Sexting”, “vingança pornô”, “revenge porn”, “pornografia de vingança”, “exposição sexual na internet”, “vídeos íntimos” e “imagens íntimas” foram as principais terminologias encontradas pela pesquisadora para descrever uma miríade de situações que nem sempre envolviam mulheres. O termo “imagens íntimas”, afirma a pesquisadora, foi o descritivo empregado com maior frequência pelos jornalistas.

evocam o contundente perigo da devassa pública (involuntária e vexatória) da vida afetivo-sexual em escalas inéditas.

A despeito da capilaridade com a qual se espalharam por diversos debates, as expressões supracitadas geram, também, grandes críticas e ressalvas, uma vez que parecem limitar, reduzir, moralizar e excluir a multiplicidade e heterogeneidade de comportamentos, significados e sentidos envolvidos nas relações entre mulheres, tecnologias, imagens e erotismos.

Exposição de intimidade e pornografia de vingança circulavam insistentemente entre grande parte das interlocutoras dessa pesquisa, em especial entre aquelas que se viam na posição de quem falava sobre o assunto na terceira pessoa, isto é, estavam envolvidas na construção do tema enquanto um problema público, visando dar visibilidade e pertinência ao assunto. Já nas conversas sobre experiências pessoais, o mesmo vocabulário não fluiu com tanta fluência. Quando se falava em primeira pessoa, as mulheres utilizavam eufemismos, como “aquela história”, “aquilo”, “isso” ou “as fotos”, ou lançavam mão de variações da expressão *vazamentos de nudes*.

O principal objetivo deste capítulo é refletir sobre as formas de nomear, e consequentemente de classificar, algumas das situações sociais sobre as quais resolvi me debruçar. Tenho como pressuposto não tomar nenhum termo ou sintagma como auto evidente e dotado de significados homogêneos ou compartilhados de maneira hegemônica. A dificuldade de nomear um fenômeno, no caso da minha pesquisa, foi analiticamente estimulante para pensar os limites das próprias nomeações, atos que podem mobilizar, mostrar, esconder ou excluir.

2013: um ano-chave

Em novembro de 2013, a repercussão dos trágicos suicídios de duas adolescentes brasileiras ocorridos após episódios de disseminação não autorizada de imagens eróticas pela internet acendeu um fervoroso debate midiático, ativista e legislativo sobre o tema⁹⁸.

Circulando para além de páginas feministas ou *blogs* e *perfis* em *redes sociais* de pessoas simpatizantes à causa, o drama das meninas e de suas famílias estampou

⁹⁸ **Pornografia de revanche: em dez dias, duas jovens se suicidam:** Deputado Romário apresenta projeto de lei para tornar crime a divulgação indevida de fotos e vídeos íntimos; as vítimas são as mulheres. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/noticias/revenge-porn-divulgacao-de-fotos-intimas-culmina-com-suicidio-de-duas-jovens/>>. Acesso em: 09 set. 2019.

manchetes em revistas, jornais impressos bem como telejornais de circulação nacional, sendo destaque, inclusive, no dominical “Fantástico”, da Rede Globo, um dos programas jornalísticos de maior penetração no país⁹⁹.

Para apresentar o fenômeno, recorreu-se a um termo emprestado da língua inglesa: *pornografia de vingança/revanche (revenge porn)*. Descrito como um fenômeno global, o *revenge porn* foi apresentado ao mundo como propagação de imagens sexualmente sugestivas com o intuito de desmoralização. Direcionada, quase sempre, para a condenação do comportamento de mulheres.

Em notícia publicada em 01/12/2013, o jornal “Folha de São Paulo” trouxe a seguinte manchete: “Exposição sexual de mulheres na internet se alastra e causa vítimas”¹⁰⁰. No texto, a jornalista Cida Alves anunciava que os brasileiros – ou melhor, as brasileiras – estariam diante de um novo perigo advindo de situações em que “vídeos e fotos gravados na intimidade do casal são compartilhados para causar humilhação pública a uma das partes”.

Com o intuito de demonstrar a popularidade da prática e seu perigo potencial no Brasil, a matéria citava dados disponibilizados pela “Safernet”¹⁰¹, que realizara uma pesquisa com três mil brasileiros de idades entre nove e vinte e três anos de idade, cujos resultados estimavam que cerca de 20% dos entrevistados já tinham recebido imagens eróticas de amigos ou conhecidos, e que 6% já tinham repassado esse tipo de conteúdo semelhante adiante.

Entrevistado pela jornalista, o presidente da “Safernet”, Thiago Tavares, salientou que uma vez ocorrido o *vazamento* desse material, seria quase impossível parar a sua propagação. “Quando **cai na rede** é impossível controlar. Há sites especializados em **divulgar** esse tipo de conteúdo. Em minutos, milhares de pessoas têm acesso, **salvam** e **compartilham**”¹⁰², contou, utilizando uma série de expressões comuns à sociabilidade mediada pela internet e pelas *redes sociais*.

⁹⁹ **Mãe de jovem achada morta após vídeo íntimo reclama de ‘violação’**: Em entrevista ao Fantástico, ela diz que não sabia o que estava ocorrendo. Outras jovens relatam vidas destruídas após intimidade exposta na web. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2013/11/mae-de-jovem-achada-morta-apos-video-intimo-reclama-de-violacao.html>>. Acesso em: 09 set. 2019.

¹⁰⁰ **Exposição sexual na rede se alastra e causa vítimas**: Casos de ‘revenge porn’ acabam em linchamento moral de mulheres no país. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/12/1379100-exposicao-sexual-na-internet-se-alastra-e-causa-vitimas.shtml>>. Acesso em: 05 set. 2019.

¹⁰¹ Criada em 2005, a Safernet é uma organização civil de direito privado e sem fins lucrativos que visa, segundo sua apresentação institucional, “atuar na promoção e defesa dos direitos humanos na internet no Brasil”.

¹⁰² Grifos próprios.

Entre novembro e dezembro daquele ano, proliferaram-se notícias e textos sobre o assunto. Nas reportagens, dava-se atenção aos gargalos jurídicos e tecnológicos na prevenção, no combate e na punição desses casos. O diagnóstico mais comum trazia a percepção de que a sociedade brasileira, em especial o sistema de justiça, não estaria equipada para lidar com os desafios trazidos pelos avanços da internet.

Ao passo em que figurava em matérias veiculadas em grandes veículos de comunicação comerciais e hegemônico, o tema também agitava a vivaz blogosfera feminista brasileira. Um de seus representantes mais populares, o blog “Escreva Lola Escreva”, de autoria de Lola Aronovich, foi um dos primeiros espaços a alertar sobre o “novo crime”.

Mencionando tanto o suicídio das adolescentes quanto dois outros ocorridos que se tornaram célebres no mesmo período – o “caso Fran” e o “caso Thamiris”¹⁰³ – Lola afirmava que “filmar ou se fotografar fazendo sexo não é crime. Eu não recomendo, devido a essa modalidade de pornografia de revanche”, alertando suas leitoras para o perigo de “acreditar que aquele carinha gentil não vai mostrar suas imagens íntimas para ninguém”.

Em outubro de 2013, Fran, uma jovem goiana de 19 anos, teve um vídeo em que se relacionada sexualmente com o namorado, disseminado pelo mesmo sem sua autorização. Rapidamente, o material viralizou, gerando um rebuliço danoso na vida da jovem, e informações pessoais, o local de trabalho e até imagens de familiares de Fran passaram a circular pela rede.

Reportagens da época deram atenção ao fato da relação se tratar possivelmente de uma traição e/ou um caso extraconjugal. Algumas as imagens, em especial que mostravam a moça nua fazendo um símbolo de “ok” com os dedos das mãos, foram transformadas tanto em memes quanto numa campanha de apoio à moça¹⁰⁴.

No mês seguinte, Thamiris, então uma estudante universitária, teve fotos “íntimas” (em suas palavras) disseminadas pelo ex-namorado. O caso se tornou ainda mais conhecido quando a jovem escreveu em tom de manifesto em seu *perfil no Facebook*

¹⁰³ **'Não tenho mais vida', diz Fran sobre vídeo íntimo compartilhado na web:** Fran, mãe de uma menina de dois anos, teve que mudar a aparência e parar de trabalhar. Hoje, ela evita sair de casa. Disponível em: <<http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2013/11/nao-tenho-mais-vida-diz-fran-sobre-video-intimo-compartilhado-na-web.html>>. Acesso em: 09 set. 2019.

¹⁰⁴ “Somos todas Fran” visava questionar o julgamento moral do exercício da sexualidade das mulheres, questionando, sobretudo, a “culpabilização da vítima” por violências de cunho sexual sofridas.

um texto intitulado: “meu desabafo como vítima de revenge porn”. Em dois dias, a publicação de Thamiris teve mais de dois mil compartilhamentos.

Foi também nesse período que o *blog* do “Think Olga” se manifestou sobre o assunto, *postando* uma ilustração de autoria de Lila Cruz. Fundado em 2013, o “Think Olga” é um projeto feminista idealizado pela jornalista Juliana de Faria, e que alçou significativa visibilidade após ter lançado uma campanha online de combate ao *assédio* chamada “Chega de Fiu-Fiu”.

Imagem 2.1 – Charge de Lila Cruz sobre revenge porn. Think Olga (blog).
Disponível em: <<https://thinkolga.com/2013/11/25/segunda-de-quadrinhos-revenge-porn/>>
Acesso em 09. set. 2019.

Juntamente com a imagem, o blog trazia *links* para notícias e textos que versavam sobre os perigos do *revenge porn*, entre eles o desabafo de Thamiris, o post de Lola e a entrevista dada pelo então deputado Romário à revista *Marie Claire*¹⁰⁵, em que este

¹⁰⁵ **Pornografia de revanche: “Nossa sociedade julga as mulheres como se o sexo denegrísse a honra”, diz Romário:** O deputado federal apresentou projeto de lei que torna crime a divulgação indevida de material íntimo e virou uma das vozes mais fortes em defesa desta causa feminina. Disponível em: <<https://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2013/11/pornografia-de-revanche->

apresentava o projeto de lei que elaborara com o intuito de criminalizar a *pornografia de vingança*¹⁰⁶.

Entre 2013 e 2016, diversos Projetos de Lei oriundos de iniciativas de membros do parlamento, versaram, de alguma forma, sobre o tema. Na maior parte dos casos, as propostas concordavam tratar-se de um assunto grave que, embora cada vez mais comum, enfrentaria obstáculos práticos consideráveis no sistema de justiça. Devido a essa espécie de lacuna jurídico-penal, seria emergente a necessidade da atuação do legislativo.

O primeiro Projeto de Lei afim levado à Câmara dos Deputados foi elaborado por João Arruda (PMDB-MT), em maio de 2013, e posteriormente apelidado de “Lei Maria da Penha da Internet”. Com o intuito de combater “condutas ofensivas contra a mulher” na rede, o PL 5555/2013 propunha a inserção do “direito à comunicação” no artigo 3º da Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) bem como o acréscimo de “violação da intimidade” ao artigo 7º, que estabelece as modalidades física, psicológica, sexual, patrimonial e moral como formas de violência doméstica e familiar contra mulheres.

Para justificar a necessidade das modificações propostas, o projeto de João Arruda argumentava que, apesar da Lei Maria da Penha ser “um marco nas políticas públicas”, ela não abordaria, ainda, uma relevante dimensão da violência em contextos de proximidade afetivo-familiar: a “violação da intimidade”. Segundo o PL, a conduta de “divulgar materiais sem o consentimento” seria mais comumente praticada por “cônjuge ou ex-cônjuges” com o intuito de trazer “constrangimento” para as mulheres.

Ao todo, doze projetos foram levados à apreciação do corpo legislador brasileiro, o Congresso Nacional. Eventualmente, todos foram apensados, jargão jurídico-legislativo que designa anexação, ao primeiro projeto de João Arruda, que se tornou a proposta oficial para o tratamento do tema¹⁰⁷.

nossa-sociedade-julga-mulheres-como-se-o-sexo-denegrisse-honra-diz-romario.html>. Acesso em: 09 set. 2019.

¹⁰⁶ Dois anos depois, o “Think Olga” lançou a campanha “#MandaPrints”, composta por vídeos em tom de orientação jurídica, direcionados para meninas e mulheres em situações de perseguição, ameaças e ofensas na internet. As dicas para quem passasse por “divulgação de fotos íntimas” incluem “não apagar qualquer mensagem de ataque” e “dar print dos materiais que foram propagados sem permissão”. A campanha não se reporta somente às “vítimas” de *revenge porn*, objetivando alcançar, também, mulheres, em sua maioria ativistas feministas, que são violentamente atacadas pela internet. Isso aconteceu com Lola e a própria fundadora do “Think Olga”, Juliana de Faria.

¹⁰⁷ São eles: PL 5555/2013 (João Arruda, PMDB – MT), PL 5822/2013 (Rosane Ferreira, PV-PR), PL 6630/2013 (Romário, PSB – RJ), PL 6713/2013 (Eliene Lima, PSD – MT), PL 6831/2013 (Sandes Júnior, PP-GO), PL 7377/2014 (Fábio Trad, PMDB – MS), PL 170/2015 (Carmen Zanotto, PPS-SC), PL 3158/2015 (Iracema Portela, PP – PI), PL 4527/2016 (Carlos Henrique Gaguim, PMDB-TO), PL 5632/2016 (João Fernando Coutinho, PSB – PE), PL 5647/2016 (Josi Nunes, PMDB – TO), PL 5862/2013 (Felipe Bornier, PROS – RJ). Embora apensado ao grupo, o PL de Felipe Bornier dispõe do que chama de

Há diferenças significativas entre os projetos, seja em termos de tentativas de descrição do fenômeno ou nas sugestões de abordagem jurídico-penal para as situações abordadas que se organizam em suas grandes tendências. Uma parte fazia associações diretas entre violência doméstica e familiar contra mulheres e os casos de disseminação de imagens eróticas pela internet, propondo alterações no texto da Lei Maria da Penha. Outra sugeria modificações no Código Penal brasileiro, pensando o tema como uma violação da dignidade sexual. Apenas um dos projetos, o PL 4527/2016, propunha que a questão fosse abordada pelas duas vias.

Pornografia de vingança, ou variados como *vingança pornográfica* e *pornô de revanche*, apareceram em pelo menos quatro dos projetos. O PL 6713, apresentado em novembro de 2013, mês dos fatídicos casos envolvendo as adolescentes, utilizou como argumento de autoridade uma matéria do jornal gaúcho Zero Hora sobre a *vingança pornô*: “quando a violência doméstica ultrapassa as barreiras físicas do lar e expõe a vida íntima de um casal pelas redes sociais”¹⁰⁸.

Quase sem exceção, todavia, os projetos acionavam noções de *intimidade* e *exposição*, citando o inciso X do artigo 5º da Constituição Federal, segundo o qual: “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação” (CF, 1988).

Uma pauta transnacional

Por hora, falemos um pouco de genealogia. É difícil traçar a origem da utilização do termo *pornografia de vingança* no Brasil. Seu uso indica uma adaptação da expressão anglófila *revenge porn*.

“gravações pornográficas para fins monetários”, o registro de materiais sexualmente explícitos “em lugares públicos”.

¹⁰⁸ A reportagem trazia o caso de Rose Leonel, que teve imagens “íntimas” enviadas para sites de prostituição e pornografia, juntamente com seu telefone e e-mail, por um ex-namorado, o que levou Rose a perder “o emprego, o sossego e a autoestima”. Rose é uma jornalista paranaense tornada ativista que se apresenta como uma das primeiras “vítimas de pornografia de vingança no Brasil”. Seu caso, ocorrido no início dos anos 2000, juntamente com seus esforços para obter ressarcimento na justiça, são temas constantes de reportagens e palestras. atualmente, ela atua em sua ONG “virtual” que se dedica a auxiliar mulheres em situações semelhantes.

A 'vingança pornô' está na mira da lei: Dois projetos de lei atualmente em tramitação no Congresso Nacional pretendem punir quem divulgar fotos e vídeos íntimos sem o consentimento da parceira. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2013/10/a-vinganca-porno-esta-na-mira-da-lei-4316094.html>>. Acesso em: 09 set. 2019.

Quando ganhou importância no cenário brasileiro, o tema já era uma das pautas da vez em diversos países (Estados Unidos, Reino Unido, Nova Zelândia, entre outros), gerando movimentações, demandas e discussões que indicavam uma crescente ansiedade coletivamente compartilhada em relação à prática de registrar e trocar imagens eróticas digitais (muitas vezes nomeada de “sexting”¹⁰⁹) bem como os possíveis desdobramentos morais, políticos e jurídicos de sua circulação indevida e danosa (o *revenge porn*).

Em 2013, a Califórnia se tornou o primeiro estado a aprovar uma lei específica de criminalização do *revenge porn*, e debates sobre como controlar e punir essa suposta nova forma de violência se alastraram por outros territórios¹¹⁰.

Os pesquisadores britânicos Hall & Hearn (2018) datam de 2007 o primeiro registro “oficial” do termo *revenge porn*, quando este foi incluído na base de dados do “Urban Dictionary”, plataforma online colaborativa de descrições e definições de gírias e expressões idiomáticas, muitas vezes popularizadas pela internet.

Indicando que a prática seria facilitada pelos avanços tecnológicos interativo-comunicacionais dos últimos anos, o *revenge porn* se insere num contexto sócio técnico em que aos usuários/as da internet conseguem atuar, com alguma facilidade, como produtores/as de conteúdo, culminando em um aumento substancial de materiais amadores colocados na rede. Com demasiada frequência, esses conteúdos são pornográficos/ eróticos/sexuais¹¹¹.

¹⁰⁹ Contração de “sex” e “texting”, “sexting” costuma ser acionada para descrever certa multiplicidade de usos eróticos e sexuais de tecnologias digitais, que envolvem desde a troca de imagens sexualmente sugestivas ou explícitas, a flertes, conversas ou mesmo o “sexo virtual”. A expressão, oriunda do inglês, é também uma gíria razoavelmente comum em países anglófilos e de língua espanhola (que utilizam o neologismo “sextear”).

¹¹⁰ Em julho de 2019, 46 estados e o Distrito Federal já contavam com legislações específicas. Canadá, Filipinas, Israel, Japão e Reino Unido são outros países com recentes iniciativas legislativas específicas de criminalização para tais casos.

Califórnia aprova lei que criminaliza posts de pornografia de vingança on-line. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/tec/2013/10/1350677-california-aprova-lei-que-criminaliza-posts-de-pornografia-de-vinganca-on-line.shtml>>. Acesso em: 09 set. 2019.

Japão é primeiro país a criminalizar divulgação de material pornográfico de ex-parceiros: Parlamento do país asiático aprovou projeto de lei que pune com multa e até três anos de prisão para quem praticar “vingança pornô”. Disponível em: <<https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/38578/japao-e-primeiro-pais-a-criminalizar-divulgacao-de-material-pornografico-de-ex-parceiros>>. Acesso em: 09 set. 2019.

¹¹¹ O desenvolvimento da pornografia tem forte ligação com o surgimento de inovações tecnológico-midiáticas, sendo este o caso do cinema, das câmeras fotográficas ou filmadoras, de videocassetes e, mais recentemente, da internet. Segundo Slater (1993), a troca de imagens eróticas foi uma das primeiras atividades a se desenvolverem na rede, ainda que rudimentarmente em salas (chats) de bate-papo. Segundo Parreiras (2012), diversos levantamentos quantitativos realizados nos últimos anos atestam o vínculo indissociável entre ambiente da rede e conteúdos pornográficos ou sexuais, indicando que parte considerável dos acessos à internet envolveria o consumo de pornografia (cerca de 40%).

Apesar do caráter recente do seu aparecimento terminológico e da sua relação fiduciária às novas tecnologias, a prática de circulação não autorizada de conteúdos sensuais e/ou sexuais não é novidade dos tempos de internet. Segundo certa genealogia comumente aceita para o contexto estadunidense¹¹², a *pornografia de vingança* seria herdeira direta de uma subcategoria pornográfica tornada ainda mais popular com a consolidação da internet colaborativa “Web 2.0”: a “pornografia amadora”.

Hall & Hearn (2018) – bem como Sydow & Castro (2017) – atribuem à revista “Hustler”, publicada pelo conglomerado do polêmico editor Larry Flint¹¹³, certo pioneirismo no filão tanto da “pornografia amadora” quanto do *revenge porn*.

Nos anos 1970, a revista criou a seção “Beaver Hunt” (gíria livremente traduzível como “caça a vaginas”), em que convidava leitores a enviarem fotografias de mulheres que eles próprios tivessem registrado, ou seja, fotos “caseiras” de “mulheres reais”¹¹⁴. As imagens, publicadas juntamente com algumas informações das mulheres fotografadas, rapidamente se tornaram populares, até que a revista foi processada por algumas pessoas – homens e mulheres – que tiveram suas imagens circuladas e comercializadas sem autorização¹¹⁵.

Na direção da seção amadora da “Hustler”, as “sex tapes” dos anos 1990 também seriam uma das responsáveis por ampliar a popularidade da “pornografia feita em

¹¹² Em artigo datado de 2013, escrito para a “New York Magazine”, a jornalista Alexis Tsoulis-Reay também traça a mesma genealogia para a pornografia de vingança. **A Brief History of Revenge Porn**. New York Magazine. Disponível em: <<http://nymag.com/news/features/sex/revenge-porn-2013-7/>>. Acesso em: 09 set. 2019.

¹¹³ O controverso Larry Flint (1942-), em sua trajetória como editor de revistas pornográficas, foi submetido a diversos ataques violentos, bem como a alguns processos judiciais em decorrência dos conteúdos veiculados em suas publicações, comumente acusados de imorais e obscenos.

¹¹⁴ Ao começar a escrever sobre fotografias, dei-me com uma dificuldade linguística. Quando, em língua portuguesa, mencionamos a fotografia “de alguém” normalmente nos referimos à pessoa que está retratada na imagem. No entanto, a fotografia “de alguém” também pode se referir à autoria da imagem, isto é, à pessoa por trás da realização do registro fotográfico. Essa ambivalência, acredito, permite reflexões interessantes sobre estatuto moral da posse das fotografias.

¹¹⁵ Uma das edições mais populares da revista trouxe imagens não autorizadas da ex-primeira-dama dos Estados Unidos, Jacqueline Kennedy Onassis (1929-1994). Ao tomar sol durante um período de férias na Grécia, a sra. Onassis foi fotografada nua por fotógrafos de tabloides e as fotos foram posteriormente publicadas por uma série de veículos, entre eles a revista de Flint (Cf. Hall & Hearn, 2017). A “Hustler” não foi a única revista a lograr sucesso após publicar imagens eróticas não autorizadas de mulheres célebres despidas. A atriz hollywoodiana Marilyn Monroe (1926-1962), involuntariamente, estampou a primeira capa da “Playboy”, publicação criada pelo também polêmico Hugh Hefner (1926-2017), em 1953. Na apresentação da revista, a atriz está vestida, mas as fotografias no interior da publicação mostram Marilyn completamente nua. As imagens foram registradas por um fotógrafo cerca de quatro anos antes. Na ocasião, ela recebera um cachê para posar para o profissional, que posteriormente vendeu os direitos da imagem para Hefner.

Marilyn Monroe Didn't Actually Pose for the First Issue of Playboy: Playboy founder Hugh Hefner felt an immense connection with the actress, who took the famed nude photos years before the magazine's debut. Disponível em: <<https://www.biography.com/news/marilyn-monroe-playboy-first-issue-didnt-pose>>. Acesso em: 09 set. 2019.

casa”¹¹⁶, ainda que involuntária (Hillyer, 2004). Subprodutos da popularização de câmeras filmadoras e de aparelhos de videocassete, as “sex tapes” traziam cenas de sexo e intimidade afetiva que, geralmente devido a roubos e outras formas escusas de interceptação, eram circuladas ou comercializadas para o público¹¹⁷.

Com a difusão da internet, a categoria “pornografia feita em casa” (contendo fotos e vídeos amadores) emancipou-se da mídia física, tornando-se um subgênero pornográfico bastante popular na rede.

O dito “pornô amador” comporta diversas subcategorias. Algumas delas, inclusive, que se apresentam como transgressoras e politicamente engajadas (Parreiras, 2015). Em populares plataformas internacionais pornográficas (*YouPorn*, *RedTube*, *XTube*), é sob essa rubrica que se encontram vídeos e imagens descritos como “ex-namoradas” e “pornografia real”.

Dentro desse vasto universo, contudo, espreitava-se uma consequência não prevista. Concomitantemente ao aumento da popularidade do nicho “realista” do mercado pornográfico online¹¹⁸, na última década, o aumento considerável de denúncias, processos e pedidos de remoções escancaram o caráter violador de muitos desses materiais, indicando um problemático nexos entre a pornografia amadora na internet e a ausência de *consentimento* na produção e/ou na troca dessas imagens.

Não há elementos para afirmar que toda “pornografia amadora” deva ser pensada ou identificada em termos de violação. Em grandes plataformas pornográficas, ao procurarmos por subgêneros amadores, “caseiros”, “reais” ou derivados, deparamo-nos com diversos materiais, muitos deles produzidos por pessoas que se apresentam como

¹¹⁶ De acordo com Linda Williams (1989), a “pornografia amadora”, um mercado altamente lucrativo, se caracterizaria por uma estética ligada à indústria de exibição do obsceno a partir da performatização da ideia de conseguir assistir a conteúdos eróticos acessados através do buraco da fechadura. O filão amador teria tido sua origem nos “stag movies”, filmes produzidos no início do século XX, muitas vezes, de forma clandestina, visando o público masculino e privilegiando o “olhar do observador” (invariavelmente um homem). Para a autora, entretanto, a seria a partir da década de 1980, com a popularização das fitas VHS, que o consumo de pornografia teria começado a explodir.

¹¹⁷ Uma das “sex tapes” mais famosas desse período traz imagens de uma viagem do cantor de rock Tommy Lee com sua então esposa, a modelo e atriz Pamela Anderson, famosa por atuar em um seriado em que frequentemente aparecia vestindo trajes de banho (sua personagem era uma salva-vidas). As “sex tapes” de celebridades viraram um importante filão dos materiais “pornográficos amadores”.

¹¹⁸ Atwood (apud Parreiras, 2012) propõe que a pornografia online seja pensada não como mera extensão da pornografia off-line, mas como novo formato de produção e consumo, que nublaria a clássica divisão entre produtores e consumidores, trazendo novas questões e reflexões. Na mesma direção, Paasonen (2010) sugere a existência de dois principais tipos de pornografia na internet: o “porn on the net”, disponibilização de material pornográfico não produzido especialmente para a internet (comumente associado à indústria pornográfica); e o “netporn”, que envolveria pornografias próprias das plataformas e redes online, cujas principais categorias seriam o “altporn” (pornô alternativo) e a pornografia feita por amadores. Williams também aborda as correlações profundas entre internet e o registro e a exibição de pornografia (muitas vezes produzidas por amadores) em suas obras “Porn Studies” (2004) e em “Screening Sex” (2008).

praticantes de “exibicionismo” e “voyeurismo” (termos de busca dos sites), ou que admitem terem registrado imagens com o intuito de circulá-las pelos mais diferentes motivos.

Em diferentes momentos da pesquisa, diversas pessoas vieram me procurar para confessar ou questionar seu próprio interesse por imagens “caseiras” – voluntária ou não – para fins eróticos/pornográficos pessoais. “Será que estou me excitando com uma violência, uma exposição, um abuso?”, formularam algumas delas, associando desejos e prazeres a essa linguagem visual e tecnológica “feita em casa”.

“Eu dei azar”: o caso de Maria

Maria tinha quarenta e oito anos quando nos conhecemos, em outubro de 2017. Nosso primeiro contato foi pelo *WhatsApp*, como haveria de se tornar comum na condução da pesquisa. A popular plataforma de troca de mensagens de voz, áudio e imagens, que no Brasil recebeu também o apelido de *zap*, não foi apenas um meio mais rápido e barato para marcar encontros, mas a principal forma através da qual muitas mulheres me abordaram, permitindo o estabelecimento de longas e íntimas conversas e relações.

Mais do que uma ferramenta facilitadora, o *WhatsApp* possibilitou parte da pesquisa de campo. Maria e eu, por exemplo, nunca nos encontramos face a face, uma vez que, durante o período em que interagimos, estávamos em cidades diferentes. Entretanto, descrever nossas interações como meras “conversas virtuais” não parece dar conta da profundidade do vínculo que estabelecemos.

Mantive contato com ela por mais de um ano, via longos áudios e textos em que ela fazia digressões sobre o fim de seu casamento e a preocupação com as filhas, áudios esses que gravava durante as madrugadas (“quando é mais fácil para eu falar”). Maria, aliás, dizia se sentir ainda mais à vontade falando “com o celular” (“é bom que não preciso olhar para você quando falo de safadezas e coisas ruins”). Fora uma “safadeza” que a levava a me procurar, ainda que ela estivesse muito envergonhada.

Passando por um delicado processo de separação de seu companheiro com quem havia vivido por mais de vinte e cinco anos, Maria conheceu um homem mais jovem com quem se envolveu amorosamente. O “médico cubano”, alcunha escolhida por ela para

ênfatizar algumas características de seu amante que ela julgava relevantes na descrição do parceiro¹¹⁹, tinha impactado profundamente sua vida.

Maria e o “médico cubano” estiveram juntos por mais de seis meses. Durante esse período, ela ainda residia com pai de suas filhas, duas moças de vinte e dois e dezessete anos, e não sabia se a separação seria definitiva. O casal tinha tórridos encontros sexuais em pensões do centro paulistano, sempre durante o dia (“para que eu passasse a noite em casa”), e Maria admitia que “nunca tinha sido tão sexualmente feliz”.

Eles haviam se conhecido no posto de saúde perto do prédio onde Maria trabalhava como auxiliar de limpeza. Ao acompanhar uma amiga até um atendimento, se encantara pelo “doutor”. Depois da troca de telefones, ou de *zap*, ambos passaram a enviar mensagens de flerte um para o outro. Maria alegava não ter tido coragem de encontrá-lo por semanas, mas dizia sentir uma “alegria adolescente” ao receber e enviar imagens provocadoras. Ela recontava de forma romântica o início do relacionamento, de como mandara fotos tiradas à meia luz com novas lingerie vermelhas que comprara especialmente para a situação. A filha mais velha, ciente da relação, a ajudava animada a produzir as fotos e a ensinou a não as manter salvas no próprio aparelho celular.

Quando a conheci, Maria já havia terminado a relação. Eles não mantiveram nenhum tipo de contato. Ela voltara a se relacionar com seu marido. Um dia, para seu desespero, a breve aventura viera à tona. O esposo de Maria havia encontrado um vídeo de sexo explícito, em uma página pornográfica, protagonizados por ela e pelo então parceiro. Maria não sabia da existência daquele vídeo, o registro foi feito sem sua permissão. Nervosa, Maria abordou o ex-parceiro:

Ele **não fez com má intenção**. Ele não é santo, **ele colocou uma câmera escondida**, e você viu o que ele escreveu, “branquinha na rola do negão cubano”... (suspiro) Mas ele me disse que não tem nada para fazer porque ele **não colocou o meu nome, nem meu rosto dá para ver direito**. É claro que **meu marido me reconheceu**, eu nem sabia que ele entrava em site assim, ele reconheceu meu corpo, eu de lado, minha voz, meu gemido, essas coisas. **Realmente não é uma coisa assim para me chantagear**,

¹¹⁹ Reconheço os sentidos problemáticos, explícitos e implícitos, dessa descrição. “Médico cubano” aludia, ambigualmente, tanto ao elevado status profissional do amante, algo do qual Maria se orgulhava, quanto aos preconceitos nada ocultos direcionados à cor e à nacionalidade do rapaz: “ele é preto e eu de olhos verdes, descendente de italianos, me perguntaram como é que eu conseguia pegar um negão”. Com frequência, Maria utilizava o epíteto para descrevê-lo de maneira desdenhosa e racista.

para me fazer voltar para ele ou **para me humilhar. Não é aquele negócio de vazar por vingança.** Eu dei azar. (Grifos próprios).

Durante o período em que acompanhei a história de Maria, a pedido dela própria, solicitei orientações a diferentes profissionais do direito com as quais tinha contato visando conseguir que o vídeo fosse apagado. Na época, a legislação brasileira ainda era muito lacunar a respeito dos casos de *vazamentos* de imagens de mulheres.

Tentamos a remoção acionando o do artigo 21 do Marco Civil da Internet (Lei 12.965/2014), que dispõe acerca da responsabilização dos provedores sobre conteúdos privados de nudez circulados sem autorização. Segundo a norma, os provedores podem ser interpelados diretamente por usuários que tiverem conteúdos divulgados indevidamente. Apesar de várias abordagens, nunca tivemos resposta. Maria enfim desistiu.

Nem pornografia, nem vingança: entre limites e recusas

Muitas vezes, **não estamos falando de vingança não.** Acontece muito entre **desconhecidos**. Pode ser um hacker, por exemplo, que invade a webcam de alguém ou um ladrão de computador. Pode até ser **alguém que só compartilhou aquele material porque achou bonito e deu tesão.** (Grifos próprios)

Dra. Graziela, especializada em crimes na internet.

“A gente que está aqui na linha de frente sabe que ninguém vai chegar e falar ‘eu vim fazer B.O. de pornografia de vingança’, isso só faz sentido para jornalista e feminista, e a gente acaba caindo, mas não ajuda ninguém”, me explicou Dra. Jéssica, em uma das tardes que passamos juntas em sua sala de delegada-titular na 2ª Delegacia de Defesa da Mulher da cidade de São Paulo, localizada no bairro da Vila Mariana. “Acho que a gente ficou preguiçoso, fala ‘pornografia de vingança’ porque sabe que vão entender, a maior parte das pessoas que conhece o assunto só o conhece assim”, completou.

Jéssica e eu nos conhecemos quando eu conduzia minha pesquisa de mestrado. Em 2012, ela havia acabado de se formar na Academia da Polícia Civil e durante o período em que acompanhei os plantões da delegacia em que ela trabalhava, costumava me fazer companhia e me explicar jargões da prática policial. Agora, Jéssica havia me

autorizado a ler alguns dos Boletins de Ocorrência e inquéritos policiais que envolviam “exposição de mulheres na internet”, em suas próprias palavras. Não eram muitos, falarei mais sobre isso em outro momento.

Algo parecido tinha sido mencionado por Josiane, uma ativista bastante atuante na internet e que frequentemente escrevia textos e organizava campanhas sobre o tema tanto em seu *blog* quanto em seus *perfis* em *redes sociais*: “não dá para escrever em um cartaz de manifestação ‘chega de revenge porn!’. Já imaginou? Ninguém se identifica, não é palavra de ordem”.

Opinião parecida também tinha Rosa, uma psicóloga tornada feminista após ter passado por uma situação de “humilhação na internet” (em suas próprias palavras) causada por um ex-namorado. “É o fim dos tempos chamar uma violência de pornografia. É degradante, você foi violada, ofendida, humilhada e o nome que tem para isso é pornografia? Claro que não”.

De maneira ambivalente, *pornografia de vingança* parecia ser, ao mesmo tempo, a nomeação mais amplamente cognoscível para descrever a situação e a mais problemática. Muitos eventos dos quais participei, em especial organizados por jornalistas, ativistas e profissionais do direito, traziam a expressão no nome ou em suas descrições.

Tão comum quanto problemático, o termo *pornografia de vingança* gerava constantes ruídos, estranhamentos e resistências, em especial entre aquelas mulheres que buscavam formas de entender, descrever e atribuir sentidos às próprias experiências. De maneira geral, o termo pornografia evocava sentidos de moralização, eludindo a conteúdos, imagens e comportamentos de mau gosto, devassos e passíveis de condenação.

O termo pornografia de vingança é enganoso de duas maneiras. Primeiro, agressores nem sempre se motivam por vingança. Muitos agem por um desejo de lucro, notoriedade ou entretenimento. (...) Também implica em dizer que tirar fotos de nudez ou durante um ato sexual seria pornográfico. Criar imagens em contextos privados de um relacionamento íntimo – uma prática cada vez mais comum – não é o mesmo que criar pornografia (Franks, 2016, p.2).

Ambos *pornografia* e *vingança* trazem consigo uma série de pressupostos morais negativos acerca dos sujeitos envolvidos. *Pornografia de vingança* implica certos

pressupostos sobre a situação descrita: pressupõe vínculos afetivos pré-existent entre as partes, imputa motivações àqueles que iniciam a disseminação do material; indicam que as imagens teriam sido produzidas consensualmente em momentos “de intimidade”, associam diretamente nudez e sexo à pornografia, bem como atribuem carga moral negativa às mulheres cuja sexualidade teria escapado, mesmo que à revelia, da esfera do sigilo.

Quase sempre entendida como uma punição, *vingança* parece fazer referência a um ato anterior: alguém se vinga, justamente ou não, porque algo de ruim lhe foi feito. A *vingança*, no contexto da *pornografia de vingança*, implica em uma reação, quase sempre a um término indesejado ou a uma traição.

A discordância com a ideia de *vingança* gerava, em muitas de minhas interlocutoras, desconforto e dificuldade em se enquadrarem na categoria proposta pela mídia, por feministas e por legisladores, trazendo não somente angústia na nomeação, como dificuldade em pedir ajuda ou reconhecer o acontecido em termos de violência e crime. Se não houve intenção vingativa, perguntavam-se muitas delas, será que tinha havido uma violência de fato?

Nas duas situações que apresentei, a ausência da intenção *de vingança* fez com que Gabriela e Maria não identificassem o que tinham vivido dentro de uma experiência coletivamente compartilhada nem encontrassem legitimidade em suas demandas por alguma forma de reparação.

Gabriela, pressupondo que seu agressor fosse um desconhecido, não identificara intuito vingativo no episódio que lhe ocorrera, algo que ela julgou seminal ao classificar sua experiência. Maria ao entender não haver intenção em causar danos por parte de seu ex-parceiro, também não associava o que vivera a um viés de violência, convencendo-se de que, uma vez que não teria havido violação, não haveria como buscar solução.

Talvez pela diferença de idade, de personalidade e do contexto de produção das imagens disseminadas – Gabriela registrara seus *nudes*, Maria foi filmada sem que soubesse –, os significados e as consequências do ocorrido divergiam para cada uma. Gabriela, abertamente uma “tiradora de selfies e nudes”, embora narrasse ter ficado triste, assustada e “um pouco traumatizada”, logo voltou a produzir e enviar imagens sensuais:

No início tive medo sim, achei que nunca mais ia fazer, perdi totalmente o tesão. Depois fiquei tirando e apagando, só mostrava para o meu namorado na tela do meu celular. Agora que eu não estou mais namorando, eu tenho

que xavecar, então voltei a mandar sem me preocupar muito. Eu coloco o cabelo na frente do rosto, faço uma meia luz e nunca mostro a pepeca (sic), nem os mamilos. Confesso que eu já me esqueci dessa história. Mudei de namorado, mudei de emprego e não ligo para os meus parentes tanto assim. Eu adoro tirar fotos, sou a louca do nude e da selfie, paciência!

Maria relatava extrema vergonha e profundo arrependimento em ter se permitido envolver-se sexualmente com alguém que não seu marido. Em suas falas, pelo menos durante o tempo em que mantivemos contato, culpava-se por ter “cedido ao desejo”. “Fui traída por meus próprios sentimentos”, comentou. Eventualmente, ela e o marido se divorciaram. Ela contou que, “por medo dele falar que eu faço pornografia”, aceitou todas as condições a serem negociadas em relação à guarda da filha caçula e pensão. A menina, aliás, optara por viver com o pai: “ela quis ficar com ele, ela está com raiva e vergonha de mim”.

Se *vingança* é um termo embebido em significados problemáticos, *pornografia*, por sua vez, acionava sentidos ainda mais reprováveis. A repulsa pelo epíteto pornográfico, repetia Maria, era a maior fonte de seu sofrimento:

O pior disso tudo para mim é estar em site de pornografia. Parece que sou **puta**. Não sou. Ele é o segundo homem da minha vida, só tive dois. Eu não ganhei dinheiro, não fiz para aparecer, nem sabia que ele estava filmando. É diferente das fotos, é putaria, eu não sou essa pessoa, **isso é o que mais me machuca. Parecer uma puta.** (Grifos próprios).

Gabriela e Maria não foram as únicas a associar a *pornografia* ao sexualmente explícito, promíscuo, obsceno e condenável. Entre muitas de minhas interlocutoras, pornográfico lançaria algo à esfera do moralmente degradante e detestável. Não raro, a *pornografia* era associada à prostituição, implicando um nexos moral entre a pessoa que produz materiais pornográficos e prostitutas, espécie de tipo ideal da mulher sexual e moralmente desqualificada.

A *pornografia* tem uma história, é assim que Lynn Hunt, historiadora norte-americana, inicia sua celebre coletânea sobre a “invenção da pornografia” (Hunt, 1996) enquanto categoria moderna de pensamento, representação e regulamentação. Argumentando a favor da origem oitocentista da pornografia – pelo menos em seu uso contemporâneo –, Hunt aponta que a pornografia passou a existir, nos termos que a entendemos agora, concomitantemente à emergência da modernidade, e por isso revela

algumas importantes características da “cultura ocidental”, estando ligada ao pensamento, à heresia, ao desenvolvimento da ciência a movimentos políticos questionadores de hierarquia e costumes, às diferenciações de gênero (Laqueur, 2001)¹²⁰ e à regulamentação e normatização das práticas sexuais. Sempre controversa e em disputa, a “invenção” e a permanência da categoria pornografia envolvem sujeitos múltiplos, desde artistas libertinos, a religiosos, juristas, o Estado e os feminismos.

Convencionou-se, tradicionalmente, a conceber a pornografia como sinônimo de representação explícita e realista de práticas e de órgãos sexuais (Hunt, 1996); bem como “como discurso por excelência veiculador do obsceno: daquilo que se mostra e deveria ser escondido (...) exibição do indesejável: o sexo fora de lugar” (Lapeiz; Moraes, 1984, p.109).

Os diferentes posicionamentos feministas acerca do tema da pornografia se articulam a debates mais amplos que envolvem a compreensão do estatuto político da sexualidade. Historicamente, faz-se possível delinear dois tropos no concernente às formulações feministas sobre o(s) sexo(s) das mulheres: aquele que associa o sexo diretamente à opressão e outro que reivindica a sexualidade como arena potencialmente libertadora.

Trânsitos entre os tropos podem ser identificados desde os anos oitocentistas e das primeiras organizações de mulheres engajadas em demandas por direitos. No entanto, a tensão entre essas formulações divergentes escalaria, na segunda metade do século XX, para um embate bélico entre posições políticas mutuamente excludentes (Gregori, 2016; Chapkis, 1996).

O epíteto “Sex Wars” (ou “Guerras Sexuais”) descreve acirrados enfrentamentos feministas sobre sexualidade e práticas sexuais eclodidos nos Estados Unidos, entre o fim da década de 1970 e a década de 1980, cujas principais inquietações articulavam diagnósticos polarizados sobre temas como pornografia, mulheres lésbicas, prostituição, entre outros¹²¹. Tais embates político-epistemológicos ganharam contornos agressivos e até mesmo violentos, estabelecendo-se como influenciadores e articuladores inescapáveis

¹²⁰ Em sua obra, Thomas Laqueur aborda as diferenciações entre sexos a partir de uma perspectiva histórica e não como um dado natural, rompendo com elaborações estritamente naturalistas ou biologizantes e abordando o sexo biológico – e a diferenciação binária entre eles – como um produto histórico, cultural e discursivo.

¹²¹ Debates sobre as semânticas da sexualização do corpo feminino acontecem desde o século XIX (Cf. Chapkis, 1996).

das mais variadas propostas e formulações feministas que historicamente as sucederam¹²² (Chapkis, 1996).

De um lado da fronteira, por assim dizer, posicionaram-se as feministas “anti-sexo” (porventura descritas como “radicais”) que, em 1977, fundaram um coletivo antipornografia, hasteando a bandeira argumentativa de que o sexo (heterossexual, por suposto) seria inexoravelmente fiduciário da violência, tendo em vista que todas as relações sexuais entre homens e mulheres dar-se-iam dentro de “relações patriarcais opressoras”. Consequentemente, quaisquer conteúdos pornográficos seriam produto da “dominação masculina” e da “representação misógina da sexualidade feminina”.

Desde o final dos anos 1970, o feminismo radical elegera a pornografia como alvo principal no combate à violência contra as mulheres (Simões, 2016). Dentro desse repertório, todo sexo deveria ser abolido, sendo a pornografia enunciada como uma forma de estupro e a prostituição¹²³ identificada como o auge da “objetificação” das mulheres, sendo prementes rigorosas legislações contra ambas as práticas.

Entrincheiradas do lado oposto, estavam as feministas “pró-sexo”, que criticavam a meta narrativa política e moral condenatórias e proibitivas do sexo presentes nas enunciações “radicais”. De forma heterogênea, essas feministas da segunda vertente advogavam a possibilidade da compreensão da sexualidade das mulheres a partir de possibilidades de libertação e prazer, não ignorando, é claro, o potencial violento e coercitivo presente em relações marcadas por desigualdades de poder.

As formulações “pro-sexo” trouxeram grande ênfase para a noção de “consentimento”, apresentada, então, como principal medida ética das práticas sexuais saudáveis e mutuamente prazerosas posto que vivenciadas em termos de agência, autonomia e escolha¹²⁴.

¹²² Não podemos tratar com ingenuidade que o termo *pornografia de vingança* seja um empréstimo do contexto estadunidense, o mesmo local onde se deu tal histórica batalha campal político-conceitual. Simões (2016) salienta que o cuidado em evidenciar diferenças entre os contextos político, culturais, morais e ativistas brasileiros e estadunidenses é fundamental em abordagens sobre as “Sex Wars”. Se, nos Estados Unidos, as feministas radicais estavam indo na direção do puritanismo, no mesmo momento, no Brasil, estava em voga a celebração dos poderes de experimentação sexual vinculados ao corpo e ao prazer, à vivência comunitária, à androginia e ao “desbunde” (Cf. Simões, 2016).

¹²³ Essa disputa teve forte influência na criação de movimentos pelos direitos trabalhadoras sexuais, em que se encontra, com grande força, o binarismo abolicionismo x regulacionismo.

¹²⁴ Chapkis salienta, contudo, que tal binarismo analítico simplificaria as diferenças internas presentes nas abordagens tanto de “feministas radicais” quanto das “prosex”, encapsulando as vertentes em categorias supostamente coerentes. Nesse cenário, tem relevância especial a coletânea organizada por Carole Vance, “Pleasure and Danger” (1984). Em artigo do mesmo nome que apresenta a publicação, Vance propõe-se a explorar justamente o que chama de “duplo significado” da sexualidade feminina: uma tensa coexistência justaposta de situações de fruição (prazer) e risco (perigo).

A despeito da heterogeneidade, fluidez e diversidade de sentidos atribuídos à pornografia em diferentes contextos, disputas e reivindicações, em minha experiência de pesquisa com diferentes sujeitos e grupos, entre eles, inclusive, feministas, o adjetivo pornográfico transformou-se, invariavelmente, em categoria monolítica de acusação moral; relegam o pornográfico à esfera do vulgar, degradante, ofensivo, obsceno, indecente e vergonhoso.

Os valores e sentidos atribuídos por diferentes interlocutoras da pesquisa à *pornografia* revelam normativas de gênero e sexualidade que dispõem hierarquicamente comportamentos e sujeitos entre aceitáveis e condenáveis.

Pensemos, por contraste, nos *nudes*. Sua prática, muitas vezes, é apresentada em oposição à pornografia, anunciando algumas distinções consideradas importantes entre as duas situações. *Nudes* não são pornográficos. Ou pelo menos, para minhas interlocutoras, não deveriam ser. Por terem sido produzidos para a auto fruição ou dentro de relações afetivas e de flerte, tais materiais se afastam da utilização para fins comerciais ou para a excitação sexual de terceiros que caracterizariam tanto a pornografia quanto a prostituição¹²⁵.

Os materiais sensuais e/ou sexuais produzidos como *nudes* estabelecem vínculos, mesmo que não necessariamente amorosos ou duradouros entre aqueles que os trocam, e que pressupõem confiança e lealdade. Mesmo quando estas são quebradas, os *nudes* não perderiam sua essência: são produtos de interações afetivas consideradas legítimas em detrimento de trocas consideradas desqualificadas, como as intimamente associadas pornografia e a prostituição.

Diferentemente da *pornografia*, que seria pública, comercializada, imoral e desvalorizada¹²⁶, o *nude* seria restrito, feito para a apreciação daqueles que o produziram e o trocaram, uma extensão do espelho, do flerte, da sedução e, por que não, do sexo. O *nude* pertenceria, assim, à esfera pessoal, ao passo que a pornografia, parafraseando a célebre frase do cineasta francês Alain Robbe-Grillet, seria o “erotismo dos outros”.

¹²⁵ Atento na origem da palavra pornografia, oriunda do grego e que significa, literalmente, escritos sobre prostitutas.

¹²⁶ É importante ter em mente que o *mainstream*, enquanto forma atravessada pela comercialização e pela prevalência de certo padrão hegemônico e normativo de corpos, desejos e atos sexuais, não é a única possibilidade pornográfica. A pornografia, sobretudo a contemporânea, comporta “práticas sexuais dissidentes” (Benitez, 2010). Exemplo disso seria o surgimento do “altporn” (Parreiras, 2015), advento das novas tecnologias, genericamente definível por suas tentativas de torção do padrão *mainstream* da indústria pornográfica, trazendo outros corpos, desejos, prazeres e práticas sexuais.

Outras pesquisas que se dedicaram ao assunto já haviam apontado os problemas e limites do termo *pornografia de vingança* enquanto forma de nomeação. Os já mencionados Hall & Hearn (2017), ao analisarem as justificativas dadas por aqueles que propagam tais materiais, apontam que a expressão não daria conta da multiplicidade de práticas que se pretende engendrar.

Boa parte dos responsáveis pela disseminação desses materiais, argumentam os autores, não possuem relações com as mulheres cujas imagens são postas em circulação, nem estariam investidos em intenções de perseguição ou humilhação. Em suas próprias palavras, muitos deles agiriam por um desejo de lucro, notoriedade ou, simplesmente, “diversão” (em seus próprios termos).

Em “O Corpo é código” (Valente et al., 2016), os pesquisadores do “InternetLab” – centro de pesquisa em direito e tecnologia ligado ao “Núcleo de Direito, Internet e Sociedade” da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – dispuseram-se a analisar acórdãos de casos de “divulgação não consentida de imagens” que haviam chegado ao Tribunal de Justiça de São Paulo.

Nos casos analisados, eles encontraram uma grande variabilidade de situações. Muitas delas não encapsuláveis pela popular expressão *pornografia de vingança*. A maior parte das denúncias, por exemplo, tratava-se de imagens que sequer chegaram a ser disseminadas. Em sua maioria, as situações encontradas envolviam extorsão e ameaças, algumas vezes entre desconhecidos¹²⁷.

Entre as situações que acompanhei ao longo da pesquisa de campo, o caso de Maria foi o único que envolvia imagens de sexo explícito, ainda que registradas sem sua permissão e sem seu conhecimento. Esse também foi o único caso de que tive notícia que teve como destino espaços destinados a conteúdos considerados pornográficos. Assim como os/as pesquisadores/as do “Internetlab”, encontrei uma significativa variabilidade de situações e casos envolvendo imagens eróticas digitais de mulheres¹²⁸.

¹²⁷ Posteriormente, em artigo escrito com nova colaboradora, duas pesquisadoras responsáveis pela pesquisa do “Internetlab” passaram a nomear a prática pelo acrônimo “NCII” (non-consensual disclosure of intimate images), “divulgação não consentida de imagens íntimas” (Cf. Nêris, Ruiz & Valente, 2018). A sugestão busca se afastar do peso moral associado a palavras como pornografia, vingança e exposição.

¹²⁸ As pesquisadoras britânicas McGlynn & Rackney (2017) sugerem a adoção do conceito “abuso sexual baseado em imagem”, definição supostamente mais exata e inclusiva do que as disponíveis. Tal nomenclatura realçaria, segundo as autoras, o caráter de violência sexual presente nas situações, bem como aumentaria o escopo dos cenários que envolvem criação e distribuição de imagens “privadas/sexuais”. Além de casos passíveis de serem entendidos como *revenge porn*, McGlynn & Rackney citam materiais hackeados, roubados ou mesmo produzidos sem a permissão da pessoa retratada, como situações de “upskirting”: registro de imagens de mulheres em transportes públicos com o celular colocado embaixo de suas saias.

Exposição de intimidade?

Hoje em dia não é mais uma questão de se, mas de quando você será exposto na internet.

Funcionária da Google Brasil, 2016.

Nos projetos de lei submetidos à apreciação do Congresso brasileiro, entre 2013 e 2018, com o objetivo de açambarcar e punir legalmente a prática da disseminação não autorizada de imagens eróticas de mulheres pela internet, *exposição de fotos íntimas* foi o termo mais utilizado pelos legisladores em seus esforços de identificar o fenômeno. O mesmo se deu em diversas matérias jornalísticas, falas e elaborações de especialistas, bem como em formulações de ativistas feministas.

À primeira vista, ambos *exposição* e *intimidade* se apresentam como termos demasiadamente genéricos, podendo descrever uma pletora variada de circunstâncias muito diferentes entre si. Contextualizados aos tempos da internet, contudo, ganham sentidos mais específicos, e permitem algumas reflexões sobre percepções, medos, ansiedades e diagnósticos caros aos tempos atuais.

Em debates e discussões concernentes às novas possibilidades de comunicação e informação trazidas, majoritariamente, pela popularização da internet, a palavra *exposição* é acionada *ad nauseum* e com algum estardalhaço. Embebida em significados geralmente negativos, a *exposição* seria uma das principais, senão a mais importante, chaga de nossos tempos digitalmente tecnológicos; contrapartida obscura e arriscada às benesses do suposto mundo digital.

No livro “Exposed: Desire and disobedience in the digital age” (2015), o sociólogo canadense Bernard E. Harcourt redige um minucioso manifesto intelectual com o objetivo de destacar os perigos, ora localizados em zonas de penumbra ora absolutamente evidentes, da “sociedade da exposição” (tradução própria). O conceito é cunhado pelo autor para descrever tanto a responsabilidade quanto a autoria das tecnologias digitais na criação de um cenário social, político e econômico atravessado por níveis sem precedentes de *exposição*, vigilância e controle.

Diante dessa nova realidade sócio técnica, estaríamos – nós, usuários/as da rede – sujeitos a constantes monitoramentos feitos por empresas, agências estatais de

inteligência, governos, *hackers* e quaisquer outros grupos de interesses dedicados à extração das informações que derramamos, intencional ou indeliberadamente, na rede.

Embora gratuitamente oferecidos (via de regra), Harcourt nos chama a atenção para o fato muito real de que *redes sociais*, aplicativos e toda sorte de plataformas interativas online são, antes de mais nada, empresas¹²⁹ que possuem interesses econômicos cada vez mais sedentos pela principal moeda de troca da “sociedade de exposição”: os “dados pessoais” de seus usuários¹³⁰.

Há uma prolífica discussão acadêmica sobre os usos políticos, econômicos e morais dos “dados pessoais” de usuários da internet: a saber, registros, informações e rastros produzidos a partir das mais variadas interações digitais e armazenados por essas empresas. Qualquer movimentação digital pode deixar rastros facilmente acessíveis ou encontráveis por sujeitos com conhecimentos tecnológicos rudimentares.

Ao movimentarmos-nos freneticamente por *redes sociais*, espaços de trocas comerciais na web, jogos online interativos, sites de notícias, entre outros, estamos constantemente alimentando a rede de informações sobre nossas vidas, nossos comportamentos, nossas posições políticas, nossos hábitos de consumo... Essas informações podem ser organizadas, cruzadas, analisadas e manipuladas à nossa revelia e, muitas vezes, com propósitos nada ingênuos¹³¹.

¹²⁹ Com alguma frequência, em eventos organizados por ativistas ligados a demandas relacionadas a tecnologias, eu pude observar cartazes, adesivos e camisetas estampando os seguintes dizeres: “quando você não está pagando, o produto é você”, salientando que a internet seria feita de grupos com interesses políticos e comerciais em que prevalecem relações desiguais de poder.

¹³⁰ No Brasil, contendas jurídicas e legislativas sobre a segurança dos “dados pessoais” levaram à promulgação, em maio de 2019, da Lei 13.709. Resultado de intensas articulações e negociações entre diferentes grupos sociais de interesses (ativistas, empresários, políticos, agentes públicos), a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) tem como objetivo regulamentar o tratamento de dados de clientes e usuários por parte de empresas públicas e privadas, e tem como previsão para entrar em vigor em agosto de 2020.

¹³¹ Em 2018, a União Europeia pôs em vigor uma pioneira lei de proteção a dados pessoais e privacidade de seus cidadãos. Acredita-se que a demanda pela nova legislação tenha ganhado fôlego após os escândalos de vazamentos de dados pessoais envolvendo grandes companhias do setor da comunicação digital, como o episódio protagonizado pelo *Facebook* e pela consultoria de análise de informações “Cambridge Analytica”. A empresa, de origem britânica, atuou diretamente em articulações políticas de extrema relevância no cenário contemporâneo, entre elas a campanha presidencial estadunidense em que o controverso empresário e adventício na política Donald Trump foi eleito; bem como o referendo que culminou na saída do Reino Unido da União Europeia, também chamado de “Brexit”, realizado em 2016. Em março de 2018, o jornal *The New York Times* revelou que o *Facebook* fornecera informações de seus usuários para fins de publicidade política e manipulação de eleitores. Em meio a um escarcéu midiático, o fundador do *Facebook*, Mark Zuckerberg, foi chamado a depor frente ao Senado dos Estados Unidos. O Parlamento Britânico também pediu a presença de Zuckerberg em suas investigações.

Cambridge Analytica, empresa pivô no escândalo do Facebook, é fechada: A perda de clientes e os altos custos jurídicos relacionados com o vazamento de dados pessoais pela rede social provocaram a decisão de fechar a companhia.

Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/02/internacional/1525285885_691249.html>. Acesso em: 09 set. 2019

A falta de transparência e de controle em relação às utilizações dessas informações – ou “dados pessoais” – mobilizam acirrados embates entre diferentes grupos de interesse. De um lado, costumam se congregam aqueles preocupados com certa segurança e privacidade dos cidadãos/usuários/consumidores na internet; de outro, se ombreiam empresas privadas, bem como alguns setores vinculados a agendas político-ideológicas.

Couldry e Mejias (2018), ao analisarem a paisagem social, econômica e política dos novos tempos, batizam de “data colonialism” (colonialismo dos dados, em tradução própria) certo novo modelo econômico fruto da hibridização entre práticas históricas de expropriação capitalista e novas formas de exploração de “dados” digitais, chamados pelos autores de “novo petróleo”. Esse novo modelo dependeria, em grande parte, da monetarização desses “dados pessoais”, circulados, vendidos e manuseados para fins inesperados e, por vezes, inescrupulosos¹³².

Em consonância com o temor de Couldry e Mejias, Harcourt também se filia a uma concepção temerária acerca dos usos políticos, econômicos e morais dos “dados pessoais”, identificando na internet, e nas tecnologias digitais, um grande potencial de sujeição. A insaciável ânsia humana em comentar, opinar, trocar, disseminar e acessar conteúdos causa intensa preocupação a Harcourt, que acredita que tamanha *exposição* ofereceria um perigoso obstáculo à vida democrática, tornando-nos mais suscetíveis a monitoramentos, restrições e manipulações.

Harcourt associa *exposição* diretamente à perda de liberdade. Entretanto, ele próprio reconhece certa complacência dos usuários em relação perigos da rede. Tão irresistível quanto irreversível para o “homo digitalis”, a *exposição* seria uma forma de exibicionismo informacional em que os transeuntes digitais aceitariam ceder, de maneira quase incessante, toda sorte de informações pessoais, privadas ou mesmo sigilosas sobre si próprios em troca de constantes estímulos sensoriais e algumas conveniências de consumo (que Harcourt nomeia de “prazeres sensuais da internet”).

Ao longo da pesquisa, frequentei alguns espaços especificamente dedicados a discussões técnicas, jurídicas e morais acerca dos impactos das novas tecnologias na vida social. Nesses contextos, a retórica dos riscos advindos de usos desonestos, escusos e perversos – políticos e/ou mercadológicos – dos “dados pessoais” encontrava grande eco, galvanizando reivindicações e demandas por transparência algorítmica, política e comercial, regulamentação do acesso e uso de “dados pessoais”; atribuição de maior

¹³² Para além de usos político-ideológicos, os “dados pessoais” costumam ser utilizados na produção de publicidade dirigida.

responsabilidade a empresas e governos; bem como criação e rigor na implementação de leis pensadas para lidar com os percalços trazidos pelas novas tecnologias.

Fora desses cenários politicamente engajados, a preocupação com o potencial expositivo da internet se afastava dos debates sobre intromissão de empresas e governos na vida privada de usuários/cidadãos/consumidores. “Ser exposta” na internet povoava o imaginário de muitas interlocutoras, tendo, inclusive, já acontecido com uma parte delas. Ansiedades ante essa possibilidade, contudo, passavam ao largo de preocupações com “dados pessoais” manipulados por entes do mercado e da política¹³³.

Uma rápida pesquisa pelo mecanismo de busca do *Google* por “exposição de na internet” traz resultados que incluem materiais variados dedicados à reflexão acerca de possíveis limites no “compartilhamento” da vida cotidiana nas *redes sociais*. Jovens e adolescentes exageradamente conectados, dependência emocional e psicológica de elogios e da popularidade na rede, necessidade de parcimônia no tempo passado no “mundo digital”, cuidados em relação à revelação de informações como endereço, local de trabalho e renda, são alguns dos temas que rapidamente pipocam na tela.

Ao mudarmos discretamente os termos de busca para “exposta na internet”, os resultados trazidos pelo *Google* se transformam consideravelmente. “Suas fotos vazaram, e agora?”, “O que fazer quando nossa intimidade é exposta”, “Menina exposta na internet desabafa: não consigo nem estudar”, “Vidas destruídas após fotos íntimas vazadas na internet”. Em voz passiva e no feminino, *exposição* se refere, inequivocamente, à disseminação não autorizada de imagens eróticas de mulheres.

Generificada, *exposição* implica a revelação involuntária¹³⁴, muitas vezes ríspida e mal-intencionada, de conteúdos de nudez e sexo (considerados de ordem íntima e privada), resultando em consequências incontornáveis para a vida social e a autoestima

¹³³ Entre minhas interlocutoras, a preocupação com “dados pessoais” e sua relação com agendas político-econômicas de empresas, governos e grupos de interesse só foi esboçada por ativistas hackers (em sua maioria também autointituladas feministas) e pesquisadores dedicados a estudos sobre direitos e tecnologia. Os riscos e perigos da internet, nesse contexto, adviriam majoritariamente de comportamentos mal-intencionados e violadores de seus próprios usuários, e não de empresas ou entidades sedentas por acumulação de dados. Ganha status de rastro investido em periculosidade o print, como potencial de cristizador de momentos fugazes. Não raramente, a *exposição* é deflagrada por pessoas conhecidas e com quem se tem ou se teve relações de amor e afeto.

¹³⁴ Entre ativistas digitais, o medo da *exposição* caminha lado a lado ao receio ante à censura, colocando em embate os direitos invioláveis à intimidade e à liberdade de expressão. Nesses contextos, com frequência, o anonimato é citado como central para a garantia da liberdade política na rede, ao mesmo tempo em que vem sendo usado para perpetrar violências e comentários de ódio. “O mesmo mecanismo usado para regular e proteger pode ser usado para censurar”, disse-me uma *hacker* feminista.

daquelas que, uma vez imagetivamente desnudadas, seriam também moralmente devassadas.

Imagens *expostas* costumam ganhar o epíteto de *íntimas*, apontando um nexos semântico quase inquebrantável entre nudez, erotismo e *intimidade*¹³⁵. Julga-se com exemplar rigor moralizante a *intimidade* tornada visível, atribuindo ao sujeito revelado a infâmia, o descrédito moral, a desonra e a ignomínia.

A palavra *intimidade* faz parte do léxico cotidiano da vida contemporânea e, embora nem sempre percebamos, é um dos elementos que regem as principais reflexões sobre os nossos tempos, um termo imensamente carregado de valores morais, normativo e prescritivo¹³⁶.

Intimidade evoca, ao longo dessa pesquisa, associações diretas entre sexualidade, vergonha, pudor e segredo. Quando a intimidade é *exposta*, as pessoas retratadas nessas imagens são submetidas a diferentes julgamentos de acordo com valores presentes em certa normatividade hegemônica que condena as mulheres por não terem sido eficientes na manutenção de sua sexualidade na esfera do segredo.

Os termos *exposição da intimidade* de mulheres evidenciam certa retórica de supervalorização da manutenção de uma aparência pública de recato, moderação, decoro e dissimulação, fiduciária de uma moral sexual dominante que hierarquiza práticas e desejos eróticos.

Dentro dessa “moral sexual hegemônica”, a dignidade das mulheres seria tão mais ilibada quanto mais performatizada em termos de discrição, pudor e recolhimento. Exige-se que a intimidade sexual seja prescrita à esfera do sigilo sob o risco de severas punições morais.

¹³⁵ Em 2016, durante um dos debates que presenciei no IGF, representantes do Paquistão contaram que, em seu país, algumas usuárias da internet estariam vivenciando situações peculiares de exposição de intimidade no Facebook. Nestas situações, mulheres muçulmanas teriam imagens em que aparecem em momentos de descontração, com frequência sem o “hijab”. No Islã, o “hijab” é um dos nomes que recebe o tecido (lenço/véu) que adorna cabeças femininas em sinal de respeito e decoro religiosos. Dentro do contexto cultural moral e religiosos do Paquistão, estas imagens têm forte potencial vexatório e violento. Todavia, como não se tratam de casos de nudez, ao entrarem em contato com a administração da plataforma, as reclamantes receberam a resposta de que as imagens estariam de acordo com as “regras da comunidade”. “O Facebook precisa entender que existem diferenças culturais no diz respeito a revelar e violar a privacidade de alguém”, enfatizou uma das participantes do debate.

¹³⁶ Fundante da modernidade, a intimidade está diretamente ligada aos processos macro históricos e sociais que construíram o repertório utilizado para se pensar o “ocidente” e a “vida moderna”, a partir de uma oposição entre o público e o privado que coloca, de um lado, o indivíduo, a família nuclear burguesa e a vida privada, e de outro, o público, o Estado e a sociedade. Atravessada pela construção social da infância, intimidade também invoca a atribuição da sexualidade sadia ao mundo adulto e do segredo (Ariés, 1981; Foucault, [1978]).

A associação entre o corpo feminino nu e a fruição individual ou compartilhada da libido ao universo da *intimidade*, do segredo e do sigilo, investe a prática da sexualidade um tabu. E aqueles/as que, a sua revelia ou pela própria escolha, teriam sua *intimidade* sexual “revelada”, seriam justamente punidos por deixar de alguma forma, aquilo que deve ser mantido em seu foro mais privado e sagrado.

Mudando o vetor: outros sentidos de *exposição*

A internet é cheia de possibilidades criativas e disruptivas¹³⁷. Em algumas delas, pode-se mudar o vetor da *exposição*¹³⁸. Ela facilita novas expressões, relações, alcances e construções de subjetividades, ao mesmo tempo que possibilita novas formas de controle e violência.

Seja para escrever um texto que atinja pessoas fora de seu círculo pessoal, gravar vídeos que comovam e inspirem desconhecidos, expor a moralidade e *intimidade* de pessoas ou até mesmo para realizar pesquisas antropológicas, a internet pode ser utilizada para diferentes propósitos, mostrando que seu significado, além de seus conteúdos e formas, está nas intenções que mobilizam seus usos. Servindo para reafirmar convenções e normas sociais, ela pode também tencioná-las e, por vezes, quem sabe, subvertê-las ou provocá-las.

Quando utilizada em voz ativa, a expressão deixa de designar situações de devassa de *intimidade* para ganhar contornos de ação deliberada de desabafo e/ou reivindicação. “Estou há cinco dias sem me expor”, brincou Gabriela, questionando a associação direta e evidente entre *exposição* na internet e algo inerentemente ruim.

Ela se referia às *tours* que aconteciam no grupo no “grupo de exposição” no *Facebook* do qual ela fazia parte, em que usuários/as divulgavam imagens ou informações pessoais, geralmente constrangedoras, engraçadas, como forma prática de socialização com pessoas que se identificam com suas histórias e narrativas¹³⁹. Quando ativa e autorizada, a *exposição* pode ser prazerosa.

¹³⁷ Neologismo anglicista que designa rupturas ou mudanças bruscas. Parte integral do jargão tecnológico do presente, o termo costuma ser associado ao surgimento de tecnologias potencialmente transgressoras, inovadoras e transformadoras.

¹³⁸ Exposição não é ruim por definição. O exibicionismo, por exemplo, seria uma exposição autorizada e prazerosa.

¹³⁹ No *Facebook*, *tour* é uma gíria utilizada para descrever publicações que se tornam populares e são comentadas por vários participantes durante um período de tempo, podendo, inclusive, ser editadas com desdobramentos. Muitos desses grupos são itinerantes, desativados e recriados, selecionando antigos membros (“arrebataados”) pelo grau de “engajamento” (interação e *exposição*). As “novas eras” começavam

“Expor alguém na internet” também uma gíria usada para descrever situações em que se utilizaria o potencial comunicativo e propagador das redes sociais para alardear injustiças e violências sofridas, fazendo da prática um potente instrumento político de reivindicação, mobilização, ativismo e denúncia. Utilizando um *modus operandi* semelhante ao dos vazamentos de nudes, disseminam informações e *prints* de conversas, informações pessoais e fotografias de homens acusados de violência. O caso de professor universitário brasileiro acusado de *assédio* que teve *prints* de conversas *expostas*, é um exemplo de utilização da exposição via internet como forma de atuação ativista¹⁴⁰.

A *Youtuber*¹⁴¹ Dara, de 22 anos, era a protagonista de um canal de vídeos em que falava – “aberta e francamente”, em suas palavras – sobre sexo e relacionamentos. Quando ficou sabendo que seu namorado enviava imagens para os amigos (*nudes* e vídeos de sexo) sem sua autorização, ela gravou um vídeo intitulado “relacionamento abusivo: também aconteceu comigo”.

Em meio a lágrimas e desabafos, Dara narrou a relação que vivera, realçando situações em que sofria constantes humilhações e desqualificações morais. De acordo com sua percepção, *relacionamento abusivo* descreveria uma relação afetiva emocionalmente violenta, em que os atos violadores do companheiro não poderiam ser classificados como agressões verbais, ameaças ou ofensas, isto é, na tipologia clássica da violência doméstica e familiar. Dentro do rol de abusos, Dara incluiu a *exposição da intimidade*, entendida como forma “psicológica de violação”.

O vídeo *viralizou*. O ex-namorado, também conhecido na cena dos influenciadores digitais, deletou seus *perfis* em *redes sociais* e sumiu da rede por um tempo considerável. “Ele vivia repetindo que não terminava comigo porque tinha medo que eu o expusesse na internet. Ele sabia que eu tinha muitos seguidores e uma capacidade enorme de me comunicar, quando eu criei forças, só me restou isso”, me contou Dara.

Expor um agressor na internet, assemelhar-se-ia, assim, à técnica argentina do “escrache”¹⁴², em que se recorreria a uma espécie de opinião pública para denunciar atos

quando o grupo ficava grande demais, tornando mais fácil encontrar conhecidos e perder o controle sobre as exposições (vazamentos).

¹⁴⁰ Professor acusado de assédio em conversas on-line afirma que está sendo perseguido. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/professor-acusado-de-assedio-em-conversas-on-line-afirma-que-esta-sendo-perseguido-14737895#ixzz4gSLPjQrd>> Acesso em 08. set. 2019.

¹⁴¹ O epíteto *Youtuber* descreve usuários/produtores de conteúdos hospedados no *Youtube*, plataforma de compartilhamento de vídeos online. Via de regra, para ser considerado legitimamente merecedor/a da alcunha, o/a usuário/a deve gozar de alguma popularidade, geralmente medida em número de “inscritos no canal”, *likes* (curtidas) e *views* (visualizações).

¹⁴² Termo de origem lunfarda que designa prática popularizada por militantes argentinos que performatizam publicizações de informações de pessoas envolvidas em práticas de repressão e tortura durante o período

considerados indesejáveis, repudiar comportamentos violadores e anunciar uma injustiça sofrida. “Expor alguém na internet” seria uma forma de buscar voz, de se defender, de tentar retomar a narrativa. A internet aparece aqui como um espaço de publicização de situações envolvendo ofensas, violações, privações de direitos, degradações, onde as “lutas por reconhecimento” (Honneth, 1992) ganham escala, velocidade e repercussão.

militar autoritário (Catella, 2010). Diferentemente do “escrache” argentino, mais comumente organizado de forma coletiva, a exposição na internet assume tons de desabafo individual.

Capítulo 3. “Sem crime não tem violência”: os caminhos dos encapsulamentos legislativo, jurídicos e penais

No Direito, sem tipificação não tem crime, e sem crime não tem violência. Não adianta ver no jornal que tal coisa não pode, que é violação de direito, chegar no sistema de justiça e não ter uma ‘tipificação penal’ ou ela ser muito branda, como uma contravenção ou ação privada. Daí não dá para fazer nada. E aí as pessoas falam que no Brasil não tem justiça.

Dra. Marta, promotora de justiça, 2016.

Eu até entendo esses casos de vazamentos de nudes como violência, mas sou completamente limitada pelos tipos penais que constam quando abro o sistema da polícia no computador. O que eu vou fazer? Não posso registrar como ‘lesão corporal’ se não foi uma agressão física.

Dra. Janaína, delegada de polícia, 2017.

As pessoas precisam entender que a internet não é terra de ninguém. Há leis, obrigações, crimes e responsabilidades. Mesmo que não haja algo específico, valem os mesmos códigos normativos, morais e éticos. Pode falar o que quer? Depende. Não pode se aproveitar do anonimato para a prática de ilícitos.

Dra. Graziela, advogada especializada em crimes digitais, 2015.

A Gloria Steinem disse uma vez que, na época dela, não existia uma palavra para violência doméstica, que o que as mulheres viviam em relações violentas era chamado de vida. Acho que estamos em um momento em que feminismo está disputando de novo o que é certo e errado, colocando em palavras o que ninguém consegue nomear. Então, ter um nome que organiza e dá sentido é muito importante para entender o que vivemos. Eu mesma, antes de ‘assédio’, por exemplo, não sabia como explicar o que eu sentia nas ruas, o medo, o nojo... Agora eu sei.

Nina, advogada e militante feminista, 2019.

“O PL do João Arruda virou lei”

“Ué, mas o PL do João Arruda virou lei em dezembro do ano passado”, comentou Dra. Marta incrédula enquanto movia o mouse de seu computador de mesa. Alguns momentos antes, quando ela ligara o aparelho e se voltara para a tela, sua intenção era me mostrar um notório caso de violência sexual que estampava os noticiários da época e cuja investigação era conduzida por sua equipe. A busca, contudo, trouxera resultados surpreendentes: “Você não viu isso? Eu também não. Como é que logo a gente não sabia? Já tem quase dois meses. Virou lei mesmo”.

Naquela quinta-feira chuvosa, em fevereiro de 2019, a promotora de justiça havia me convidado para conversarmos sobre alguns casos de disseminação não autorizada de imagens eróticas de mulheres pela internet que ela encabeçava no judiciário paulista. Esses processos encontravam gargalos jurídico-penais quase intransponíveis: “nenhum processo que tenho aqui é exatamente disso, ‘pornografia de vingança’, ‘exposição’ ou ‘nudes’, você sabe das dificuldades que tínhamos para encaminhar isso. Até pouco tempo não havia nem tipificação penal”.

Acostumadas a nos esbarrarmos em eventos dedicados à temática das violências contra mulheres, Martinha e eu já contávamos alguns anos de convivência e relativa proximidade, sendo íntimas o suficiente, por exemplo, para nos chamarmos por apelidos carinhosos e, porventura, trocarmos figurinhas não somente relativas às nossas atuações profissionais, mas também sobre nossas vidas pessoais. Algumas, inclusive, em tom bastante confessional. Mais do que uma interlocutora de pesquisa, Martinha se tornou uma grande amiga.

Uma mulher imponente, vaidosa e bem vestida, dra. Marta trabalha em uma das varas especializadas no atendimento a casos de violência doméstica e familiar contra mulheres do estado de São Paulo. Naquela ocasião, recebeu-me alegremente com balas e café. Recentemente transferida, ela estava especialmente animada, pois considerava as instalações deste novo fórum mais apropriadas do que aquelas onde trabalhara por mais de dez anos, em uma cidade da região metropolitana: “me alocaram no fim do mundo no início da carreira; não tinha estrutura para nada. Eu levava papel higiênico e toner para impressora da minha casa”.

Dra. Marta insistiu em me apresentar seu novo local de trabalho, um espaço repleto de materiais de campanhas preventivas a violências e discriminações direcionadas a determinadas parcelas da população, em especial, mulheres e pessoas LGBT. Cartazes

de iniciativas contra o *assédio* ou em defesa da utilização do nome social de pessoas trans, assim como instruções para melhores práticas no atendimento de situações de violência doméstica e sexual espalham-se não somente pelo andar em que dra. Marta trabalha, mas também pela recepção onde são feitas as triagens do público geral. “Esse material é uma grande vitória das feministas do sistema de justiça”, disse.

Tão visualmente vistosa quanto a sua ocupante é a sala da promotora. Decorado minuciosamente com adesivos, almofadas, badulaques e uma variedade de objetos que trazem frases motivacionais, referências à força das mulheres e fotografias de sua família, o espaço é arrumado, perfumado e cheio de “quinquilharia feminista”, como ela própria brinca: “Algumas eu ganhei de amigos, mas a maioria é presente de vítimas. Olha só a quantidade de Bíblias que elas me dão!”, riu.

Entre seus valiosos pertences, ela mesma destacou como mais preciosos uma pequena estátua de uma mulher de olhos vendados equilibrando uma balança – conhecida, também, como um dos símbolos da justiça – revestida em camurça rosa choque (“rosa porque sou feminista e feminina”) e uma caneca com a seguinte mensagem: “Lugar de mulher é no Ministério Público”.

Martinha é muito engajada em debates sobre violência doméstica e sexual contra mulheres. Regularmente, ela concede entrevistas para veículos midiáticos, participa de campanhas organizadas por diferentes associações, elabora cursos de “sensibilização”, assim como *compartilha*, em seus perfis em *redes sociais*, reportagens jornalísticas e informações que abordam, de alguma maneira, essas questões. Sua intensa atuação pública aliada à ânsia por notícias e acontecimentos relevantes a deixaram extremamente surpresa diante da novidade – descoberta por acaso – acerca do PL 5555/2013.

Apelidado de “Lei Maria da Penha Virtual”, o Projeto de Lei foi elaborado pelo então deputado federal paranaense João Arruda¹⁴³, do PMDB¹⁴⁴, e submetido à Câmara dos Deputados em maio de 2013. Em seu texto, a proposta visava criar “mecanismos para o combate a condutas ofensivas contra a mulher na Internet ou em outros meios de propagação da informação” a partir da inclusão da “divulgação sem expresse consentimento” de imagens e informações pessoais relativas à “intimidade” obtidas “no

¹⁴³ Em sua carreira parlamentar, Arruda se destacou pela atuação na articulação, elaboração e aprovação do Marco Civil da Internet, norma legislativa que entrou em vigor em 2014. Na ocasião, Arruda presidiu a comissão especial criada pela Câmara para avaliar o projeto.

¹⁴⁴ Sigla do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, criado em 1980. Em 2017, o PMDB voltou-se a se chamar MDB, Movimento Democrático Brasileiro, nome da agremiação antes de 1980, durante a ditadura militar.

âmbito de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade” no rol de formas de violência encapsuladas pelo texto da Lei nº 11.340/2016, popularmente chamada de Lei Maria da Penha.

Tão celebrada quanto esmiuçada e criticada¹⁴⁵, a Lei Maria da Penha é a norma jurídica brasileira, promulgada em 2006, com o intuito de coibir e punir mais rigorosamente crimes de violência doméstica e familiar contra mulheres. Resultado de uma sanção sofrida pelo Brasil na Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CIDH/OEA), de maneira geral, a lei é considerada uma conquista da militância das mulheres bem como um importante instrumento legal na promoção dos direitos humanos das cidadãs brasileiras¹⁴⁶.

Em alguns contextos, a proposta de João Arruda foi apelidada de “lei do pornô de vingança”. Tanto na mídia quanto entre ativistas feministas e algumas profissionais atuantes em questões concernentes aos direitos das mulheres, o projeto de João Arruda tornou-se conhecido, ainda que de forma ambivalente, como a principal resposta legislativa ao crescente problema da disseminação não autorizada de imagens eróticas de mulheres pelas internet (por vezes) com intenções e consequências vexatórias. Em termos mais imediatamente populares, situações de *pornografia de vingança*, *exposição de intimidade* ou *vazamentos de nudes*.

Socialmente construído, disputado e definido tanto enquanto problema adventício dos tempos da internet em sua potencialidade inédita de escalas e velocidades comunicativo-interacionais quanto como exemplo de manutenção de valores conservadores relativos à regulação moral da sexualidade feminina, o fenômeno galvanizou, na segunda década dos anos 2000, diversas notícias, mobilizações ativistas, preocupações sociais, incursões acadêmicas e iniciativas legislativas. Entre elas, esta tese.

Entre os anos de 2008 e 2017, por exemplo, a “Safernet”¹⁴⁷ contabilizou 1.421 pedidos de ajuda para situações de “nudes/sexting/exposição” ou “compartilhamento não-consensual de imagens íntimas”¹⁴⁸. Em 2018, o assunto foi o mais procurado nas páginas

¹⁴⁵ Buscando sinalizar possíveis incongruências entre a lei enquanto norma e a lei enquanto prática, algumas pesquisadoras teceram importantes críticas e ressalvas quanto à efetiva aplicação da lei, isto é, sua existência de acordo com a normativa estabelecida a partir das interpretações conferidas por profissionais do sistema de justiça (Cf. Andrade, 2012; Lemos, 2010; OBSERVE/UNIFEM, 2011; Pasinato, 2010; Zapater & Perrone, 2010; Santos, 2008; Debert & Gregori, 2008; Pasinato & Santos, 2008).

¹⁴⁶ Para um extenso e detalhado histórico dos contextos e debates envolvidos na criação e na promulgação da Lei Maria da Penha, ver Andrade (2012).

¹⁴⁷ Em sua página na rede, a Safernet disponibiliza um “hotline” – espaço de denúncia de crimes – e um “helpline” – serviço de atendimento e aconselhamento a pessoas em situação de violência na internet.

¹⁴⁸ Os números foram disponibilizados pela Safernet especialmente para esta pesquisa. Evolução dos casos de “sexting/exposição/nudes”: 2008 (29 casos), 2009 (36 casos), 2010 (25 casos), 2011 (46 casos), 2012

da organização: 669 casos, representando um aumento de mais de 130% em relação ao ano anterior. Em quase 70% dos casos que chegaram à “Safernet” naquele ano, foram mulheres que tiveram suas imagens circuladas sem autorização.

Quase metade das situações envolviam extorsão, chantagens e ameaças¹⁴⁹. Por esse motivo, a “Safernet” lançou uma campanha direcionada à conscientização sobre “sextorsão”, neologismo que descreveria casos nos quais aquele/a em posse de imagens eróticas chantageia o/a fotografado/a.

Imagem 3.1 – Campanha da “Safernet” contra a “sextorsão”.

A campanha traz dicas de como proceder em situações afins: entre as quais, o armazenamento de informações sobre espaços em que os materiais estejam circulando, o contato com autoridades policiais e, acima de tudo, “não se culpar”. Lançado no ano de 2017, o material disponibilizado pela “Safernet” não fora elaborado tendo em vista as

(48 casos), 2013 (101 casos), 2014 (224 casos), 2015 (322 casos), 2016 (301 casos), 2017 (289 casos), 2018 (669 casos). Em 2018, 440 mulheres (66%) e 229 homens (34%); 123 menores de 17 anos (18,4%), 191 pessoas entre 18 e 25 anos (28,6%) e 355 maiores de 25 anos (53%).

¹⁴⁹ As plataformas mais denunciadas foram o *Facebook*, *Twitter* e *Youtube*. Metade das denúncias que chegaram à Safernet vieram de pessoas adultas (maiores de 25 anos). Segundo Juliana Cunha, responsável pelo serviço de “helpline” da empresa, ainda que relevantes, tais números eclipsariam duas nuances importantes na análise do fenômeno: a subnotificação dos casos, bem como as significativas diferenças entre denúncias envolvendo maiores de idade e a “pornografia infantil”, situações que atingem menores de 18 anos, sujeitos protegidos pela Lei nº 8.069/1990, também conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). De acordo com essa legislação, o registro, a posse e a circulação de todo e qualquer material erótico – “sexo explícito e pornográfico” – cujos protagonistas sejam menores de idade tipifica crime. Muito embora a própria página da Safernet reconheça que o exercício da sexualidade na rede seja comum e saudável, inclusive entre adolescentes – prática que a instituição chama de “sexting” –, obedecendo a normativa jurídica, todos os casos que envolvem menores de idade são imediatamente encaminhados para órgãos da justiça. Para mais sobre “pornografia infantil”, ver Lowenkron (2012).

significativas mudanças legislativas que impactaram o cenário nacional em 2018, quando o fenômeno ganhou normativas jurídicas que positivaram a prática como crime enquadrável em novas *tipificações penais*.

Perseguir as tentativas de construção, definição e encapsulamento jurídico-legislativo do fenômeno constituiu-se como um dos principais objetivos – senão o maior – desta pesquisa desde seu primeiro esboço de projeto. Para tanto, dispus-me a acompanhar com afínco os andamentos do PL 5555/2013 e seus “apensados¹⁵⁰” nas diferentes instâncias das casas legislativas pelas quais caminharam. Por esse mesmo motivo, quando dra. Marta revelou que o “projeto do João Arruda” havia sido aprovado e promulgado sem grandes alardes, também levei um grande susto.

Diferentemente de minha pesquisa de mestrado, em que encontrei a lei “pronta” e parti para uma reflexão dedicada a seus manuseios e entendimentos entre profissionais da polícia civil paulista, agora acompanhei a lei – ou leis – sendo germinadas, debatidas, disputadas e construídas processualmente, em avanços e recuos, com diversos sujeitos e grupos participando direta ou indiretamente de sua concepção.

Neste capítulo, abordo as maneiras pelas quais o tema da disseminação não autorizada de imagens eróticas de mulheres pela internet foi tratado de um ponto de vista jurídico e legislativo no Brasil, com especial atenção para as medidas tomadas na direção de sua definição como “novo crime”, seja na criação de *tipos penais* ou em sua inserção no texto da Lei Maria da Penha.

Distanciando-me de abordagens que concebiam leis como instrumentos meramente repressivos e coibidores, busquei entender processos legislativos e jurídicos em sua faceta positiva, isto é, como força produtora de subjetividades, moralidades e ilegalidades que constrói, administra e estipula normas e desvios, definindo padrões de comportamento desejáveis ou condenáveis dentro de determinados contextos sociais (Foucault, 1975, 1973; Butler, 1990). A partir dessa perspectiva, pensei as iniciativas legislativas e seus produtos legais não somente em sua dimensão de proteção a determinados sujeitos preexistentes, mas como criadores, também, dos próprios sujeitos a serem protegidos (Butler, 1990).

Penso leis como processos que envolvem uma gama variada de irregularidades e mudanças (Moore, 2000), a partir das quais diferentes sociedades (ou diferentes grupos em uma mesma sociedade) construiriam ordens sociais e simbólicas. Esses processos –

¹⁵⁰ Termo caro ao jargão legislativo-jurídico brasileiro e que designa junção/anexação. Já desapensar, por sua vez, corresponde à separação.

mais do que formados por normativas rígidas, inflexíveis e lógicas – seriam indeterminados, mutáveis, parciais e não sistemáticos.

Isso implica a compreensão de que, embora o Direito e as leis projetem uma autoimagem de coerência, ordem, abrangência e aquiescência; na prática, seus usos e leituras se dariam através de complexos processos de ressignificação, fugas, bem como diferentes entendimentos e aplicações. Levo em consideração, portanto, as dilatações hermenêuticas presentes em seus elementos de ambiguidade, descontinuidade, contradição, paradoxo e conflito.

Por uma Lei Maria da Penha Virtual?

“Pessoalmente, eu não vejo motivos para modificar a Lei Maria da Penha”, afirmou categoricamente uma defensora pública em um evento organizado pelo Ministério Público do Estado de São Paulo e realizado na Assembleia Legislativa paulista (ALESP), em 2015: “essa é uma lei exemplar, temos que lutar para aplicá-la e não para mudá-la, tudo o que precisamos já está lá”.

Em meio à oficialidade e solenidade de bandeiras hasteadas, hinos entoados, históricos móveis de madeira escura – jacarandá, lembrou-me uma juíza –, estofados luxuosos, toda a sorte de trajes sociais e discursos opulentos de “excelências” investidas em autoridade institucional e social, eu me sentava ao lado de um renomado desembargador.

Reunindo autoridades, membros do legislativo estadual paulista, profissionais do Direito, ativistas e outras/os interessadas/os, o debate se apresentava como um momento de reflexão acerca do “papel da justiça no combate à violência contra mulheres”. Como parte da programação, aquela mesa abordava o Projeto de Lei 5555/2013 e eu havia sido convidada para fazer uma fala “antropológica” sobre a questão. Muito embora, confesso, não tivesse muita segurança de que expectativas cercavam tanto o convite quanto os entendimentos sobre os saberes da Antropologia.

Bastante deslocada e ressabiada, como às vezes me sinto em espaços marcados física e simbolicamente pela consagração de significados que o Direito parece conferir, eu assistia à fala engajada e emotiva da “doutora”¹⁵¹. Envolvida com profissionais do

¹⁵¹ Entre profissionais do Direito, em especial representantes do sistema de justiça, “doutor/a” faz-se vocativo bastante valorizado e esperado. No texto desta tese, respeito as convenções da área, reportando-me às juízas, delegadas, promotoras e defensoras como tais.

Direito desde a realização de minha pesquisa de mestrado, costumo me ver em situações em que sou a única com uma formação não-jurídica, em um constante jogo de estranhamento e aproximação com rituais, símbolos e categorias da área. Bem-vinda, mas não exatamente pertencente.

Minha presença neste evento resultava das relações que estabeleci com muitas das profissionais ali presentes. Tal circunstância, não necessariamente uma decisão deliberada de minha parte, mas talvez um fortuito acaso, implica contatos com pessoas, grupos, espaços, situações e instituições impregnados ou muito próximos do poder. A antropóloga estadunidense Laura Nader chamou de “studying up” (1972) – ou “estudar para cima” – a pesquisa antropológica que se avém com membros das elites sociais, econômicas e políticas, resultando em particularidades éticas e metodológicas nas relações entre pesquisadores/as e pesquisados/as.

Em momentos como este aqui descrito, encontrei-me certamente nessa situação. Um dos resultados inesperados dessa estratégia involuntária foi o acesso que obtive a interlocutores/as que aceitavam minhas interpelações somente devido à chancela conferida por outros/as revestidos/as de alguma autoridade. Esse processo de indicações pessoais é descrito por Howard Becker como uma situação em que “este indivíduo o apresente a outros e seja seu fiador, desse modo deflagrando uma espécie de amostragem em bola de neve (Becker, 1993, p. 155)”.

Voltando à fala da defensora, esta mencionava seus receios pessoais frente às três modificações sugeridas pelo “PL do João Arruda” ao texto da Lei Maria da Penha: a saber, a inclusão da comunicação enquanto direito fundamental das mulheres; o acréscimo da “violação da intimidade¹⁵²” no artigo que dispõe sobre as formas de violência doméstica e familiar bem como a criação de um novo parágrafo no artigo referente às providências a serem tomadas para que os conteúdos fossem retirados da internet¹⁵³.

Mais até do que o conteúdo das mudanças em si, a defensora também salientava sua grande preocupação, coletivamente compartilhada por várias de suas colegas do

¹⁵² Definida como “divulgação por meio da Internet, ou em qualquer outro meio de propagação da informação, sem o seu expresso consentimento, de imagens, informações, dados pessoais, vídeos, áudios, montagens ou fotocomposições da mulher, obtidos no âmbito de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade”.

¹⁵³ A alteração sugeria que “o juiz ordenará ao provedor de serviço de e-mail, perfil de rede social, de hospedagem de site, de hospedagem de blog, de telefonia móvel ou qualquer outro prestador do serviço de propagação de informação, que remova, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, o conteúdo que viola a intimidade da mulher”.

sistema de justiça, frente a um possível precedente indesejável de modificações “a torto e a direito” no texto da Lei Maria da Penha: “essa foi uma lei elaborada com ajuda de ativistas e de especialistas, que foi debatida intensamente pelo Congresso e pela sociedade civil. Acho um desserviço, mesmo que bem-intencionado, sair mexendo nela”¹⁵⁴.

O “PL do João Arruda” não havia sido o único projeto legislativo a propor mudanças na Lei Maria da Penha no concernente a violências ocorridas na/pela internet. Em junho de 2013, por exemplo, foi submetido à Câmara um projeto de autoria da deputada Rosane Ferreira (PV-PR)¹⁵⁵ – o PL 5822 – cujo texto também recomendava a inclusão da “violação da intimidade da mulher na internet” entre as formas de violência previstas pela Lei Maria da Penha, atribuindo a “cônjuges e ex-cônjuges” a autoria das práticas. Por ser considerado afim, ele foi apensado ao PL 5555/2013.

Sucintos, em sua redação inicial, nenhum dos projetos apresentados deixava claro de que maneira os casos seriam encaminhados por autoridades policiais e judiciais, tampouco qual *tipificação penal* seria utilizada para o registro de ocorrências e investigações. Informações importantes, que eu sabia serem necessárias dada minha experiência prévia em delegacias.

Em 2016, o PL 5647, de autoria de Josi Nunes (PMDB/TO), também sugeriu a utilização da Lei Maria da Penha no tratamento jurídico da “violação de intimidade”, mostrando a tendência generalizada no Brasil de encapsular a violência contra mulheres no espaço doméstico. O PL de Josi Nunes, contudo, diferenciava-se dos propostos por Arruda e Roseane ao indicar a criação de uma *tipificação penal* para os casos dentro do rol de crimes contra a liberdade sexual, gerando a possibilidade de que a “violação da intimidade” fosse pensada tanto como violência doméstica quanto violência sexual.

Tipificação penal, em termos jurídico-legislativos, significa descrição e definição de um crime. Na linguagem do Direito, tipificar significa tornar uma conduta criminosa. Para isso, é necessário uma descrição precisa, bem como atribuição de pena que seja incorporada ao Código Penal. A *tipificação*, enquanto jargão da área e categoria êmica

¹⁵⁴ Para um extenso e detalhado histórico dos contextos debates envolvidos na criação e na promulgação da Lei Maria da Penha, ver Andrade (2012). Buscando sinalizar possíveis incongruências entre a lei enquanto norma e a lei enquanto prática, algumas pesquisadoras teceram importantes críticas e ressalvas quanto à efetiva aplicação da lei, isto é, sua existência de acordo com a normativa estabelecida a partir das interpretações conferidas por profissionais do sistema de justiça (Cf. Andrade, 2012; Lemos, 2010; OBSERVE/UNIFEM, 2011; Pasinato, 2010; Zapater & Perrone, 2010; Santos, 2008; Debert & Gregori, 2008; Pasinato & Santos, 2008).

¹⁵⁵ Sigla do Partido Verde.

desta pesquisa, corresponde não somente ao nome, mas à forma de condução e encaminhamento de denúncias.

Como Dra. Marta e tantas outras interlocutoras desta pesquisa ressaltaram, a ausência dessa denominação criminal oficial criava um obstáculo quase intransponível na condução das denúncias: “no Direito, sem tipificação não tem crime, e sem crime não tem violência”. Crime e violência se confundem nas falas de muitos profissionais do Direito, tornando-se sinônimas.

Outra proposta legislativa que sugeriu a criação de um novo crime para situações de propagação de imagens eróticas de mulheres na internet foi o PL 6630/2013, elaborado no mês de novembro de 2013 e também apensado ao projeto de Arruda. Bastante veiculado em notícias midiáticas¹⁵⁶, o texto do deputado Romário (PSB/RJ)¹⁵⁷ recomendava acrescentar um novo artigo ao Código Penal – a “divulgação indevida de material íntimo” – tipificando a conduta de “divulgar fotos ou vídeos com cena de nudez ou ato sexual sem autorização da vítima”. No texto, o deputado aconselhava o aumento de pena caso o crime fosse cometido com “fim de humilhação”, por (ex) parceiros ou contra menores de 18 anos, fazendo da violência doméstica agravante e não determinante na definição dos casos.

Romário tentou desapensar seu PL daquele proposto por João Arruda, alegando justamente as diferenças de compreensão no que dizia respeito à criação de uma *tipificação*, bem como no entendimento da violência como sexual e não intrinsecamente doméstica. Sua proposta foi indeferida pela Câmara, que considerou ambas “matérias correlatas”.

Processos semelhantes aconteceram com o PL 6831/2013 de Sandes Júnior (PP/GO), o PL 6713/2013 de Eliene Lima (PSD/MT) e, posteriormente, o PL 7377/2014, de autoria de Fábio Trad (PMDB/MS), o PL 170/2015, de Carmen Zanotto (PPS/SC), o PL 3158/2015, de Iracema Portela (PP/ PI), o PL 4527/2016 de Carlos Henrique Gaguim (PMDB/TO), o PL 5632/2016 de João Fernando Coutinho (PSB/PE), o PL 5862/2016 de Felipe Bornier (PROS/RJ) e o PL 6668/2016 de Dilceu Sperafico (PP/PR)¹⁵⁸.

¹⁵⁶ Romário goza de popularidade midiática por ter sido um célebre atleta de futebol. Por isso, suas iniciativas parlamentares costumam ser noticiadas em veículos de comunicação comerciais.

¹⁵⁷ Sigla do Partido Socialista Brasileiro.

¹⁵⁸ A saber, PP é a sigla do Partido Progressista, PSD do Partido Social Democrático, PPS do Partido Popular Socialista (atualmente atuando com o nome de Cidadania) e PROS do Partido Republicano da Ordem Social.

Divergindo em alguns entendimentos e certas proposições, os treze Projetos de Leis que tramitaram entre 2013 e 2016 na tentativa de encapsular o fenômeno, destaca-se a prevalência do termo “intimidade”, citado por todos. Central na argumentação pró-criminalização, a palavra parece se confundir com vida sexual ou quiçá simplesmente nudez.

Chama atenção, também, o fato desses projetos terem sido propostos majoritariamente por parlamentares homens afastados de demandas por direitos das mulheres ou mesmo não pertencentes à partidos com bancadas feministas ativas. Tal cenário aliado aos entendimentos quase sinônimos de corpos nus, práticas eróticas e “intimidade”, parecem indicar certas noções morais paternalistas acerca da sexualidade – em especial, das mulheres.

“É um crime, mas não é”: críticas ao PL 5555/2013

A maior parte das pessoas presentes no auditório durante o evento da ALESP, quase todas mulheres, colocou-se de forma intensamente crítica à proposta de Arruda. O PL era duramente criticado por ser considerado precipitado, apressado e pouco propositivo: “tudo indica que é a pressa dos legisladores em responder às demandas midiáticas e aparecem no jornal, dando nome à projeto. Essa proposição não diz nada, o Direito deve ser preciso”, completou a defensora.

Naquela ocasião, eu segurava um informativo elaborado pela iniciativa “Compromisso e Atitude Lei Maria da Penha: A lei é mais forte”¹⁵⁹, datado de agosto de 2014 e entregue na entrada do evento. O material trazia a chamada para uma matéria sobre “violência virtual” com a seguinte manchete: “Lei Maria da Penha pode ser aplicada quando a internet se torna ferramenta de violência psicológica contra a mulher”.

¹⁵⁹ Iniciativa organizada por diferentes órgãos da justiça brasileira, como o CNJ (Conselho Nacional de Justiça), CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público), o Ministério da Justiça e pela então Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM). Esta última viria a ser extinta como pasta ministerial diretamente vinculada à presidência da república. Em outubro de 2015, a Secretaria foi incorporada ao recém-criado Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (MMIRDH) e submetida ao Ministério da Justiça.

VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA INTERNET

Crimes de "cyber vingança" demandam respostas do sistema de justiça e ações de prevenção

Com o número crescente de casos, a "cyber vingança" ou "pornografia de vingança" tem demandado respostas do poder público, seja no sentido de processar adequadamente esses crimes no sistema de justiça, seja por ações de conscientização da sociedade sobre as graves consequências que divulgações no meio 'virtual' têm sobre a vida das pessoas.

O crime é definido como o compartilhamento de fotos e vídeos íntimos pela internet, sem autorização de todos os envolvidos, com ou sem o propósito de causar danos às vítimas, geralmente, mulheres.

Profissionais que atuam em procuradorias de mulheres ou no enfrentamento a crimes virtuais alertam que os casos têm chegado com frequência cada vez maior ao sistema de justiça. O coordenador da Promotoria de Crimes Cibernéticos em Minas Gerais, Mário Konichi Higuchi Júnior, explica que "há casos de exposição proposital, mas também há situações em que meninas adolescentes, por exemplo, mandam uma foto para o namorado achando que aquilo vai garantir o sucesso da relação, e esse menino passa para o melhor amigo, que passa para outro, e de repente as fotos estão totalmente disseminadas".

A pesquisa *Violência contra a mulher: o jovem está ligado?* (Data Popular/Instituto Avon, 2014) revelou que 28% dos homens jovens entrevistados admitiram ter repassado imagens de mulheres nuas, aparentemente produzidas sem autorização, que receberam pelo celular, sejam elas fotos ou vídeos.

Com as novas tecnologias de comunicação e a complexidade de conhe-

repassem o material, a distribuição do conteúdo acontece com grande velocidade – o que dificulta a reversão da divulgação indevida. As consequências na vida e na saúde de quem é vítima deste crime são graves e, muitas vezes, prolongadas.

Para promotora de justiça Valéria Diez Scarance Fernandes, coordenadora-geral da Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Copevid), além de ainda não existir no Brasil uma legislação compatível com os efeitos dessa violência (*saiba mais acessando a íntegra da matéria*), é difícil conscientizar as pessoas de que divulgar fotos íntimas é crime. "Essa divulgação, muitas vezes, equivale a uma morte civil. A violência física desaparece, mas essa marca fica por muito tempo na vida da mulher. Os casos estão chegando, inclusive, à letalidade, motivando suicídios", alerta.

Violência online não é descolada do mundo real

Para os operadores do Direito que atuam no enfrentamento à violência contra as mulheres, um dos grandes problemas no caso da divulgação de material íntimo é um senso comum de que as atitudes tomadas no meio 'virtual' seriam menos graves.

O promotor de justiça Thiago Pierobom, do Ministério Público do Distrito Fe-

deral e Territórios (MPDFT), resalta que as violências de gênero na internet não estão descoladas do 'mundo real'. Também calçadas no desrespeito em relação às decisões das mulheres e em expectativas sobre o que seria um "comportamento feminino adequado", as violências nos espaços virtuais reproduzem discriminações construídas socialmente que colocam a culpa da violência em quem foi vítima – e não autor ou replicador – da divulgação.

"A ideia da vingança é diretamente associada à cultura que questiona a moralidade sexual da mulher pelo fato de ter se deixado filmar naquela situação", explica o promotor, que coordena o Núcleo de Gênero Pró-Mulher do MPDFT.

Neste cenário, especialistas destacam a importância de campanhas que desconstruam preconceitos e estimulem as ações conscientes no 'mundo virtual', a exemplo do Humaniza Redes, ação do Poder Executivo Federal para a defesa dos direitos humanos na internet. ●

Saiba mais sobre o Humaniza Redes e recomendações de prevenção à violência de gênero na internet acessando a matéria na íntegra: <http://www.compromissoeatitude.org.br/informativo-10/>

EXPEDIENTE
RESPONSÁVEL PELA EDIÇÃO

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO
Mídia e Direitos
www.agencia.patricia.galvao.org.br

PARCEIROS
CAMPANHA COMPROMISSO E ATITUDE PELA LEI MARIA DA PENHA
<http://www.compromissoeatitude.org.br/sobre/participa-da-campanha/>

CNI CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
NÚCLEO NACIONAL DE GÊNERO E JUSTIÇA

IMP Conselho Nacional de Mulheres Públicas

CNPQ Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CONDEGE Conselho Nacional de Defesa da Mulher

Secretaria de Políticas para as Mulheres
Presidência da República

BRASIL PATRÍCIA GALVÃO

[@com_atitude_imp](https://www.facebook.com/compromissoeatitude)
[/CompromissoeAtitude](https://www.facebook.com/compromissoeatitude)

www.compromissoeatitude.org.br

Imagem 3.2 – Informativo “Compromisso e Atitude”, de novembro de 2014.
Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/informativo-08/>.
Acesso em 20. set. 2019.

O texto dizia que práticas de “compartilhamento pela internet de fotos e vídeos íntimos com o propósito de causar humilhação da vítima”, também conhecidos como *cyber vingança* ou *pornô de vingança*, teriam se tornado cada vez mais comuns nos tribunais brasileiros. Diferentemente do que muitos acreditavam, o material sugeria que já seria possível, dentro da legislação vigente, encaminhar as situações.

Mencionando o suicídio bastante midiaticizado de duas adolescentes ocorridos em 2013, a matéria afirmava que, se adultas, as mulheres “vítimas” dessa violência poderiam recorrer à Lei Maria da Penha, ao passo que as menores de idade estariam protegidas pelo ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente). O argumento apresentado fazia referência ao artigo 7º da Lei Maria da Penha que inclui “violência psicológica” como um crime contra mulheres.

“Na verdade, não é bem assim”, cochichou ao meu lado Dra. Janaína, delegada-titular de uma das nove Delegacias de Defesa da Mulher (DDM) da cidade de São Paulo: “Você acompanhou plantão; só tem três tipos de enquadramento na DDM, e, se acontecer de enquadrar em violência psicológica, vai ser quase sempre ‘injúria’. Você sabe o que acontece com ‘injúria’: nada”.

Reportando-se ao período em que conduzi minha pesquisa de mestrado sobre os manuseios e entendimentos da Lei Maria da Penha em delegacias especializadas, a delegada me chamava a atenção para a distância entre a lei enquanto norma, a prática jurídico-policial e a dificuldade de enquadramento em *tipificações penais* de situações entendidas como “violência psicológica”.

Em seu texto, a Lei Maria da Penha reconhece – juntamente com a “violência moral” – a vertente psicológica como forma de violência doméstica e familiar tão relevante quanto a violência física, patrimonial ou sexual. Na prática, entretanto, a hierarquia penal do Direito brasileiro considera mais graves atentados contra a integridade física, fazendo com que os encaminhamentos de situações que não envolvam a violação materializada em corpos, hematomas e vestígios sejam mais, digamos, complicados.

Durante os quase dois anos em que acompanhei as atividades de duas DDMs paulistanas, reparei que as diversas situações relatadas pelas mulheres que procuravam auxílio policial eram registradas juridicamente em três *tipificações* presentes em nosso Código Penal: “lesão corporal” (art. 129), “ameaça” (art. 147) e “injúria” (art. 140)¹⁶⁰. Há uma implícita – ao menos para leigos nas nuances do sistema classificatório do Direito – ordenação hierárquica entre essas categorias.

O trabalho policial nas delegacias envolvia um complexo processo de tradução de situações sociais em *tipificações*. Via de regra, agressões físicas eram consideradas

¹⁶⁰ Em alguns casos, eram registradas ocorrências de “perturbação de tranquilidade” (art. 65 da Lei de Contravenções Penais), “injúria real” e “vias de fato” (art. 21 da Lei de Contravenções Penais) em situações de perseguição e agressões mútuas (Cf. Lins, 2014).

“lesões corporais”. Já condutas que sugerissem intento contra a integridade física (“vou te matar/bater”) eram registradas como “ameaças”. Ofensas e xingamentos, por sua vez, cabiam em “injúrias”. “Sem tipificação, não tem B.O.”, repetiam as policiais, com alguma frequência.

Para além da nomenclatura, o enquadramento dos relatos das mulheres em cada uma dessas naturezas determinava o tratamento jurídico-policial conseguinte dos Boletins de Ocorrência tanto pela polícia quanto pelos juizados, pelas varas e pelo Ministério Público. As diferenças entre os possíveis destinos das denúncias realizadas, embora pudessem escapar às mulheres reclamantes, eram extremamente relevantes para as soluções jurídicas posteriores de cada caso.

Do ponto de vista técnico, deve-se conhecer as diferenças entre as “ações penais” correspondentes à cada tipificação. Uma “ação penal” consiste em uma denúncia jurídica de um crime. No Direito brasileiro, existem “ações penais públicas”, quando o Estado, por meio do Ministério Público promove a denúncia, e “ações penais privadas”, ações movidas por iniciativa das “vítimas” ou de seus representantes legais. No caso das “ações públicas”, existem os tipos “incondicionados e “condicionados”. Embora pareçam ser apenas tecnicidades, elas organizam e hierarquizam atos considerados ilícitos.

Em se tratando de violência doméstica e familiar contra mulheres, a “lesão corporal” converteu-se, em fevereiro de 2012, em “ação pública incondicionada”, isto é, uma vez feita formalmente a denúncia, ela automaticamente gera investigações policiais – inquérito, no jargão do sistema de justiça – que são encaminhadas a instâncias superiores independentemente da intenção da “vítima” de seguir ou não com o processo¹⁶¹.

A “ameaça”, por sua vez, é uma “ação pública condicionada”. Isso significa que, para se transformar em processo que possa trazer sanções e consequências, a denúncia depende de que a “vítima” expresse intenção em seguir criminalmente, comunicando às autoridades sua decisão de fazer uma “representação”. O prazo para representar uma ameaça é de seis meses corridos a partir da data dos fatos registrados nos B.O.s.

Embora a exigência da “representação” seja um complicador nas interações entre policiais, mulheres e o sistema de justiça, “ações públicas” distinguem-se das “privadas”

¹⁶¹ Essa mudança trouxe efeitos significativos tanto para a prática policial quanto para as mulheres atendidas, uma vez que o costume de “retirar a queixa” se tornou mais difícil nas delegacias (Cf. Lins, 2014). Em casos de “lesão corporal” ocorridos fora do contexto da Lei Maria da Penha, a natureza da “ação penal” é condicionada, isto é, depende de expressa vontade da “vítima” no seguimento do processo que, uma vez iniciado, é encaminhado para os JECRIM.

em um elemento importante: o papel do Ministério Público. No caso de “lesões corporais” e “ameaças” – “ações públicas” – é o Ministério Público estadual que representa a “vítima” no processo contra o acusado. O serviço é gratuito, posto que conduzido por profissionais do MP, entre os quais estão os/as promotores/as de justiça.

A “injúria” corresponde ao tipo criminal em que são, mais comumente, enquadrados a maior parte dos casos considerados de “violência psicológica e moral”. Quando ocorre desacompanhada de “lesão corporal” ou “ameaça”, a “injúria” tem como característica ser uma “ação privada”, necessitando que a “vítima” contrate os serviços de um advogado e realize uma queixa-crime no fórum. Só assim, a ocorrência geraria alguma apuração.

No dia a dia, “injúrias” raramente vão adiante no sistema de justiça, algo que muitas vezes é visto pela população como exemplo da ineficácia e impunidade na garantia de direitos das mulheres. Por isso, a “injúria” costuma ser encarada como algo sem solução e pouco importante, visto a quantidade de procedimentos (e impedimentos) presentes, sendo um dos maiores a necessidade de ter recursos financeiros para adquirir serviços jurídicos. “‘Injúria’ é aquilo, é um crime, mas não é. Quem tem dinheiro para contratar advogado para isso?”, disse-me Dra. Janaína. Tive que concordar.

A celeuma sobre o estatuto da importância de violências não materiais acende interessantes debates na antropologia jurídica acerca da desqualificação social de violações morais, uma vez que o apego à materialidade do direito penal brasileiro acaba por hierarquizar a gravidade de delitos através de uma escala que prioriza violências físicas e patrimoniais.

Luís Roberto Cardoso de Oliveira (2008), ao estudar a demanda por reparação a insultos nos tribunais de pequenas causas, aponta a prevalência social do fenômeno do “insulto moral”, espécie de violência imaterial e emocional ligada aos sentimentos, que, por ser considerada de difícil tradução em termos jurídicos – sobretudo tipificações penais –, tende a ser tratada como menos importante e apta a ressarcimentos ou punições.

O Direito brasileiro, assentado essencialmente em definições materiais de violência, tem grande dificuldade em entender as “dimensões simbólicas dos conflitos” (Cardoso de Oliveira, 2010) por trás dos sentimentos de “indignação e ressentimento” presentes nas “vítimas de insultos”, uma vez que esta violação, embora fira a dignidade moral da vítima, não se explicitaria fisicamente em corpos ou objetos¹⁶².

¹⁶² Cardoso de Oliveira (2008) ainda salienta que a violência apartada de agressão de ordem moral, isto é, atos de violência despidos de dimensão simbólica ofensiva seriam, em absoluto, apenas uma abstração,

O que a delegada me lembrava naquela tarde era a hierarquia técnica e simbólica dos crimes no Código Penal. Havia uma grande chance de os resultados práticos do “PL do João Arruda” criarem um descompasso entre as “sensibilidades jurídicas”¹⁶³ (Kant de Lima, 2011) dos diferentes grupos envolvidos nos debates acerca da disseminação não autorizada de imagens eróticas de mulheres pela internet e as respostas possibilitadas pelo direito brasileiro.

A aprovação do “PL de João Arruda” na Câmara dos Deputados

No fim de fevereiro de 2017, o “PL do João Arruda” foi à votação na Câmara dos Deputados, após ter sido colocado em regime de urgência, assunto de “relevante e inadiável interesse nacional”. Sua inclusão na ordem do dia foi aprovada pela maioria dos parlamentares da casa¹⁶⁴.

Após quase quatro anos de discussões, mudanças textuais, audiências e passagens por diferentes comissões, o PL finalmente chegou ao plenário. No dia da votação, recebi diversas notificações, em meu perfil no *Facebook*, alertando-me sobre mensagens de amigos e conhecidos, alguns dos quais diretamente envolvidos em discussões conduzidas no Congresso¹⁶⁵.

dado que violações só poderiam ser entendidas enquanto violência na presença de uma relação de negação ou desvalorização da identidade do outro. Sendo assim, dever-se-ia levar sempre em consideração a dimensão moral presente também na materialidade da violência física.

¹⁶³ Valendo-se de um termo apresentado por Clifford Geertz (2006), o antropólogo brasileiro Kant de Lima (2010) chama de “sensibilidade jurídica” certo sentimento de justiça que nos auxilia a compreender a polifonia social do Direito e das leis. A perspectiva geertziana sugere que abordemos a produção cultural humana, entre elas o Direito, como sistemas de significado. Geertz afirma que o Direito – sobretudo o ocidental – se apresenta como um elemento normativo da vida em sociedade, definindo o que é correto (leis) em contraposição ao real (fato). Uma análise hermenêutica do Direito, portanto, deveria ultrapassar a compreensão apenas do direito-norma (lei), abordando as “sensibilidades jurídicas” que funcionariam como as bases culturais e morais de legitimação e contestação das regras. Assim, entende-se que não é o suficiente olhar para as leis em sua matriz normativa e escrita, mas também de que forma certos sentidos de justiça interagem com elas.

¹⁶⁴ **Projeto de lei que criminaliza "vingança pornô" avança na Câmara:** UOL. 2017. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2017/11/23/projeto-de-lei-que-criminaliza-vinganca-porno-avanca-na-camara.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em: 09 set. 2019.

¹⁶⁵ Alguns/mas representantes do “Internetlab” e do “NDIS/USP” estiveram, no final de 2016, em Brasília para apresentar à Tia Eron algumas sugestões para o projeto. O texto produzido pelos pesquisadores travava franco diálogo com as iniciativas legislativas, ainda que não tenha sido totalmente contemplado no texto final aprovado pelos parlamentares. Atuei como colaboradora eventual nos debates organizados pelos/as pesquisadores/as, bem como fui citada a partir de alguns artigos que publiquei sobre tema. Desse modo, tive algumas de minhas colocações levadas indiretamente à Câmara e ao Senado.

A deputada Tia Eron (PT-BA¹⁶⁶), relatora do PL na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados, redigira um substitutivo ao projeto inicial que, após votação, foi aprovado pelos parlamentares da casa.

Foram acatadas as recomendações de Arruda de alteração da Lei Maria da Penha, bem como a inclusão da “comunicação” como um dos direitos das mulheres brasileiras. Para além disso, recomendou-se mudanças no Código Penal a partir da criação de um novo tipo criminal acrescido à “injúria”: o art. 140-A, segundo o qual a “exposição pública da intimidade sexual” consistiria em “ofender a dignidade ou o decoro de outrem, divulgando, por meio de imagem, vídeo ou qualquer outro meio, material que contenha cena de nudez ou de ato sexual de caráter privado”.

O texto aprovado pela Câmara dos Deputados também deixava lacunas e insatisfações para diferentes grupos envolvidos nos debates. Ao ser associada à “injúria”, a nova *tipificação* cairia na esfera dos “crimes contra a honra” ao invés da sugestão de Romário ou mesmo da Nota Técnica emitida pelos/as pesquisadores/as do “NDIS/USP” de inclusão do fenômeno no rol de crimes contra a liberdade sexual. Tal elemento seria, além de uma tipificação mais branda, um importante sinalizador moral.

No mais, uma das maiores críticas que o “PL do João Arruda” sofreu¹⁶⁷, de diferentes frentes, envolvia a associação direta entre *exposição* via internet e “relações domésticas”. Do ponto de vista normativo, a nova redação, ao também modificar o Código Penal, criaria a possibilidade de entender o crime de “exposição pública da intimidade sexual” fora das relações familiares e afetivas, tanto para homens quanto para mulheres. No entanto, quando fora da rubrica da Lei Maria Penha, casos de “exposição íntima” seriam levados aos JECRIM¹⁶⁸, historicamente considerados problemáticos na condução de casos de crimes contra mulheres (Santos, 2008; Almeida, 2003).

¹⁶⁶ Sigla do Partido dos Trabalhadores.

¹⁶⁷ **O PL 5555/2013 e a vingança virtual ou pornô:** uma proposta legislativa que carece de aperfeiçoamento.

Disponível em: <<https://emporiiodireito.com.br/leitura/o-pl-5555-2013-e-a-vinganca-virtual-ou-porno-uma-proposta-legislativa-que-carece-de-aperfeicoamento-1508325940>>. Acesso em: 09 set. 2019.

¹⁶⁸ Para julgar os crimes de menor potencial ofensivo, a Lei nº 9.099/95 criou os Juizados Especiais Criminais (JECRIM), que passaram a ser responsáveis pela regulamentação de procedimentos judiciais relativos às infrações consideradas brandas em relação à escala de penalidades prevista no Código Penal brasileiro. Dentro dos JECRIM, operam mecanismos que buscam conciliação entre as partes e cujas condenações previstas não ultrapassam dois anos em regime de reclusão ou o pagamento de multas, muitas vezes transformadas em doação de cestas básicas ou prestação de serviços à comunidade.

Vazou: até 2018, o que dava para fazer?

Basicamente, o que existe para ‘vazamentos’ ou ‘revenge porn’ é o seguinte: a primeira coisa é tentar tirar esse conteúdo da internet. Existe o artigo 21 do Marco Civil que diz que não é necessário que o provedor seja notificado judicialmente para ser obrigado a retirar material de nudez e sexo não autorizado do ar. Em tese, a pessoa pode contatar ela mesma o site. Muita gente não sabe disso, eles são obrigados a tirar em até vinte e quatro horas. A pessoa também pode entrar com uma ação civil de “danos morais” e pedir indenização. Precisa de advogado pago, você vai vendo a complicação...

Uma vez *vazada*, a mulher *exposta* se vê na responsabilidade de encontrar alguma reação, seja ficar em silêncio e deixar “a poeira baixar” ou buscar algum tipo de reparação e solução, criminal ou não. O que seria possível fazer em casos de *vazamentos de nudes* foi assunto de diversas conversas com Dra. Graziela, advogada especializada em direito digital que encabeçava diversos debates militantes e midiáticos acerca do tema. De maneira geral, em sua avaliação, as soluções judiciais, além de complexas, caras e incertas, não garantiriam a retirada dos conteúdos da internet, talvez a principal demanda das “vítimas”.

Via de regra, nas tipificações existentes até setembro de 2018, os casos de vazamentos implicariam a contratação de serviços privados de advogados/as. Dra. Graziela concordava com a percepção generalizada entre militantes feministas, profissionais do Direito e legisladores de que as alternativas jurídicas existentes seriam demasiadamente lentas e insuficientes: “Eu não sou feminista, mas entendo que o revenge porn é instrumento de controle dos corpos das mulheres que está num vácuo legislativo. Isso de ser ação privada faz com que não chegue na justiça”¹⁶⁹.

Dra. Graziela sugeria algumas estratégias para pessoas que a procuravam: (1) a notificação da plataforma alegando descumprimento do artigo 21 do Marco Civil da Internet; (2) a utilização de serviços de empresas que “desindexam” resultados de mecanismos de busca online; (3) a tentativa, caso se tratasse de situações em que os responsáveis pela disseminação fossem (ex) parceiros, de registro de B.O. sob a égide da

¹⁶⁹ Os/as pesquisadores/as do “Internetlab” analisaram 36 acórdãos do Tribunal de Justiça paulista em casos de *exposição* de mulheres. Em sua maioria, eles encontraram processos por “danos morais”, “extorsão” e “pornografia infantil”, identificando apenas dois casos de “injúria” e um de “difamação”.

Lei Maria da Penha; (4) realização de processo por “danos morais”, concernente à responsabilidade civil¹⁷⁰ e não criminal do Direito; (5) registro de “queixas-crime” nas *tipificações penais* da “difamação” (art.139)¹⁷¹ ou “injúria”. As opções não eram autoexcludentes, podendo ser combinadas.

“Tanto nos ‘danos morais’ quanto na ‘difamação’ e na ‘injúria’ trata-se de ‘crimes contra a honra’, isto é, são considerados menos graves e a natureza da ação penal é privada”, disse dra. Graziela, “eu costumo orientar, também, o armazenamento do material em ‘prints’ para servir como prova. É caro, eu sei, mas garante maior probabilidade de entendimento como prova¹⁷²”.

Atuando há mais de onze anos na área de crimes ocorridos em meios eletrônicos, Dra. Graziela lembrava que a opção mais utilizada em alternativas legais, os processos por “danos morais” implicam na necessidade dos serviços de advogadas/os para mover a ação, invariavelmente envolvendo honorários custosos. “Só fazer a ata custa 700 reais”, afirmou, indicando como desigualdades no acesso a recursos financeiros interferem diretamente no acesso ao sistema de justiça. “Acaba que só entre na justiça quem tem bastante recursos e muita segurança emocional”, completou.

Sob a figura do “dano moral”, o resultado de qualquer processo, caso obtenha sucesso condenatório, é uma indenização monetária¹⁷³. As situações de *vazamentos* encontravam sérios obstáculos em valores e moralidades reproduzidos por sujeitos que atuam no próprio sistema de justiça. Disse Dra. Graziela:

No Judiciário, isso não é visto como violência. Para algo ser violência, e olhe lá, a mulher tem que estar roxa, morrendo quase. Aqui estamos falando do direito à intimidade que é protegido pela nossa Constituição e pelo

¹⁷⁰ A “responsabilidade civil” difere-se da “responsabilidade penal” em termos de gravidade. No caso da responsabilidade penal, considera-se que foi infringida uma norma de direito público, lesando a coletividade (sociedade). Por isso, é de responsabilidade de instâncias públicas a condução da denúncia. Já em casos de responsabilidade civil, o interesse é considerado privado, cabendo ao prejudicado requerer a reparação a partir dos serviços de representantes jurídicos.

¹⁷¹ “Art. 139 - Difamar alguém, imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação” (cf. CP).

¹⁷² Em algumas situações, especialistas recomendavam que fossem feitos registros em cartório dos *prints* na forma de atas notariais para que o material ganhasse alguma relevância como prova. Tal procedimento dá ao documento “fê pública”. No estado de São Paulo, em setembro de 2019, o valor da ata notarial era de R\$ 441,09 para a primeira folha e R\$ 222,73 para folhas excedentes. O estatuto de prova dos *prints* é assunto de diversos imbróglios na área do Direito. Além da possibilidade de serem alterados com alguma facilidade, os *prints* encontram profissionais do sistema de justiça que não se movimentam com tanta destreza pelas nuances tecnológicas da internet. “Tem juiz que pede que grave em CD, ninguém mais tem CD”, disse-me Dra. Graziela.

¹⁷³ Já a “difamação”, assim como a “injúria”, por ser considerada um delito de menor potencial ofensivo, seria levada aos JECRIM, tornando-se sujeita à transação penal (transformação da sentença em doação de cestas básicas e trabalho comunitário).

Código Civil, assegurando indenizações a essas violações. Só que, na prática, a teoria é outro. No caso do ‘revenge porn’, o Judiciário tem decisões horrendas sobre indenizações por danos, mesmo em situações em que as mulheres mudam de cidade, são demitidas ou têm gastos psicológicos.

A advogada citou a tão infame quanto célebre decisão de dois desembargadores mineiros, ocorrida em julho de 2014, diante de uma ação por “danos morais” que já havia sido julgada em primeira instância tendo como sentença uma indenização estabelecida no valor de cem mil reais¹⁷⁴. Após recurso empreitado pelo responsável pelos vazamentos, os dois magistrados – desembargadores – diminuíram o valor para cinco mil reais, alegando que:

As fotos em **posições ginecológicas** que exibem a **mais absoluta intimidade** da mulher não são sensuais. (...) São poses para um quarto fechado, no escuro, ainda que para um namorado, mas verdadeiro. Não para um ex-namorado por um curto período de um ano. Não foram fotos tiradas em momento íntimo de um casal ainda que namorados. E não vale afirmar quebra de confiança. O namoro foi curto e a distância. Passageiro. Nada sério. (...) A vítima dessa divulgação foi a autora [da ação] embora **tenha concorrido de forma bem acentuada e preponderante**. Ligou sua webcam, direcionou-a para suas partes íntimas. Fez poses. Dialogou com o réu por algum tempo. **Tinha consciência do que fazia e do risco** que corria. (Grifos próprios)

Argumentando que mulher que entrou com a ação (“vítima”) consentira com a produção das imagens mesmo em um “namoro curto e a distância”, os magistrados a consideravam co-corresponsável pela situação, uma vez que teria “consciência do que fazia e do risco que corria”. Para piorar, os magistrados também concluem sobre a “moral” a ser ressarcida da “vítima”: “dúvidas existem quanto à moral a ser protegida. Quem ousa posar daquela forma tem um conceito moral diferenciado”. Aqui, como em

¹⁷⁴ **Justiça de Minas Gerais culpa jovem que teve imagens íntimas divulgadas na internet por se expor:** Desembargadores afirmam que vítima colaborou “de forma acentuada e preponderante” para crime ao compartilhar fotos íntimas com namorado e reduzem punição de R\$ 100 mil para R\$ 5 mil. Disponível em: <<https://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2014/07/justica-de-minas-gerais-culpa-jovem-que-teve-imagens-intimas-divulgadas-na-internet-por-se-expor.html>>. Acesso em: 09 set. 2019.

tantas outras situações trazidas pela pesquisa, observa-se a pluralidade e o conflito entre moralidades divergentes no que tange a sexualidade das mulheres¹⁷⁵.

Faz-se importante ressaltar que, em tese, situações de invasão de dispositivos eletrônicos e perfis em *redes sociais* contam com a “Lei Carolina Dieckmann”. No ano de 2011, a atriz brasileira de mesmo nome teve fotos pessoais disseminadas sem autorização por desconhecidos que acessaram seu computador. O caso, amplamente coberto pela mídia, deu origem à Lei nº 12.737/2012, responsável por *tipificar* os chamados delitos ou crimes informáticos. Durante a condução da pesquisa, não tive contato com nenhuma situação encaminhada via “Lei Carolina Dieckmann”¹⁷⁶.

“Aí...”: O artigo 21 do Marco Civil e algumas tentativas

Quase ninguém sabe, mas você não precisa de advogado se quiser só retirar do ar. A maior parte das empresas mais conhecidas já tem um formulário para você preencher e enviar diretamente para eles. O problema é quando é site de pornografia na Rússia, em Israel. Aí...

Dra. Graziela.

Nos idos de 2006, o recém-criado *Youtube* foi envolvido em um imbróglio judicial na internet brasileira. Naquele ano, a modelo e apresentadora Daniella Cicarelli estava de férias com seu então namorado em uma praia espanhola. Sem que nenhum dos dois soubesse, imagens foram registradas e colocadas na plataforma de vídeos. Rapidamente, o material que alegava conter cenas de sexo *viralizou*, gerando intenso interesse midiático, bem como chacotas ofensivas direcionadas aos seus protagonistas.

Após o ocorrido, o rapaz retratado no vídeo processou a plataforma, demandando indenização, bem como a retirada imediata do material da rede. Embora o *Youtube* tenha acatado o segundo pedido, sempre que ele era excluído, outro usuário o colocava novamente em circulação¹⁷⁷. Já em relação à indenização por “danos morais”, o

¹⁷⁵ Alguns trabalhos clássicos sobre violência contra mulheres chamam a atenção para as formas pelas quais os profissionais do sistema de justiça utilizam certas normas sociais que definiriam o que seria um comportamento adequado para homens e mulheres, criando normalizações que operam como estereótipos que auxiliam na reconstrução de uma espécie de essência dos envolvidos em crimes cometidos contra mulheres (Côrrea, 1983; Ardaillon & Debert, 1987).

¹⁷⁶ **Lei 'Carolina Dieckmann', que pune invasão de PCs, entra em vigor:** Fotos de atriz foram publicadas na web e deram início a debate jurídico. Pena para quem roubar dados de autoridades será maior. Disponível em: <<http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2013/04/lei-carolina-dieckmann-que-pune-invasao-de-pcs-passa-valer-amanha.html>>. Acesso em: 09 set. 2019.

¹⁷⁷ Em janeiro de 2007, o juiz responsável pelo caso exigiu que as empresas de telefonia bloqueassem o acesso ao *Youtube* no Brasil. O site de vídeos ficou quarenta e oito horas fora do ar. Ao perceber a

magistrado responsável pelo caso deu causa ganha à *Google*, dona do *Youtube*. Novamente, “assumir o risco” foi o argumento. Na ocasião, os advogados da empresa divulgaram publicamente a seguinte nota:

Em decisão unânime, os três desembargadores do Tribunal de Justiça de São Paulo argumentaram que não houve qualquer conduta ilícita na divulgação do vídeo, já que Tato e Daniela **assumiram o risco** quando escolheram um local público para seus momentos íntimos, não resguardando assim seus direitos de imagem e intimidade. (Grifo próprio)

Após entrar com um recurso, o rapaz do vídeo de Cicarelli ganhou a ação movida contra o Google¹⁷⁸. A indenização milionária estipulada pela justiça brasileira costuma ser mencionada com frequência em debates sobre o Marco Civil da Internet, sendo identificada como a principal propulsora da criação do Artigo 21¹⁷⁹.

Promulgado em 2014, o Marco Civil da internet (Lei nº 12.965/2014) é a norma jurídica que regula o uso da internet no Brasil, estipulando condutas e sanções tanto para provedores quanto para usuários. Seu artigo 21 determina que provedores e plataformas devam retirar conteúdos divulgados “sem autorização de seus participantes, de imagens, de vídeos ou de outros materiais contendo cenas de nudez ou de atos sexuais de caráter privado” quando abordados pela própria pessoa afetada, sem a necessidade de notificação ou decisão judicial¹⁸⁰.

repercussão e pressionado por críticas de que estaria agindo como um censor, o juiz mudou sua decisão. A retirada do *Youtube* do ar durante o processo Cicarelli é comumente mencionada para reforçar as necessidades de defesa da “liberdade de expressão”. No Brasil, a internet – ou parte dela – foi suspensa em outras quatro ocasiões, todas envolvendo a plataforma *WhatsApp*. Em 2015, um juiz piauiense decretou que os serviços fossem interrompidos em todo o território nacional depois que os responsáveis pela empresa descumpriram ordem judicial e se recusaram a passar informações para uma investigação policial conduzida pela Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA). A investigação ocorreu em segredo de justiça. Em outras duas ocasiões, a restrição ao serviço se deu depois que o *Facebook*, dono do *aplicativo*, recusou-se a atender a pedidos feitos pela Justiça para colaborar com investigações da Polícia Federal, que solicitou acesso a conversas de suspeitos por tráfico de drogas.

¹⁷⁸ **O namoro do ano: Justiça confirma veto ao vídeo de Cicarelli na internet.** 2006. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2006-set-28/justica_confirma_veto_video_cicarelli_internet>. Acesso em: 09 set. 2019.

¹⁷⁹ **Por que o caso Cicarelli x Google pode ser o último do tipo no Brasil:** Marco Civil da Internet dá mais 'segurança aos provedores de conteúdo', diz especialista; saiba quando uma empresa pode ser penalizada. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2015/10/por-que-o-caso-cicarelli-x-google-pode-ser-o-ultimo-do-tipo-no-brasil.html>>. Acesso em: 09 set. 2019.

¹⁸⁰ “Art. 21. O provedor de aplicações de internet que disponibilize conteúdo gerado por terceiros será responsabilizado subsidiariamente pela violação da intimidade decorrente da divulgação, sem autorização de seus participantes, de imagens, de vídeos ou de outros materiais contendo cenas de nudez ou de atos sexuais de caráter privado quando, após o recebimento de notificação pelo participante ou seu representante legal, deixar de promover, de forma diligente, no âmbito e nos limites técnicos do seu serviço, a indisponibilização desse conteúdo” (Cf. Lei nº 12.965/2014).

“O artigo 21, na verdade, é uma proteção aos provedores, senão ninguém ia querer atuar no Brasil. Não foi pensando em mulher ou no usuário”, mencionou Helen, funcionária do próprio Google em um evento sobre segurança na rede. Tal argumento foi repetido à exaustão em diversos debates que acompanhei. O artigo 21 do Marco Civil é considerado por muitos um exemplo de confronto, trazido pela internet, entre dois direitos constitucionais: a liberdade de expressão e a privacidade.

Durante a condução da pesquisa, acompanhei algumas mulheres que se viram em situações de disseminação não autorizada de imagens eróticas pela internet. As histórias que acompanhei são heterogêneas e envolvem mulheres de diferentes idades e contextos, embora, com apenas uma exceção, todas fossem heterossexuais. Divergem, também, as formas de registro e circulação dessas imagens.

Encontrei um cenário em que muitas queriam “esquecer” o ocorrido, relegando à memória, ao silêncio e ao segredo: “Você é a única pessoa para quem estou contando tudo isso”, disse-me uma interlocutora. Algumas delas, entretanto, pediram minha ajuda para possíveis medidas jurídicas e/ou técnicas, sendo o desejo mais comum a retirada do material da rede.

Com Mariana, por exemplo, cheguei a uma advogada especialista em crimes digitais. Na época, cada reunião com a profissional custava cerca de 450 reais. Embora Mariana fosse de uma família abastada, ela precisava prestar contas de seus gastos para seu pai. E sendo seu maior medo era justamente que ele descobrisse a situação das fotos vazadas.

Nos casos de Gabriela e Maria, por sua vez, apelamos, sem resultados, para o artigo 21 do Marco Civil. Preenchemos formulários disponíveis a partir de uma rápida busca no Google, mas nunca obtivemos resposta nem do *Facebook* – caso de Gabriela – nem dos *XTube* (plataforma de vídeos pornográficos) – caso de Maria.

Quando apresentei o caso de Gabriela para diferentes profissionais da área do Direito, ainda em 2015, os diagnósticos e as soluções que me foram apresentados identificaram uma possível situação de “extorsão” (art. 158 do Código Penal¹⁸¹), alçada do direito civil, sendo necessário a contratação de um profissional particular¹⁸². Disse-me uma a delegada Dra. Janaína:

¹⁸¹ “Art. 158 - Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, e com o intuito de obter para si ou para outrem indevida vantagem econômica, a fazer, tolerar que se faça ou deixar de fazer alguma coisa.” (Cf. CP).

¹⁸² Recentemente, alguns casos semelhantes foram enquadrados como violência sexual com base no artigo 213 do Código Penal que define “estupro” como: “constranger alguém, mediante violência ou grave

Se fosse um ex talvez coubesse em ‘ameaça’ na Maria da Penha. Como é um desconhecido, não tem muito o que fazer. Se ela não tem dinheiro, pode tentar a Defensoria, mas é aquilo, o crime nem é grave. Isso é uma ironia dessas situações aqui nas DDMs. Quando o cara compartilha sem avisar, se ele xingar, aí é ‘injúria’, que não dá em nada, ‘ação privada’; mas se ele ameaçar, eu posso tentar fazer algo com ‘ação pública’. É algo que ainda preciso fazer.

Carolina chegou a registrar um Boletim de Ocorrência por “ameaça” em uma Delegacia de Defesa da Mulher, mas o inquérito policial foi arquivado quando ela saiu do Brasil e não fez uma “representação”.

Na Lei Maria da Penha e no Código Penal: as *tipificações* criadas em 2018

Estar nos crimes contra a liberdade sexual é muito mais relevante porque é ‘ação pública’, mas também passa uma mensagem, sabe? De que você tem o direito de viver sua sexualidade sem ser recriminada. Meu maior medo era que ficasse nos ‘crimes contra a honra’.

Dra. Marta, promotora de justiça.

Voltemos, agora, à situação que inicia o capítulo. Em dezenove de dezembro de 2018, o então presidente da república Michel Temer sancionou um conjunto de iniciativas legislativas¹⁸³. Apresentado na mídia como um “pacote de medidas de proteção”, as mudanças incluíam a aprovação do PL 5555/2013 – o “PL o João Arruda” –, o aumento de pena em alguns casos¹⁸⁴ de feminicídio¹⁸⁵, a concessão da possibilidade de prisão

ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso. Em algumas abordagens midiáticas, conveniu-se a chamar tais casos de “estupros virtuais”.

Delegado explica 'estupro virtual' que rendeu primeira prisão do país no Piauí: Daniel Pires explicou que prática de ato libidinoso sob grave ameaça é caracterizada como estupro, mesmo no ambiente virtual. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/delegado-explica-estupro-virtual-que-rendeu-primeira-prisao-do-pais-no-piaui.ghtml>>. Acesso em: 09 set. 2019.

¹⁸³ **No apagar das luzes de 2018, Temer sanciona quatro leis de proteção à mulher:** Propostas tratam de cirurgia reparadora das mamas à violação da intimidade.

Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/claudiacollucci/2018/12/no-apagar-das-luzes-de-2018-temer-sanciona-quatro-leis-de-protecao-a-mulher.shtml>>. Acesso em: 09 set. 2019.

¹⁸⁴ Elevação de um terço da pena quando o responsável pelo crime tiver descumprido medidas protetivas previstas pela Lei Maria da Penha ou quando o crime for cometido na presença física de familiares da vítima.

¹⁸⁵ Disputado e defendido por ativistas feministas, o termo feminicídio costuma nomear a morte violenta de mulheres em decorrência situações de violência sexual e/ou doméstica, bem como crimes de ódio. Resultado de pressão internacional e articulação de militantes feministas, no Brasil, o feminicídio

domiciliar para mulheres grávidas ou mães de pessoas deficientes, bem como a garantia de realizações de procedimentos estéticos de pacientes de câncer de mama¹⁸⁶.

Foi através das notícias sobre o “pacotão do Temer”, alcunha dada por algumas profissionais do sistema de justiça, que Dra. Marta e eu descobrimos ao acaso a promulgação do PL. Encontrar o teor das modificações previstas, contudo, mostrou-se mais capcioso. Em sua nova formulação, o inciso II do artigo 7º da Lei Maria da Penha passou a vigorar com a seguinte descrição:

II – a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, **violação de sua intimidade** (grifo próprio), ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação; (Grifo próprio).

Além das mudanças na Lei Maria da Penha, o “pacotão do Temer”, através da Lei nº 13.777/2018, também alterou o Código Penal brasileiro de modo a comportar um novo crime: o “registro não autorizado de conteúdo com cena de nudez ou ato sexual ou libidinoso de caráter íntimo e privado”, acréscimo ao artigo 3º relativo à “intimidade sexual”¹⁸⁷.

Na prática, as mudanças promulgadas no final de 2018 indicaram que os *vazamentos de nudes* deveriam ser entendidos como forma de violência doméstica e familiar contra mulheres – quando perpetrados por (ex) parceiros – e criavam uma

configura-se como agravante penal. A Lei nº 13.104/2015, introduziu a qualificadora do feminicídio no artigo 121 do Código Penal: “homicídio contra a mulher por razões da condição do sexo feminino (...), quando o crime envolve: I – violência doméstica e familiar; II – menosprezo ou discriminação à condição da mulher”. Segundo a ONU Mulheres, entre 2004 e 2009, se estima que 66 mil mulheres tenham sido assassinadas em razão de sua condição de gênero (Cf. Chakian, 2019).

¹⁸⁶ Alguns dias depois, Michel Temer também assinou o decreto de criação do “Plano Nacional de Combate à Violência Doméstica” e do “Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres”, sancionados em uma cerimônia realizada no Palácio do Planalto na presença de Maria da Penha Fernandes, cuja história pessoal de busca por ressarcimento jurídico após repetidas agressões perpetuadas por seu então marido virou símbolo do enfrentamento à violência doméstica no país.

¹⁸⁷ “Art. 216-B. Produzir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, conteúdo com cena de nudez ou ato sexual ou libidinoso de caráter íntimo e privado sem autorização dos participantes. Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 1 (um) ano, e multa. Parágrafo único. Na mesma pena incorre quem realiza montagem em fotografia, vídeo, áudio ou qualquer outro registro com o fim de incluir pessoa em cena de nudez ou ato sexual ou libidinoso de caráter íntimo” (Cf. CP). O art. 216-B consiste em “ação pública condicionada”.

tipificação para a produção não autorizada de materiais eróticos, isto é, quando uma das partes não tinha ciência ou autorizado o registro.

“Talvez não tenhamos prestado atenção nesse negócio do Temer por causa da ‘lei do assédio’ que puxou tudo para o artigo 218, né, bem mais forte e mais grave”, disse Martinha, referindo-se a uma alteração legislativa anterior que já havia encapsulado o fenômeno da propagação vexatória de imagens de mulheres pela internet. “Acabou que esse pacote não vai mudar muita coisa mesmo, vai ver por isso ficaram quietos”, concluiu Martinha, “já tem crime, o problema era não ter ‘tipificação’ mesmo”.

Correndo por fora do PL 5555/2013, a disseminação não autorizada havia sido penalmente tipificada em outro conjunto legislativo, desta vez apelidado de “lei do assédio” (Lei nº 13.718/2018) promulgada em 24 setembro de 2018¹⁸⁸:

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar os crimes de **importunação sexual** e de **divulgação de cena de estupro, tornar pública incondicionada a natureza da ação penal dos crimes contra a liberdade sexual** e dos crimes sexuais contra vulnerável, estabelecer causas de aumento de pena para esses crimes e definir como causas de aumento de pena o estupro coletivo e o estupro corretivo; e revoga dispositivo do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais). (Grifos próprios)

Visando sanar algumas “lacunas legislativas” em relação a condutas sexuais criminosas de “gravidade intermediária” (Chakian, 2019), a “lei do assédio” comporta uma série de alterações jurídico-legais impetradas ao capítulo do Código Penal brasileiro referente a crimes contra a liberdade sexual não enquadráveis nas definições jurídicas de

¹⁸⁸ A lei foi sancionada pelo então presidente do Supremo Tribunal Federal, José Antônio Dias Toffoli, que ocupava provisoriamente a presidência da república. O texto promulgado tinha origem no PLS 618/2015, de autoria da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM), que se apresenta como uma parlamentar que compunha a bancada feminina no Congresso. Quando enviado para a Câmara dos Deputados, o projeto recebeu a identificação PL 5452/2016.

Presidente da República em exercício, Toffoli sanciona lei que torna crime importunação sexual: Presidente do Supremo Tribunal Federal assumiu temporariamente a Presidência da República em razão de viagem de Michel Temer ao exterior.

Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2018/09/24/presidente-interino-da-republica-toffoli-sanciona-lei-que-torna-crime-importunacao-sexual.ghtml>>. Acesso em: 09 set. 2019.

É de Vanessa Grazziotin a lei que pune abuso em ônibus e divulgação de estupro: quando integrou a aguerrida bancada feminina no Congresso Nacional, primeiro como deputada e depois senadora, ela, finalista da categoria Legislativo, ajudou a aprovar um conjunto de leis que protegem a mulher. É de sua autoria o projeto que tornou crime, com pena de prisão, a importunação sexual e a disseminação de cenas de estupro nas mídias.

Disponível em: <<https://revistamarieclaire.globo.com/Premio-Viva/noticia/2019/09/e-de-vanessa-grazziotin-lei-que-pune-abuso-em-onibus-e-divulgacao-de-estupro.html>>. Acesso em: 09 set. 2019.

estupro nem devidamente tratadas pela figura da “importunação ao pudor¹⁸⁹”, ação penal privada e cuja pena consistia em multa.

As mudanças traziam a inserção de novos tipos penais – ou crimes, no linguajar popular –, destacando-se o artigo 215-A, “importunação sexual¹⁹⁰” e o 218-C, “divulgação de cena de estupro ou de cena de estupro vulnerável, de cena de sexo ou de pornografia”:

Oferecer, trocar, disponibilizar, transmitir, vender ou expor à venda, distribuir, publicar ou divulgar, por qualquer meio - inclusive por meio de comunicação de massa ou sistema de informática ou telemática -, fotografia, vídeo ou outro registro audiovisual que contenha **cena de estupro ou de estupro de vulnerável** ou que faça apologia ou induza a sua prática, ou, **sem o consentimento da vítima, cena de sexo, nudez ou pornografia**. Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, se o fato não constitui crime mais grave. (Grifo próprio)

O artigo 218-C prevê, ainda, aumento de 1/3 (um terço) a 2/3 (dois terços) da pena “se o crime é praticado por agente que mantém ou tenha mantido relação íntima de afeto com a vítima ou com o fim de vingança ou humilhação”.

A “lei do assédio” impactou profundamente o encaminhamento jurídico de crimes sexuais. Até a modificação, casos de violência sexual cometidos contra maiores de 14 anos – isto é, sujeitos considerados aptos a consentir – eram “ações públicas condicionadas”. Como já discutimos, isso implicava a necessidade de a “vítima” expressar vontade em continuar com a denúncia e o processo.

A partir de setembro de 2018, todos os crimes contra a liberdade sexual passaram a ser “ações públicas incondicionadas”, entre eles o artigo 218-C, que *tipifica* a disseminação não autorizada de imagens eróticas pela internet. “Essa mudança não é banal, ela indica que a sociedade está vendo com outros olhos a violência sexual, como algo mais grave, que lesa o coletivo e não a honra”, disse-me Dra. Marta¹⁹¹.

¹⁸⁹ “Art. 61. Importunar alguém, em lugar público ou acessível ao público, de modo ofensivo ao pudor.” (Cf. CP). No ordenamento jurídico brasileiro, o crime da “importunação ofensiva ao pudor” foi abolido pela *lei do assédio*.

¹⁹⁰ “Praticar contra alguém e sem sua anuência, ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro”.

¹⁹¹ Georges Vigarello (1998) acompanha uma longa trajetória nos sistemas legais franceses até a definição mais moderna de “estupro” enquanto um crime contra a pessoa, e não mais contra os costumes ou a honra da família. No Código Penal brasileiro de 1890, as ofensas sexuais eram reunidas no título “dos crimes contra a segurança da honra e honestidade das famílias e do ultraje público ao pudor” (Cf. Lowenkron, 2012).

No fim das contas, as duas mudanças advindas do final de 2018 *tipificaram* a disseminação não autorizada de imagens eróticas pela internet tanto como forma de violência doméstica e familiar prevista pela Lei Maria da Penha, como enquanto crime contra a liberdade sexual.

Até o momento da escrita da tese, nenhuma das promotoras paulistas com quem eu tinha contato havia “processado” alguém por crime de divulgação, fosse pelo artigo 216-B ou pelo 218-C. Como bem me lembravam muitas interlocutoras, o tempo da internet é rápido, ao passo que o tempo da justiça é burocrático e moroso.

Na mesma época da aprovação da “lei do assédio”, em um evento organizado pela Associação de Mulheres do Ministério Público de São Paulo (AMMP), Dra. Marta me apresentou a três promotoras federais de justiça que tinham atuado diretamente na promoção das mudanças.

Com contatos no Senado Federal, essas profissionais pressionaram os parlamentares, alegando ser imprescindível a celeridade tanto na formulação quanto na aprovação das alterações¹⁹²: “a gente acumulava notícias, o caso do ejaculador no ônibus em São Paulo¹⁹³, o estupro coletivo do Rio que ‘viralizou’ no Twitter¹⁹⁴, as mulheres ‘expostas’, tudo isso a gente juntou num dossiê que eu levava e entregava em mãos aos senadores. Imagina, tudo homem velho”, disse-me uma delas.

¹⁹² As promotoras federais também disseram que a pressão na redação e aprovação das alterações tinha como motivador o medo ante à mudança de governo que ocorreria no final de 2018. “Eu acho muito bom que tenhamos aprovado essa lei em uma gestão presidencial e legislativa tão conservadoras. Veja, essa é a mesma casa legislativa que está criminalizando o ‘gênero’. Foi uma vitória absurda”, confidenciou-me uma das promotoras.

¹⁹³ Em 2017, um homem foi preso após ejacular em uma mulher dentro de um ônibus. O ocorrido gerou acirradas disputas e controvérsias entre profissionais do Direito, membros do sistema de justiça e militantes feministas, em especial no concernente ao enquadramento ou não do caso no crime de “estupro” (Art. 213 do DP). Para as autoridades, o ocorrido não poderia ser considerado estupro dada a ausência da utilização de força física ou outras formas de coerção e a dificuldade em aferir a “vulnerabilidade” da “vítima” (não se sabia se ela estava dormindo ou distraída). Na ocasião, concluiu-se a debilidade da legislação brasileira, que não ofereceria *tipos penais* adequados para situações de *assédio* no transporte público.

Caso de ejaculação no ônibus levanta debate e divide juristas.

Disponível em: < <http://www.justificando.com/2017/09/01/caso-de-ejaculacao-no-onibus-levanta-debate-e-divide-juristas/>>. Acesso em: 09 set. 2019.

¹⁹⁴ Em maio de 2016, circulou pelo *Twitter* um vídeo em que uma adolescente carioca de 16 anos era violentada por mais de 30 homens. A repercussão dos fatos atesta o papel ambivalente da internet e das *redes sociais* para a violação, reivindicação e manutenção de direitos. Da mesma maneira em que, na internet, o vídeo gerou escárnio, ofensas e julgamentos morais, também foi pela internet que se organizaram diversos atos de apoio (on e offline) que culminaram, inclusive, no afastamento do primeiro delegado responsável pela investigação. **Entenda o caso do estupro coletivo de adolescente.** Disponível em: <<https://infograficos.oglobo.globo.com/rio/entenda-o-caso-do-estupro-coletivo-de-uma-menor.html>>. Acesso em: 09 set. 2019.

As promotoras federais mencionaram diversas vezes a importância da “Primavera Feminista¹⁹⁵” – termo promovido pela mídia hegemônica quando esta começou a reproduzir algumas demandas ativistas¹⁹⁶ – no convencimento dos senadores, reiterando o papel de determinada militância feminista na construção de novas pautas de violência contra as mulheres e seu papel central em reivindicações públicas. A rapidez da aprovação e promulgação da “lei do assédio” evidencia a força das articulações entre mídias hegemônicas e alternativas, movimentos sociais, Estado e sistema de justiça.

Entre algumas de minhas interlocutoras, comemorou-se a “lei do assédio” como resultado direto da atuação feminista recente, em especial a centralidade da internet como propagadora de reivindicações, a articulação de ativistas com diferentes segmentos midiáticos e a existência de mulheres simpatizantes às causas ocupando espaços de poder e visibilidade.

De maneira geral, a “lei de assédio” contemplou uma série de demandas que lançam luz sobre certa gramática feminista atual, dentro da qual destacam-se os termos *assédio*, *vazamentos de nudes/pornografia de vingança* e *relacionamento abusivo*. Em comum, as três situações envolveriam violações emocionais, ampliando e torcendo associações diretas e inequívocas entre violência e elementos puramente físicos.

Tem-se chamado atenção, nos últimos anos, cada vez mais para aspectos não materiais das violências contra mulheres. Demanda-se que outras formas de violação sejam levadas a sério, tanto pela sociedade quanto pelo sistema de justiça. Ataques à reputação, censuras, comentários ofensivos nas ruas e desrespeito dão a tônica dos clamores atuais. Dessa maneira, os entendimentos acerca da categoria violência vem sido disputados, tencionados e alargados por novas “sensibilidades jurídicas” feministas.

Uma nova gramática para os direitos das mulheres?

¹⁹⁵ **Primavera feminista no Brasil:** Em outras nações, as mulheres lutam por salários iguais. No Brasil, para não retrocederem em suas conquistas.

Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/13/opinion/1447369533_406426.html>. Acesso em: 09 set. 2019.

Primavera feminista: o lugar da mulher é na política.

Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/primavera-feminista-o-lugar-da-mulher-e-na-politica-8213/>>. Acesso em: 09 set. 2019.

¹⁹⁶ **Por que o caso Cicarelli x Google pode ser o último do tipo no Brasil:** Marco Civil da Internet dá mais 'segurança aos provedores de conteúdo', diz especialista; saiba quando uma empresa pode ser penalizada. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2015/10/por-que-o-caso-cicarelli-x-google-pode-ser-o-ultimo-do-tipo-no-brasil.html>>. Acesso em: 09 set. 2019.

Quando eu te procurei, tinha acabado de acontecer. Agora eu tento não pensar muito nisso. Eu tinha acabado de terminar um namoro super **‘abusivo’**. Ele foi meu primeiro namorado, é muito ciumento e não aceitava eu morar em São Paulo. Porque morávamos em cidades diferentes, ele tinha muitas fotos minhas e me ameaçava. Falava que ia mostrar para meu pai e acabar com minha vida. Ele vivia me vigiando, meu Facebook, meu celular, falando que eu podia ser chamada de biscate. Quando eu consegui terminar com ele – lembra que ele foi meu primeiro namorado? – resolvi viver tudo o que não tinha vivido. Eu **só terminei o namoro depois que vi um vídeo no Youtube sobre ‘relacionamento abusivo’**, aquele da Jout Jout¹⁹⁷. Aí tá, terminei e passei a ir nas festas, beber muito. Queria deixar de ser ‘a certinha’, fazer tudo o contrário do que tinha ouvido, tipo transar na primeira noite. Numa dessas eu saí com esse menino da minha turma com o perfil babaca. Ele até namorava. **Eu nem me lembro, na verdade, se transei com ele.** Eu só me lembro de chegar no apartamento dele muito bêbada, depois apaguei. Eu tinha ido lá para dormir mesmo, a casa dele era mais perto da festa. No dia seguinte, uma amiga veio e me perguntou, “é você?”, **a foto tinha caído no grupo de WhatsApp** de uma panelinha. Eu negava que era eu, a foto estava borrada e não dava para ver direito. Depois descobri que **‘compartilhar’ fotos de meninas peladas** junto com o perfil do Facebook é algo que eles fazem sempre para provar que pegaram aquela menina. (Grifos próprios)

Jovem da elite paulista, nascida e criada no interior de São Paulo, filha de bem-sucedidos profissionais liberais, estudante da prestigiosa Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, Mariana chegou a mim através de uma complexa rede de ativistas e docentes da universidade envolvidas em debates acerca de violência contra mulheres.

Em seu relato, Mariana me confidenciara os impactos do *vazamento* (“vários meninos começaram a me procurar e a me abordar, acham que eu sou puta”), o medo da reação dos pais (“eu quis processar, mas eu ia ter que contar para o meu pai”) e do novo namorado descobrir (“ele disse que ouviu boatos de que não sou para namorar”, “peço a

¹⁹⁷ Em fevereiro de 2015, a *youtuber* Jout Jout (Julia Tolezano) lançou um vídeo intitulado “Não tire o batom vermelho”. Na conversa informal com seu público, ela elencava alguns exemplos de situações comuns a *relacionamentos abusivos*. “Seu namorado não deixa você sair com seus amigos?”, “seu namorado já mandou você tirar seu batom porque você estava com cara de puta?”, “ele já controlou as roupas que você ia usar?”, “já te pediu para excluir pessoas do seu Facebook?”, todos exemplos de cenários, muitas vezes não percebidos, situações em que as vontades das mulheres estariam cerceadas. O vídeo de Jout Jout foi constantemente mencionado não só por Mariana, como outras interlocutoras desta pesquisa. Em setembro de 2019, seu sobre *relacionamentos abusivos* tinha mais de dois milhões de *visualizações*.

Deus que ele não receba as fotos, ele não sabe lidar”), a dificuldade em encontrar possibilidades de ação e reação contra o rapaz que a havia *exposto* (“pensei em tentar expulsá-lo da faculdade, mas o pai dele é poderoso e não ia dar em nada”), o prazer e o medo em tirar fotos e *compartilhá-las* (algo que ela afirmou, não sem parecer acanhada e na defensiva, continuar fazendo).

Assim como outras interlocutoras, a narrativa de Mariana embolava diversas experiências que podiam ser descritas em termos um “continuum de violência”¹⁹⁸, muitas delas poder-se-iam chamadas de “estupro”. Chamou-me a atenção, em sua fala, a prevalência de experiências sexuais vividas à contragosto: “tanto meu namorado quanto meu ex fazem sexo comigo dormindo. Eu aceito para não dar problema, acho que é normal de homem”.

Mariana nem sempre entendia sexo como uma relação entre duas ou mais pessoas, recorrentemente dizendo “ele fez sexo comigo”. Quando a indaguei sobre a possibilidade de compreender tais situações em termos de violação, Mariana foi enfática, “prefiro não pensar que é estupro, senão vou ter que admitir que meu namorado me estupra toda semana”. Em suas falas, Mariana reconhecia que seria possível nomear algumas interações sexuais vividas com seu namorado (ou mesmo com outros rapazes) como “estupro”. Todavia, ela recusava deliberadamente utilizar o termo como maneira de classificar as experiências, “para minha própria paz de espírito”.

Não obstante tivesse sido aconselhada por mulheres que se identificam como feministas, Mariana expressava uma relação não muito simpática ao movimento. “Não sou feminista, eu gosto dos homens”, foi uma das primeiras coisas que me disse, mas completou “só que quando aconteceu das fotos, minhas amigas disseram que só a meninas do coletivo podiam me ajudar”. De forma ambivalente, todavia, ela utilizava, com alguma frequência, termos caros ao contexto mais recente do ativismo de mulheres, em especial, os termos *assédio* e *relacionamento abusivo*.

Nos últimos anos, tem-se percebido, alardeado e descrito um significativo aumento na militância feminista, algo apresentado como bastante real e impactante. Em algumas abordagens midiáticas e ativistas, tal contexto recebeu a alcunha “Primavera Feminista”.

¹⁹⁸ Inspiro-me no trabalho da britânica Liz Kelly cunhou, em 1987, o conceito de “continuum de violência sexual”, segundo o qual diferentes experiências de mulheres envolvendo violência sexual estariam, quase sempre, interligadas de maneira cíclica e retro alimentadora (Cf. Kelly, 1987), sendo difíceis de serem definidas em parâmetros jurídicos ou mesmo de serem reconhecidos como violadores.

Embora bastante heterogênea e não apartada de demandas históricas dos feminismos, essa “nova” militância é descrita como majoritariamente jovem e fortemente fiduciária das possibilidades trazidas pelas novas tecnologias comunicacionais – a internet, em especial¹⁹⁹ –, fomentando novas formulações, percepções, categorias de reivindicação, reflexões e práticas.

Imagens 3.3 e 3.4 – Capas das revistas “Época” e “Isto é”. Ambas de 2015.

Essas movimentações atuais trazem bandeiras que disputam ampliações em percepções, noções e definições tanto de violência quanto de direitos, questionando falas, comportamentos e condutas consideradas socialmente aceitáveis, problematizando relações e interpelando, assim, normativas e percepções de gênero e sexualidade.

Nesse cenário, testemunhamos uma proliferação de termos relativos a violências, violações e abusos contra as mulheres, espécie de novo léxico político que visa definir os limites entre aceitável e inadmissível, criando novas uma nova gramática moral, jurídica

¹⁹⁹ Em artigo sobre os usos da internet como espaço de ação e de reflexão de grupos feministas no cenário brasileiro atual, Ferreira (2015) chama a atenção para a atuação de vários grupos que têm privilegiado o uso da “web” e de *redes sociais* como plataformas relevantes para organização, atuação e expressão política. Segundo Fachini & Ferreira (2016), a “articulação entre blogs, redes sociais, coletivos e ocupação do espaço público constitui-se como locus pedagógico e de reconhecimento, ampliando as semânticas e gramáticas políticas referentes à violência de gênero e às formas de visibilizá-la” (2016, p. 5). O resultado dessa “teia político-comunicacional” implicaria maior visibilidade dos feminismos, bem como ampliação de demandas.

e afetiva compartilhada mesmo por aquelas, como Mariana, que não se identificam como feministas.

Foi em um debate realizado na Faculdade de Direito do Largo São Francisco pela organização feminista de estudantes “Coletivo Dandara”, que iniciei meu caderno de campo desta pesquisa, em novembro de 2014. Realizado em uma das salas mais antigas do prédio oitocentista da faculdade, o evento fazia parte dos “16 dias de ativismo no combate à violência contra a mulher”, iniciativa mundial que reúne diferentes segmentos da sociedade, como órgãos públicos, entes da justiça, militantes e ONGs²⁰⁰.

Naquela noite, abri as páginas da encadernação vermelha de capa dura e comecei a rascunhar o que viriam a ser minhas preocupações pelos meses que se seguiriam, enquanto um grupo de teatro, a Cia Meraki, fazia uma intervenção artística. Primeiras ideias, dúvidas, indagações misturadas a falas de profissionais do sistema de justiça, militantes, pesquisadoras acadêmicas e estudantes começavam a dar o tom difuso do tema que eu elegera acompanhar.

De nome “Uma louça quebrada e nenhuma roupa lavada”, o espetáculo apresentava, nas palavras das duas artistas atuantes no palco-sala de aula: “um mosaico de violência de gênero” inspirado em relatos reais. Violência doméstica e sexual, *exposição na internet*, violações no ambiente universitário, racismo, assassinatos... O jogral provocava os presentes no público, majoritariamente feminino e jovem.

Naquela noite, por ocasião do evento, uma defensora pública paulista trazia o lançamento de uma campanha de conscientização elaborada pela Defensoria Pública juntamente com a iniciativa feminista *Think Olga*. “Vamos falar de assédio sexual”, nas palavras da defensora, tratava-se de um “folder de orientação para mulheres sobre violência sexual em espaços públicos”.

Em 2014, situações apresentadas em termos de *assédio* não encontravam encapsulamento na normativa jurídica, com menos frequência ainda mulheres conseguiam registrar Boletins de Ocorrência ou conseguir auxílio jurídico ao fazerem reclamações e denúncias.

O material, embora sucinto, enfrentava questões complexas, como as consequências do *assédio* (além de problemas psicológicos, a “perda do direito de ir e vir”, por exemplo), a origem desse comportamento (“tentativa de intimidar e demonstrar poder”), a ausência de culpa das mulheres (“é errado achar que uma peça de roupa seja

²⁰⁰ No Brasil, eventos relacionados à iniciativa começaram a serem organizadas a partir de 2003.

um sinal verde para qualquer tipo de violência sexual”), bem como definições de *consentimento* (“o consentimento não é a ausência de “não” ou o silêncio”).

Imagem 3.5 – Folder “Vamos falar sobre assédio sexual”. 2014.

Naquele momento, a campanha “Chega de Fiu-Fiu” era um dos assuntos mais quentes em rodas de conversas feministas on e offline. Encabeçada pela jornalista Juliana de Faria, a movimentação teve início em julho de 2013, com a *publicação* na internet de uma série de ilustrações que visavam chamar atenção para situações cotidianas que poderiam (e deveriam) ser entendidas como violações e/ou violências contra mulheres: o *assédio*.

Disputando o entendimento de abordagens a mulheres nas ruas, muitas vezes descritas como “cantadas”, a campanha do *Think Olga* argumentava que o *assédio* – “comentários obscenos sobre seu corpo”, “cantadas no ambiente de trabalho”,

“encoxadas no transporte público” – implicaria investidas sexuais não consentidas, acarretando impactos emocionais irreversíveis nas meninas e mulheres “assediadas”²⁰¹.

No jogral apresentado pelas artistas da Cia. Meraki, o tema do assédio foi constantemente encenado. Na mesma proporção, davam-se cenas que retratariam *relacionamentos abusivos*, termo acionado para descrever situações de desrespeito a vontades e bem-estar. “O relacionamento abusivo não é a violência doméstica, o espancamento, a ameaça, o deboche”, dizia uma das personagens, “mas o controle sutil que, aos poucos, vai minando a sua autoestima”.

O recurso ao termo *abusivo* parece visar desmascarar elementos não físicos da violência contra mulheres, muitas vezes eclipsados por noções de violência jurídicas muito dependentes de provas materiais. Não obstante, tais formas de violação que não se traduzem em vestígios materialmente evidentes, incidiriam profundamente sobre a autoestima e a percepção de si das mulheres.

Em “Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais”, o filósofo e sociólogo alemão Axel Honneth (2011 [1992]) reflete sobre a construção social das identidades – pessoais e coletivas – a partir de experiências de “desrespeito social” que impactariam diretamente as percepções que os indivíduos têm de si mesmos e das relações que estabelecem com o mundo ao seu redor.

Responsável por conflitos sociais, políticos jurídicos e intersubjetivos, o “desrespeito social” corresponderia a formas de “reconhecimento recusado”, isto é, situações em que determinados sujeitos não encontram assentimento ou aceitação. Quando o “reconhecimento” é recusado, os indivíduos teriam suas compreensões positivas de si profundamente abaladas.

Haveria três tipos de “desrespeito social”: o primeiro, direcionado à integridade física dos indivíduos; o segundo, pautado pelo desrespeito em relação à igualdade de direitos, isto é, o não reconhecimento de determinados grupos ou indivíduos como parceiros de igual valor; e o terceiro, expresso pela degradação, ou melhor, pelo rebaixamento do valor social de indivíduos ou grupos e seus modos de vida. O primeiro tipo de “desrespeito” seria a espécie mais elementar de rebaixamento.

No entanto, Honneth também salienta que a experiência do desrespeito físico, expresso a partir de agressões e violações dos corpos, só se tornaria inteligível uma vez

²⁰¹ Segundo Almeida (2014, 2016), estas empreitadas são organizadas e protagonizadas por mulheres jovens, formalmente educadas e brancas.

que se leve em consideração o elemento de “vergonha moral”, espécie de rebaixamento do valor dos indivíduos contido na experiência da violência:

(...) a particularidade dos modos de lesão física, como ocorrem na tortura ou na violação, não é constituída, como se sabe, pela dor puramente corporal, mas por sua ligação com o sentimento de estar sujeito à vontade de outro (2011, p.215).

Honneth argumenta que algumas experiências de “desrespeito” lesionariam de tal modo a integridade daqueles ofendidos, podendo desmoronar as identidades por eles construídas, uma vez que a autor realização dos indivíduos e a construção de suas identidades dependeria diretamente de relações de “reconhecimento” bem-sucedidas. O acúmulo de interações “desrespeitosas” pode engendrar processos conflituosos de “luta por reconhecimento”, empreitadas coletivas com o intuito de demandar respeito, como condição *sine qua non* da integridade pessoal²⁰².

Tanto as discussões sobre *assédio* quanto os debates sobre *vazamentos de nudes* e *relacionamento abusivo*, quando pensados em termos de gênero e sexualidade, disputam, alargamentos de noções de violência e direitos, questionando convenções e normativas sobre comportamentos de mulheres e homens em que “reconhecimento” e “desrespeito” podem ser ferramentas analítico-conceituais de grande valia²⁰³.

As disputas atuais apontam para um crescimento do rol de comportamentos e valores que deveriam ser considerados inaceitáveis, posto que resquícios de uma mentalidade que hierarquizaria homens e mulheres a partir de uma moralidade não mais desejada. Nesse cenário, o Direito, a justiça e as leis, assim como seus profissionais e criadores, estabelecem-se como sujeitos centrais no reconhecimento oficial dessas demandas, muitas vezes positivadas em diversas normativas jurídicas²⁰⁴.

²⁰² Com essa formulação, Honneth traz à tona os conflitos sociais e as “lutas por reconhecimento” como forças morais que impulsionariam o desenvolvimento social. Ao reconhecer demandas e espaços de disputa que não se pautariam somente por objetivos político-econômicos essencialmente utilitaristas (como a autopreservação e o acúmulo de poder), Honneth lança luz sobre o nexo entre desrespeito subjetivo e luta social, trazendo a linguagem da moral para as interpretações de conflitos sociais.

²⁰³ Segundo Nancy Fraser (2006), importante interlocutora de Axel Honneth, a “luta por reconhecimento” teria se tornado a forma paradigmática da tônica dos conflitos políticos centrais da virada do século XX para o século XXI. Nesse contexto, demandas por “reconhecimento da diferença” dariam combustível às empreitadas organizadas por grupos mobilizados em torno de temáticas de raça, gênero e sexualidade, que visam reconhecimento e valorização positiva da diversidade bem como transformações abrangentes dos “padrões sociais de representação”.

²⁰⁴ No entanto, as categorias jurídicas não comportam a totalidade semântica dessas novas “sensibilidades jurídicas”. Se, para Dra. Marta, “sem crime não tem violência”, os debates feministas atuais esgarçam tal percepção.

Para diminuir a incidência violações dos direitos das mulheres, enfatiza-se, fortemente, a necessidade de mudanças “de mentalidades”, sendo tão importantes quanto a existência de canais de denúncia, escoamentos criminais e espaços de proteção. Com semelhanças relevantes às categorias *assédio* e *relacionamento abusivo*, os *vazamentos de nudes* (e suas variadas denominações) descortinam processos de disputa, debate e reconhecimento social e jurídico de seu estatuto enquanto violência.

Alguns pitacos sobre violência(s)

Dizer que algo é uma violência, é revesti-lo de significados morais de importância, seriedade e legitimidade (Das, 2008). Substantivo qualificador, violência, em seus usos mais cotidianos, descreve aquilo que é considerado grave, portanto, digno de atenção. Via de regra, a violência é apresentada como algo que tem valor em si próprio, sempre danoso, não consensual e indesejável.

Os sentidos e significados de violência, contudo, não são homogêneos ou autoevidentes, portanto não podem ser tomados como universais ou consensualmente estabelecidos. Mais do que algo em si, acionar o termo violência coloca em jogo uma disputa narrativa constitutiva do social, que envolve um complexo processo de embates e negociações entre diferentes grupos de interesse e poder acerca do que seria ou não aceitável como conduta saudável à vida social.

Variando consideravelmente em termos históricos, culturais e sociais (Wieviorka, 1997; Harvey & Gow, 1994; Moore, 1994), os entendimentos e as definições do que constituiria violência variam consideravelmente de acordo com quem enuncia²⁰⁵. á polifonia e polissemia entre embates narrativos que variam de acordo com sensibilidades morais e jurídicas bem como posições sociais.

Ao longo desta pesquisa, eu estive em uma posição privilegiada para observar (e participar) algumas maneiras pelas quais grupos sociais (feministas, legisladores e profissionais de Direito, jornalistas) disputavam a identificação e a nomeação de certas

²⁰⁵ Na coletânea “Sex and Violence” (1994), os antropólogos britânicos Penelope Harvey e Peter Gow organizam uma série de artigos escritos por diferentes colegas de área e apresentados em uma conferência realizada na Universidade de Oxford, em 1989. Em comum, os textos trazem reflexões concernentes a definições de sexo e violências, a partir de uma interface entre estudos antropológicos, preocupações feministas e abordagens teórico-conceituais sobre gênero e seus efeitos sociais. Na Introdução à publicação, Harvey e Gow chamam a atenção para a necessidade de questionar, em estudos antropológicos certa associação direta entre o termo violência e sentidos essencialmente negativos ou incompatíveis com a vida social.

condutas como violentas. Nesse sentido, violência insere-se em processo social de politização que engendra nomear algo como danoso²⁰⁶.

Nos contextos aqui abordados, violência parecia qualificar situações de “reconhecimentos recusados”, sofrimentos ou direitos negados, que maculariam a integridade daquele/a ofendido/a. Em debates sobre *vazamentos de nudes*, *assédio* e *relacionamento abusivo*, apela-se constantemente para os efeitos de violações “psicológicas” sobre a integridade e o bem-estar das mulheres. Quando se constrói uma reivindicação por “reconhecimento”, demanda-se, também, que o sofrimento oriundo da ofensa e do desrespeito seja oficialmente validado.

Uma das formas privilegiadas para fazer isso envolve demandar intervenções do Estado, a partir da criação de leis penais que *tipifiquem* violências enquanto crimes. O Direito, nas sociedades em que é constitutivo, é espaço fundamental de definição de categorias, ainda mais de violência, que tendem a se confundir com as de crime, configurando-se como um espaço importância para os movimentos sociais ao garantir certa legitimidade no “reconhecimento” de demandas²⁰⁷.

Duas faces da mesma moeda, os esforços de ampliação do repertório de violências caminham lado a lado a noções de direitos, entendimentos sobre bem-estar e violação, sentidos de justiça bem como percepções sobre gênero e sexualidade. Disputas por novas formas de nomear violações apontam para múltiplas sensibilidades morais e jurídicas entrelaçadas a moralidades, reivindicações por direitos e promoção de cidadania.

²⁰⁶ Henrietta Moore (1994), na mesma coletânea, afirma que, apesar do volume de materiais escritos e dedicados à reflexão sobre violência nas ciências sociais, o conceito ainda seria relativamente “sub teorizado”, sendo urgente a integração de teorias socioantropológicas e psicológicas que combinem inflexões sobre “representação” e “simbologia”. Sua provocação invoca pesquisadores/as a tratarem situações e fenômenos sociais descritos como violentos sob uma ótica mais maliciosa, que desconfie de associações inequívocas entre conflitos, sofrimentos e violência. Para Moore, a não seria “disruptiva”, mas como constitutiva do social na medida em que evidencia hierarquias e ordens. A abordagem de Moore dialoga diretamente com certa linhagem da antropologia política segundo a qual o conflito não seria um problema em si, mas uma forma de sociação constitutiva do social (Marques, 2007). Tal corrente se inspira profundamente no trabalho de Georg Simmel, para quem “conflito é destinado a resolver dualismos divergentes, é uma maneira de conseguir algum tipo de unidade, mesmo que seja através da aniquilação de uma das partes em litígio” (2005, p.568).

²⁰⁷ Segundo Zapater (2017), a partir da segunda metade do século XX, as militâncias de mulheres teriam se dedicado a lutas sociais por direitos mobilizadas em torno de conseguir resultados legais, reconhecidos e positivados em diversas normativas jurídicas locais, nacionais e internacionais. Tais movimentos sociais demandariam “reconhecimento” por meio Direito, uma vez que esta instância se propõe a reconhecer institucionalmente pessoas como sujeitos.

Capítulo 4. Manda Nudes: torções morais, prazeres e perigos da produção e troca de imagens eróticas

O celular vibra. Pode ser spam da operadora, corrente de WhatsApp, mas é um pedido: Manda Nudes! Manda Nudes! Manda Nudes! Manda Nudes! Manda Nudes! Arriscaríamos dizer que a grossa maioria de nós deseja ardentemente enviar e receber nudes. Todos os dias, o dia inteiro. E também acreditamos que a privacidade da sua comunicação é um direito, e quem deve escolher se seus nudes devem ser guardados ou publicados é você. (...) Se este guia te fez parar o trabalho para mandar uns nudes, lembre-se destas humildes palavras: Pose, fotografe, encripte e peça a proteção da nossa senhora das perseguidas.

“Safer Nudes”, 2015.

Nude no museu, nude na internet

Depois de longos meses entre papos e trocas de mensagens via *Messenger* ou *WhatsApp*, finalmente, Ane e eu tínhamos a chance de nos reencontrarmos presencialmente. Ela, uma articulada e bem-sucedida escritora carioca de 30 anos, era uma das mais ativas *administradoras* de um grupo no *Facebook* do qual participei por mais de um ano e cujas atividades foram centrais na complexificação de diversas reflexões desta pesquisa, em especial no concernente à polissemia e à potência dos *nudes*.

Despretensiosamente, Ane havia se tornado uma de minhas principais interlocutoras. Seu status de *influenciadora digital*²⁰⁸, termo que ela ora repudiava com veemência ora abraçava jocosamente, dera-me acesso a novas e diferentes formas de pensar os *nudes*, ao me transportar para um espaço povoado por mulheres e meninas extremamente dispostas a conversar sobre diversos e variados aspectos da prática.

Naquele setembro, Ane viria a São Paulo a trabalho e sugeriu que nos encontrássemos na Avenida Paulista, lugar de relativo fácil acesso para pessoas que precisam se deslocar pela extensa e complicada cidade, ainda mais em se tratando de “forasteiras”, como era o caso de Ane. Mais especificamente, ela me pediu que fôssemos

²⁰⁸ Também chamados/as de *digital influencers*, os/as *influenciadores/as digitais* são pessoas que gozam de alguma popularidade advinda da produção e circulação de conteúdos em plataformas digitais, sejam textos, imagens ou vídeos. Em geral, o termo é acionado para descrever usuários/as que alimentam a rede de materiais que versam acerca de estilos de vida, consumo, moda e humor. Com bastante frequência, essas atividades veiculam publicidade de produtos e serviços. Distanciando-se de interesses publicitários, alguns/as *influenciadores/as digitais* expressam abertamente posições e simpatias políticas, algo que os/as aproxima de atuações ativistas. Este era o caso de Ane.

ao Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (MASP), um dos cartões postais da capital paulista. Ela queria aproveitar o ensejo e “turistar”.

Quando cheguei ao café do museu – nosso ponto de encontro –, Ane me entregou uma sacola. “Vai, olha”, disse animada se referindo ao presente. Na época, estava em exposição temporária uma retrospectiva do trabalho das Guerilla Girls, grupo de artistas-ativistas anônimas dos Estados Unidos que desde a década de 1980 produz intervenções bem-humoradas, irônicas e profundamente críticas a respeito das desigualdades raciais e de gênero presentes no mundo da arte, política e cultura pop²⁰⁹.

Uma das obras mais conhecidas do grupo é um pôster que traz a fotografia de um corpo feminino despido, em uma pose comum a obras consideradas de “nu artístico”²¹⁰. Afastando-se dos clássicos, porém, o corpo traz a cabeça adornada por uma máscara de gorila, com a seguinte provocação em letras garrafais: “As mulheres precisam estar nuas para entrar no Museu Met²¹¹?” (1989). Abaixo da pergunta, em uma fonte menor, as próprias Guerilla Girls respondem: “menos de 5% dos artistas da seção de arte moderna são mulheres, mas 85% dos nus são femininos”.

O presente que ganhei de Ane era uma reprodução do clássico das Guerilla Girls, dessa vez em português, que estampava estatísticas adaptadas ao museu brasileiro. A resposta à pergunta evidencia uma realidade tão desproporcional quanto os números do

²⁰⁹ A exposição das Guerilla Girls, uma retrospectiva dos trinta e dois anos de atuação do coletivo, dispunha 116 obras, e esteve em cartaz no MASP entre 29.09.2017 e 14.02.2018.

Guerilla Girls tomam o MASP e denunciam sexismo: O coletivo de artistas mulheres, fundado nos EUA em 1985, exibe 117 obras gráficas produzidas nos últimos 32 anos. O Estado de São Paulo. 2017.

Disponível em: <<https://cultura.estadao.com.br/noticias/artes,guerrilla-girls-tomam-o-masp-e-denunciam-sexismo,70002018858>>. Acesso em: 09 set. 2019.

²¹⁰ Diferentes representações do corpo nu – ou parcialmente nu – são parte constitutiva de consagradas convenções artísticas. Tema privilegiado, por exemplo, em esculturas greco-romanas da Antiguidade clássica, a nudez dos corpos humanos ganhou novos fôlegos estéticos a partir do Renascimento, estabelecendo-se como um dos principais repertórios de produção figurativa da arte pictórica moderna, e, posteriormente, da fotografia e do cinema. O nu, especialmente de corpos femininos, é um dos tópicos centrais de artistas canônicos do século XX, muitos dos quais associados às chamadas “vanguardas modernas”. O MASP conta, em seu acervo permanentemente, com algumas dessas obras. Mais do que um tema preferencial ou gênero reverenciado, o nu artístico costuma ser projetado como “a explicação ou a razão mesma de ser da arte ocidental: esse ponto ou intersecção dramática entre o natural e o celeste, entre o ideal e o real, entre o carnal e o espiritual, entre o corpo e a alma” (Calvo Serraller 2005, p. 61)

²¹¹ O Museu Metropolitano de Arte, localizado na cidade de Nova Iorque, é um dos maiores e mais visitados museus do mundo.

congênere nova-iorquino: “apenas 6% dos artistas na seção de arte contemporânea de São Paulo são mulheres, mas 60% dos nus são femininos”.

Imagem 4.1 Obra das Guerilla Girls especialmente confeccionada para a exposição brasileira utilizando as estatísticas do Museu de Arte de São Paulo (2017).

“Achei que era uma grande sacada já que vamos falar de nudes e exposição”, explicou-me Ane em meio a uma de suas gargalhadas contagiantes. “Quando um artista tira pinta uma mulher pelada é arte e exposição de museu; quando uma mulher tira foto dela na câmera do celular é putaria, imoral e exposição de intimidade”, continuou.

A brincadeira sagaz, típica das intervenções de Ane, tangenciava questões pertinentes ao tema da disseminação não autorizada de imagens eróticas de mulheres pela internet que norteara esta pesquisa. Em sua fala, Ane utilizou a nudez encontrada no museu (“arte”) como um contraste produtivo para realçar certas “hipocrisias” – em seus próprios termos – presentes tanto nos significados quanto nas consequências morais e sociais da nudez de mulheres estampada em autorretratos digitais. Quando contextualizada, lembrava-me Ane, a nudez ganha sentidos bastante heterogêneos.

Ao passo em que, nos museus, as reproduções de corpos de mulheres – produzidas majoritariamente por homens, como evocam as Guerilla Girls – ganham contornos de legitimidade ética e estética em obras de “nu artístico”; as imagens de corpos nus produzidas pelas próprias mulheres com suas câmeras de celulares (os *nudes*²¹²)

²¹² No Brasil, o anglicismo *nude* também pode designar cor, descrevendo, em geral, tonalidades que se aproximam do bege ou de outros tons pastéis. Ainda que implícita, a utilização do termo, que alude ao corpo desnudado, traz consigo certa naturalização de peles claras, obliterando a diversidade de cores humanas. Em especial, da tez negra.

costumam ser vistas como potencialmente perigosas e, muitas vezes, entendidas como uma prática vulgar, arriscada e de mau gosto²¹³.

De um lado, estaria a erudição da arte institucionalizada em seu espaço-mor de sacralização. Do outro, o obsceno, o comportamento não recomendável, a piada com segundas intenções e, até mesmo, a iminente (e justificável) perseguição moral. “Você consegue imaginar um dia uma exposição de nudes feitos pelas próprias mulheres em um museu?”, riu-se Ane, “nem fodendo”.

Enquanto caminhávamos pelo museu, percebi que a mesma interação tecnologicamente mediada por plataformas de internet que havia permitido extensas conversas entre duas mulheres que moravam em cidades diferentes (eu em São Paulo e ela no Rio de Janeiro), não evidenciava com as mesmas nuances, os prazeres da comunicação não verbal dos corpos, em especial a exuberância na fala carismática de Ane, uma mulher “linda, preta, crespa e favelada”, como ela própria gostava de se apresentar. “Eu vim ao mundo para fazer barulho, igual a essas Guerilla Girls, só nasci menos bem localizada”.

Ane e eu nos conhecemos dois anos antes, em Brasília, durante um evento de discussões sobre segurança pública. Na ocasião, eu apresentei algumas reflexões acerca da Lei Maria da Penha e do trabalho policial em delegacias especializadas paulistas, já Ane fez uma instigante fala, em tons de crônica, em que abordava as ocupações militares de favelas no Rio de Janeiro.

Ela morava em um dos maiores complexos de favelas da cidade e, dada sua atuação como liderança local, envolvera-se tanto com setores do movimento negro e da

²¹³ Alguns dias depois de meu encontro com Ane, um museu paulista seria protagonista de uma celeuma moral envolvendo nudez e arte. A circulação de imagens de uma performance que envolvia um homem nu, ocorrida no Museu de Arte Moderna (MAM), gerou intensa polêmica nas *redes sociais*, após a *viralização* de um vídeo em que uma criança tocava o pé do artista. Encabeçada pelo Movimento Brasil Livre (MBL), grupo conservador, teve início uma campanha de acusação à instituição a partir da mobilização da *hashtag* #PedofiliaNaoEArte. Frente os ataques, representantes do museu responderam que a atividade, a despeito de envolver nudez, não tinha intenções eróticas. Algumas semanas depois, o próprio MASP enfrentaria resistência ao anunciar uma exposição de nome “Histórias da sexualidade”. Após imbróglis que envolveram, inclusive, o Ministério Público estadual, os responsáveis pela exposição do MASP optaram por cobrir certas partes das obras com tecidos, bem como estipularam uma classificação etária para a mostra.

Interação de criança com artista nu em museu de São Paulo gera polêmica: Movimentos de direita falam em pedofilia. Juiz e desembargador veem 'histeria'. Museu diz que sinalizou sobre nudez em sala e que trabalho não tem conteúdo erótico. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/interacao-de-crianca-com-artista-nu-em-museu-de-sp-gera-polemica.ghtml>>. Acesso em: 09 set. 2019.

'A questão da nudez na arte é universal', diz curador do MAM sobre polêmica: Museu de Arte Moderna São Paulo foi criticado por interação de criança com uma exibição de nudez. 2017. Disponível em: <https://www.huffpostbrasil.com/2017/09/29/a-questao-da-nudez-na-arte-e-universal-diz-curador-do-mam-sobre-polemica_a_23227725/>. Acesso em: 09 set. 2019.

militância de mulheres, quanto com grupos que reivindicavam a desocupação militar das regiões. Durante esse processo, Ane havia começado a *publicar*²¹⁴ nas *redes sociais* textos relativamente biográficos sobre “viver e sobreviver” na favela.

“Assim despentei para o mundo”, dizia Ane, reconstruindo sua trajetória pessoal elencando elementos que indicavam seu ganho “de voz” a partir da rede tecnológica. Estar no mundo, em sua percepção, implicava falar e ser ouvida, ou melhor, escrever e ser lida. Ao longo do período em que esta pesquisa se deu cabo, ela se profissionalizou²¹⁵ e passou a viver de escrever sobre suas experiências pessoais, contextualizando-as a análises acerca da conjuntura política e social mais ampla.

Eu sou uma escritora acima de tudo, não quero ser limitada como uma favelada que escreve. Eu sou uma escritora que também é favelada, as duas coisas não se excluem. O mesmo com o feminismo ou movimento negro, saca? **Não quero ser só feminista, ser definida por isso.** Isso gera expectativas que eu me posicione com relação a tudo. **Então eu optei por não me identificar como feminista, mas eu apoio.** Olha, eu só sou uma escritora. É claro que essas coisas são importantes, mas não é o meu rótulo. Eu escrevo. (Grifos próprios).

Dormir e acordar ao som de rajadas de tiros, o frequente “desenrolar” com os meninos “do movimento²¹⁶”, a cotidianidade da brutalidade policial, bem como o racismo e o preconceito enfrentados pelos moradores de favelas são temas comuns aos seus textos. Tão ou mais presentes que questões de ordem coletiva são também desabafos relativos a envolvimento amorosos/sexuais, relações familiares e assuntos pessoais: “me expor é meu ganha pão, não posso ter limites e frescuras com privacidade e intimidade, igual um povo aí”.

Operacionalizada como ferramenta de ocupação e tentativa de transformação de um mundo “não preparado para que mulheres como eu queiram aparecer”, na vida de

²¹⁴ Em outro momento da tese, problematizei o termo êmico *publicar*, comum a diversas plataformas digitais, matizando algumas diferenças entre circular/trocar conteúdos nesses espaços e a divulgação de informações via veículos de comunicação de massa. *Publicar* em *redes sociais* complexifica os sentidos de “tornar público”.

²¹⁵ A fim de resguardar o anonimato de minhas interlocutoras, deliberadamente omito e “anuvio” (Cf. Archambault, 2017) certas informações que possam identificá-las. Para tanto, permiti-me um exercício de combinação, supressão e troca de características. Neste emaranhado textual, nenhuma das personagens da tese corresponde exatamente a quaisquer mulheres com as quais interagi. Em alguns casos, como o de Ane, hoje uma pessoa relativamente pública, a estratégia se mostrou ainda mais capciosa e desafiadora, não obstante fundamental para os padrões éticos perseguidos.

²¹⁶ Gírias cariocas para interações e resoluções com grupos associados ao narcotráfico.

Ane, a *exposição* na internet é voluntária, politizada e, muitas vezes, inevitável. Enquanto estratégia política, fez-se profissão e ativismo: “eu dou carne, cara e sentimento às estatísticas”.

Escrever, *publicar*, ser lida e se relacionar com leitores/as também aguça sua consciência de si, já extremamente atenta às diferenças e desigualdades que a atravessam enquanto mulher negra e “favelada”. O corpo de Ane, não somente em seu formato físico e material, mas enquanto configuração discursiva emaranhada em relações de poder, é deliberadamente posto em evidência como ato de manifesto, rebeldia e resistência.

Não à toa, Ane foi uma das mulheres com quem interagi, nos últimos cinco anos, que mais enfatizou certo caráter positivo dos *nudes*, realçando sua potencialidade transgressora para corpos e sujeitos que, comumente, ocupam lugares imagéticos, materiais e simbólicos desiguais na sociedade. Os *nudes* de Ane deslocam parâmetros previamente estabelecidos no registro e na circulação de imagens de mulheres como ela.

Eu sou uma **preta carioca bunduda**, bicho. Tem cartão-postal com bundas de meninas parecidas comigo sendo vendidos para gringos. Quem tirou essa foto? Por que a bunda não tem cabeça? É para gringo ver? **Quando eu tiro e mando meu nude, eu estou dizendo como eu quero ser vista.** Sei lá, eu nunca tinha elaborado muito isso, mas pensando bem, **eu também estou dizendo: olha, eu sou uma pessoa, eu tenho cara, cabeça, tesão e opiniões.** Eu olho para a cara dessas mulheres nos quadros do museu e elas me parecem tristes, você não acha que elas estão tristes? Li em algum lugar, acho que na internet, que a maior parte dessas mulheres dos *nudes* dos pintores clássicos era prostituta ou mal falada. Aí você vê, que absurdo, a gente vê escrito ‘nu de fulano’, fulano sendo o artista. O nu é da mulher, pô, e a gente nem sabe o nome dela ou se ela queria que a gente, duzentos anos depois, ficasse olhando a bunda dela. **Os meus *nudes* são eu quem tiro, não um homem europeu qualquer metido a besta que vai ser chamado de gênio.** Nos meus, **eu estou feliz e realizada**, diferente dessas moças aí com cara de macambúzias. (Grifos próprios).

Nos *nudes* de Ane, gênero e raça são dimensões inescapáveis da composição das imagens. Criticando certo estereótipo que hiper sexualiza mulheres brasileiras – em especial, negras ou “mulatas” (Correa, 1996) – como um dos principais atrativos do país

enquanto olimpo erótico, espécie de “paraíso sexual” (Simões, 2016)²¹⁷ para estrangeiros, Ane enfatizava justamente o caráter voluntário, ativo e prazeroso envolvido na produção de seus próprios *nudes*. Tomar decisões sobre a própria imagem, para Ane, a afastaria da posição indesejada de objeto inerte do desejo alheio.

Fazendo-lhe sujeito de si, os *nudes*, tencionariam os nexos entre a sexualidade feminina e a passividade. “Já reparou que tudo sobre esse assunto mostra mulher com as mãos no rosto, toda acuada e morrendo de vergonha? Quero morrer... Nunca mostram uma mulher toda poderosa, mas é assim que me sinto.”

Quando nos conhecemos – e “nosso santo bateu”, ela brincava – Ane e trocamos contatos e perfis de *redes sociais*, ocasionalmente *curtindo* e comentando interações uma da outra. Alguns meses depois do primeiro encontro, Ane leu um *post* no *Facebook* em que eu comentava o tema desta pesquisa. Animada, mandou-me mensagens privadas: “Tu trabalha com *nudes*? Eu administro um grupo de mulheres que gosta de falar disso, quer conhecer?”²¹⁸.

Eu já sabia da existência e da popularidade de grupos de trocas de *nudes*. A maior parte deles me foi apresentada por homens conhecidos que, após descobrirem meus interesses de pesquisa, intentaram me elucidar esses espaços não seriam essencialmente ruins ou predatórios, uma vez que não teriam como objetivo a propagação de perseguições morais.

Para esses rapazes, muitos dos quais homossexuais, a troca de *nudes* propiciaria a circulação descontraída e excitante de conteúdos eróticos “mais reais” do que a pornografia profissional, vista como “falsa”, “forçada” ou “sem graça”. Apesar de diversos pedidos de minha parte, e do fato desses grupos serem “mistos” (compostos tanto por homens e mulheres quanto por pessoas de diferentes orientações), nunca fui admitida em nenhum deles.

²¹⁷ Segundo Simões (2016), haveria duas versões estereotipadas recorrentes nos imaginários que envolvem o exercício da sexualidade no Brasil. De um lado, o país seria investido por sentidos de lugar lascivo e eroticamente permissivo, marcado pela disponibilidade para a transgressão erótica. De outro, ganharia contornos de lócus intrinsecamente atravessado por intensas discriminações, moralizações, violências e brutalizações direcionadas à sexualidade, em especial, de mulheres e pessoas LGBT. Estas imagens, embora conflitantes, não se excluíam ou anulavam. Pelo contrário, justamente evidenciariam as complexas e mutáveis tensões estruturantes das possibilidades de prazer e perigo sexual, uma vez que não haveria convenção cultural imune ao dissenso.

²¹⁸ Quando um/uma usuário/a do *Facebook* cria um grupo, ele/a se torna seu/sua *administrador/a*. Além das funcionalidades permitidas a quaisquer participantes, o/a *administrador/a* pode: remover *publicações*, bloquear membros, incluir outros/as *administradores/as*, bem como editar descrições e configurações do grupo.

O convite para participar do “Pimentinhas” veio bem a calhar. Eu pesquisava o tema dos *vazamentos* havia algum tempo, convivendo com o constante receio de que o recorte etnográfico e analítico que partia de demandas e discussões sobre *vazamentos* – tanto inicialmente estabelecido em meu projeto quanto enviesado por minhas primeiras inserções em campo – estivesse eclipsando sentidos e significados mais polissêmicos e polifônicos imbrincados nas relações entre novas tecnologias de informação, mulheres, imagens e erotismos.

Tal incômodo ganhava contornos explicitamente práticos, por exemplo, quando eu me encontrava em situações de busca por imagens que pudessem acompanhar apresentações de versões deste trabalho em congressos e eventos. Quaisquer fossem os termos colocados nos mecanismos de busca online, a maioria dos resultados trazia imagens que ilustravam abordagens midiáticas – jornalísticas ou mesmo feministas – que apostavam em fotografias e ilustrações que pareciam querer realçar o potencial vergonhoso, perigoso, violento e violador encerrado pela possibilidade dos *vazamentos*. Nas palavras de Ane, “mulher com as mãos no rosto, toda acuada e morrendo de vergonha” e não “poderosa”. Exemplo disso, inclusive, é uma das imagens que acompanha uma das reportagens que concedi nos últimos anos.

Imagem 4.2. “Exposição de conteúdo erótico na internet vira crime contra a dignidade sexual”. Jornal USP, fevereiro de 2019. Disponível em: <<https://paineira.usp.br/aun/index.php/2019/02/13/exposicao-de-conteudo-erotico-na-internet-vira-crime-contra-a-dignidade-sexual/>> Acesso em 20. set. 2019.

As falas animadas de Ane sobre o registro de *nudes* serviram de estopim para que eu resolvesse, enfim, encarar a prática com outros olhos. Eu já havia notado que, em meio a narrativas atravessadas por sofrimento, vergonha e arrependimentos oriundos dos *vazamentos*, quase todas as mulheres com as quais interagia também frisavam a existência (ou talvez centralidade) de elementos prazerosos e bem-humorados, ainda que ambivalentes, envolvidos na produção e no envio dessas imagens. Uma delas, inclusive, chegou a desabafar:

É complicado. Eu fiquei com meu ex por muito tempo por puro **medo que ele vazasse meus nudes**. Ele tem milhares de fotos minhas. Começou com uma brincadeirinha, ‘faz um book’, ‘manda uma foto de sutiã’, ‘como você está vestida agora?’. **Tinha vezes que eu gostava, tinha vezes que era um saco**. Ele não tinha noção, ele me mandava foto de pau. Ai, desculpa, mas é isso, foto de pau, quando eu estava na aula. **Quando eu enviava e ele dizia que deixava ele louco, eu gostava**. Eu gosto... **Quando você está namorando, você confia na pessoa e é bom**. Eu tenho medo, mas só mando nude para namorado. **Tirar foto pelada não faz ninguém biscate**. Eu já achei, mas hoje sei que não, **até porque eu não sou, só tive dois namorados na vida, e eu mando nudes sim**. Ufa, falei. (Grifos próprios).

Se, para essa moça, falar de *nudes* envolvia a admissão de um segredo que trazia alívio e dubiedades acerca dos sentidos morais de registrar e enviar imagens eróticas; outras interlocutoras esboçavam menos pudores ao associar a prática de fotografar a si mesma a sensações extremamente apazíveis.

“Me sinto sexy, poderosa e linda. Eu agora sei qual o meu melhor lado, que ângulo me favorece, como posso ficar mais bonita. É ótimo!”, disse-me outra mulher, enquanto deslizava os dedos pela tela do celular, mostrando-me afoita imagens em que seu corpo surgia de frente a espelhos, em diferentes poses e adornado por maquiagens, rendas e sedas.

Não obstante, tão logo começávamos a conversar a respeito dos episódios de *vazamento/exposição*, os aspectos positivos ou ambíguos da prática de *nudes* perdiam protagonismo diante de narrativas que destacavam os abalos emocionais decorrentes da experiência. Muitas vezes, estas falas eram acompanhadas de relatos sobre outras vivências pessoais dolorosas. Invariavelmente, tratavam-se de situações que poderiam ser descritas em termos de violência doméstica e sexual.

A partir das interações que vivenciei e presenciei no “Pimentinhas”, senti-me instigada a esmiuçar os contornos mais variados envolvidos na produção dessas imagens eróticas. Afinal, antes que uma foto seja enviada ou *vazada*, ela é registrada. As falas das “pimentinhas” eram cheias de referência a satisfação, ousadia e rebeldia presentes no registro e *compartilhamento* de imagens de seus corpos nus. Em seus termos, claro.

Neste capítulo, dedicar-me-ei a refletir sobre alguns aspectos da polissemia envolvida no registro, no envio e na circulação (autorizada ou não) de *nudes*. Proponho que a prática (bem como os discursos que enseja) seja pensada tanto em termos de “uma nova torção nos regimes de visualidade, uma transição rumo a novas formas de ver, viver e simbolizar a nudez corporal própria e alheia” (Sibilia, 2015, p. 42) quanto como articuladora dos “limites da sexualidade” (Gregori, 2016), tencionando as classificações sociais que organizam normatividades sexuais entre aceitáveis e condenáveis, a partir de uma complexa disputa por ampliação e restrição de fronteiras entre consentimento e abuso, norma e transgressão, legítimo e imoral, saudável e violento.

Quem aponta a câmera: controle, rupturas e continuidades

Nossos desejos fazem bagunça.

Slogan feminista francês²¹⁹.

Apresentando-se como um espaço fortemente moderado (e, portanto, seguro) onde mulheres poderiam abordar abertamente, sem constrangimentos ou medos, quaisquer temas considerados tabus pela sociedade, o “Pimentinhas” – nome fictício – trazia *publicações* cujos conteúdos costumavam versar sobre métodos contraceptivos, menstruação, masturbação e (em sua grande maioria) sexo.

Configurado como um grupo “secreto”²²⁰, isto é, em que pleiteantes a participantes só teriam acesso a qualquer informação após serem convidadas por uma de

²¹⁹ “Nos désirs font désordres” estampava broches e imãs distribuídos por ativistas *hackers* franco canadenses durante os debates que se deram no encontro anual do “Internet Governance Forum” – ou IGF –, realizado na cidade mexicana de Guadalajara, em 2016. O material fazia parte de uma proposta questionadora frente à moralização da nudez e da sexualidade das mulheres na internet, que visava interpelar falas e posicionamentos de representantes de governos bem como funcionários de empresas de tecnologia (quase sempre homens) que debatiam regulamentações, orientações e protocolos para a rede.

²²⁰ Durante o período em que esta pesquisa foi conduzida, o *Facebook* permitia três “configurações de privacidade” aos grupos. Em sua modalidade “pública”, os grupos são amplamente acessíveis, sendo seus conteúdos internos facilmente buscáveis e conferidos. Grupos “fechados”, embora buscáveis, restringem o acesso a seus conteúdos a membros aprovados pela administração. Já a modalidade “secreta”, limita tanto a localização quanto o acesso aos conteúdos e membros do grupo, que devem ser previamente convidados.

suas *administradoras*, o “Pimentinhas” tinha um rigoroso procedimento de avaliação para aceitar novos membros. Por ocasião de minha entrada, por exemplo, tive que me comprometer a acatar fielmente todas as diretrizes preestabelecidas, sendo a mais importante delas a interdição absoluta ao *print*. Tal proibição intentava inviabilizar os tão temidos *vazamentos*²²¹.

O guia de comportamento interno do grupo, uma *publicação* fixa que descrevia as condutas exigidas²²², também incluía a proibição de trocas comerciais bem como a não tolerância a quaisquer comentários considerados discriminatórios ou preconceituosos. “Esse é um lugar onde ninguém vai te julgar ou te expor”, dizia o *post* introdutório. O comunicado reconhecia explicitamente a popularidade, na rede, de comentários hostis tanto à moral quanto à aparência de mulheres, o tal *tribunal da internet*.

Às sextas-feiras aconteciam as *tours do elogio*, *publicações* temáticas em que as participantes enviavam fotos de si próprias para que as demais fizessem avaliações lisonjeiras. Destacando o que consideravam “de bom gosto”, as “pimentinhas” trocavam dicas de ângulos, poses e truques, em especial, para *nudes* ou *seminudes*. Estes últimos seriam imagens de nudez parcial em que se acoberta, geralmente, a auréola dos seios ou a genitália como forma de tentar contornar o potencial censor de algumas *redes sociais*.

Com regras delimitadas, essas conversas aconteciam durante um período de tempo específico e a *tour* era completamente removida uma vez passado o tempo estipulado para sua duração. Nessas interações, o registro e o envio de *nudes*, para além de atrelado à sedução ou ao flerte, surgia tanto como um exercício de valorização da autoestima, fortemente articulado a percepções positivadas da própria imagem, quanto como forma de questionar moralizações atreladas às mulheres.

Não se mostra ou envia *nudes* para qualquer um. A troca de imagens eróticas envolve uma complexa economia erótica, afetiva, política e moral, uma vez que essas imagens têm um destinatário/interlocutor, mesmo que seja si mesma ou um grupo de elogios.

Encerrando uma espécie de economia afetivo-mora, *nudes* evocam expectativas de reciprocidade. Inserindo sujeitos em relações de obrigações mútuas e duradouras

²²¹ Ao responder as perguntas obrigatórias, declarei-me pesquisadora acadêmica e fiz uma breve descrição de meus interesses. Fui aceita diante da condição de jamais identificar ou abordar qualquer participante sem sua expressa autorização. Sempre que interagia com as “pimentinhas”, repetia as circunstâncias da minha presença no grupo. A todas essas mulheres e meninas, deixo meus mais sinceros agradecimentos.

²²² Pelo que pude perceber, a maior parte das “pimentinhas” estava na casa dos 20 e 30 anos de idade. Poucas se conheciam pessoalmente (dentro ou fora da rede, uma vez que tais diferenciações não pareciam fazer muito sentido entre elas). Não se sabia quem haviam sido as criadoras do grupo.

(tendo em vista a durabilidade do material, a facilidade da sua circulação e o seu potencial danoso), espera-se que aquele que os receba retribua a confiança que lhe foi concedida.

Parte das interlocutoras desta pesquisa associava o registro de *nudes* ao envio dessas imagens para pessoas com quem se teria estabelecido relações de confiança e afeto. Dentro desse contexto, *vazar* seria uma quebra de um acordo tácito e informal que incide diretamente sobre expectativas emocionais. Não raro, encontrei associações entre *vazamentos* e traições.

Em meio de flertes e sedução e sentimentos amorosos, tais formulações parecem reproduzir visões romantizadas do sexo, associando-o diretamente a afetos, intimidade e amor. Por trás dessa conexão, há o pressuposto de que o sexo implicaria os aspectos mais profundos e internos dos sujeitos, portanto não deveria ser abordado de forma casual ou como mero prazer erótico²²³.

No “Pimentinhas”, os *nudes* ganhavam outros sentidos. “Eu já julguei muito quem fazia *nudes*, achava que era coisa de piranha mesmo, até eu entrar no grupo”, contou-me Rebeca, carioca de 20 anos recém completos e participante ativa das *tours de elogio*. Puta, vagabunda, prostituta, biscate, piranha e derivados são expressões símbolos ara designar e atacar feminilidades estigmatizadas, posto que impróprias ou não convencionais.

As “pimentinhas” orgulhavam-se, frequentemente, de fazer parte de um espaço que questionava a “caretece da sociedade”. Rebeca era um grande exemplo de transformação resultante das interações do grupo.

“Passei a gostar muito. Nem vou enviar para ninguém, é para mim mesma. Eu meio que sinto tesão em mim”, contou-me. Assim como Ane, Rebeca associava diretamente a prática de *nudes* a mudanças significativas na apreciação de si enquanto uma mulher “diferente dos padrões de beleza”, assim como na forma que avaliava o comportamento de outras mulheres.

Antes da câmera de selfie, eu nem gostava de sair em foto. Eu não olhava para mim, não gostava do meu corpo. **Eu sou enorme, negra, grandona,**

²²³ Duarte (2004), ao analisar o aparecimento da categoria sexualidade nas ciências sociais, argumenta que uma das condições para o surgimento da noção moderna de Pessoa teria sido a emergência da sexualidade como instância de uma verdade subjetiva dos indivíduos. No entanto, apesar de central para a construção da subjetividade, a sexualidade encontra-se ambigualmente envolta em padrões morais que a relegam à esfera da intimidade e privacidade. O resultado dessa tensão seria a separação entre dois níveis da experiência: de um lado, estaria um prazer sensorial do sexo (ligado ao corpo e à natureza), de outro, um prazer afetivo sentimental associado ao amor. No senso comum, é aceita uma estrita correlação entre o sensual, o erótico, o físico e o masculino, ao passo que o feminino estaria essencialmente atrelado ao afetivo e à sexualidade privada.

cabelo black... Eu saía escura nas fotos. Só que agora, **quem tira a foto sou.** Eu sei que lado meu é melhor, como eu devo colocar meu nariz, meu queixo... Quanto mais eu comecei a fazer nudes, **mais sexy** eu comecei a me perceber. Eu comecei a sentir o meu corpo como bonito, **mas um bonito que eu controlo**, não um bonito porque um cara assobia na rua. (Grifos próprios).

A fala de Rebeca anunciava elementos comuns à descrição do processo de produção dessas imagens entre diferentes interlocutoras desta pesquisa. Fabricar e trocar *nudes*, diziam, pressupõe olhar para si: testar ângulos, poses, luzes, sombras, cortes e edição; avaliar a si mesma em termos estéticos, políticos e eróticos, tencionando (muitas vezes) noções socialmente compartilhadas de beleza, atratividade, vaidade e autoestima.

Rebeca havia me procurado via *Messenger* para relatar sua própria experiência de *vazamento*, situação em que fotografias onde aparecia nua “foram parar” no *Twitter*. O responsável pela disseminação das imagens foi um ex-namorado (“doido, agressivo, controlador e inconformado”) que as registrara sem que ela tivesse conhecimento da gravação. Na ocasião, ele escondera o celular para fazer os registros.

Rebeca só ficara sabendo do ocorrido depois que alguns amigos lhe enviaram *prints* das imagens pelo *WhatsApp*. Mais revoltada do que propriamente assustada ou envergonhada, Rebeca optou por pessoalmente “tirar satisfações” com o rapaz.

Eu faço um monte de nude, posto aqui, adoro me ver, me curtir e ele jogou um troço de **putaria** que eu nem sabia que existia. Honestamente, me incomodou mais o fato de serem fotos tão feias. É tudo print de eu me mexendo. **Antes fosse um nude mesmo, pelo menos seria bonito** porque fui eu quem fiz.

Na produção dos *nudes*, pessoas, corpos e comportamentos são avaliados, hierarquizados e disputados. No entanto, para que uma imagem seja digna do título de *nudes*, em geral, a pessoa retratada precisa ter participado ativamente tanto de sua confecção quanto da aprovação do resultado final.

Tomadas à revelia, como explicitado por Rebeca bem como outras interlocutoras da pesquisa, imagens eróticas passam a ser “putaria” ou, até mesmo, uma forma de violência sexual. Como me explicou uma das “pimentinhas”: “Se vazam um nude que eu mandei, é horrível, nossa, trágico. Agora, se me filmam sem que eu saiba, é como se estivessem me estuprando. As duas coisas são graves, mas acho que uma é mais”.

Perceber-se bonita e “em controle” das imagens de si eram significados constantemente atribuídos à produção de *nudes* não somente entre as participantes do “Pimentinhas”. Apontar a câmera e fazer o registro da própria imagem despertava fortes sensações de prazer e controle, uma vez que os *nudes*, enquanto autorretratos eróticos feitos com câmeras frontais de smartphones, possibilitariam a ocupação simultânea da posição de “fotografada” e “fotografante”.

Uma de minhas interlocutoras era de tal modo entusiasta dos autorretratos digitais – eróticos ou não – que afirmava não gostar sequer de ser fotografada por outras pessoas: “toda foto que não sou eu quem tira fica feia”.

Articulados à vontade, autonomia e satisfação, *nudes* potencializam o olhar para si, permitindo a realização de escolhas bem como o estabelecimento de limites relativos às formas pelas quais se quer ser percebida. Não “ser fotografada”, mas fotografar a si parece apontar para uma importante inversão no vetor de poder na “política econômica da representação” (Kappeler, 1986) dos corpos e da sexualidade feminina, tencionando certa ordem sexual dominante que estabelece o monopólio masculino sobre a produção e os sentidos de imagens eróticas de mulheres.

Muitas mulheres que se identificavam como “gordas” ou “diferentes dos padrões” afirmavam ter começado a admirar seus próprios corpos após começarem a fabricar autorretratos eróticos. Rebeca, por exemplo, enfatizava a importância da prática na transformação de sua autoestima, “eu sou preta retinta, se eu não me achar bonita, quem vai?”. Tanto Rebeca quanto Ane, mulheres “negras, grandes e faveladas” (em seus próprios termos), atribuíam aos *nudes* novas e positivas articulações entre gênero, sexualidade e corporalidade²²⁴, elementos que, quando interseccionados, costumam hierarquizar mulheres em padrões de desejabilidade materializados na valorização estética, social e moral de corpos brancos e magros²²⁵.

²²⁴ Anne McClintock (2010 [1995]), referência nos debates contemporâneos sobre “interseccionalidade”, afirma que “raça, gênero e classe não são distintos reinos da experiência”, mas “existem em relação entre si e através dessa relação – ainda que de modos contraditórios e em conflito” (2010, p. 19).

²²⁵ Marcella Betti (2014), detendo olhar ao mercado e ao consumo de moda plus-size, chama atenção tanto para a desqualificação estética quanto para a moralização negativa de corpos “gordos”. Considerados “vulgares”, tais corpos costumam receber a pecha de não mostráveis, sob risco de incitarem reações violentas. Betti, Marini & Lopes (2018), por sua vez, argumentam que, nos mais variados discursos acerca de tamanhos e volumes de corpos, o “cuidado de si” é vinculado a uma espécie de “economia moral da gordura”, fenômeno no qual, em justificativa a certa preocupação com a “saúde”, julgamentos, desqualificações e condenações contra o corpo “gordo” são comumente permitidos, quando não desejados.

Se os *nudes* podem ser reivindicados como forma de questionar padrões hegemônicos²²⁶, restritivos e preconceituosos de representar os corpos de mulheres, sua prática também pode engendrar posicionamentos e discursos que apontam no sentido da manutenção desses mesmos valores.

Uma das *tours* mais movimentadas aconteceu quando uma das participantes se apresentou como “camgirls”²²⁷, oferecendo sugestões para melhorar a qualidade dos *nudes* ali avaliados. A moça argumentava que, conhecendo algumas técnicas e truques de fotografia e modelagem de corpos, mulheres “comuns” poderiam produzir imagens melhores de si. As participantes do grupo reagiram animadamente, e a *tour*, prevista para durar apenas algumas horas, estendeu-se por dois dias.

Circularam na conversa macetes sobre roupas (“use lingerie de renda, tem que ter uma parte do corpo coberta, mas não exagere no vermelho!”), penteados (“cabelo sempre solto, preso é chique, mas não sexy”), poses (“biquinho ou abrir levemente os lábios, mas não muito, senão parece puta”, “pernas cruzadas na frente do tronco é um clássico”), ângulos (“foto sempre de cima para baixo, por favor”), iluminação (“a sombra cria um clima, tente ficar contra a luz”), cenários (“na frente do espelho é batido, seja criativa”), programas de edição de imagens (“o Facetune tira papada e diminui nariz”) e convenções estéticas (“o preto e branco dá um tom mais artístico, não tem pornô preto e branco.”)

Os artifícios sugeridos pela “camgirls” mobilizam certa retórica que encontrei com frequência em falas sobre *nudes*, que amiúde incitam a utilização de técnicas para, simultaneamente, realçar e esconder partes da anatomia, valorizando tanto a modificação da imagem original quanto a maior “naturalidade” possível; equilibrando-se em uma corda bamba entre lançar mão de truques para disfarçar elementos indesejáveis e a não descaracterização de si própria.

Entre minhas interlocutoras, o aplicativo *Facetune* apareceu frequentemente como um importante aliado no registro de imagens, especialmente os closes faciais. Alternativa mais barata ao *Photoshop*, o programa é utilizado para editar/alterar fotografias no intuito

²²⁶ Ao utilizar o termo, filio-me às formulações de Connel (1987), segundo as quais, no concernente a normativas de gênero, dão-se discursos e práticas concorrentes que emulam tanto a manutenção de valores quanto a resistência, a mudança e o desafio. Não obstante, prevaleceria certo modelo hegemônico que determina e influencia alternativas.

²²⁷ O termo “camgirl” costuma designar mulheres que produzem e circulam materiais eróticos na internet. Algumas “camgirls” oferecem serviços sexuais. Por isso, muitas vezes, o epíteto é negativamente associado à prostituição (Senft, 2008).

de emagrecer corpos e disfarçar supostas imperfeições (espinhas, estrias, celulite, sardas e pintas)²²⁸.

Nas referências aos aplicativos de edição de imagens, a busca por *nudes* cada vez mais bonitos também trazia subjacente o enaltecimento de fenótipos raciais embranquecidos, perceptíveis a partir da perseguição incessante por artifícios que diminuíssem o nariz, afinassem rostos e suavizassem traços. O desejo pelo nariz “afilado”, “arrebicado”, “pequeno” ou “arrogante” era um dos temas mais comum nas interações do grupo “Pimentinhas”.

Percebe-se, assim, que, de maneira ambivalente, o registro de *nudes* também evidencia a força e a prevalência de certas noções compartilhadas de beleza fiduciárias de padrões hegemônicos de desejabilidade, como explicitados nestas narrativas que privilegiam corpos jovens, dotados de certas características racializadas bem como idealmente “sem dobrinhas e pelancas” aparentes.

Toda nudez será castigada: por que os *nudes* incomodam?

Após doze meses da minha presença no “Pimentinhas”, deu-se o episódio da “invasão” que interrompeu definitivamente as *tours do elogio* e, conseqüentemente, levou à dissolução do grupo, pelo menos no formato em que o conheci.

Desde o momento de minha entrada, notei que a preocupação com a segurança das participantes era de tal modo prioritária para as *administradoras* que se expressava nas “configurações de público” escolhidas, no rigoroso processo de seleção, na exigência que todas as integrantes fossem mulheres bem como na enérgica proibição aos *prints*. Lá, segurança era sinônimo de se antecipar a *vazamentos*, dado que mulheres eroticamente fotografadas podem receber a pecha de moralmente condenáveis

Ao adotar tal conduta, as *administradoras* e participantes do grupo reconheciam que a prática de *nudes* poderia estar em desacordo com algumas premissas básicas de certa moral dominante, segundo a qual mulheres que adotam determinados comportamentos sexuais estariam passíveis de serem julgadas, culpadas e atacadas. No

²²⁸ “Emblema instrumental dos novos tempos” (Sibilia, 2015), o Photoshop costuma ser acusado de principal responsável por certa “purificação de imagens corporais”, censurando e adulterando atributos considerados incômodos: rugas, flacidez e adiposidades. A obsessão pelo retoque, entretanto, não seria novidade dos tempos digitais. Corbin (1987) argumenta que, já em 1855, multidões se animavam ante a possibilidade de transformar o registro da aparência física a partir de técnicas que escondiam “traços, manchas, vermelhidões, rugas, verrugas inconvenientes desaparecem das faces lisas, aureoladas por uma artística delicadeza” (1987, p. 397)

entanto, elas imaginavam estarem afastadas e protegidas de tais posturas. “Aqui é um espaço livre de ‘machismo’”, dizia uma das descrições do grupo.

No “Pimentinhas”, *machismo* descrevia a valorização unilateral de comportamentos sexuais: a predileção da virilidade nos homens aliada à desqualificação do mesmo comportamento nas mulheres. Se, para os homens, o exercício da sexualidade seria algo a ser gabado em público, trazendo prestígio e valor pessoal; às mulheres, caberia equilibrar desejo e prazer sexual com a manutenção de certa respeitabilidade em contrapartida à promiscuidade.

Para as “pimentinhas”, entretanto, defender a prática dos *nudes* não excluía o reconhecimento da possibilidade (muito real e nociva) da perda de controle sobre essas imagens, dado que, dentro de certa moral hegemônica, *vazamentos* mostrariam a má conduta moral de mulheres²²⁹, de quem se espera recato e pudor. Como forma de punir comportamentos, os *vazamentos* eram riscos onipresentes amplamente conhecidos. Muitas, inclusive, já tinham vivido ou conheciam quem tivesse passado por situações semelhantes.

O risco de perder o poder/controlar e sofrer sanções morais não interditava em absoluto a prática. “Eu sei que muita gente acha errado postar e tirar foto pelada, mas se eu não acho, se eu gosto, eu não vou deixar de fazer, certo”, perguntou-me, retoricamente, Rebeca, “eu não sou feminista atuante, mas acho importante questionar sim. Senão eu não ia fazer nem sexo, né, se eu fosse pensar só no que as pessoas podem dizer”.

De forma semelhante ao que faziam quando trocavam dicas e informações sobre “sexo seguro” e doenças sexualmente transmissíveis, as “pimentinhas” procuravam formas de fazer a prática de *nudes* menos arriscada. Elas acreditavam piamente que, ao criarem um espaço “sem homens” e “sem prints”, estariam resguardadas. A “invasão” do grupo esfacelara esta ilusão. Disse-me Ane:

De repente, apareceram vários posts estranhos ofendendo todo mundo, **dizendo que aqui só tinha piranha, vagabunda e lésbica. Alguém tinha printado um monte das conversas.** A gente acha que pode ser sido o **namorado** de alguma menina, porque uma moça nos procurou dizendo que ele **mandou prints para a família dela**. Não sei se ela deixou o perfil logado e ele entrou... Todo mundo sabia que **o que acontecia aqui não podia vazar de jeito nenhum**, não podia sair daqui.

²²⁹ Faz-se relevante mencionar que “mostrar má conduta” de empresas, governos e outros grupos poderosos é a premissa dos *vazamentos* políticos do “Wikileaks”.

O ocorrido alterou a dinâmica das interações dali em diante de tal modo que, eventualmente, o grupo começou a ser abandonado. As conversas sobre sexo foram amiúde sendo substituídas por discussões referentes às futuras eleições e a preferências político-partidárias, afastando uma quantidade significativa de participantes.

“Virou lugar de falar mal do Bolsonaro²³⁰”, brincou Ane, que deixou a função de *administradora*. Rebeca também saiu do grupo: “Aqui virou papo de feminismo e de esquerda, eu gostava que era de sexo mesmo”. Não obstante, nenhuma delas abandonou a prática de registrar e enviar *nudes*: “Sempre vai ter o risco, não tem jeito, mas eu não vou parar de fazer”, afirmou Ane.

Por que mostrar certas partes da anatomia humana causa tanto rebuliço? Embora suas definições sejam pelejadas contextual, histórica e politicamente, a nudez tornada visível, via de regra, é associada à obscenidade bem como à imoralidade. Dentro de certo parâmetro moral hegemônico, a revelação do corpo nu é considerada maculadora, indecorosa, infame, insolente e corruptora da moral coletiva. Corpos femininos desnudados, em especial, são ainda mais investidos em acusações de indecência²³¹.

A existência de legislações que atribuem crimes à nudez pública ilumina a moralização social de certa exibição dos corpos. No direito brasileiro, por exemplo, existe a *tipificação penal* do “ato obsceno²³²”, cujas definições são consideradas demasiado intangíveis até para profissionais da área.

Mesmo em um campo tão normativo e pragmático quanto o jurídico, o estatuto do obsceno investe-se de instabilidade. “Na prática cotidiana tenta-se definir um pudor médio”, contou-me uma juíza, “certo termômetro tanto do quê seria ou não adequado quanto do quê consistiria em um lugar público, por exemplo. De maneira geral, ‘ato obsceno’ seria uma expressão corporal indecorosa, o que quer que isso seja”.

“Depende muito da interpretação da autoridade magistrada. É um tipo penal aberto que aceita várias interpretações, o que cria uma insegurança jurídica, admito”, explicou-me, em outra situação, uma promotora de justiça. E continuou: “Tem alguns

²³⁰ Jair Bolsonaro (PSL -RJ), então deputado federal, era candidato à presidência da república. Em muitas de suas falas, o político se posiciona publicamente como alguém refratário a questões concernentes ao direito de mulheres e de outros grupos desigualmente situados em termos de poder, como a população LGBT, a população negra e povos indígenas. No final de 2018, Bolsonaro foi eleito presidente do Brasil.

²³¹ Convém ressaltar que não somente os corpos das mulheres são erotizados. Fora da heterossexualidade compulsória, Mowlabocus (2015) salienta a relação entre diferentes mídias e o interesse por desvendar, revelar e moralizar os corpos de homens homossexuais.

²³² Art. 233: “praticar ato obsceno em lugar público, ou aberto ou exposto ao público” (Cf. CP, 1940).

casos típicos de ‘ato obsceno’, como tirar o pênis para urinar na via pública ou mostrar o seio em manifestação política. Tem mulheres que já foram presas no Brasil por isso”.

Questionando a controversa remoção, por parte do *Facebook*, de fotografias de mulheres amamentando – identificadas pela plataforma como imagens sexualmente explícitas –, a pesquisadora Paula Sibilia (2015) propôs-se a refletir sobre os nexos históricos e semânticos entre corpos nus e a imoralidade.

Sibilia aponta que sentidos morais atribuídos à nudez do corpo humano são historicamente variáveis, estando relacionados a distintos “regimes de visualidade”: hierarquizações e normatizações que organizam as formas pelas quais enxergamos visualmente e moralmente o mundo.

Recorrendo à tradicional iconografia cristã, cuja “Madonna” configura-se como um dos repertórios imagéticos e semânticos mais prolíficos, Sibilia caminha pela arte medieval, renascentista e colonial, encontrando diversas representações da Virgem Maria em que esta aparece em atos de lactação. Por muito tempo, argumenta a autora, pinturas, afrescos, vitrais e esculturas mostravam o seio desnudo da mãe de Cristo revestindo-se de uma aura de sacralidade. Por isso, poder-se-ia entender que a associação entre o seio nu e o erotismo não seria evidente ou universal.

Parte da “pornificação do olhar”, a moralização não somente do seio feminino, mas dos corpos nus, seria resultado de complexos processos históricos que associaram o corpo despido à sexualidade e ao segredo.

Ao longo dos séculos XVIII e XIX, a nudez foi sendo paulatinamente associada à sexualidade, ao erótico e ao desejo, esferas consideradas privadas, interditas e subversivas. O corpo nu, visto como sexualmente explícito, passou a ser entendido como algo que deveria ser resguardado e escondido, sob pena de graves sanções. Assim, a nudez exposta teria se deslocado simbolicamente do sagrado para a ordem do vergonhoso, do pudor e do sigilo.

Sibilia reconhece que, apesar de diversas transformações e torções advindas dos últimos séculos no que se refere à moralização de corpos nus e à prescrição do sexo, da nudez e do erotismo tanto ao pudor quanto ao sigilo, o quiproquó das mães lactantes censuradas pelo *Facebook* indicaria que a associação entre nudez, sexo e depravação ainda andaria a pleno vapor²³³.

²³³ Em 2018, o *Facebook* envolveu-se em novas polêmicas de moralização da nudez ao impugnar fotografias de índios suruwahas registradas pelo celebrado fotógrafo Sebastião Salgado e compartilhadas pelo cineasta brasileiro Roberto Gervitz. Nas imagens, os corpos suruwahas trazem indumentárias próprias

“O maior problema é a família”

Comentando comigo o caso da invasão do “Pimentinhas”, Ane refletiu posteriormente: “a gente conseguiu abafar isso aqui no grupo mesmo. Tirando a menina que foi exposta pelo ex, não teve grandes consequências. Acho que foi por isso que não virou uma tragédia. Não foi um vazamento mesmo”.

Em sua fala, Ane hierarquizou os *vazamentos*, em termos de importância e gravidade, na medida em que estes causam prejuízo social. O relato me fez lembrar de outras de minhas interlocutoras que ressaltavam, com alguma frequência, que seu maior medo diante de possíveis *vazamentos* não adviria da publicização generalizada de suas imagens eróticas pela internet, mas estaria associado à circulação entre determinados grupos e pessoas, em especial membros de suas famílias. Preocupa-se, sobretudo, com os impactos de potencial escândalo familiar e suas consequências para pais, filhos, maridos e namorados (atuais ou futuros).

“Eu tive muita vergonha, meu maior medo era meus pais saberem”, “não tinha nem como processar porque eu teria que avisar meu pai”, “na verdade, meu maior medo é meu pai e meu namorado atual ficarem sabendo”, “seria a maior decepção do meu pai saber que eu faço nudes”, “fui muito moldada no que meu pai e meu ex-namorado esperavam”, “meu problema é meu ex-marido, ele diz que eu manchei a honra dele”, “ninguém na minha família imaginou que eu saía com mulheres, o pior foi a minha família”, “meu filho nunca me perdoou” foram alguns dos desabafos que ouvi em campo.

Rose Leonel, talvez a “vítima” mais célebre de disseminação não autorizada de imagens eróticas pela internet no Brasil²³⁴, em seus relatos, inclusive alguns feitos

ao grupo. Contudo, seios e partes de genitálias estão visíveis. No mesmo ano, a conta da FUNAI (Fundação Nacional do Índio) foi bloqueada devido a um *post* comemorativo por ocasião do mês da mulher indígena. As imagens traziam mulheres Waimiri Atroari com os seios à mostra. Novamente, as pessoas retratadas estavam adornadas por colares, cocares, pinturas corporais e adereços nas cabeças. Para o *Facebook*, Suruwahs e Waimiri Atroari foram considerados física e moralmente desnudos. Embora a plataforma tenha se desculpado nas duas ocasiões, as situações evidenciam a manutenção de noções muito inflexíveis e etnocêntricas de nudez/obscenidade.

Facebook censura fotos de Sebastião Salgado de tribo indígena da Amazônia: Rede social já havia removido fotos publicadas pela Fundação Nacional do Índio por nudez. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/09/facebook-censura-fotos-de-sebastiao-salgado-de-tribo-indigena-da-amazonia.shtml>>. Acesso em: 09 set. 2019.

²³⁴ Ocorrido antes da popularização de *redes sociais* ou *smartphones*, o caso se desenrolou quando um (ex)namorado enviou imagens para sites de pornografia e prostituição, acompanhadas do telefone de Rose. A busca de Rose por algum ressarcimento simbólico e moral na justiça brasileira é abordado por diferentes matérias jornalísticas.

'Crime na internet é ferida aberta', diz mãe sobre fotos nuas vazadas pelo ex: crime quase sem castigo. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/empreendedorsocial/minhahistoria/2017/05/1885458->

diretamente a mim, constantemente repete o quanto a situação teria afetado não somente sua vida profissional, mas especialmente seu filho homem: “o crime na internet não é só contra a vítima, é contra a família. Isso destruiu a vida do meu filho, ele mudou de país e se afastou de mim”. Suas falas evidenciam a vergonha que sente ao ter se afastado (ainda que à revelia) de um ideal de comportamento sexual esperado e exigido de mulheres.

De forma semelhante, o caso de Júlia Rebeca, uma das adolescentes que tirou a própria vida e cujo caso funcionou como estopim para os debates acerca do tema no Brasil, escancara como ideais normativos de feminilidade hierarquizam e condenam comportamentos sexuais de mulheres e meninas. Júlia se sentiu de tal modo desqualificada que o ocorrido pôs em xeque seu valor dentro de sua família. A menina despediu-se da mãe em mensagem no *Twitter*: “eu te amo, desculpa eu n ser a filha perfeita, mas eu tentei”. Depois, ela se enforcou com o cabo de sua “chapinha”.

Imagem 4.3 Últimos *tweets* de Júlia Rebeca. 2013.

Essas elaborações evidenciam que os *vazamentos* se tornam mais graves e temíveis quando repercutem entre pessoas cujas avaliações morais impactam a construção da *imagem* das mulheres fotografadas, sinalizando que a sexualidade das mulheres, por mais moderno que pareça o invólucro, ainda pode ser entendida como uma questão que diria respeito à “honra”²³⁵ familiar. Uma de minhas interlocutoras chegou a

crime-na-internet-e-ferida-aberta-diz-mae-sobre-fotos-nuas-vazadas-pelo-ex.shtml> . Acesso em 09. set. 2019.

²³⁵ Dentro da Antropologia Social, a linguagem da “honra/vergonha” se consagrou como modelo privilegiado para pensar a ordenação social e moral das sociedades mediterrâneas onde o prestígio e o poder dos homens dependeriam do controle sexual das mulheres (Cf. Lowenkron, 2012; Fonseca, 2000). Em uma formulação considerada canônica, Pitt-Rivers (1965) destaca a complementaridade entre a “honra masculina” e a “vergonha” feminina, uma vez que a honra de um homem estaria ligada não a sua pureza sexual, mas à de sua mãe, mulher, filhas e irmãs.

dizer que “nessas horas é tão bom não ter pai presente e ser afastada da família, porque não me importo com meus tios evangélicos que ficaram chocados”.

Aqui, em seu uso êmico imerso em metalinguagem, *imagem* é categoria empírica, descritiva, metafórica e moral que descreve tanto os nudes quanto a “reputação”, elemento central na construção e na percepção do valor de si.

O antropólogo britânico F. G. Bailey (1971), em seu clássico estudo sobre um vilarejo nos alpes franceses – onde todos se conheciam – dedicou-se a reflexão sobre a “política do cotidiano”, isto é, às relações de poder presentes nas trocas de informação (interação) entre sujeitos que tentam manejar complexas expectativas de comportamento.

Olhar a política do dia a dia seria estar atento às estratégias de administração de “reputações”, situações em que sujeitos fariam escolhas visando a manutenção de uma imagem que esteja de acordo com ideias e ideais de comportamento articulados pelas “comunidades morais” às quais se pertence.

Ter uma “reputação” (não necessariamente boa) é estar sujeito ao outro, uma vez que esta diria respeito à opinião alheia, informada por um repositório – não unificado, por suposto – de valores morais que organizam o que seria aceitável, reprovável ou louvável em determinados contextos. Construída na relação e dependente da percepção dos outros, “reputações” seriam incontroláveis²³⁶. No máximo, poder-se-ia tentar manejá-las.

Ofensas e fofocas seriam formas de evidenciar aqueles que falharam em estratégias de gestões de “reputação”. Para Bailey, ter sucesso nesta empreitada corresponderia a fazer a manutenção da imagem desejada, especialmente, entre quem realmente importa:

Somente a opinião daqueles com quem eu provavelmente vou interagir importa. Se as pessoas do outro lado do mundo leem no jornal que cara incrível eu sou (ou que escroto), isso não tem importância a não ser que eu vá interagir com elas (1971, p.4)²³⁷.

²³⁶ Segundo Bailey, interações são trocas de mensagens fundamentais à vida social. Ao mesmo tempo condição de sociabilidade e produtora de conflitos, as trocas são interpretadas por outros, portanto quem as emita não tem a garantia de controle sobre possíveis interpretações/recepções. Em sua abordagem, Bailey chama atenção para o potencial agonístico da própria sociabilidade, certo paradoxo da interação em que toda troca engradaria um conflito em potencial, fazendo da tensão elemento constitutivo das interações humanas.

²³⁷ Tradução própria do original: “(...) only the opinions of those with whom I am likely to interact are important to me. If people on the other side of the world learn from a newspaper what a fine fellow I am (or what a cad), this is of no concern unless I come into contact with those people”.

Falas das interlocutoras sobre situações de *vazamentos de nudes* costumam ser atravessadas por narrativas que acionam ideias de “vergonha” e “humilhação” enquanto máculas na “reputação” (aquilo que pensam de você), oriundas do fracasso em performatizar, de maneira considerada adequada e eficiente, os pudores relativos à sexualidade feminina bem como em controlar/regular informações sobre si²³⁸.

Tão real para o vilarejo nos alpes franceses – onde todos se conheciam – quanto para as múltiplas e variadas interações da era digital, o manejo das “reputações” tem efeitos retumbantes nas percepções de si. Se a internet costuma ser superficialmente encarada como lugar de anonimato, relações impessoais e distanciamento, nesta pesquisa, investida em potências ambivalentes no concernente a vínculos interpessoais, intimidade e circulação descontrolada de informações, a rede funciona como um espaço privilegiado de construção e disputa de “reputações”, onde relações familiares e afetivas continuam centrais²³⁹.

O direito aos *nudes*

“Nenhum ato erótico tem um sentido intrínseco. Uma atividade sexual particular pode simbolizar uma coisa na cultura majoritária, outra coisa para membros de uma subcultura sexual... O contexto no qual um ato erótico acontece também pode modificar seus significados”²⁴⁰.

Pat Califia, *Sapphisty: the book of lesbian sexuality*, 1980.

²³⁸ De certa forma, podemos nos indagar se as motivações por trás daqueles que circulam essas imagens com intuítos difamatórios não estariam performatizando uma violência masculina como reação à perda de controle sobre os corpos e a sexualidade das mulheres, algo que teria incidido sobre sua “honra”. Nesse sentido, o *vazamento* atuaria como uma acusação moral que busca manter uma determinada ordem. Por esse motivo é fundamental, para que a acusação tenha eficácia social, que a imagem vaze para quem conhece a pessoa retratada, de preferência trazendo informações pessoais. Para Moore (1994), a violência seria uma forma de repor uma ordem social, sendo a violência sexual contra mulheres fruto da tentativa de controle da sexualidade feminina.

²³⁹ Em pesquisa realizada entre adolescentes de escolas públicas no estado do Rio de Janeiro, Petrosillo (2016) aborda temas como humilhação, vergonha, fofoca e regulação da sexualidade feminina a partir da troca de *nudes*. Segundo a pesquisadora, a circulação de *nudes*, quando acompanhada de discursos vexatórios e de humilhação, far-se-ia tão mais problemática na medida em que “contamina” redes familiares e afetivas.

²⁴⁰ Tradução própria do original: “no erotic act has an intrinsic meaning. A particular sexual activity may symbolize one thing in the majority culture, another thing to members of a sexual subculture... the context within which an erotic act occurs can also alter its meaning”. (Califia, 1980, p.107)

A cena era curiosa. O céu intensamente azul, a temperatura acima dos trinta graus e a umidade salgada pela maresia contrastavam com as vestimentas formais e sóbrias das dezenas de pessoas enfileiradas em frente ao Centro de Convenções Poeta Ronaldo Cunha Lima, localizado na capital paraibana de João Pessoa. A opulenta construção de concreto armado fica próxima à bela praia de Jacarapé, onde o mar de tons verde claros encontra as águas do rio de mesmo nome. A junção da água doce com o oceano torna o local especialmente atrativo para o lazer e a descontração. Não obstante, a pequena multidão se apinhava embaixo do sol sem quaisquer perspectivas de recreação.

Tentando apagar o calor, os homens – maioria absoluta na fila – despiam-se de seus elaborados paletós. As poucas mulheres presentes apontavam seus guarda-chuvas para os raios solares, criando disputadas sombras compartilháveis. A cada minuto, pessoas em trajes cerimonialmente protocolares desciam de grandes e luxuosos automóveis e se juntavam à espera. Vendedores ambulantes ofereciam garrafas de água mineral e algumas guloseimas, mas a dinâmica de compra e venda era complicada pela variedade de idiomas e moedas estrangeiras que circulavam entre os possíveis consumidores.

Durante quatro dias, em novembro de 2015, essa foi a rotina nos portões do encontro do Internet Governance Forum (mais conhecido pelo acrônimo IGF). O processo de entrada era lento e rigoroso, o que explicava o bando de pessoas desconfortavelmente apinhadas sob o calor fustigante.

Semelhante aos procedimentos adotados em aeroportos, fronteiras e alfândegas, a admissão no espaço do evento só era permitida após cuidadosas revistas de bolsas e bagagens, passagem por detectores de metais, comprovação de identidade via passaportes, bem como rigorosa certificação de que os pleiteantes estivessem previamente registrados e autorizados a participarem do encontro. Findos os complexos rituais de “segurança”, que sinalizavam o caráter oficial, pomposo e solene do evento, os participantes recebiam um elaborado crachá plastificado que estampava sua fotografia e suas credenciais próximo a um elaborado holograma do logo da Organização das Nações Unidas, principal entidade patrocinadora do encontro.

Depois do sufoco admissional, talvez com intuito de consolação, os participantes eram guiados para um suntuoso saguão, sendo recebidos por doses gratuitas de caipirinha e cuscuz de milho (verdadeira iguaria nordestina). Enquanto caminhavam por entre os estandes de diversas ONGs e demais organizações presentes, os participantes iam acumulando uma série de brindes e quinquilharias, uns mais outros menos úteis: folhetos

de divulgação de entidades e campanhas, disputados carregadores móveis de celulares e dispositivos de armazenamento de conteúdos digitais (pendrives), adesivos, sacolas, balas e, até mesmo, concorridos chocolates oferecidos pela delegação do governo belga.

Inaugurado em 2006, o IGF apresenta-se como um fórum multilateral que reúne diferentes grupos representantes de governos, empresas, universidades e da sociedade civil com o intuito de promover, em níveis internacionais, nacionais e locais, discussões acerca de regulamentações, legislações, políticas públicas e orientações relacionadas à tecnologias digitais; ou nos termos convencionados pelo próprio evento, debates e iniciativas referentes à “governança digital”.

As atividades propostas pelo IGF 2015 se organizavam em torno de alguns eixos temáticos: acessibilidade, segurança, potencial econômico, inclusão/ diversidade e direitos humanos. Naquele ano, três iniciativas traziam discussões acerca de formas de violência entendidas como simultaneamente relacionadas a gênero (aqui sinônimo de mulheres) e às tecnologias digitais.

Diferentemente dos espaços de reflexões e debates referentes à violência e mulheres que eu me acostumara a frequentar, até mesmo os mais cerimoniosos e dotados de certa mística de poder e importância comuns ao sistema de justiça, o IGF é um lugar essencialmente masculino, seja na quantidade maciça de homens que protagonizam suas atividades, seja nos temas considerados de maior relevância emergencial.

Associados a um interesse de nicho, os debates sobre gênero e internet se distinguiam profundamente da toada do resto do evento, seja pelo fato de serem conduzidos e frequentados quase que exclusivamente por mulheres, seja por estarem consideravelmente vazios.

Nos encontros do IGF, ou em outros espaços de debates sobre tecnologia e direitos, chamara-me a atenção a quantidade de pessoas que caminhavam com seus computadores pessoais extremamente adornados de adesivos coloridos que, via de regra, estampavam palavras de ordem caras às reivindicações sobre a rede. Em pouco tempo, meu próprio computador pessoal se tornou um exemplo da prática, coberto de imagens que recebi e troquei com diferentes pessoas e grupos.

Em 2015, contudo, meu computador ainda não me identificava como alguém acostumado a frequentar esses espaços, e não possuía nenhum adorno minimamente engajado em pautas tecnológicas. Por essa razão fui abordada, nos corredores do centro

de convenções, por uma jovem da Malásia e outra das Filipinas, representantes da APC²⁴¹ e da *Take back the tech*²⁴², que eu havia conhecido em uma das atividades relativas a mulheres e tecnologia.

Ao perceberem o *faux pas* indumentário de meu computador pessoal, as moças se engajaram em uma animada busca por adesivos feministas, algo que elas consideravam essencial enquanto traje político apropriado para o evento. Foram escolhidos para o meu batismo como ativista digital, alguns adesivos que estampavam palavras de ordem dos “Princípios Feministas da Internet”²⁴³, dentre os quais, estavam “consentimento”, “sexualidade” e “expressão”.

Imagem 4.4 – Princípios Feministas da Internet.

²⁴¹ Acrônimo de “Association for Progressive Communications”, rede de organizações sem fins lucrativos fundada na década de 1990 com o intuito de promover debates sobre tecnologia e direitos humanos e da qual fazem parte associações de diferentes nacionalidades, como Austrália, Brasil, Canadá, Nicarágua, Suécia, entre outros.

²⁴² Organização de origem filipina que tem como objetivos aproximar mulheres dos elementos técnicos das TICs (linguagem de programação, conhecimentos de hardwares e softwares, entre outros) bem como prevenir formas de violência contra mulheres na internet. O nome da associação, que pode ser traduzido como “retome a tecnologia”, reivindica que espaços digitais sejam seguros para mulheres. A inspiração é advinda da histórica movimentação feminista iniciada em Leeds, na Inglaterra, que incitou diversas marchas noturnas ocorridas entre o final dos anos 1970 e os anos 1990. Nas manifestações “Reclaim the night” (reclame a noite), feministas britânicas advogavam o direito à circulação e ocupação de espaços públicos sem a ameaça da violência sexual. Em 1978, ativistas estadunidenses fundaram a associação “Take back the night” (retome a noite), organizando uma série de protestos para fomentar o debate público sobre estupro (Cf. Chapkis, 1996). Segundo Gomes (2017), tais mobilizações podem ser entendidas como precursoras das manifestações contemporâneas que se organizam a partir da rubrica “Marchas das vadias/Slutwalks”.

²⁴³ Manifesto elaborado em 2014, na Malásia, por cinquenta ativistas mulheres com o propósito de esquadrihar princípios não sexistas básicos para a rede. Em 2015, o material foi revisto e adaptado. Atualmente, os princípios feministas incluem dezessete palavras de ordem.

Enquanto eu colava os decalques na parte de trás de meu precário laptop – a rudimentariedade do computador pessoal que eu utilizei durante minha pesquisa de campo foi motivo de comentários jocosos que faziam referência a minha pouca habilidade tecnológica –, perguntei sobre os tais princípios. Ao invés de uma resposta, recebi um convite para um encontro informal entre as “feministas do IGF”.

Na noite do dia onze de novembro de 2015, desloquei-me para um endereço residencial em um bairro próximo ao campus da Universidade Federal da Paraíba. A casa, um sobrado esverdeado com uma grande varanda decorada por cadeiras de vime, pertencia a uma ativista local que cedera sua residência para a realização de uma confraternização de mulheres. Apelidada de “Off-IGF Feminista”, a *#FemHackParty* era tratada com algum sigilo e convites foram feitos somente por indicação de conhecidas.

Na *#FemHackParty*, iniciativas de design feministas da internet, propostas bem-humoradas de lidar com ataques a mulheres online, técnicas para proteção de dados e privacidade tencionavam espaços extremamente masculinos, a partir da argumentação de que a arquitetura da Internet reproduzia posturas repressoras, violentas e machistas, dado que desenhada, programada e realizada por um grupo bastante heterogêneo de homens brancos oriundos de alguns países (algo que se repete no próprio público do IGF, com exceção dos debates sobre diversidade)²⁴⁴.

Nesse espaço, estava sendo oficialmente apresentada a cartilha “Safer Nudes” (“nudes mais seguros”, em tradução própria), produzida pela *Coding Rights*²⁴⁵ e redigida por integrantes de um conselho coletivo de mulheres²⁴⁶.

Intitulado “guia sensual de segurança digital”, o zine-manifesto compila uma série de estratégias e ferramentas orientadas para a garantia da “privacidade” e da “segurança” no “registro e envio de imagens eroticamente sugestivas”, prática considerada tão comum quanto desejável, pois facilitadora de engenhosas e produtivas formas de vivenciar a sexualidade no ambiente digital.

Questionando certa histeria presente no senso comum que acusa a proliferação de registros auto imagéticos de futilidade e culto exagerado à personalidade, a cartilha

²⁴⁴ O próprio *Facebook*, criado pelo então estudante universitário Mark Zuckerberg, seria um exemplo crasso de como o design da internet estaria associado aos valores e comportamentos daqueles que a criam. Anteriormente, Zuckerberg já havia inventado outra ferramenta online, o *Facemash*, que *hackeava* imagens de mulheres estudantes da Universidade de Harvard, permitindo avaliações de atratividade física.

²⁴⁵ Fundada pela pesquisadora e ativista por direitos digitais brasileira Joana Varon, a *Coding Rights* apresenta-se como um “think tank” orientado para a promoção dos direitos humanos na internet.

²⁴⁶ Constam como responsáveis pelo conteúdo do material: Natasha Felizi, Joana Varon e Fannie Souza (textos), Galatea La Llorona (arte), Ana Pands (ilustrações), Fannie Sosa, Carrie Mae Weems, Aleta Valente e Ana Mendieta (fotos).

APROVEITE!

DESDOBRANDO ESSE ZINE
 VOCE ENCONTRARÁ NOSSO GUIA SENSUAL
 DE SEGURANÇA DIGITAL E UM TEXTO
 DA FANNIE SOSA SOBRE COMO SE LIDAR
 COM OUTRAS FORMAS DE
 AUTO-REPRESENTAÇÃO QUEM SE EN-
 GASTA POLITICAMENTE

EDIÇÃO E TEXTO NATASHA FELIZI E
 JOANA VARON
 TEXTO FANNIE SOSA
 ARTE GALATEA LA LLORONA
 FOTOS FANNIE SOSA,
 CARRIE MAE WEEMS
 ALETA VALENTE
 ANA MENDIETA
 ILUSTRAÇÕES ANA PANDS
 COLABORAÇÃO YASO CORDOVA
 AGRADECIMENTOS FER SHIRA, LAURA
 SOBENES E JOÃO PAULO REYS

SAFER NUDES

GUIA SENSUAL DE SEGURANÇA DIGITAL

SAFER RIGHTS NEW YORK PROJECT

SAFER RIGHTS NEW YORK PROJECT

PENSAMOS QUE OS NUDES DEVEM ENVIAR SUAS NUDES DE MANEIRA UM POUQUINHO MAIS SEGURA.

PENSAMOS QUE OS NUDES DEVEM ENVIAR SUAS NUDES DE MANEIRA UM POUQUINHO MAIS SEGURA.

PENSAMOS QUE OS NUDES DEVEM ENVIAR SUAS NUDES DE MANEIRA UM POUQUINHO MAIS SEGURA.

PENSAMOS QUE OS NUDES DEVEM ENVIAR SUAS NUDES DE MANEIRA UM POUQUINHO MAIS SEGURA.

PENSAMOS QUE OS NUDES DEVEM ENVIAR SUAS NUDES DE MANEIRA UM POUQUINHO MAIS SEGURA.

PENSAMOS QUE OS NUDES DEVEM ENVIAR SUAS NUDES DE MANEIRA UM POUQUINHO MAIS SEGURA.

PENSAMOS QUE OS NUDES DEVEM ENVIAR SUAS NUDES DE MANEIRA UM POUQUINHO MAIS SEGURA.

PENSAMOS QUE OS NUDES DEVEM ENVIAR SUAS NUDES DE MANEIRA UM POUQUINHO MAIS SEGURA.

PENSAMOS QUE OS NUDES DEVEM ENVIAR SUAS NUDES DE MANEIRA UM POUQUINHO MAIS SEGURA.

PENSAMOS QUE OS NUDES DEVEM ENVIAR SUAS NUDES DE MANEIRA UM POUQUINHO MAIS SEGURA.

PENSAMOS QUE OS NUDES DEVEM ENVIAR SUAS NUDES DE MANEIRA UM POUQUINHO MAIS SEGURA.

PENSAMOS QUE OS NUDES DEVEM ENVIAR SUAS NUDES DE MANEIRA UM POUQUINHO MAIS SEGURA.

182

GUIA SENSUAL DE SEGURANÇA DIGITAL

AUTOCURTÇÃO

Use a câmera do seu celular pra trabalhar seus melhores ângulos. Ninguém melhor que você pra descobrir esse caminho. Fotografe intensamente e tenha a confiança de que não há regras ou condicionamentos estéticos em jogo. Um nude não precisa ser necessariamente uma foto pornográfica ou das partes mais imediatamente associadas ao sexo. No papel duplo de câmera e modelo, é você quem diz o que vale e o que não vale. Sinta-se totalmente confortável e sexy.

ANONIMIZE!

Caso os nudes sejam destinados a alguém que você não confia totalmente, é bom tomar cuidado para não mostrar seu rosto, tatuagens, marcas de nascença, cicatrizes, móveis da sua casa etc. A internet fez de todos nós stalkers e você nunca saberá os limites da síndrome de detetive de alguém. Existem aplicativos, como o Obfuscum, que pixilizam rostos e alteram detalhes da foto que não queremos mostrar. Toda vez que você tira uma foto, ficam marcados dados de localização, horário, tipo de dispositivo e outras informações que podem servir para te identificar – são os chamados metadados. Existem editores de metadados, como o Photo Exif Editor (disponível para iPhone e Android), que apagam ou modificam essas informações e são fáceis de usar.

USE CANAIS "SEGUROS" NA HORA DE COMPARTILHAR

Um aplicativo realmente confiável combina: encriptação ponta a ponta; bloqueio de screenshot; fotos e mensagens autodestruídas nos dispositivos e servidores; login sem necessidade de e-mail, telefone ou nome real; bloqueio da lista de contatos; e código aberto do app – combinação que não encontramos em nenhum dos aplicativos citados aqui. Tudo que testamos até agora tem suas vantagens e riscos. O importante é você conhecê-los e saber o que está em jogo na hora de usá-los. Evite mandar nudes por SMS, iMessage, Whatsapp, Telegram, Facebook (pelo amor das deusas), Tinder. Haja ou qualquer outro aplicativo de chat que vá mostrar seu número ou deixar o arquivo ser facilmente salvo por quem recebê-lo. Também é melhor evitar aplicativos que não usam criptografia ponta a ponta, já que isso facilita que terceiros interceptem o canal e bisbilhotem o que não devem. Aplicativos como o Confide e o Wickr têm esse tipo de criptografia e fazem que suas fotos se autodestruam imediatamente depois de vistas – o que não acontece no Snapchat, que requer número de telefone para o cadastro e mantém as imagens no ar por 24h. Com alguns malabarismos, é possível imprimir a imagem no Confide e no Wickr, mas você será avisada caso aconteça. No Confide, a foto só é revelada parcialmente conforme você desliza o dedo sobre ela, o que ajuda a dificultar a identificação.

Com o Wickr de print, você fica sabendo quem tentou tirá-la. Esses dois aplicativos permitem que você se cadastre sem associar seu número de celular. Lembre-se que associar sua conta com o Facebook ou Gmail automaticamente associará seus nudes a eles.

DESCONFIE E USE SENHAS FORTES

Use senhas fortes (de preferência usando palavras longas, em línguas diferentes, com números e alternância entre letras maiúsculas e minúsculas) no bloqueio de tela e, se possível, criptografe seu telefone (Android e iPhone). Não forneça sua senha a ninguém e sempre desconfie se alguém em quem você não confia te pedir o seu celular emprestado. Uma pessoa mal-intencionada pode roubar suas fotos e instalar apps que te "espionam". Tome cuidado ao usar conexões Wi-Fi com compartilhadas em lugares públicos; elas podem ser amaldiçoadas para roubar seus dados. Se for inevitável usá-las, procure sites e apps que forneçam conexões criptografadas (identificados com http:// na barra de endereço) ou baixe um aplicativo de VPN, como o Bitmask (disponível para Android) ou o OpenVPN. Por último, não se esqueça que toda foto enviada para um app é enviada para um servidor de uma empresa ao qual você não tem acesso, mas a empresa e o governo têm. Apesar de muitos aplicativos prometerem segurança, sabemos que vazamentos de informações podem acontecer (vide Ashley Madison e Snapchat).

PRIVACIDADE

Há quem diga que a internet transformou a ideia de privacidade em coisa do passado. Por outro lado, mais e mais temos visto pessoas que questionam identidade de gênero e sexualidade sendo alvo de "doxing", pornografia de vingança e perseguições off-line e online. Na maioria das vezes, esses ataques se aproveitam da abundância de dados que deixamos como rastros digitais. Esses dados podem ser usados para ofender, ameaçar e traumatizar. Na internet, nossos gestos, gostos e momentos íntimos são registrados como bits e bytes que são transmitidos e armazenados sem que saibamos por quem, onde e por quanto tempo. Mesmo assim, ainda podemos fazer escolhas. Privacidade é o poder de escolher quem tem acesso às nossas informações pessoais e em que circunstâncias. Isso pode ser exercido através das escolhas de quais tecnologias de comunicação utilizamos. Proteger suas comunicações e dados não é coisa de hacker ou nerd. É uma questão de empoderamento pela curiosidade e pela liberdade de escolha. Ferramentas de criptografia e segurança digital estão disponíveis e são fáceis de utilizar. Este guia apresenta algumas delas para o contexto da troca de imagens privadas. Mais informações sobre o assunto podem ser encontradas no www.antivigilancia.org.

Fazer e mandar nudes é um direito e também pode ser uma prática de resistência prazerosa contra o machismo, o conservadorismo, o racismo e a heteronormatividade. Publicá-los ou não deve ser uma escolha exclusivamente sua, no exercício do seu direito à privacidade. Por isso, aqui estão algumas estratégias e ferramentas que podem nos ajudar a espalhar nossos nudes por aí de forma um pouco mais segura:

DELETE OU ESCONDA BEM

Aceitar a efemeridade da vida e apagar tudo imediatamente depois de usar é a forma mais segura de evitar surpresas. Mas guardar os nudes em uma pasta criptografada no seu computador também é uma boa opção. Lembre-se de que seu celular pode criar backups das suas fotos em vários lugares e é sempre importante checar cada recôndito. Um aplicativo que ajuda a apagar os traços de seus arquivos é o Ccleaner disponível para Android, Windows e Mac OS. Se for salvar suas fotos no computador, assegure-se de que a pasta está criptografada e que só você tem acesso à senha (ou frase-passe). O estado da arte – que protege sua bunda até da NSA – é usar a suite PGP. Tem pra Windows, Linux ou Mac OS. É só criar as chaves, guardar sua chave privada, distribuir sua chave pública e usar sempre que transmitir ou guardar seus arquivos.

EXPOSTA NA TIMELINE

Ter seus nudes publicados pode não ser necessariamente ruim, desde que isso seja uma decisão sua. Se é você quem publica e banca essa atitude, ninguém deveria poder usá-la contra você. Mas, infelizmente, ainda não chegamos lá.

Além de marfins e ossos, nossos nudes também podem provocar uma discussão importante sobre nossos corpos e nossos desejos de como vê-los, tocá-los e usá-los. Se apropriar e resignificar a linguagem pornográfica – avassaladoramente machista – para nosso próprio protagonismo e prazer tem que ser um caminho possível. Artistas como Aleta Valente (Alex miss, leberm), Fannie Sosa. Um exemplo dessa possibilidade e usado pelos corpos para abrir espaços na rede.

No caso de terem publicado seus nudes contra sua vontade, há formas de recorrer. A Constituição Federal assegura os direitos da personalidade. Entre eles, os direitos à privacidade, imagem, honra e dignidade. Neste sentido, legislações mais específicas como o Código Penal (crimes contra a honra), a Lei Maria da Penha (violação psicológica) e o Marco Civil da Internet podem te ajudar. Você pode respirar fundo e recorrer à justiça para tentar retirar o conteúdo da rede e ser indenizada pelos danos sofridos. Conhecer uma advogada sempre ajuda.

Se este guia te fez pensar o trabalho pra mandar uns nudes, lembre-se destas humildes palavras: Pose, fotografe, encripte e peça a proteção da nossa senhora das perseguidas.

UM GRITO ÀS MÃES CRIADORAS DE ESPELHOS

Por Fannie Sosa

"If you want to make a human being into a monster, deny them, at the cultural level, any reflection of themselves." - Junot Diaz (@makingmirrors) - SCZ, @decolonisedmindz

Quando a Natasha me escreveu pedindo um texto sobre auto-representação, háster um pouco antes de acabar. Sentí uma resistência aqui a por mais discussões sobre selfies como instrumento de empoderamento. Preciso parar por um momento e observar esse sentimento. Percebi que já tinha lido vários artigos defendendo ou condenando selfies como ferramenta crítica e que o que me mais incomodava era a contiguidade do debate no qual esses textos se inserem. Pesquisando meu desconforto, encontrei um texto acadêmico que começava com a frase: "Selfies já não têm graça e portanto, finalmente, precisamos torná-las interessantes". Então entendi exatamente o que me pesava na consciência: o laço branco, cis e financeiramente estável que medeia muitas palavras contra todos os artigos de Buzzfeed que citam estudos científicos que dizem que fazer selfies é patológico, narcisista, irresponsável e/ou inatual. Para mim, não se trata de um debate. Selfies feitas pela comunidade QTAPIOC (queer, transgênero, intergênero, agênero, person of color) ao meu redor não são nada sem graça. Nunca foram e nunca serão. Estou absolutamente cansada de ouvir discussões que classificam postagens de auto-afirmação envolvendo corpos queer e de cor como "confortavelmente subversivas". Isto é, discutíveis em sua capacidade de abrir espaço. Da mesma maneira que estou cansada de falar com pessoas brancas que querem falar de raça usando números e ideias que negam a ideologia racista da supremacia branca e de homens cis que vêm falar sobre privilégios das mulheres. Esse tipo de discussão já começa de maneira desonesta, em condições de desigualdade nas quais alguns detêm a verdade com seus números, referências científicas e dominância socio-cultural, enquanto outros são vistos como mesquinhas, emotivas, irracionais, auto-otimizadas e narcisistas. Gostaria de dizer aqui algo que agrada muito mais pra mim. Se você está organizando debates ou se perguntando se "selfies podem ser um ato crítico?", é preciso olhar em volta. Se não há corpos negros ao seu redor se esforçando para serem vistos, é bem possível que você seja branco, financeiramente estável e cis. Este texto não pretende ganhar, mas tenta discutir a natureza paradoxal das selfies. O que estou fazendo aqui é uma narrativa e um gesto de gratidão. Eu gostaria de espalhar as histórias de auto-representação como as de Ana Mendota, Carrie Mae Weems e Frida Kahlo que abriram caminhos para que eu conseguisse capturar meu corpo e alma sem sentir vergonha, sabendo que o que essas imagens teriam significado para a criança e adolescente em que fui (até lá, fui emo porque crescer criança, mulher e gostinha é difícil). Eu gostaria de fazer isso enquanto olho pra trás, por cima, da minha bunda mesquinha e mando ir se foder o olhar masculino e branco que quis diminuir o valor da nossa expressão.

Quando um corpo feminino de cor faz uma selfie, são 3 as ações subversivas em jogo:

1. Encontrar espaço, tempo e tecnologia para se capturar. Para várias de nós, isso é uma conquista em si, financeiramente falando.
2. Fortalecer corpos QTAPIOC mais jovens que, por opressão, pensam que não podem querer ser amados/desejados/admirados, ou o que não podem ser protagonistas da própria vida.
3. Redamar espaços de presença sólida onde os estereótipos racistas da supremacia branca nos reduzem a versões desbotadas de nós mesmas.

Este texto é para criar um reflexo, construir e segurar um espelho em frente aos corpos que não se vêem representados em sua interseção, incluindo eu mesma quando criança e adolescente. É para dizer: você não é uma atriz. Você tem mãos e pés por aí criando espelhos e todas elas querem saber mais sobre você.

Imagem 4.6 – Material que acompanha a cartilha “Safer Nudes”.
Disponível em: <<https://www.codingrights.org/safernudes/>> Acesso em 20. set. 2019.

Permitindo que os corpos sejam olhados por quem os habita, *nudes* e *selfies* teriam potencial de autoafirmação e resistência para sujeitos cujas identidades os colocam em situações desiguais de poder e representação. Corpos negros, LGBT, mulheres que não obedeçam a determinado padrão estético (gordas, flácidas, velhas) disputam o estatuto de merecedores de serem olhados, desejados, amados e admirados.

Brincando com o *meme* “Manda Nudes”, a cartilha transita entre o deboche, o humor e a provocação, ciente de estar desafiando certos valores e moralidades²⁴⁷. Incitando exercícios imaginativos mediados pela tecnologia, o guia inclui uma exortação à “autocurtição”, descrita em termos de experimentações criativas e desinibidas com corpos, imagens e fotografias (“tenha a confiança de que não há julgamentos ou constrangimentos estéticos em jogo”, “no papel duplo de câmera ou modelo, você é quem diz o que vale”, “sinta-se confortável e sexy”). Na cartilha, os *nudes* são celebrados em seu potencial de experimentação e ousadia lúdico-erótico-moral.

Por trás da máxima “todo nude é um direito” espreitam-se pressupostos e argumentos que pretendem demonstrar que registrar, enviar e receber imagens eróticas seria uma atividade sadia, satisfatória e legítima tanto de prazer individual quanto de transgressão política e moral.

O uso do termo, aqui, investe-se de sentidos plurais. Para além de demandas jurídico-políticas feitas ao Estado, reclamar o direito ao *nude* invoca reivindicações por mudanças de comportamentos e mentalidades que reconheçam e garantam a autonomia sobre o próprio corpo e o exercício não condenável da sexualidade.

No intuito de munir praticantes de *nudes* de um arsenal tecnológico mais elaborado, a cartilha apresenta possíveis medidas preventivas a surpresas indesejadas em forma de *vazamentos*. Recomenda-se a utilização de estratégias de “anonimização” (“não mostrar seu rosto, tatuagens, marcas de nascença, cicatrizes, móveis de sua casa”) combinadas à preferência por ferramentas que disponibilizem recursos mais rigorosos no controle de conteúdos (criptografia, autodestruição, bloqueio da função print, ocultação de informações e “pixelização”).

Salientando que privacidade, em tempos digitais, consistiria no “poder de escolher quem tem acesso às nossas informações pessoais e em que circunstâncias”, a cartilha toma cuidado especial em não associar qualquer *vazamento* a experiências negativas (“ter

²⁴⁷ Segundo Fonseca (2000), o humor, ao transmitir e tencionar valores, costuma ser uma porta de entrada conveniente para discursos alternativos a moralidades hegemônicas.

seus nudes publicados pode não ser necessariamente ruim, desde que isso seja uma decisão sua”).

De acordo com esta argumentação, o limite entre o *nude* saudável e desejado e a violação presente no *vazamento* (também chamado de “exposição” e “pornografia de vingança”) estaria no controle sobre a circulação de conteúdos, ou seja, conseguir assegurar que informações digitais sirvam aos intuitos estipulados por quem as produziu e/ou quem nelas é retratada. A medida do bom *nude*, portanto, seria o poder, o controle e a autonomia produzidos em relações de consensualidade, confiança e respeito entre pessoas e tecnologias.

Embora não seja explicitamente apresentado como um material destinado a mulheres, o zine-manifesto da *Coding Rights* indica, em suas escolhas estéticas, políticas e linguísticas, que a interlocução imaginada é essencialmente feminina. *Nude* seria contestador justamente porque subverteria certas convenções eróticas de gênero: dando às mulheres possibilidades de serem sujeito e não somente objeto de registros imagéticos sensuais, evidenciando corpos e práticas distanciadas do padrão de magreza, juventude, brancura, heterossexualidade e, por que não, de certa performatização do recato.

Salpicado de ilustrações e fotografias eróticas bem-humoradas, o material traz na capa o desenho de um corpo feminino de costas, cujo rosto não enxergamos, mas cujas nádegas ganham destaque provocador. Em outra parte, encontra-se uma ilustração de uma mulher em pose sensual, sua expressão facial sugere uma coexistência harmoniosa entre seu corpo feminino, seus fartos seios e seu pênis.

As ilustrações da cartilha “Safer Nudes” distanciam-se de imagens que costumam ilustrar matérias jornalísticas ou materiais de campanhas que versam sobre o tema dos *nudes*. Celulares quebrados, rostos escondidos ou encobertos, linguagem corporal alusiva ao sofrimento, à vergonha e a humilhação são escolhas ilustrativas muito mais presentes na representação de mulheres acuadas, desmoralizadas e destruídas.

O “Safer Nudes” é um exemplo estratégico de uma tentativa de torção de convenções hegemônicas sobre erotismo e normas de gênero: defendendo a prática de *nudes* enquanto forma de vivenciar e simbolizar a nudez e a sexualidade tanto alheia quanto própria para além do recato e da vergonha. Positivar os *nudes* como manifestação plausível causaria perturbações à zona de tolerância erótica, subvertendo as regras do íntegro, bem como sugerindo rearranjos nas tabulações morais vigentes.

A aposta no *nude* como alternativa erótica que pode tencionar as restrições impostas à moralização da sexualidade feminina (prescritas às relações afetivas e a certa

modéstia) filia-se a um movimento social mais amplo de reivindicação por maior aceitação de erotismos mais plurais.

Nessa direção, a defesa dos *nudes* pode ser compreendida dentro de um contexto de demandas por “direitos sexuais”, fruto de um intrincado caminho social de disputa por entendimentos e posicionamentos que concebiam a busca pelo prazer sexual como algo necessário e fundamental para o bem-estar dos sujeitos contemporâneos.

Os debates sobre *nudes* e *vazamentos de nudes* fazem parte de um contexto histórico, político e social mais amplo de emergência, elaboração e difusão de “direitos sexuais” (Carrara, 2015), trazendo uma agenda de reivindicações e intervenções em que gênero e sexualidade funcionam como fontes primordiais de discussões políticas, jurídicas e morais.

Diante da intensificação e da diversificação dos debates sobre certa “cidadania sexual” (Béjin, 1985), o direito ao exercício da sexualidade – seja no plano dos prazeres, dos corpos, das práticas ou das identidades sexuais – é um dos pontos nevrálgicos de embates jurídico-políticos atuais.

Segundo Carrara (2015), os “direitos sexuais” são resultado de uma relação dinâmica entre diferentes sujeitos sociais (ativistas, gestores públicos, juristas, pesquisadores, políticos) que organizariam uma “nova configuração da sexualidade”, própria do século XXI e distinta, de várias maneiras, daquela tornada clássica na obra de Michel Foucault.

Na premissa foucaultiana, filho pródigo do século XIX, o “dispositivo da sexualidade” envolveria um longo e complexo processo social de construção de modos de concepção, gestão e administração do sexo em termos biomédicos, políticos e morais em que práticas e prazeres sexuais seriam legítimos e desejáveis na medida em que se aproximassem do ideal regulatório do sexo conjugal, monogâmico e reprodutivo.

De acordo com Carrara, a partir do final do século XX, poder-se-ia identificar o surgimento de um “novo regime da sexualidade” em que os significados do sexo e da sexualidade estariam em franca transformação, associando-se ao consumo e ao lazer, a estilos de vida, à criação de comunidades e à linguagem dos direitos.

Ancorado no entendimento da sexualidade como direito a desfrutar de uma vida sexual satisfatória e sem riscos, o novo cenário seria caracterizado pela crescente emergência de demandas por “direitos sexuais”, compreendidos como parte essencial dos “direitos humanos”. Dito de outra forma, no século XXI, estaria se estabelecendo um

“regime sócio jurídico da sexualidade” em que o direito e a lei ganhariam maior centralidade e importância na gestão social do sexo.

No desenrolar desse processo, o sexo adquiriria status de “técnica de si”, cujo bom manuseio seria fundamental na promoção do bem-estar coletivo e individual; e o “consentimento” – caracterizado, grosso modo, em termos de respeito mútuo e ausência de coerção – convergir-se-ia no principal critério moral de identificação do sexo legítimo e desejável. Nesse cenário, o sexo também é desassociado da necessária produção de vínculos afetivos e sociais, aproximando-se do que Giddens (1992) chama de “sexualidade plástica”, novo paradigma da sociedade contemporânea segundo o qual o sexo não estaria ligado a afetos ou a reprodução, agindo essencialmente como produtor de intimidade e prazer.

Esse “sistema de estratificação sexual” dos novos tempos seria consideravelmente menos prescritivo do que aquele descrito por Foucault, pois comportaria um número mais variado de sujeitos e comportamentos nas esferas consideradas saudáveis e desejáveis da sexualidade. Preocupações e ansiedades passaram a ser direcionadas para desejos e práticas sexuais não consentidas. Nessa “nova geografia do mal e do perigo sexual”, a parte mais inferior desse novo “sistema hierárquico de valor sexual” (Rubin, 1984) seria ocupada por aqueles cujo erotismo transgrediria valores morais fundamentais, e cujos desejos se orientam na direção de sujeitos cujo consentimento não pode ser averiguável (pedófilos, por exemplo).

Tendo em vista o caráter lento e incompleto transformações sociais, Carrara recomenda que se tenha em mente a sobrevivência de normativas sexuais do dispositivo descrito por Foucault. Não se trataria, nesse sentido, da substituição de um regime moral por outro, mas da coexistência tensa e conflituosa, característica do mundo contemporâneo, de heterogêneos estilos de regulação moral²⁴⁸, entre eles, inclusive, estaria a moralidade religiosa (cristã, em geral).

À luz das inquietações e ansiedades de sua época, as possíveis reflexões sobre *nudes* e *vazamentos* colocam em evidência contendas, mudanças e negociações acionadas por esses regimes de regulamentação moral, muitas vezes contraditórios e conflitivos. Transitando por entre variados – e, por vezes, contraditórios – discursos, construções e percepções acerca de gênero e sexualidade, os *nudes* pleiteiam a ampliação do que é

²⁴⁸ Acionado por Carrara, “regulação moral” é um conceito de inspiração durkheimiana. Para Durkheim, a moral – conjunto de regras de conduta, cuja violação implica em sanções – seria responsável pela manutenção da vida social, criando laços de coesão e solidariedade entre indivíduos (Cf. Queiroz, 2011).

considerado permitido e desejável, disputando as complexas, fluídas e moralizantes fronteiras do erótico, da pornografia, do obsceno, do indecente e do vulgar.

Em muitos contextos, advoga-se que os *nudes* sejam entendidos enquanto uma linguagem erótica saudável e inescapável dos dias atuais. Tenta-se afastar os *nudes* de práticas consideradas clandestinas ou imorais de interação e expressão afetiva, amorosa e erótica, negociando e disputando ampliações e transformações no estatuto moral da sexualidade segundo o qual as mulheres devem esconder sua sexualidade ou performatizá-la a partir do recato e do pudor.

A prática de *nudes* desafia noções de feminilidades apropriadas, tencionando convenções de sexualidade e moralidade hegemônicas que relegam as mulheres a posição verdadeiro repositório de valores morais restritivos e limitadores (Moore, 1994), mostra a coexistência – tensa e competitiva – entre diferentes discursos concorrentes (e não necessariamente excludentes) acerca de moralidades sexuais²⁴⁹.

É possível uma prática de *nudes* 100% segura?

O tom da cartilha “Safer Nudes” é alegre e otimista – ainda que sarcástico. É notável o esforço feito pelas autoras de, em nenhum momento, indicar que o mais seguro seria não registrar ou trocar *nudes*, reconhecendo que a prática comportaria excitação, prazer e riscos. No entanto, ela não deixa de explicitar que, no mundo digital, a única garantia absoluta de segurança consistiria em “aceitar a efemeridade da vida e apagar tudo imediatamente depois de usar”. Seu nome, afinal, é “nudes mais seguros”, não *nudes* totalmente seguros.

Na mesma direção, os materiais elaborados pela organização paraguaia Tedic.org e distribuídos no encontro do IGF realizado em 2017 na cidade de Genebra, na Suíça, muito embora reconheçam o potencial “prazeroso e empoderador” da prática, também

²⁴⁹ Quando se fala em gênero, geralmente pensa-se em normativas, isto é, expectativas de comportamentos considerados normais e adequados para homens e mulheres. Henrietta Moore (1994) argumenta que, na vida social, não haveria somente um sistema de gênero, mas múltiplos discursos generificados e generificantes que podem variar e competir contextual e biograficamente. Exatamente porque existe concorrência, torna-se possível haver resistência e mudança, uma vez que, dentro de suas possibilidades, sujeitos podem negar o discurso dominante que não implica em total supressão de alternativas. O “discurso dominante” implica, muitas vezes, categorias idealizadas, naturalizadas e que tentam remover a variabilidade cotidiana dos comportamentos. Discursos normativos e hierarquizações de gênero não refletem totalmente o comportamento das pessoas. Na vida cotidiana, argumenta Moore, encontram-se múltiplas masculinidades e feminilidades em embates e negociações.

apontam para um entendimento da impossibilidade da segurança dos *nudes*: “sexting sem criptografia é igual sexo sem camisinha”.

Imagem 4.7 – Iniciativa #sextingseguro

Disponível em: < <https://cyborgfeminista.tedic.org/sexting-sendnudes/> >
Acesso em 09. set. 2019

Imagem 4.8 – Iniciativa #sextingseguro

Disponível em: < <https://cyborgfeminista.tedic.org/sexting-sendnudes/> >
Acesso em 09. set. 2019

NO es el sexting

Es la amenaza de la difusión de
contenido íntimo no consentido

Imagem 4.9 – Iniciativa #sextingseguro

Disponível em: < <https://cyborgfeminista.tedic.org/sexting-sendnudes/> >
Acesso em 09. set. 2019

Na coletânea “Pleasure and Danger” (1984), Carole Vance propõe que a sexualidade das mulheres seja entendida em sua natureza paradoxal ao articular, simultaneamente, possibilidades de prazer e perigo. Posicionando-se de maneira crítica em relação a certa tendência protecionista – apontada pela autora como hegemônica na literatura feminista euroamericana do século XX – em abordar a sexualidade feminina como um espaço de opressão e dominação masculinas, Vance defende que o pensamento feminista se emancipe de uma visão essencialmente condenatória e punitiva do sexo.

Para a autora, a sexualidade das mulheres seria marcada pela existência justaposta de momentos de tensão e oposições – contraditórias, mas não excludentes – entre elementos de violência, brutalidade ou coerção e situações permeadas por gratificação, intimidade, sensualidade, aventura e excitação. Prazer e perigo seriam, pois, dois lados da mesma moeda, dado que satisfação e risco não seriam excludentes. Ambíguos e entrelaçados, eles trariam para a vida das mulheres a necessidade de realização de cálculos diários de antecipação ao risco, bem como estratégias de autopreservação.

Inspirando-se em Vance, Gregori (2016) aponta que o erotismo, quando olhado a partir de uma perspectiva de gênero, deve ser intrinsecamente entendido pela díade prazer-perigo, que se evidencia em tênues fronteiras e trânsitos inescapáveis entre fruição e risco. Prazer e perigo, contudo, não seriam essências inescapáveis, mas realidade na

medida em que as relações entre homens e mulheres são permeadas tanto por assimetrias de poder quanto por normativas distintas e contrastantes de gênero e sexualidade.

Buscando estabelecer um sexo “seguro” – física, política e eticamente –, os argumentos mobilizados por iniciativas como a “Safer Nudes” ou a campanha paraguaia parecem ilustrar a ambivalência e a ambiguidades inerentes à própria a sexualidade.

As práticas eróticas são empreendimentos de risco: podem colocar em perigo as normas e as convenções vigentes de gênero e de sexualidade e, desse modo, aumentar o escopo de experiências com prazeres e corpos. Mas não existem garantias de que podem evitar abusos e violências. (Gregori, 2016, p. 181)

Aproximando-me de Gregori, pensa as tentativas de garantir práticas de *nudes* completamente seguras como paradoxais. Como toda interação erótica, os *nudes* incorrem em estar vulnerável em relação ao outro, envolvendo, invariavelmente, riscos e perigos. De um lado, objetiva-se ter o controle da própria imagem, sentir-se sujeito do desejo, brincar com os limites da moralidade atribuída a sexualidade das mulheres. De outro, encontra-se o medo e a possibilidade de arcar duramente com as consequências.

Os sentidos dos *nudes* são disputados entre heterogêneos e complexos modos de regulação moral de práticas erótico-sexuais. Seus significados e efeitos vão sendo definidos a partir de enfrentamentos e coalizões entre diferentes moralidades e percepções de mundo. Enquanto prática e linguagem erótica comum aos dias atuais, *nudes* disputam a expansão, a restrição ou o deslocamento de sujeitos, comportamentos e práticas sexuais concebidas como aceitáveis ou normais e aquelas que são tomadas como objeto de perseguição, discriminação, cuidados médicos ou punição criminal.

Fazer, mandar e receber *nudes* envolve articular experimentação, percepção de si, flerte, prazer, perigo, reivindicação, questionamento, desobediência, ousadia e humor. Produzidos consensualmente em contextos privados de intimidade, desejo e prazer, esses materiais íntimos digitais podem ser pensados como “tensores libidinais” (Perlongher, 1987), gatilhos eróticos ligados à transgressão, que articulam tesão, desejo e prazer, podendo se transformar em violência a partir do momento em que são deslocados de contexto e mobilizados para humilhação, perseguição e ataques.

Investida em múltiplos sentidos, a prática enreda valores, afetos, desejos, relações e expectativas operacionalizadas a partir de noções, discursos e normas de gênero e

sexualidade que hierarquizam comportamentos, desejos sexuais e moralidades atribuídos a homens e mulheres.

Possibilitados pelas potencialidades interacionais e comunicativas das novas tecnologias, é também por elas que os *nudes* podem facilmente ser esparramados, saindo do controle de quem os produziu e circulando vertiginosamente nas velocidades e escalas inéditas inauguradas pelos tempos da internet. *Vazamentos* entrelaçam esses materiais “caseiros” em sentidos sexuais/sensuais de excitação e fruição bem como evidenciam que, inerentes a eles, está o risco – bastante real – de sua propagação indesejada com consequências virulentas de condenação moral, perseguição e ataques.

Altercando riscos e prazeres, a prática se equilibra nos limites arriscados do segredo, desafiando noções de feminilidades apropriadas para além de convenções de sexualidade e moralidade hegemônicas e ilustrando a permanência e a força de certa norma hegemônica que postula a moralização do desejo, da nudez e do sexo das mulheres. *Nudes*, linguagem visual e tecnológica de prazeres, implicam um prazer perigoso ou um perigo prazeroso, articulando hierarquias, normas, proibições bem como tentativas de torções semânticas, morais e políticas.

Epílogo. Consentimento é sexy²⁵⁰?

Não uma palavra pequena; um estalo, talvez.

Não como discurso negativo; uma reclamação.

Não o que você diz quando não quer continuar; quando você não concorda com algo.

Não como um pronunciamento; entregue a alguém ou feito contra um sistema ou dado em uma situação.

Não o que você anuncia a partir daquilo que você faz ou não faz com seu corpo; como gesto, como retirada.

Não quando uma história de como alguém chega a recusar algo que antes era aceito.

Não como ação política; como a formação de um coletivo a partir do reconhecimento de já ter passado dos limites; de vamos a não vamos.

Não como custoso; o que você está disposto/a dizer ou fazer apesar das consequências, quaisquer consequências.

Não como conquista; o que fizemos um/a para outro/a; o que tomamos um/a do/a outro/a.

Não, como o que está atrás de você quando você recomeça; quando você tenta alguma coisa; quando você tenta de outra maneira.

(...) Política é o acúmulo de **nãos**²⁵¹.

Sara Ahmed, No, 2017.

Quem pode dizer não?

“Eu nunca tinha pensado nessa coisa de insistir no consentimento como forma de resolver o problema de tudo, sabe? Violência sexual, consentimento. Assédio, consentimento. Vazamentos de nudes, consentimento”, comentou Nina, enquanto

²⁵⁰ Slogan utilizado por militantes estadunidenses e popularizado por volta de 2013. No mesmo período, no Canadá francófono, o bordão “sans oui, c’est non (sem sim é não) também alçou grande visibilidade, mostrando o caráter transnacional dessas demandas.

²⁵¹ Tradução e grifos próprios.

“**No** a short word; a snap, perhaps./**No** as negative speech; a complaint./**No** what you say when you do not want to proceed; when you do not agree to something./**No** as an address; delivered to a person or made against a system or given in a situation./**No** what you announce by what you do or do not do with your body; as gesture, as withdrawal./**No** as a story of how someone comes to refuse what had previously been endured./**No** as political action; how a collective is formed by saying enough is too much; we from a will from a wont./**No** as costly; what you are willing to say or do despite the consequences, whatever the consequences./**No** as achievement: what we say for each other; what we pick up from each other./**No** as what is behind you when you start over; when you try something out, when you go another way./ (...) Politics is the accumulation of **no**’s.”

AHMED, Sara. **No**. 2017. Disponível em: <<https://feministkilljoys.com/2017/06/30/no/>>. Acesso em: 05 set. 2019. Conheci o trabalho de Ahmed graças ao texto de Paz & Varon (2019).

aguardávamos a continuação das atividades do dia, “é muito bom esse contato com pessoas de outras áreas. No Direito, e acho que também no feminismo, a gente tende a esquecer que a linguagem do contrato é meio impraticável na vida real”.

A interação acima aconteceu em agosto de 2019, quando eu participava do encontro intitulado “Um lugar seguro para incertezas”, organizado por um coletivo de advogadas autoproclamadas feministas, dentre as quais estava Nina.

O evento foi apresentado como um espaço multidisciplinar agradável e cuidadoso (sua realização propositalmente não fora anunciada nem *compartilhada* em *redes sociais*) para a troca não somente de ideias, mas sobretudo de desabafos e hesitações. Suas participantes, em sua maioria, profissionais do Direito, foram incitadas justamente a explicitar angústias e inquietações. Como enfatizou Nina ao iniciar a jornada:

Esperamos que este seja, de verdade, um momento proveitoso para que nós, que costumamos ser compelidas a dar respostas ou soluções unívocas para evitar ou diminuir violências contra mulheres, possamos justamente admitir que, algumas vezes, não sabemos a resposta ou duvidamos daquelas que existem.

Articulando as atividades propostas, estavam três eixos temáticos: abusos sexuais, violência em contextos de afeto/intimidade e violações cometidas na internet. Mudanças nas percepções sociais e definições jurídicas de *estupro*, a força avassaladora da categoria *assédio*, a emergência de falas preocupadas com *relacionamentos abusivos*, assim como o surgimento do fenômeno dos *vazamentos de nudes* foram os assuntos que dominaram as conversas daquela tarde.

Convidada a falar, apresentei algumas situações de minha pesquisa de campo, circunstância profissional-acadêmica que me diferenciava significativamente das demais participantes do encontro, possibilitando-me inserções e interações distintas daquelas comuns ao contexto do atendimento – ou “acolhimento”, como costuma ser nomeado em espaços afins – a mulheres em situações de violências.

Não obstante eu parta de um de uma perspectiva política de “conhecimento situado” (Haraway, 1995) e não tenha grandes problemas em me identificar como feminista, minhas indagações de pesquisa não me direcionam, do mesmo modo, para a necessidade de elaborar respostas essencialmente pragmáticas. Pelo contrário, talvez.

Enquanto as colegas advogadas relatavam uma tão importante quanto angustiante sensação compartilhada de responsabilidade frente à “proteção das vítimas” ou “fazer

valer a lei”, eu me dava conta de que minha empreitada etnográfica havia me levado, por diferentes caminhos, a tencionar sentidos, manuseios e soluções tanto de elaborações normativas jurídicas quanto feministas.

Sentindo-me instigada pelo clima dadivoso proporcionado pela roda de mulheres curiosas, interessadas e bem-intencionadas, muitas das quais se tornaram não somente interlocutoras desta pesquisa, mas amigas queridas, resolvi, também, partilhar algumas dúvidas particulares. Em especial, falei do incômodo que passei a sentir, conforme avancei tanto na pesquisa de campo quanto em leituras, em relação ao que chamei de uma “retórica do consentimento” como principal estratégia de antecipação a atentados contra a liberdade sexual das mulheres.

Categoria êmica, política e analítica desta pesquisa, *consentimento* é um conceito complexo e ambíguo, mas central em discussões sobre mulheres, direitos, violências e prazer sexual, sendo constantemente acionado em demandas por maior autonomia no uso de corpos e prazeres generificados. Ao longo dos últimos quase cinco anos, acostumei-me a ouvir, especialmente de ativistas feministas e profissionais do Direito, incitações a práticas consensuais como espécie de unguento infalível para situações potencialmente conflituosas, violadoras, violentas e criminosas.

Durante a condução desta pesquisa, percebi que *consentir* permeava-se por ambiguidades, negociações, afetos, inseguranças, moralidades e desigualdades que tencionavam alguns sentidos subjacentes à ideia de concordância positivada encerrada pela utilização do termo. Encontrei, também, tanto dentro da literatura feminista quanto em estudos apresentados como concernentes à temática de gênero e sexualidade, algumas importantes formulações críticas ao conceito.

Naquele momento, eu não sabia de que forma minhas colocações poderiam ser recebidas. Confesso ter sentido algum receio, uma vez que a “retórica do consentimento” consiste em uma das principais ferramentas pedagógicas, discursivas e políticas de muitas das mulheres ali presentes.

Eu mesma, em diversas ocasiões, lancei mão dessa estratégia em palestras, aulas e entrevistas concedidas a jornalistas. “Como garantir maior acesso a direitos”, perguntavam-me, ao que eu respondia, “levando em conta a vontade e o consentimento das mulheres”. No entanto, vontade e *consentimento*, explanei, podem ser pensados como aproximações ou sinônimos?

O acirrado debate que se seguiu confirmou minhas expectativas a respeito da rentabilidade do questionamento dos critérios, limites e pressupostos implícitos ao

consentimento. As questões que partilhei naquele dia ajudaram a dar forma a essas considerações finais, tão hesitantes e atravessadas por ambivalências quanto o clima proposto pelo evento²⁵².

Debates sobre *vazamentos de nudes* costumam envolver certa gramática contemporânea dos “direitos sexuais” (Carrara, 2015) em que a utilização da linguagem dos “direitos humanos” é mobilizada em tentativas de consolidar uma ampla agenda de reivindicações relativas a prazeres, corpos e práticas sexuais como estâncias dignas de proteção pelo Estado e pelas normas jurídicas.

Nesse contexto, percepções acerca de violência, violação e sofrimento se rearranjam em iniciativas e discursos ativistas, midiáticos e jurídicos que operacionalizam o *consentimento* enquanto métrica crucial para as definições de abuso e violação, verdadeira palavra-chave do “regime de sexualidade contemporâneo” e principal identificador do sexo desejável e mutuamente satisfatório:

Desde que sejam consentidas e que não coloquem a si próprio ou a terceiros em risco, quaisquer manifestações da sexualidade (e também das expressões de gênero) podem idealmente pleitear o direito de cidadania (Carrara, 2015, p. 332).

Diante deste cenário social e político, aposta-se, com frequência, em um “modelo de consentimento **entusiasmado** para relações sexuais” (Hasinoff, 2015, grifo próprio), segundo o qual a garantia de determinados critérios de consensualidade asseguraria a (i)legitimidade, a (i)moralidade e a (i)legalidade de algumas práticas eróticas.

Sinônimo de acordo, anuência, permissão ou, grosso modo, dizer sim, *consentimento* tem a pretensão de garantir a segurança das interações eróticas. Em sua ausência, estar-se-ia diante de violações. No entanto, “‘consentimento’ como forma de resolver o problema de tudo”, nas palavras de Nina, pode ser uma solução bastante frágil.

Algumas abordagens feministas contemporâneas problematizam criticamente os limites do *consentir*, salientando que por trás do *consentimento*, estariam pressuposições

²⁵² Às colegas e amigas ali presentes, agradeço novamente pela companhia nos últimos tempos, pela disponibilidade quase irrestrita em responder tantas perguntas “técnicas” vindas da leiga “colega antropóloga”, e, especialmente, pelo o ânimo e pela coragem em incorporar comentários muitas vezes tão desconcertantes quanto pouco práticos. Mas, nem por isso, desnecessários ou dispensáveis.

que descontextualizariam a existência de desigualdades estruturais entre grupos e pessoas²⁵³.

Supervalorizando tanto a racionalidade quanto a autonomia dos sujeitos, *consentimento* pode eclipsar elementos não conscientes constitutivos tanto da subjetividade e quanto da sociabilidade humana. No mais, sua evocação também parece menosprezar as desigualdades materiais e simbólicas que restringem sujeitos diferentemente situados em relação a poder.

A noção de *consentimento* voluntário é uma das responsáveis por estabelecer as bases do pensamento e da política liberais. Pressupondo e estipulando a existência de sujeitos (ou indivíduos) igualmente capazes de tomar decisões livres de quaisquer constrangimentos ou restrições, o consentimento voluntário desloca as interações humanas do campo da coerção para o universo “livre escolha”, tornando consentir e vontade quase que exatamente equivalentes (Birolli, 2013).

Todavia, quando dispostos em posições desiguais de poder, os sujeitos se vêm tendo que tomar decisões informados não somente por suas vontades individuais, autônomas e livres. Em relações marcadas por intensa desigualdade e subordinação, como aquelas atravessadas por gênero, raça, relações de trabalho ou classe, negociar vontades, resistir e negar podem não se desenhar na esfera do possível.

Falar em *consentimento*, invariavelmente, envolve abordar relações, desigualdades e poder. Para a pesquisadora feminista britânica Sara Ahmed²⁵⁴, poder implica o direito de recusar e desobedecer a vontade alheia, ou melhor, poder significa ter o direito de dizer não.

Historicamente, Ahmed argumenta, tem-se negado o direito das mulheres de dizer não, sendo a violência o resultado da conversão do não em sim, assumindo-se o *consentimento* a partir de determinados corpos e comportamentos, ou mesmo do alto custo, em certos contextos, da negação.

Sendo *consentir* entendido como um ato de anuência e garantia de legitimidade moral, qual deve ser o estatuto político moral desta concordância quando inexistem – ou se fazem extremamente restritos – rearranjos ou mesmo a recusa das condições e dos

²⁵³ Não é meu propósito, nesta breve reflexão, abordar a totalidade ou fazer um inventário dessas discussões. Apenas lanço mão de algumas inserções que podem contribuir na construção argumentativa aqui disposta.

²⁵⁴ Atuando, atualmente, como pesquisadora autônoma, Ahmed foi fundadora do Centro de Pesquisas Feministas da Universidade Goldsmiths, no Reino Unido, coordenando investigação de casos de assédio sexual ocorridos em âmbito universitário.

termos estabelecidos? Quando não refutáveis e negociáveis, condições viram imposições e consentir se torna obedecer.

Em artigo sobre a lei californiana que trouxe consigo a primeira definição jurídica de “consentimento afirmativo” (2017), a antropóloga mexicana Yolínliztli Perez tece ressalvas interessantes à centralidade do consentimento como chave-mestra para evitar situações de violência sexual contra mulheres.

Promulgada em 2014 pelo estado da Califórnia, a lei SB 967²⁵⁵ ganhou a midiática alcunha “sim significa sim”, ao estipular que o silêncio, bem como a ausência de protesto, de resistência ou da palavra “não” não implicariam anuência para interações erótico-sexuais²⁵⁶. Em seu texto, a lei propõe “a aquiescência deve ser explícita, afirmativa, consciente, voluntária e a existência de um relacionamento sexual/emocional não deve ser um indicador implícito de consentimento”.

Afirmativo, consciente e voluntário, o *consentimento* da normativa californiana resultaria de um entendimento mútuo, explícito e não ambíguo entre as partes, sendo “responsabilidade de cada pessoa envolvida assegurar que ele ou ela detenham o ‘consentimento afirmativo’ do outro ou de outros para fazer parte de uma atividade sexual”²⁵⁷.

Peréz afirma que por trás dessa supervalorização do *consentimento*, espreitar-se-ia a generificação do *consentir*. Uma vez que, socialmente, se atribui às mulheres aceitarem ou não os avanços masculinos, *consentimento* teria gênero feminino. Espécie de resposta à iniciativa dos homens, a retórica do consentimento pode naturalizar comportamentos sexualmente predatórios de homens, dando às mulheres o lugar de

²⁵⁵ A proposta legislativa é considerada resultado direto da mobilização de grupos de mulheres que denunciaram, em diferentes mídias, a negligência e o imobilismo institucional de instituições de ensino superior na condução de denúncias envolvendo situações de violência sexual ocorridas em campi universitários. A movimentação estadunidense teve efeito cascata para outros contextos nacionais e/ou locais, entre eles o Brasil, o que ilumina certo caráter transnacional comum às demandas por consentimento. (Almeida, 2014; 2016).

²⁵⁶ Redigida por dois parlamentares do Partido Democrata, a normativa não encerra uma lei penal (que descreve crimes), constituindo-se em uma emenda ao código educacional do estado. Pouco tempo depois, a Califórnia também aprovaria a lei SB 695, que orienta instituições de ensino a disponibilizarem, em seus programas curriculares, abordagens de popularização do “consentimento afirmativo”, bem como a criarem protocolos específicos de atendimento, processamento e encaminhamento de denúncias de abuso sexual. LÉON, Kevin de; JACKSON, Hannah-Beth. **Why we made ‘Yes Means Yes’ California law**. Washington Post. 2015. Disponível em: <<https://www.washingtonpost.com/news/in-theory/wp/2015/10/13/why-we-made-yes-means-yes-california-law/?noredirect=on>>. Acesso em: 09 set. 2019.

²⁵⁷ “It is the responsibility of each person involved in the sexual activity to ensure that he or she has the affirmative consent of the other or others to engage in the sexual activity. Lack of protest or resistance does not mean consent, nor does silence mean consent”. **SB-967 Student safety: sexual assault**. 2014. Disponível em: <http://leginfo.legislature.ca.gov/faces/billNavClient.xhtml?bill_id=201320140SB967>. Acesso em: 09 set. 2019.

“consentidoras”, que devem ser ensinadas a recusarem e, sempre que possível, se protegerem²⁵⁸.

Mobilizando reflexões oriundas de uma pesquisa sobre namoros entre jovens mexicanos, Pérez aciona outra crítica ao *consentimento* ao afirmar que, na complexidade da sociabilidade erótica, desejo e sexo não costumam ser necessariamente verbalizados em termos de autorizações racionalizadas e previamente combinadas²⁵⁹, mas “lidos em corpos” de forma aleatória e espontânea.

Carícias, beijos e gemidos funcionariam como acordos imediatos implícitos, um “consentimento prático” em que as negociações e autorizações não se materializariam em falas, sendo interpretadas de maneiras corporalmente intuitivas.

Tal ressalva se faz extremamente relevante em um contexto social e político de demandas públicas por elaborações verbalmente explícitas de anuência durante interações eróticas, como as explicitadas pelas definições da lei californiana. Utilizando exemplos etnográficos, Perez nos lembra que, na vida social, não se fazem tão comuns e abertas as negociações e os termos erótico-afetivos.

Por fim, Perez faz uma terceira crítica ao *consentimento*, desta vez como sinônimo de vontade. A autora salienta que aceitar e desejar não seriam a mesma coisa, uma vez que, desigualmente situadas em termos de poder e moralidades generificados, mulheres podem acordar com interações eróticas sem desejá-las, mas como resultado de relações desiguais de forças.

Ceder como prova de amor, para satisfazer as supostas necessidades físicas do homem ou como forma de reconhecer que haver-se-ia chegado a tal nível de excitação em que não poderia haver retorno seriam exemplos práticos de situações nas quais a aceitação foi dada a contragosto, talvez devido a mecanismos mais ou menos sutis de coerções simbólicas e culturais.

Perez conclui que, se para a lei californiana, o *consentimento* garantiria a legalidade e a moralidade de interações sexuais, legitimando juridicamente interações consentidas, mas indesejadas – e presumindo que *consentimento* excluiria a violação da

²⁵⁸ Para Simões (2016), nas tensões entre prazeres e perigos, mulheres costumam ser colocadas no papel de mantenedoras da segurança, do exercício seguro e adequado da sexualidade, em termos físicos e morais; ao passo que, dos homens, espera-se a transgressão de fronteiras. Um dos principais perigos implícitos nessa elaboração envolveria pensar a conduta das mulheres a partir da necessidade de precaução frente à predisposição do desejo e do comportamento sexual masculino à predação.

²⁵⁹ Day (1994) reconhece as dificuldades de articulações explícitas de vontades e limites durante interações sexuais a partir do exemplo da dificuldade de negociação no uso de camisinhas.

vontade alheia (violência) –, de um ponto de vista feminista, dever-se-ia buscar a harmonia entre querer e aceitar.

Os limites do *consentimento* evidenciam a dificuldade de caminhar da retórica para a prática, uma vez que as possibilidades de *consentir* depende tanto de articulações entre profundas assimetrias de poder quanto entre múltiplos arranjos, entendimentos e comportamentos.

O que os vazamentos de nudes têm a ver com isso?

Esta pesquisa insere-se em um contexto macrosocial de demandas por mudanças sociais e jurídicas que expressem as recentes transformações de sensibilidades morais no concernente às fronteiras entre práticas sexuais e violência. Vivemos um momento de (re)construção pública de categorias de violências (e direitos) articulados em embates por “reconhecimento” de novas noções de violação.

O *consentimento* tem sido acionado como métrica avaliativa de interações respeitadas e desejáveis, ocupando o centro das disputas atuais por definições de direitos, integridade e bem-estar que envolvem feministas, o Estado, o sistema de justiça, as mídias (hegemônicas e alternativas), movimentos sociais, gestores públicos bem como pesquisadores acadêmicos (como eu).

Tentei mostrar, nesta tese, de que forma a disseminação não autorizada de imagens eróticas de mulheres pela internet (ou, simplesmente, *vazamentos de nudes*) habitam este cenário, permitindo reflexões sobre negociações e torções de moralidades generificadas bem como incitando formulações acerca de complexas e ambivalente relações entre sujeitos e novas tecnologias interativo-comunicacionais.

Acredito, também, que os debates sobre *nudes* e *vazamentos* podem complicar e complexificar as abordagens sobre *consentimento*. Por um lado, há paralelismos e aproximações com históricos debates sobre autonomia e liberdade sexual das mulheres.

Quando propagada para além das fronteiras previamente estabelecidas por aquelas que o produziram – ainda que implicitamente –, a disseminação dessas imagens eróticas digitais traz graves consequências decorrentes da moralização do comportamento sexual das mulheres.

Por outro, o tema ilumina certas especificidades da rede, em especial em suas potências de escalas, velocidades e temporalidades atreladas à dificuldade – ou impossibilidade, para alguns – de controle absoluto. No instante que se eterniza em *pixels*,

a internet, tantas vezes criticada como espaço de impermanência e efemeridade de relações, ausência de memória e superficialidade, evidencia-se como lócus de continuidade e longevidade de informações, em que um instante pode se perpetuar incessantemente.

Interações mediadas por redes sociais ou outras plataformas de comunicação pela internet deixam rastros materiais duráveis. A produção e a troca de *nudes* encerram interações que não cessam com o fim de conversas ou relacionamentos. A materialidade dos *nudes* perpassa o momento do encontro, engendrando uma memória potencialmente imperecível²⁶⁰.

Verdadeiras interações assíncronas cuja durabilidade e longevidade tencionam entendimentos binários de *consentir*, *nudes* podem exigir vigilância e atenção contínuas. Decisões sobre o acesso a esse material não se encerram no momento da troca, podendo exigir constantes negociações e administrações de segredos, afetos e alianças. Os vazamentos de *nudes* também esgarçam os significados de *consentir*, evidenciando limites como autorização irrestrita e definitiva dada em um determinado momento, mas uma negociação constante e contínua.

Consentimento é também uma questão para o fazer etnográfico. Partimos de certo pressuposto do “consentimento livre e esclarecido” (Carrara, 2015) dado por nossos interlocutores. Se eu estou torcendo os sentidos e significados de *consentir*, faz-se mister questionar também o *consentimento* que minhas interlocutoras me “davam”. Relações de pesquisa também são atravessadas por assimetrias de poder. Eu também posso traí-las e decepcioná-las.

Em meu posicionamento como pesquisadora, parto do princípio ético e analítico de que *consentir* não está em jogo de forma definitiva, não é algo que possa ser dado, mas se constrói a partir de constantes e contínuas negociações contextuais, sendo impossível

²⁶⁰ A permanência de conteúdos, dados, notícias e informações na internet tem incitado profissionais do Direito, inclusive, a pensarem sobre “o direito ao esquecimento”, doutrina jurídica segundo a qual sujeitos teriam o direito de suprimir registros da rede, ainda que verídicos, sobre o seu passado, se os mesmos causam transtornos e danos. Atrelada à defesa de retirada de informações devedores de bases financeiras após pagarem suas dívidas e da figura da reabilitação criminal em que pessoa condenada cumpriu a pena, o debate sobre “direito ao esquecimento” ganhou fôlego a partir de uma decisão, em 2012, na Europa, de retirada de determinado conteúdo das bases do mecanismo de busca do *Google*. Um dos casos mais conhecidos de utilização do argumento do “direito ao esquecimento” envolveu a italiana Tiziana Cantone que, em 2016, cometeu suicídio após diversas tentativas frustradas de retirar por vias judiciais um vídeo erótico da rede.

Após ter vídeo íntimo compartilhado na internet, italiana comete suicídio. Revista Fórum.

Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/2016/09/15/apos-ter-video-intimo-compartilhado-na-internet-italiana-comete-suicidio/> Acesso em 08/05/2017.

garantir o completo *consentimento* (tanto em termos de autorização quanto em termos de vontade) de minhas interlocutoras no texto final da tese.

Acredito ser de extrema urgência continuar a discussão jurídica, política, ética e antropológica sobre *consentimento* questionando pressupostos, normas sociais, bem sensibilidades morais. É um desafio pensar para além do binarismo, mas se faz essencial questionar nossa fé cega em critérios simplistas de *consensualidade* na busca uma sociedade mais plural e justa.

Referências

ABREU, Nuno Cesar. **Olhar Pornô: a representação do obsceno no cinema**. Campinas: Mercado de Letras, 1996.

ALMEIDA, Heloisa Buarque de. “Problemas de Família: a violência doméstica e o Juizado Especial Criminal de Família”. In: DEBERT, Guita G., GREGORI, Maria Filomena & OLIVEIRA, Marcella de Oliveira (orgs.). **Gênero, Família e gerações: Juizado Especial Criminal e Tribunal do Júri**. Campinas: Pagu/Unicamp, pp. 77-110, 2006.

_____. “Há um problema evidente com a noção de consentimento”. **Entrevista ao Jornal do Campus** (435), 2014. Disponível em: <<http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2014/12/ha-um-problema-evidente-com-a-nocao-de-consentimento/>>. Acesso em 09. set. 2019.

_____. "Classe média; para a indústria cultural. **Revista de Psicologia da USP**, 26(1), pp. 27-36, 2015.

_____. “Disputas por significados: ‘novas’ categorias de violência sexual”. João Pessoa: 30ª Reunião Brasileira de antropologia, 2016.

ANDRADE, Fabiana de. **Fios para trançar, jogos para armar: o fazer policial nos crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher**. 2012. 218 f. Dissertação (Mestrado) - Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.

ARCHAMBAULT, Julie Soleil. **Mobile secrets: youth, intimacy, and the politics of pretense in Mozambique**. Chicago: University Press, 2017.

ARDAILLON, Danielle; DEBERT, Guita Grin. **Quando a vítima é mulher: análise de crimes de estupro, espancamento e homicídio**. Brasília, DF: CEDAC, 1987.

ASSANGE, Julian et al. **Cypherpunks: Liberdade e o Futuro da Internet**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

ASSANGE, Julian. **Quando o Google encontrou o Wikileaks**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

BAILEY, Frederick. **Gifts and Poisons: The politics of reputation**. Oxford: Basil Blackwell, 1971.

BARKER, M.-J., GILL, R. & HARVEY, L. **Mediated Intimacy: Sex Advice in Media Culture**. Cambridge: Polity Press, 2018.

BAYM, Nancy. **Personal connections in the digital age**. Cambridge: Polity, 2010.

BECKER, Howard. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1993.

BELELI, Iara. “O imperativo das imagens: construção de afinidades nas mídias digitais”. **Cadernos Pagu**, n.44, pp. 91-114, 2015.

BENITEZ, Maria Elvira Diaz. **Nas redes do sexo: Os Bastidores do Pornô Brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BETTI, Marcella. **Beleza sem medidas? Corpo, gênero e consumo no mercado de moda plus-size**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

BETTI, Marcella; MARINI, Marisol; LOPES, Pedro. “Os pesos da saúde e da beleza: experiências que desafiam as categorias médicas de corpo ideal”. In: SAGGESE, Gustavo [et al.] (Orgs.) **Marcadores sociais da diferença: gênero, sexualidade, raça e classe em perspectiva antropológica**. São Paulo: Terceiro Nome, 2018.

BIROLI, Flávia. “Democracia e tolerância à subordinação: livre-escolha e consentimento na teoria política feminista”. **Revista de Sociologia e Política**. 2013, vol.21, n.48, pp.127-142.

boyd, Dana. **it's complicated. the social lives of networked teens**. New Haven: Yale University Press, 2014.

boyd, danah & ELLISON, Nicole. “Social Network Sites: definition, history, and scholarship”. In: **Journal of Computer Mediated Communication**, vol 13, no1, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **Un art moyen, essai sur les usages sociaux de la photo**, Paris: Éditions de Minuit, 1965.

BUTLER, Judith. **Gender Trouble**. New York: Routledge, 1990.

_____. **Bodies that matter: On the discursive limits of "sex"**. New York: Routledge, 1993.

CALIFIA, Pat. 1980. **Sapphistry: the book of lesbian sexuality**. Tallahassee: naiad press.

CALVO SERRALLER, Francisco. **Los Géneros de la Pintura**. Madrid: Taurus. 2005

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. “Existe Violência Sem Agressão Moral?”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 23, n. 67, p.135-146, jun. 2008. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v23n67/10.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2014.

_____. “A dimensão simbólica dos direitos e a análise de conflitos”. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 53, n. 2, pp. 451-474, jun./dez. 2010. Disponível em: <[http://www.fflch.usp.br/da/arquivos/53\(2\).pdf](http://www.fflch.usp.br/da/arquivos/53(2).pdf)>. Acesso em: 01 jul. 2014.

CARRARA, Sergio. “Moralidades, racionalidades e políticas sexuais no Brasil contemporâneo”. **Mana**, 21(2), 2015, p. 323-45.

CARSTEN, Janet. “An Interview with Marilyn Strathern: Kinship and Career”. **Theory, Culture and Society**. Volume: 31 issue, 2014, p. 263-281.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet: reflexões sobre a Internet, negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CATELA, Ludmila da Silva. **Situação-Limite e Memória – A reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina**. São Paulo: Ed. Hucitec; Anpocs, 2001.

CHAKIAN, Silvia. **A Construção dos Direitos das Mulheres: histórico, limites e diretrizes para uma proteção penal eficiente**. São Paulo: Lumens Juris, 2019.

CHAPKIS, Wendy. **Live sex acts. Women performing erotic labor**. New York: Routledge, 1997.

COLEMAN, Gabriella. **Hacker, Hoaxer, Whistleblower, Spy: The Many Faces of Anonymous**. New York: Verso, 2014.

COLOMBO, F. and B. SCIFO. "Social shaping of new mobile devices. Representations and uses among Italian youth." In: HADDON, L. et al. **Everyday innovators. Researching the role of users in shaping ICTs**. Springer: Dordrecht, p. 86-103.2005.

CONNEL, Robert. **Gender and Power**. Cambridge: Polity Press, 1987.

CORBIN, Alain. “Bastidores”. In: PERROT, Michelle (Org.). **História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra**. v.4. São Paulo: Companhia das Letras. p.413-611. 1991.

CORREA, Mariza. **Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

_____. “Sobre a invenção da mulata”. **Cadernos Pagu**, n. 6/7, pp. 35 -50, 1996.

COULDRY, Nick and MEJIAS, Ulises. “Data colonialism: rethinking big data’s relation to the contemporary subject”. **Television and New Media**. ISSN 1527-4764 (In Press), 2018.

DA MATTA, Roberto. “Para uma teoria da sacanagem: uma reflexão sobre a obra de Carlos Zéfiro”. In: MARINHO, Joaquim. (Org.). **A arte sacana de Carlos Zéfiro**. Rio de Janeiro, Distribuidora Record de Serviços de Imprensa, 1983.

DAS, Veena. “Violence, Gender and Subjectivity”. **Annual Review of Anthropology**, n. 37, p. 283-299, 2008.

DAY, Sophie: “What counts as rape” In: HARVEY, Penelope & GOW, Peter (eds.) **Sex and Violence: Issues in Representation and Experience**. New York, Routledge, pp. 172 -189, 1994.

DEBERT, Guita G.; GREGORI, Maria F. “Violência e Gênero: novas propostas, velhos dilemas”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, p. 165-185, 2008.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo**. São Paulo, Perspectiva, 1976.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. A sexualidade nas Ciências Sociais: leitura crítica das convenções. In: Piscitelli, Adriana; Gregori, Maria Filomena & Carrara, Sérgio (Orgs.). **Sexualidades e saberes: convenções e fronteiras** (pp. 39-80). Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

DURKHEIM, Émile & MAUSS, Marcel. “Algumas formas primitivas de classificação”. **Ensaio de Sociologia**. São Paulo: Perspectiva, 1990 [1903].

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: Uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., v.1, 1994 [1939].

EFREM FILHO, Roberto. “Corpos brutalizados: conflitos e materializações nas mortes de LGBT”. **Cadernos Pagu**, n.46, pp.311-340, 2016.

ECGLOBAL SOLUTIONS. **Sexting no Brasil: uma ameaça desconhecida**. 2013. Disponível em: < <https://pt.slideshare.net/ecglobal/relatorio-sexting-brasilpt> >. Acesso em: 01 ago. 2019.

FACCHINI, Regina e MACHADO, Sarah R. “Praticamos SM, repudiamos agressão: classificações, redes e organização comunitária em torno do BDSM no contexto brasileiro”. **Sexualidad, Salud y Sociedad Revista Latinoamericana**, n.14, pp.195-228, 2013.

FACCHINI, Regina; FERREIRA, Carolina Branco de Castro. Feminismos e violência de gênero no Brasil: apontamentos para o debate. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 68, n. 3, pp. 04-05, 2016.

FAUSTO-STERLING, Anne. “Dualismos em duelo”. **Cadernos Pagu**, n. 17/18, pp. 9-79, 2002.

FEIXA, Carles. **De la generación@ a la #generación: la juventude en la era digital**. Barcelona: Ned Ediciones, 2014.

FERREIRA, Carolina Branco de Castro. Feminismos web: linhas de ação e maneiras de atuação no debate feminista contemporâneo. **Cadernos Pagu**, n. 44, p. 199-228, 2015.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Editora Vozes, 2007 [1975].

_____. **História da sexualidade**. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, v. 1: A vontade de saber., 1999 [1978].

FONSECA, Claudia. **Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2000.

FRANKS, M.A. (2016). “Drafting an effective ‘revenge porn’ Law: A guide for legislators”. **Cyber Civil Rights Initiative**. Disponível em: <https://www.cybercivilrights.org/guide-to-legislation/>>. Acesso em: 01 ago. 2019.

FRASER, Nancy: “From distribution to recognition - Dilemmas of justice in a ‘post-socialist’ age”. **New Left Review**, 212, pp.68-93, jul/ago, 1996.

GEERTZ, Clifford. 1989. “O saber local: fatos e leis em uma perspectiva comparativa”. In: **O Saber Local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. 8. ed. Petrópolis: Vozes. pp.249-356, 2006.

GIDDENS, A. **A transformação da intimidade sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: UNESP, 1993.

GOMES, Carla de Castro. “Corpo e emoção no protesto feminista: a Marcha das Vadias do Rio de Janeiro”. **Sexualidad, Salud y Sociedad Revista Latinoamericana**, n.25, pp.231-255, 2017.

GÓMEZ CRUZ, Edgar & MEYER, Eric T. (2012). “Creation and control in the photographic process: iPhones and the emerging fifth moment of photography”. **Photographies**, v. 5, n. 2.

GREGORI, Maria Filomena. **Prazeres perigosos: erotismo, gênero e limites da sexualidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

_____. “Limites da sexualidade: violência, gênero e erotismo”. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 51, n. 2, pp. 575-606, 2008.

_____. “Relações de violência e erotismo. **Cadernos Pagu**, n. 20, pp. 87-120, 2003.

GUSTERSON, Hugh. “Studying up revisited”. **Political and Legal Anthropology Review**, n. 20, p. 114-19, 1997.

HALL, Matthew & HEARN, Jeff. **Revenge pornography: Gender, sexuality and motivations**. London: Routledge, 2017.

HARAWAY, Donna. “Manifesto ciborgue: Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX”. In: TADEU, Tomaz. **Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

_____. “Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial”. **Cadernos Pagu**, v. 5, pp. 7-41, 1995.

HARVEY, Penelope & GOW, Harvey. “Introduction” in: HARVEY, Penelope & GOW, Harvey (eds). **Sex and Violence: Issues in Representation and Experience**. London and New York: Routledge, pp. 1-17, 1994.

HARCOURT, Bernard E. **Exposed: Desire and Disobedience in the Digital Age**. Boston: Harvard University Press, 2015.

HANNERZ, Ulf. “Being there... and there... and there!: Reflections on Multi-Site Ethnography”. **Ethnography**, v. 4, n. 2, pp. 201-216, 2003.

HASINOFF, Amy Adele. **Sexting Panic: Rethinking Criminalization, Privacy, and Consent**. Chicago: University of Illinois Press, 2015.

HILLYER, Minette. “Sex the Suburban: Porn, Home Movies, and the Live Action Performance of 'Love in Pam and Tommy Lee: Hardcore and Uncensored' in WILLIAMS, Linda. **Porn Studies**. Durham/London: Duke University Press, 2004.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Ed. 34, 2011 [1992].

HUNT, Lynn. **A invenção da pornografia. Obscenidade e as origens da Modernidade, 1500 – 1800**. São Paulo: Hedra, 1999.

KANT DE LIMA, Roberto. “Sensibilidades jurídicas, saber e poder: bases culturais de alguns aspectos do direito brasileiro em uma perspectiva comparada”. **Anuário Antropológico**, v. 2, pp. 25-51, 2011.

KAPPELER, Susanne. **The Pornography of Representation**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1986.

KEATING, Abigail; MURPHY, Jill. “Women and media in the twenty-first century”. **Alphaville: Journal of Film and Screen Media**, n.10., v.1, 2015, pp. 1 -11.

KELLY, Liz. 1988. **Surviving Sexual Violence**. Cambridge & Oxford: Polity Press.

LANDINI, Tatiana Savoia. **Horror, Honra e Direitos: violência sexual contra crianças e adolescentes no século XX**. (Tese de Doutorado) Departamento de Sociologia, FFLCH/USP, São Paulo, 2005.

LAPEIZ, Sandra Maria e MORAES, Eliane Robert. **O que é pornografia**. São Paulo, Brasiliense, 1984.

LASEN, Amparo. “Affective Technologies: emotions and mobile phones”. **The Digital World Research Centre**. 2004. Disponível em: <<https://robertoigarza.files.wordpress.com/2009/07/art-affective-technologiese28093emotionsmobile-phones-lasen-2006.pdf>> Acesso em: 20 julho de 2009

LAURETIS, Teresa de. “A Tecnologia do Gênero”, in: HOLLANDA, Heloisa Buarque. **Tendências e Impasses – o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LEMOES, Marilda de Oliveira. **Alívio e Tensão: um estudo sobre a interpretação e aplicação da Lei Maria da Penha nas Delegacias de Defesa da Mulher e Distritos Policiais da Seccional de Polícia de Santo André**. 2010, 307 f. Tese (Doutorado) – Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **As estruturas elementares do parentesco**. Petrópolis: Vozes, 1982 [1949].

_____. **O pensamento selvagem**. Campinas: Papyrus, 1989.

LÉVY, Pierre. **Cybercultura**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

LINS, Beatriz Accioly. **A lei nas entrelinhas: A Lei Maria da Penha e o trabalho policial em duas Delegacias de Defesa da Mulher de São Paulo**. 2014. 174 f.

Dissertação (Mestrado) - Curso de Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

_____. 'Th, vazou!': pensando gênero, sexualidade, violência e internet nos debates sobre 'pornografia de vingança'. **Revista Cadernos de Campo (USP)**, v. 25, pp. 246-266, 2016.

_____. "Não existe privacidade 100% na internet: sobre leis, mulheres, intimidade e internet". **Revista de Estudos Empíricos em Direito**, v. 5, pp. 199-211, 2018a.

_____. "Notas sobre vazamentos: mulheres, exposição e internet". In: SAGGESE, Gustavo Santa Roza; MARINI, Marisol; LORENZO, Rocío Alonzo; SIMÕES, Júlio Assis; CANCELA, Cristina Donza. (Org.). **Marcadores sociais da diferença: gênero, sexualidade, raça e classe em perspectiva antropológica**. São Paulo: Terceiro Nome, v. 1, pp. 37-58, 2018b.

LIVINGSTONE, Sonia. 'Taking risky opportunities in youthful content creation: Teenagers' use of social networking sites for intimacy, privacy and self-expression.' **New Media & Society**. 10, pp. 393–411, 2008.

LOWENKRON, Laura. **O monstro contemporâneo: a construção social da pedofilia em múltiplos planos**. Tese de Doutorado. PPGAS, Museu Nacional, UFRJ, 2012.

MACHADO, Nealla Valentim. "Manda nudes?": imagens íntimas e representações de gênero na mídia brasileira. **Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste**, 5 (9), pp. 99-110, 2018.

MAGNANI, José Guilherme. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n.49, 2002.

MALINOWSKI, Bronislaw. Objeto, método e alcance dessa pesquisa. In: **Os Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril, 1976 [1922].

_____. **A vida sexual dos selvagens**. Editora Francisco Alves: Rio de Janeiro, 1983 [1929].

MARCUS, George E. **Ethnography through Thick and Thin**. NJ: Princeton University Press, 1998.

MARQUES, Ana Claudia. Apresentação. In: MARQUES, A. C. (Org.). **Conflito, política e relações pessoais**. Campinas: Pontes Editores, 2007.

MCCLINTOCK, Anne. **Couro Imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial**. Campinas: Editora Unicamp, 2010.

MCGLYNN, Clare & RACKLEY, Erika. "Image-Based Sexual Abuse". **Oxford Journal of Legal Studies**, n. 37(3), pp. 534–6, 2017.

MEAD, Margaret. **Sexo e Temperamento**. São Paulo: Perspectiva, 2003 [1935].

MEDIANOU, Mirca; MILLER, Daniel. "Polymedia: Towards a new theory of digital media in interpersonal communication". **International Journal of Cultural Studies**, v. 16, pp. 169-187, 2013.

MILLER, Daniel et al. **How the World Changed Social Media**. London: UCL Press, 2016.

MILLER, Daniel & HORST, H. **Digital Anthropology**. London/New York, 2012.

MILLER, Daniel & SINANAN, Jolynna. **Webcam**. Cambridge: Polity Press, 2014.

MILLER, D. & SLATER, D. "Etnografia on e off-line: cybercafés em Trinidad". **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 10, nº 21, pp. 41-65, jan/jun. 2004.

MISKOLCI, Richard. **Desejos digitais: uma análise sociológica da busca por parceiros on-line**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

MOORE, Henrietta. "The problem of explaining violence in social sciences" In: HARVEY, Penelope & GOW, Harvey (eds). **Sex and Violence: Issues in Representation and Experience**. London and New York: Routledge, pp. 138-57, 1994.

MOORE, Sally Falk. **Law as process: An anthropological approach (1978)**. Münster-Hamburg: Lit Verlag, 2000.

MOWLABOCUS, Sharif. Cultura do Gaydar: torcendo a história da mídia digital na Grã-Bretanha do Século XX. In: PELUCIO, Larissa et al. **No emaranhado da rede: gênero sexualidade e mídia: desafios teóricos e metodológicos do presente**. São Paulo: Annablume, pp. 49-80, 2015.

MOUTINHO, Laura. "Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes". **Cadernos Pagu**, vol. 42, pp. 201- 248, 2014.

NADER, Laura. "Up the Anthropologist – perspectives gained from studying up". In: HYMES, D. (Ed.). **Reinventing Anthropology**. New York: Random House, pp. 284-311, 1972.

NERIS, Natália; RUIZ, Juliana Pacetta; VALENTE, Mariana Giorgetti. Enfrentando Disseminação Não Consentida de Imagens Íntimas: uma análise comparada. **Internetlab**.

2017. Disponível em: <http://www.internetlab.org.br/wpcontent/uploads/2018/05/Neris_Ruiz_e_Valente_Enfrutando1.pdf>. Acesso em 27 jul 2018

OBSERVE/UNIFEM. **Identificando entraves na articulação dos serviços de atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar em cinco capitais**. Salvador: Observe, 2011. Disponível em: <www.observe.ufba.br>. Acesso em: 15 mai. 2012.

OLIVEIRA, Marcela Beraldo de. “Os modelos conciliatórios de solução de conflitos e a violência doméstica”. **Cadernos Pagu**, vol. 29, 2007.

ONG, Walter J. **Orality and Literacy**. New York: Methuen, 1984.

PARREIRAS, Carolina. **Altporn, corpos, categorias, espaços e redes: um estudo etnográfico sobre pornografia online**. 257 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), São Paulo, 2015.

_____. “Altporn, corpos, categorias e cliques: notas etnográficas sobre pornografia online”. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 38, 2012, p.197-222.

_____. **Sexualidades no pontocom: espaços e (homo)sexualidades a partir de uma comunidade online**. Dissertação de mestrado. IFCH/Unicamp, 2008.

PARISER, Eli. **O filtro invisível: o que a internet está escondendo de você**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

PASINATO, Wânia. “Violência, gênero e acesso à justiça”. In: JUBB, Nadine (org) et al. **Delegacias da Mulher na América Latina: uma porta para deter a violência e ter acesso à justiça**. CEPLAES. Quito: CEPLAES, 2010.

PENA, Paz & VARON, Joana. A feminist approach to consent in digital Technologies. Medium, 2019. Disponível em: <<https://medium.com/codingrights/the-ability-to-say-no-on-the-internet-b4bdebf46d7>> Acesso em 05 set. 2019.

PEREZ, Yolíniztli. California define qué es “consentimiento sexual”. **S Sexualidad, Salud y Sociedad Revista Latinoamericana**, n.25, pp.113-133, 2017.

PERLONGHER, Néstor. **O negócio do michê: prostituição viril em São Paulo**. São Paulo, Brasiliense, 1987.

PETROSILLO, Isabela Rangel. **Esse nu tem endereço: o caráter humilhante da nudez e da sexualidade feminina em duas escolas públicas**. 2016. Dissertação (Mestrado) - Curso de Antropologia Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

PINHEIRO-MACHADO, R. e SCALCO, L. M. “Brand Clans: Consumption and Rituals Among Low-income Young People in the City of Porto Alegre”. **International Review of Social Research**, v. 2., 2012.

PITT-RIVERS, Julian. “Honra e posição social”. In: G., P. J. (Ed.). **Honra e Vergonha: valores da sociedade mediterrânea**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, pp. 11- 59, 1965.

QUEIROZ, José Benevides. “A concepção durkheimiana de regulação moral da economia”. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social** - Vol. 4 - no 1, pp. 141-159, jan/fev/mar 2011.

RAMOS, Jair S. “A sexualidade como campo de batalha na internet: grupos religiosos e movimentos feminista e LGBT na luta em torno dos direitos sexuais”. In: **Anais do 37º Encontro Anual da Anpocs**, Águas de Lindóia, 2013. Disponível em: < http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=8576&Itemid=429>. Acesso em 02 out. 2014.

RIVIÈRE, Carole Anne. “Téléphone mobile et photographie: les nouvelles formes de sociabilités visuelles au quotidien”. **Sociétés**, v 1. n. 91, pp. 119-134, 2006.

RUBIN, Gayle: “Thinking Sex: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality”. In: VANCE, Carole S.(ed.). **Pleasure and Danger: exploring female sexuality**, Routledge & Kegan, Paul, 1985.

SANTOS, C. M.; IZUMINO, W. P. **Violência contra as Mulheres e Violência de Gênero: Notas sobre Estudos Feministas no Brasil**. 2005. Disponível em: <de www.nevusp.org/downloads/down083.pdf>. Acesso em 15 jun. 2013.

SANTOS, Cecília MacDowell. “Da Delegacia da Mulher à Lei Maria da Penha: Lutas feministas e políticas públicas sobre violência contra mulheres no Brasil”. **Oficina do CES, Centro de Estudos Sociais**, n. 301. 2008.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. “Lendo e agenciando imagens: o rei, a natureza e seus belos naturais”. **Sociol. Antropol.** Rio de Janeiro , v. 4, n. 2, p. 391-431, Dec. 2014.

SCIENTIFIC AMERICAN. **Your Brain in the Smartphone Age**. Maio de 2019. Disponível em: <https://www.scientificamerican.com/store/books/your-brain-in-the-smartphone-age/> Acesso em 15 ago. 2019.

SCIFO, Barbara. "The domestication of camera-phone and MMS communication." IN: NYIRI, K. **A sense of place: The global and the local in mobile communication**. Vienna: Passagen Verlag, pp. 305 – 317, 2005.

SCIRÉ, Claudia D'ipolitto de Oliveira. “Vida em conexão: práticas, emoções e afetos a respeito da apropriação dos telefones celulares pelos seus usuários”. **Aurora (PUCSP. Online)**, v. 8, pp. 52-72, 2016.

SCOTT, Joan W. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.20, n°2, pp. 71-99, 1995.

SENFT, Theresa M.. **Camgirls: Celebrity & Community in the Age of Social Networks**. New York: Peter Lang Publishing, 2008.

SHIFMAN, Limor. **Memes in digital culture**. Massachussets: MIT, 2014.

SIBILIA, Paula. **O show do Eu: a intimidade como espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.

_____. A “pornificação” do olhar: uma genealogia do peito desnudado. In: PELÚCIO, Larissa et al. (orgs.). **No emaranhado da rede: gênero sexualidade e mídia: desafios teóricos e metodológicos do presente**. São Paulo: Annablumep. 15-48, 2015.

SIMMEL, Georg, O conflito como sociação. (Tradução de Mauro Guilherme Pinheiro Koury). **RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 10, n. 30, pp. 568-573, 2005.

SIMÕES, Júlio Assis. “O Brasil é um paraíso sexual - para quem?”. **Cadernos Pagu** (47), e164715, 2016.

SIMÕES, Julio et al. “Jeitos de corpo: cor/raça, gênero, sexualidade e sociabilidade juvenil no centro de São Paulo”. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 35, jul./dez. 2010.

SLATER, Don. “Trading Sexpics on IRC: Embodiment and Authenticity on the Internet”. **Body & Society** 4(4), nov. 1998.

SPYER, Juliano. **Mídias sociais no Brasil emergente**. São Paulo: Educ/UCL Press, 2018.

STRATHERN, M. O efeito etnográfico e outros ensaios. São Paulo: Cosacnaify, 2014.

SYDOW, Spencer Toth; DE CASTRO, Ana Lara Camargo. **Exposição pornográfica não consentida na internet: da pornografia de vingança, ao lucro**. Belo Horizonte: Editora D Plácido, 2017.

TSOULIS-REAY, Alexa. "A Brief History of Revenge Porn". **New York Magazine**, 21 jul. 2013. Disponível em: <<http://nymag.com/news/features/sex/revenge-porn-2013-7/>>. Acesso em: 29 set. 2014.

TURKLE, Sherry. **Alone Together**. New York: Basic Books, 2011.

VALENTE, Mariana Giorgetti; NERIS, Natália.; BULGARELLI, Lucas. "Nem Revenge, Nem Porn. Analisando a exposição online de mulheres adolescentes no Brasil". **Global Information Society Watch: Sexual rights and the Internet**, 2015.

VALENTE, Mariana Giogetti; NÉRIS, Natália; PACETTA, Juliana Ruiz; BULGARELLI, Lucas. **O Corpo é o Código: estratégias jurídicas de enfrentamento ao revenge porn no Brasil**. São Paulo: Internetlab, 2016.

VANCE, Carole S. Vance. "Pleasure and danger: toward a politics of sexuality". In: VANCE, Carole S.(ed.). **Pleasure and Danger: exploring female sexuality**. Routledge & Kegan, Paul, 1985.

VIGARELO, Georges. **História do Estupro: violência sexual nos séculos XVI-XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

VORDERER, P. et al. "Permanently online –permanently connected: Explorations into university students' use of social media and mobile smart devices". **Computers in Human Behavior**, 63,694–703, 2016.

WIEVIORKA, Michel: "O novo paradigma da violência", **Revista Tempo Social**, 9(1), 5-41, 1997.

WILLIAMS, Linda. **Hard Core. Power, pleasure, and the "Frenzy of the visible"**. Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press, 1999.

_____. **Porn Studies**. Durham/London: Duke University Press, 2004.

_____. **Screening Sex**. Durham, NC and London: Duke University Press, 2008.

ZAPATER, Maíra. **A constituição do sujeito de Direito 'mulher' no Direito Internacional dos Direitos Humanos**. (Tese de Doutorado). Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. 2005.

ZAPATER, Maíra; PERRONE, Tatiana. "A Lei Maria da Penha na prática: o cotidiano das delegacias da mulher em São Paulo". Florianópolis, Fazendo Gênero, 9, 2010. Comunicação Oral. Florianópolis: UFSC, 2010. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278192683_ARQUIVO_OCotidianodasDDMemSP.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2013.

Projetos de Lei.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Constituição (2013). **Projeto de Lei nº 5555, de 09 de maio de 2013.** Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha - criando mecanismos para o combate a condutas ofensivas contra a mulher na Internet ou em outros meios de propagação da informação. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=576366>>. Acesso em: 09 set. 2019.

_____. Congresso. Câmara dos Deputados. Constituição (2013). **Projeto de Lei nº 5822, de 25 de junho de 2013.** Inclui a violação da intimidade da mulher na internet entre as formas de violência doméstica e familiar constantes na Lei Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, Lei Maria da Penha. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=581988>>. Acesso em: 09 set. 2019.

_____. Congresso. Câmara dos Deputados. Constituição (2013). **Projeto de Lei nº 6630, de 23 de outubro de 2013.** Acrescenta artigo ao Código Penal, tipificando a conduta de divulgar fotos ou vídeos com cena de nudez ou ato sexual sem autorização da vítima e dá outras providências. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=598038>>. Acesso em: 09 set. 2019.

_____. Congresso. Câmara dos Deputados. Constituição (2013). **Projeto de Lei nº 6831, de 26 de novembro de 2013.** Dispõe sobre o crime de exposição pública da intimidade física ou sexual. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=602238&ord=1>>. Acesso em: 09 set. 2019.

_____. Congresso. Câmara dos Deputados. Constituição (2013). **Projeto de Lei nº 6713, de 06 de novembro de 2013.** Dispõe sobre punição a quem praticar a chamada vingança pornográfica. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=599910>>. Acesso em: 09 set. 2019.

_____. Congresso. Câmara dos Deputados. Constituição (2014). **Projeto de Lei nº 7377, de 07 de abril de 2014.** Altera o Código Penal para tipificar o delito de violação de privacidade. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=611608>>. Acesso em: 09 set. 2019.

_____. Congresso. Câmara dos Deputados. Constituição (2015). **Projeto de Lei nº 170, de 04 de fevereiro de 2015.** Inclui a violação da intimidade da mulher na internet entre as formas de violência doméstica e familiar constantes na Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006, Lei Maria da Penha. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao;jsessionid=0DE9A5CD66DEE00FE72F97447C9C36BD.proposicoesWeb2?idProposicao=945749&ord=0>>. Acesso em: 09 set. 2019.

_____. Congresso. Câmara dos Deputados. Constituição (2015). **Projeto de Lei nº 3158, de 30 de novembro de 2015.** Tipifica a exposição pública da intimidade física ou

sexual, modificando o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal. Disponível em: <
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1806100>>
. Acesso em: 09 set. 2019.

_____. Congresso. Câmara dos Deputados. Constituição (2016). **Projeto de Lei nº 4527, de 24 de fevereiro de 2016.** Tipifica a divulgação de foto ou vídeo íntimo de mulher, alterando o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, e inserindo a conduta no âmbito protetivo do sistema de combate à violência contra a mulher, da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Disponível em: <
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=207803>>
. Acesso em: 09 set. 2019.

_____. Congresso. Câmara dos Deputados. Constituição (2016). **Projeto de Lei nº 5452, de 01 de junho de 2016.** Acrescenta os arts. 218-C e 225-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar o crime de divulgação de cena de estupro e prever causa de aumento de pena para o crime de estupro cometido por duas ou mais pessoas. Disponível em: <
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2086414>>
. Acesso em: 09 set. 2019.

_____. Congresso. Câmara dos Deputados. Constituição (2016). **Projeto de Lei nº 5632, de 20 de junho de 2016.** Altera o Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, para dispor sobre a exposição pública da intimidade sexual, e dá outras providências, de 20 de dezembro de 1940, Código Penal, e inserindo a conduta no âmbito protetivo do sistema de combate à violência contra a mulher, da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Disponível em: <
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2088945>>
. Acesso em: 09 set. 2019.

_____. Congresso. Câmara dos Deputados. Constituição (2016). **Projeto de Lei nº 5647, de 21 de junho de 2016.** Inclui, no Decreto Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, o crime de exposição de intimidade. Disponível em: <
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2088774>>
. Acesso em: 09 set. 2019.

_____. Congresso. Câmara dos Deputados. Constituição (2016). **Projeto de Lei nº 5862, de 20 de julho de 2016.** Dispõe do aumento de pena para os crimes de ato obsceno mediante a gravação pornográfica, com o intuito de arrecadar valores monetários da imagem. Disponível em: <
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2092322>>
. Acesso em: 09 set. 2019.

_____. Congresso. Câmara dos Deputados. Constituição (2016). **Projeto de Lei nº 6668, de 13 de dezembro de 2016.** Esta lei tipifica o crime de pornografia e revanche, bem como a publicação de material pornográfico, como fotografias ou vídeos que contenham cenas consideradas pornográficas ou cenas de sexo explícito, se não houver ordem ou autorização da vítima, e dá outras providências. Disponível em: <
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2120749>>
. Acesso em: 09 set. 2019.

_____. Congresso. Senado Federal. Constituição (2015). **Projeto de Lei nº 618, de 17 de novembro de 2015.** Acrescenta o art. 225-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de

dezembro de 1940 - Código Penal, para prever causa de aumento de pena para o crime de estupro cometido por duas ou mais pessoas. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/123183>>. Acesso em: 09 set. 2019.

Legislação.

BRASIL. Decreto-Lei 2.848, 7 de dezembro de 1940 - Código Penal (CP). 1940.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil (CF). 1988.**

_____. **Lei nº 8.069 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). 1990.**

_____. **Lei nº 9.099. 1995.**

_____. **Lei nº 11.340 – Lei Maria da Penha. 2006.**

_____. **Lei nº 12.965 – Marco Civil da Internet. 2014.**

_____. **Lei nº 13.104 – Lei do Feminicídio. 2015.**

_____. **Lei nº 13.718. 2018.**

_____. **Lei nº 13.777. 2018.**